

# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE 32

Ano XIII - Nº 32 - Março de 2004  
ISSN 1517-1779



## 2004

## 2003



Entrevista:  
**Leandro Konder**

Memória Docente:  
**Agamenon Tavares de Almeida**

# LULA- um ano depois

# Sumário

## Governo Lula: um ano depois

9 Traição ou lógica?

*Edmundo Fernandes Dias.*



22 Liberdade de organização sindical: a construção de um direito no contexto do governo Lula. *Antônio de Pádua Bosi.*

32 A relação Estado e Sociedade Civil no governo Lula. *André Silva Martins.*



43 O que querem os empresários educacionais do governo Lula? *Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcos Marques de Oliveira.*

52 Reforma agrária e governo Lula. *Antônio da Silva Câmara e Natã Silva Vieira.*

59 Governo Lula – “neoliberalismo requeitado e requintado”.  
Elementos políticos da reforma da educação superior brasileira. *Kátia Regina de Souza Lima.*



69 A crise do governo Lula: seus pressupostos e perspectivas históricas. *Rodrigo Dantas.*

88 Política educacional: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso. *Ana Lúcia B.Faria, Ceres Maria R. Torres, Maria Rosemary S. de Souza, Marília L. Washington e Vera Lúcia J. Chaves.*

111 O financiamento da Saúde no governo Lula: à Saúde o que é da Saúde. *Fernando Molinos Pires Filho.*

**127 Entrevista:** Leandro Konder

**Debates Contemporâneos**

**138** América Latina: anel frágil e contradição: uma estratégia na competição global USA X U.E

*Luciano Vasapollo.*



**149** Descentralização, gestão compartilhada: democratização ou corporativismo totalitário?

*José Eudes Baima Bezerra.*



**156** A mídia e os serviços públicos no Brasil.

*Eduardo Alves.*

**168** As práticas disciplinares na Escola Agrícola Benjamin Constante: a pedagogia do castigo.

*Jorge Carvalho do Nascimento.*

**173** Um só coração: de Hollywood à Cinecittà.

*Paulo B. C. Schettino.*



**176** América Latina: uma esquerda sem rumo. Revolução ou reformismo?

*Luis Arceborja.*

**189 Memória do Movimento Docente:** Agamenon Tavares de Almeida

**197 Ensaio Fotográfico** - “Lula no Pelourinho”



# Traição ou lógica?

*Edmundo Fernandes Dias* <sup>1</sup>

a Rosa Luxemburgo e a Karl Liebknecht <sup>2</sup>

Tudo se volta contra quem passou a vida trabalhando ou trabalha ainda como assalariado ou como funcionário civil. O governo do Partido dos Trabalhadores pune quem não se tornou patrão ou, por qualquer modo, não se fez capitalista. Dá para entender a defesa petista de quem, em Santo André, ascendeu de guarda-costas a próspero empresário.

Jânio de Freitas – Enfim, a doutrina <sup>3</sup>

Vivemos, no momento da mais completa financeirização do capital, em escala planetária, ao mais doloroso capítulo da história da *Revolução Passiva* brasileira. Não há a menor dúvida de que profundas alterações foram introduzidas no plano da estrutura econômica. Para fazê-lo foi, e é, necessário manter e recauchutar as velhas relações de classe e formas de poder. A burguesia imperialista e seus aliados internos nunca conseguiram criar uma

hegemonia real. Recorreram, em 64, à ditadura, para *cortar, com a espada, o nó górdio* dos limites que o incipiente processo de democratização à época tentava impor ao Capital. Libertar a acumulação capitalista era e é sua necessidade permanente. Por isso, aquelas classes recorreram à decapitação das lideranças políticas populares, ampliaram a privatização do estado, tentaram, com largas margens de êxito, *transformar a política em pura gestão*.

Na "redemocratização" - obra-prima dos liberais - esse processo de esvaziamento da política foi acelerado. O velho poder se revelou vital à *modernização capitalista*. Nenhum aparato repressivo foi desmontado. Os liberais falaram em *entulho autoritário* para justificar o *aggiornamento* da ordem. Na realidade, o que eles chamavam de entulho nada mais era do que a argamassa do novo momento. Manteve-se o conjunto de leis de exceção. O SNI transmutou-se em uma "democrática" ABIN. Neoliberalismo e "reconstrução" da democracia liberal caminharam juntos. As liberdades, por menores que fossem, exigiriam modificações de fundo que, de fato, não vieram. O resultado foi o aumento da miséria e da construção social do desespero. A reforma do estado e a retirada dos direitos sociais aprofundaram a crise. O processo precisava de uma aparência popular para atingir sua eficácia. A posse de Lula completou a transição transada da ditadura sob tutela militar para o governo civil, atualizou aquele *continuum*. A palavra de ordem passou de "organizai-vos!" para "tende esperança!".

Na sabatina de *O Estado de São Paulo*, durante a campanha, Lula foi enfático: diante da provocação sobre o que fazer com o MST, ele disse: este país tem leis.<sup>4</sup> Era o que a direita queria ouvir. No mesmo local ele afirmou: "Acho que é por isso que o socialismo não deu muito certo no mundo. Porque essa idéia de igualitarismo, ou seja, um cidadão que produz um copo de água desse... o cara trabalha numa máquina, produz dez copos e ganha dez reais. O outro produz na mesma máquina cem copos. Se você não privilegiar o que produziu cem, o que vai acontecer?"

A tendência vai ser ele produzir dez e não cem, porque não vai ganhar nada se produzir mais. Então, acho que temos que premiar os investimentos em tecnologia, temos que premiar a quantidade."<sup>5</sup> Como é possível um ex-operário imaginar que um trabalhador isolado possa, por sua conta e risco, decidir produzir apenas dez copos ao invés de cem? Essa crítica tosca ao socialismo é uma clara capitulação à ideologia liberal da falta de iniciativa pela ausência dos estímulos materiais<sup>6</sup>. Não foram frases infelizes: elas expressavam o que o estado maior da campanha propunha.

Diante das primeiras "surpresas" do governo Lula, militantes petistas colocaram a questão "o governo está em disputa". Novas "surpresas", novas dúvidas. Traição? Ou saudável evolução com a superação das "bravatas" do tempo da oposição? Os quadros superiores do Estado e da burocracia petista, obviamente, afirmaram a segunda, no que foram acompanhados por toda a direita. Foi um ano para lá de medíocre, quanto as suas realizações. O mote histórico "se não podemos fazer as grandes obras mostraremos o modo petista de governar", sequer foi lembrado. Só quem tinha uma crença quase religiosa de que se pretendia aplicar o programa histórico do Partido<sup>7</sup> podia pensar que houve uma traição ou um estelionato eleitoral<sup>8</sup>. Ao falar sobre a crise brasileira, uma resolução do I Congresso do PT (1991) afirmava: "[o governo Collor] prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados. (...) A crise atual não poderá ser resolvida por uma nova composição interna das elites, a não ser a um custo social

*inaceitável*". O transformismo é claro. Os que vêem no processo uma saudável evolução sorriem: está sendo feito o prometido.

### Uma trajetória ambígua

A história de um partido não pode ser medida apenas pelos movimentos táticos para atingir seus objetivos ou resumir-se às flutuações de sua direção. Faz parte da história do país onde se insere, dos desafios colocados pela totalidade social, do movimento das classes e grupos sociais que o constituem e daqueles com os quais se confronta. Move-se, também, em um quadro histórico-mundial determinado<sup>10</sup>. Fazê-la reduzindo-se à "biografia" das suas tendências internas e das suas lideranças é pobre e ineficaz. É uma história que responde ao conjunto de contradições da sociedade.

Na história do PT a permanente dubiedade nas questões estratégicas facilitou o equilíbrio das diversas tendências: "Por uma sociedade justa e sem exploradores e explorados" permitia tanto uma leitura de um vago socialismo quanto de um cristianismo radicalizado. Na tese *O Socialismo Petista*<sup>11</sup> lemos coisas do gênero: "superação da sociedade injusta em que vivemos", "democracia qualitativamente superior, para assegurar que os movimentos sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos" e mesmo "sociedade livre e participativa"<sup>12</sup>.

Fundamental no período de constituição do partido, isso deu o mote do transformismo hoje desvelado. O modo com que a direção reagiu à famosa "queda do muro de Berlim", ou seja, da ditadura das burocracias que usurparam o nome "comunista", indicou claramente a





inflexão. O processo de centralização onde os núcleos de base, local do debate interno, foram suprimidos, e o processo de enquadramento das tendências internas veio ocorrendo já há uma década. Processos dirigidos pela tendência majoritária. A flexibilização das posições da burocracia foi a tônica. Na realidade, a expulsão dos "radicais" nada mais é do que uma confirmação da mutação acelerada com a queda do muro. Mudou a base social do partido e ninguém se deteve na análise do seu significado. O processo de transformação ocorreu molecularmente; mudaram-se as formas de recrutamento<sup>13</sup>. A militância, a quem foi negada a formação política, presa à jaula de ferro da conjuntura, não foi capaz de examinar a história de longo alcance do PT. Nesse processo, o peso das direções foi decisivo. As medidas de administração interna do partido fizeram um deslizamento imperceptível para os menos atentos.

Examinemos a mutação. Tomemos o texto do plano de ação político-organizativo do 4º Encontro Nacional (1986): *"é impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que*

*sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista"*<sup>14</sup>. Na mesma página se insiste: *"As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo"*<sup>15</sup>. O que mudou para levar a esse giro à direita? A burguesia mudou seu modo de proceder? Se não ocorreu isso, por que a mutação? O "muro" caiu, mas a História não acabou.

Curiosa democracia essa em que uma Carta eleitoral renega as teses oficiais ditadas pela instância maior do partido. Não se pode mudar uma resolução congressual - sem quebra grave da democracia partidária - por nenhuma instância menor a ele, como é o caso da Direção Nacional. Teses defendidas pelos que agora mudam-nas, sem consultar o próprio Partido. Os que defendem a tese da traição vêm aqui um claro indicador do golpe das direções.

## A mutação programada

As eleições determinam um antes e um depois<sup>16</sup>. Dizem agora: a Reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central são necessárias. Por que se fez oposição a elas? No governo devemos ser responsáveis, diz Lula. O Presidente da Câmara dos Deputados afirmou que as "bravatas" foram praticadas para chegar ao governo. Essa "explicação-expição" colocou toda a trajetória anterior sob a acusação de oportunismo. *A conversão dos gentios ao novo credo acelerou a transformação do PT em Partido da Ordem* (Florestan Fernandes). A militância, sob o peso crescente da direção, praticou, segundo esse "raciocínio", o corporativismo, o assembleísmo e o militantismo. Mas na hora da purgação, a palavra "radical" passou a designar aqueles que se comportaram como determinara o Encontro Nacional, cujas teses foram escritas por aqueles que agora, como juízes, vigiam e punem os dissidentes. Dissidência de que, se eles cumpriam o fixado por tais teses? Radical no Brasil, sabemos, é sinônimo de discordante.

Como analistas e militantes encaramos essa mutação? Muitas das bandeiras clássicas foram abandonadas, trajetória facilitada pela flexibilização do Partido (da fundação à posse de Lula). Muitas vezes manteve-se a letra, negando-se o espírito. Nenhuma novidade. O exame das plataformas eleitorais das diversas candidaturas de Lula mostra esse processo de abandono da perspectiva socialista. Pronunciava-se a palavra para exorcizar a prática. Lenta, mas contínua, essa mutação consolidou-se na campanha de 2002.

Era necessário acalmar o "mer-

---

**A incontinência na linguagem revela a mutação: "companheiro Bush", "companheiro Inocêncio Oliveira", "meus companheiros empresários", etc. Não houve traição, mas uma estratégia transformista.**

---

cado"<sup>17</sup> para viabilizar a eleição sem maiores riscos. A política real, agora, nada mais tem a ver com as "bravatas". A perspectiva é outra. Tudo cuidadosamente indicado nas falas do candidato. Não viu e não acreditou quem não quis. Falar, ele falou. Se seus apoiadores ficaram perplexos isso não causou nem surpresa nem constrangimento aos que criticavam tal mutação, que é bom que se diga, não se trata de um recurso tático, mas de uma ruptura no plano da estratégia.

Quando um partido muda tão radicalmente sua linha política declarada em resoluções, isso tem graves conseqüências. Os socialdemocratas alemães levaram quase oitenta anos para retirar a idéia de socialismo marxista do seu programa - mesmo que já o tivesse feito na prática há décadas - e, ainda assim, não recuperaram seu poderio eleitoral. O PC Italiano mudou o nome e os símbolos. Perdeu a história, a memória. De maior partido comunista do Ocidente passou a ser apenas mais um, entre os partidos italianos. No Brasil, o processo se deu mais rápido. Um partido que chegou a imaginar-se social-democrata (em tempos neoliberais) não gastou mais que um quarto de século para fazer a transposição das ideologias. Mudando o conteúdo, perde não apenas a história, mas se integra, como tantos, à Ordem do Capital. O PT chegou ao governo ao preço de perder o próprio valor ideológico da legenda.

A direita saudou a mutação

como prova de maturidade. O PT chegou à idade da Razão, rendeu-se aos usos e costumes políticos da terra! Quebrara-se a credibilidade de quem enfatizava a ética na política. Acordos para votações impopulares, cargos à granel, aliciamento de parlamentares da "oposição" para os partidos da sua base e barganha com as chamadas verbas de interesse dos parlamentares. A incontinência na linguagem revela a mutação: "companheiro Bush", "companheiro Inocêncio Oliveira", "meus companheiros empresários", etc. *Não houve traição, mas uma estratégia transformista.*

Na campanha eleitoral se prometeu o céu, mas pratica-se o inferno. Diante do quadro brutal de desemprego, concentração de renda, aumento da violência, degradação de gerações inteiras, o mínimo requerido era um balanço para saber o que fazer. Nada disso foi feito pelos recém-chegados ao Planalto. A transição foi "civilizada": aceitou-se não apenas a estratégia FHC-FMI (na famosa reunião dos candidatos com o tucano), mas, também, as contas. Sem nada contestar. O custo social é imenso. Prova desse *modo de governar* foi a "fria e racional" decisão de Berzoini de exigir o recadastramento dos idosos acima de 90 anos que deveriam provar não serem fraudadores.

A relação com os trabalhadores do estado é cada vez pior. Com Collor eram marajás, com FHC vagabundos e, agora, com Lula, respon-

sáveis pela destruição da Previdência Pública. Tudo isso porque pretendiam fugir à destruição das suas condições futuras de vida. Lula, que garantira cumprir ciosamente todos os contratos, não se referia àqueles trabalhadores ou ao conjunto da população. A decadência da categoria é visível até nas metáforas-acusações. *Na verdade, quer-se o servidor submisso e não o trabalhador organizado.* O esquema de sonegação e elisão fiscal das grandes empresas permanece intocado, impune. O corpo de fiscais do governo continua sendo devastado na esteira da política de reforma do Estado, iniciada por Collor e seguida por FHC. Aprofunda-se a destruição plena de serviços e direitos sociais. Forte com os fracos, generoso com os poderosos. A regra "democrático-popular" seguiu essa que é uma das mais perversas tradições da política brasileira. Afinal, quando eles mentiram? Antes? Durante? Depois? Ou o tempo todo?

A tarefa essencial da construção do conhecimento é a crítica no sentido marxiano. Contra as postulações que enfatizam a perspectiva empirista da descrição<sup>18</sup> a crítica desloca o campo da reflexão para o deciframento do real (*o porquê crítico*)<sup>19</sup>, não se limitando, pura e simplesmente, a uma descrição dos fatos. Descrever, apenas, é uma forma sofisticada de ocultação do problema real e de suas conseqüências.

O militante não pode limitar-se a fechar os olhos a um real que nega brutalmente tudo que falou e dizer "é o nosso governo". Ele pode, cegamente, afirmá-lo, mas isso tem um preço: o risco de entrar em um beco sem saída, de um isolamento em relação ao conjunto da sociedade, ain-

da que, a médio prazo, uma "autoridade" política emane do eleito. Ele tem responsabilidades. *O grande risco da militância é confundir o dia-a-dia com toda a realidade.*

A crítica da população nem sempre se expressará abertamente. Ela querará a resolução da "herança maldita" não apenas do governo anterior, mas de séculos de dominação. Essa imagem oculta e deforma o real. Trata-se da própria lógica do processo e não de uma herança. Como condenar a maldição e continuar a praticar a mesma política? Cabe a analistas e militantes, em graus e modos diferentes, é claro, trabalhar na resolução desses problemas. A objetividade na política é, essencialmente, impedir que nossas propostas nos ceguem diante da realidade. Iludir-se, assumir uma postura de autocomplacência, é uma chave da derrota.

### **Aparência e realidade - o dito e o feito**

A análise da avaliação do primeiro ano do governo Lula pela performance midiática nos permite revelar com clareza certos traços de comportamento tortuosamente escondidos sob a dialética dos discursos oficiais preparados pelos *ghost writers*. O "improvisado", quando o Presidente se sente à vontade, em casa, e solta suas costumeiras metáforas, suas boutades, é fortemente significativo. Típica foi a frase sobre o "bando" de generais e de soldados. O uso descuidado das palavras revela despreocupação com seus efeitos<sup>20</sup>, constituindo-se em uma condenada bravata.

A forma com que se processam os acontecimentos possui uma lógica que merece nossa atenção. O exercício do poder executivo, inde-

pendentemente das *personae vividas* pelos seus "atores", é marcado por toda uma semiótica. O deixar-se fotografar desta ou daquela maneira, a gestualidade, a forma pela qual se pronuncia o discurso político, os bonés que usa ou deixa usar, tocar violino ou bongô, nada disso escapa ao olhar atento do analista. A banalização da figura presidencial se, por um lado, torna o presidente mais familiar (ele é igualzinho a nós - este é o intertexto desejado), por outro lado, a vulgariza e fragiliza. Expõe suas debilidades.

O uso dos bonés<sup>21</sup> ilustra bem o procedimento. Eles foram sempre uma constante desse "aparecer como popular": dos ruralistas ao MST, passando pela festa do vinho, pelo Corinthians e Flamengo. O constrangimento dos arraiais do Planalto com a reação da direita ao uso do boné do MST foi evidente. A direita não esquece seus "adversários", mesmo quando estes aparecem convertidos. Passado o mal estar, Lula continuou a usar os bonés. Seria interessante - e muito ilustrativo - verificar a coerência entre o uso do boné e o discurso falado quando ele o usa. Houve casos em que ele se recusou a vesti-los. Por quê?

No dia 23 de dezembro, ele deixou-se fotografar tentando andar de skate. Usava o boné do *Red Bull*, que "dá asas" a quem o bebe. Neste caso, "asas da imaginação" já que, em seguida, ele se afirmou feliz pela obra realizada. Que obra? A mais brutal destruição da sociedade brasileira: a entrega da Previdência Pública ao sistema financeiro, o corte das verbas da área da saúde para construir o monstruoso superávit primário para além do que os próprios organismos financeiros inter-

nacionais exigiam. O resultado é a destruição do seu próprio partido, construído a partir das lutas sociais ao longo de duas décadas. Essa excessiva exposição, facilitada pelo acesso à poderosa TV Globo, sua ex-inimiga mortal<sup>22</sup>, transforma esse "aparecer" em um vulgar movimento popularesco, marcado pelo estilo Duda Mendonça. Os conservadores sorriem e dizem: lembre-se da *liturgia do cargo*. Com isso, indicam claramente a fragilidade travestida de força.

As afirmações vazias, traduzidas por metáforas banais e corriqueiras, são uma forma específica de uma ideologia acobertadora do real. A metáfora apenas anuncia o que não pode enunciar claramente: a mutação. Pretende-se por elas subtrair-se ao problema real, indesejável, que perturba o ator. Não dão, e nem o poderiam dar, conta das necessidades reais que se fazem presentes. Analisando a política brasileira, isto é uma recorrência. *Em Lula, existe apenas o abuso do método.*

A metáfora religiosa, onipresente nesse discurso, é fundamental: "Deus não me traria de tão longe se não fosse para realizar essas grandes tarefas". Metáfora de fundo medieval: *Dieu le veur*. Foi além, afirmando que nada o impediria de realizar sua missão, nem as fúrias da natureza, nem as forças políticas. A própria noção de missão, auto-atribuída, de claro sabor calvinista, revela um pôr-se acima das leis com uma forma de misticismo sebastianista. *L'état c'est moi*, poderia ter dito, secundando o Rei Sol.

Este fundo "carismático", nome que a imprensa e um certo tipo de ciência social costumam aplicar a figuras como ele, permite-lhe, ele o



crê, tratorar a sociedade. Ele, o emissário de Deus. Na realidade, apesar dessa aparência messiânica, Lula nada tem de qualidades mágicas, extracotidianas (diria Weber), mas é uma criatura da velha estrutura sindical. O que não lhe impede de se apresentar como acima da sociedade, do bem e do mal. Isto tudo a partir de uma preocupante *tentativa de ocupação do espaço laico pelo discurso messiânico*.

Metáforas que têm a clara finalidade de colocá-lo como supremo magistrado e de separar os *bons dos maus*. Trata-se de uma forma da *morte da política* entendida esta como atividade de construção da liberdade. Ao "encarnar" a sociedade ele elimina as diferenças, define o normal e o patológico. Os que se opõem, não estão apenas errados, mas, fora do campo da razão<sup>23</sup>. Como não se arrependem, não fazem o ato de contrição, precisam ser expurgados: daí a necessidade obsessiva de expulsar os réprobos. Aqui, o real impôs algumas distinções. Nem todos os "maus", nessa visão maniqueísta da história, se expuseram plenamente. Uns calaram-se ou foram calados (*silêncio obsequioso*); outros choraram por ter que votar com o partido mesmo contra tudo o que dizem acreditar.

O mínimo que se esperaria de um governo e um partido autoproclamados democrático-populares é o amplo debate sobre as questões programáticas. Vê-se, pelo contrário, um conjunto de decisões ser votado sem maiores esclarecimentos. E a exigência da disciplina não é ao partido, mas à sua direção. Com que moral criticam quem aplica o centralismo democrático? Com a dos que usam o centralismo burocrático

e a disciplina na base da subordinação ou expulsão.

O conjunto das alianças oportunistas para aprovar as "reformas" contra a população, prova concreta daquele falso messianismo, criou um monstruoso bloco de apoio parlamentar (o Centrão petista) que tem a capacidade de capturar parcelas crescentes dos seus "opositores" liberais e social-democratas, não por eficácia política, mas porque Lula realiza o programa daqueles que o PT combatera anteriormente. E, qualitativamente, pelo grau de destruição do futuro não apenas desta, mas de muitas gerações. Mas, se isso é a sua força é, também, a sua própria fragilidade. E é bom ter sempre em mente que essa "base" do governo do *New PT* tem, ela própria, seu programa de conservação social. Usará mais os governantes do que se deixará usar por eles.

As questões da incorporação do PMDB ao ministério mostram também o quanto este governo está disposto a pagar por uma efêmera sensação de segurança. A vulnerabilidade da base de apoio governamental é acentuada pelo reforço do poder dos governadores tornados, eles próprios, fonte de legitimidade da ação do executivo. Este "apoio crítico" dos governadores, inimigável para alguns no início do governo, serve de apoio e obstáculo, revelando o elevado custo desta estratégia. O teste real da força do governo dar-se-á, obviamente, quando se apresentar matéria sobre a qual a oposição tenha posição.

Lula "aparece" como o grande pai da sociedade. A sociedade "comprou Lula" e lhe entregaram "Palocci-Dirceu". Os desmentidos, as idas e vindas, atribuídas à inexperiência

da equipe, nada mais são do que o peso do poder decisório dos governantes que nós não elegemos e as bravatas do realmente eleito. Os "desejos" deste "aparentemente" não se quadram com o poder daqueles. Necessárias para tentar "ganhar corações e mentes" as falas de Lula caem no vazio de um real que lhe contradita o tempo todo, enquanto Palocci e Dirceu implementam o "saco de maldades". Lula, do alto do Olimpo, entoia a cantilena "tenham paciência", incrédulo com o real que lhe "desobedece". Mas, altaneiramente, vai em frente, chegando mesmo a dizer, em reunião com o MST, que queria ser julgado ao final do seu mandato. Vale dizer: quero cheque em branco. E vez por outra ele ou algum dos seus áulicos falam que quatro anos são poucos para tal missão. Realmente, já vimos esse filme.

A "Reforma" da Previdência é paradigmática em relação às demais políticas estatais<sup>24</sup>. Foi, longa e cuidadosamente, preparada pelos governos Collor-FHC e agora por Lula. Mas, também, pelo processo de empobrecimento da sociedade, pela construção do antagonismo trabalhadores do estado X população e pelo processo de construção dos Fundos de Pensão, capitaneado por Gushiken, seu guru. Um enorme contingente de trabalhadores foi lançado à chamada informalidade. Isso é decisivo na destruição da previdência pública já que estes não contribuem para ela ou o fazem em pequeníssima medida. O processo de congelamento salarial dos trabalhadores do estado leva a que essa categoria tenda a desaparecer e ser substituída por trabalhadores sem direitos sociais, sem carreira e concurso: o verdadeiro paraíso dos governantes.

Helmut Schwarzer, secretário da Previdência Social, afirmou que o que mais prejudicou, no rombo de R\$ 27 bilhões, foi "principalmente a queda na renda dos trabalhadores" (Folha de São Paulo, 24-12-2003, p. A1). Tudo isso após um imenso esforço marqueteiro de convencer a sociedade de que o problema da Previdência eram os servidores públicos, vagabundos que se aposentavam precocemente e como marajás. O mais trágico é que já se fala na necessidade, dentro de mais ou menos cinco anos, de uma nova reforma da previdência. Esse prazo pode ser encurtado com a "Reforma" ministerial e a entrega da Previdência ao PMDB. Impavidamente, centrais e sindicatos constroem seus fundos de pensão; tornam-se núcleos do capital financeiro.

Não é por acaso a MP que permite aos trabalhadores do estado tomar empréstimos bancários com desconto automático na sua folha de pagamento. Garantia máxima da agiotagem legalizada: a bancária. Proteção ao sistema bancário e legitimação *aggiornata* de um endividamento permanente dos trabalhadores. Crédito? Talvez. Salário? Sabe-se lá quando. Se a força de trabalho é uma mercadoria ela pode ser submetida também a uma Bolsa Mercantil de Futuros! E o salário também. Como a Carteira de Trabalho, este tenderá a perder-se na memória dos trabalhadores.

A reconstrução da figura do trabalhador torna-se mais e mais dependente do Capital: uma espécie de *Frankenstein* adequado ao momento atual do imperialismo. Trata-se da mais ousada tentativa de rebaixar ao máximo o patamar de sobrevivência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em



que se busca ampliar o seqüestro da sua subjetividade de classe. A reinvenção do trabalho escravo ou servil caminha *pari passu* com a cidadania mercantil do consumo. O capitalismo e as políticas praticadas pelo governo tendem a unificar objetivamente os trabalhadores: do estado e da ordem privada. Essa objetividade só pode ser transformada pela constituição de uma subjetividade capaz de dar sentido a ela: o permanente problema da direção, dos intelectuais de classe.

#### **As bases da mutação transformista**

A desestruturação da sociedade caminha fortemente no sentido de sua plena captura pelo governo e seu partido. A CUT é hoje uma correia de transmissão. A partidarização da Central vem eliminando sua democracia interna. Nada que for crítico ao governo passa em suas instâncias. A CUT, construída durante a ditadura, praticamente desapareceu, não obstante o esforço de boa parcela da militância. Este processo não é de agora, tendo começado no Congresso de Belo Horizonte com a re-

forma estatutária que diminuiu a possibilidade de controle da ação da direção pelas suas bases e acentuou seu caráter concentrador, centralista<sup>25</sup>.

Ela caminhou no sentido de reduzir seu horizonte político a duas tarefas: eleger Lula e fazer acordos corporativistas em benefícios de suas principais categorias. Neste segundo ponto essa estratégia foi fragorosamente derrotada, não importando a fala da direção, mas, o julgamento da história. Por mais que falem em câmaras setoriais e banco de horas como estratégias sindicais de enfrentamento ao neoliberalismo, estas medidas nada mais são do que respostas capitalistas à crise do capitalismo. Vitórias? Onde? Seja na carência de resultados na questão metalúrgica, que tem de permanentemente negociar para garantir o que já tinha sido negociado<sup>26</sup>, seja no desmonte pronunciado dos bancários, as categorias profissionais vão sendo paulatinamente reconstruídas a menor, diminuídas física e politicamente. A política é ditada de fora, pela direção partidário-sindical estreitamente vinculada ao "projeto Lula". Lembremos que a CUT - sob Vicentinho - não apenas aceitou a tese de que tempo de contribuição e tempo de serviço eram indiferentes, o que vem levando ao desespero os trabalhadores da ordem privada na hora de se aposentar, mas, também, das posições da Central quando das greves dos servidores públicos.

Os metalúrgicos levaram adiante as Câmaras Setoriais que, a pretexto de garantir-lhes o emprego, diminuíram os impostos das montadoras, reiterada seguidamente. O caso é clássico: aumento da produtividade e da lucratividade, nenhum controle previsto sobre as empresas e um

mínimo de empregos mantidos. Mas, sempre e sempre sob a ameaça de novas demissões. Vitórias, insítmios. Onde? Contrariamente a tudo que foi falado na campanha eleitoral, do Primeiro Emprego, do destaque marqueteiro à questão do desemprego, falando aos catadores de lixo em São Paulo, Lula nos brindou com uma reflexão natalina. "Não basta a economia crescer. Com os avanços tecnológicos no mundo, muitas vezes uma empresa aumenta sua produtividade, sua rentabilidade e não gera um posto de trabalho" (*Folha de São Paulo* 24-12-2003, p. A4). Substitua-se o "muitas vezes" por "quase sempre" e teremos um quadro aproximado do desastre proporcionado por aquilo que muitos, altaneiramente, chamam de "Terceira Revolução Industrial", ou seja, a tentativa deliberada de diminuir ao máximo o trabalho vivo. O Programa Primeiro Emprego não registrou uma adesão sequer razoável. O problema segue agravando-se.

A CUT assumiu a forma da Central que combatera (Força Sindical) e instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações do mundo do capital (perversamente designado mundo do trabalho). Cada vez mais distinta e isolada dos trabalhadores, transformados em exército de apoio à direção, em massa de manobra devidamente disciplinada por ela (basta ver os congressos da Central deste ano, tanto no plano nacional, quanto estadual<sup>27</sup>). Ilustrativo de como eles

fazem a mediação com a diferença foi o ataque covarde sofrido por trabalhadores do estado diante do Sindicato de Metalúrgicos do ABC. A ação decorreu do fato de que os metalúrgicos não gostaram do protesto contra a "reforma" da previdência; agiram como *bate-paus*, como tropa de choque governamental. A regra agora é a das grandes festas, primeiros de maio com sorteios, shows musicais e zero de política, se não, pensam eles, a "massa" vai embora no mais puro "estilo Duda Mendonça". O detalhe foi a contratação, pela Central, do mesmo marqueteiro que bolou esse esquema para a Força Sindical.

A CUT participa do Fórum Nacional do Trabalho. Sua direção aceita eliminar a voz dos trabalhadores substituindo-a pela do burocrata-gestor despótico da categoria; aprovará a *contra-revolução preventiva* da legislação sindical e trabalhista e assinará embaixo, por antecipação e sem qualquer constrangimento, a tese do negociado valer acima do legislado. Vale dizer, atuará na reconfiguração das classes subalternas a partir da Ordem do Capital. Trata-se da já mencionada *morte da política*. As reformas sindical e trabalhista em curso tendem, caso sejam aprovadas, a aniquilar os trabalhadores como organização e projeto histórico. Para acompanhar passo a passo as políticas deste governo é altamente instrutivo ler os documentos do FMI ([www.imf.org](http://www.imf.org)) e do BM ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)).

Aos que falam em "sindicalismo de estado" está reservada uma surpresa: os sindicatos não serão apenas criaturas do Estado, mas tendem a ser instâncias governamentais

preferenciais. Caso esses projetos de destruição passem, é óbvio. Aquilo que a Articulação não conseguiu impor (o sindicato orgânico), será realizado por lei<sup>28</sup>. Os sindicatos brasileiros estarão, face a face, com uma forma agravada de fragilidade: os que representam as grandes categorias poderão sobreviver (e olhe lá); quanto aos demais, conhecerão um novo tipo de darwinismo social. E ainda escutaremos o discurso de que se está combatendo os sindicatos de carimbo.

Separaram-se as reformas e priorizou-se a sindical. Embora a reforma trabalhista fosse declarada inadiável e fundamental, no início do governo, ela foi jogada para 2005. Fundem-se os interesses de longo prazo do capital e os de curto prazo dos seus representantes políticos. Senadores e deputados que querem ser prefeitos não correm, assim, risco de ter que votar quebras de direitos sociais em ano eleitoral. Preserva-se o plano estratégico de inchaço do PT. Quem sabe, logo, logo, este será o mais novo "maior partido do Ocidente"<sup>29</sup>.

A "reforma" sindical, se aprovada, quebrará as pernas do movimento sindical e o disciplinará nas mãos da burocracia das Centrais. Contrariamente às bandeiras históricas de liberdade e autonomia sindical, essas burocracias terão poderes concentrados de negociação, contratação e de reconhecimento da existência de sindicatos. As bases perderão qualquer possibilidade de controlar o que se negocia e sobre a assinatura ou não de um acordo coletivo. O direito que passarão a ter lhes permitirá, caso um sindicato de base não aceite negociar, escolher qual sindicato representará os trabalha-

dores de uma determinada base. O respeito à base sindical vai para o espaço. No caso da fundação de um sindicato, se seus promotores não tiverem a concordância da(s) Central(is), terão que ter pelo menos 30% da base no processo, limite maior do que a média superior atual de qualquer central. Mais uma vez, o peso decisivo do domínio vai para as burocracias nacionais dessas centrais. A interface Centrais-Estado-Patronato está garantida. Para maior segurança entrega-se a Berzoini o comando do Ministério do Trabalho.

Uma clara antecipação da possibilidade de a Central substituir os sindicatos de base foi dada pela presença de Luis Marinho (outubro p.p.) na Embraer. Ele foi lá e recebeu os agradecimentos de Maurício Nóvis Botelho por ter intermediado um empréstimo de R\$ 1 bilhão do BNDES. Disse Marinho: "A CUT tem que olhar para o país e procurar fazer com que haja investimento em tecnologia porque o futuro do país depende desses investimentos"<sup>30</sup> e disse que a Embraer "não pode ficar abandonada, enquanto seus concorrentes internacionais têm todo o apoio de seus governos"<sup>31</sup>. Até aí nada além da colaboração de classes clássica. O melhor, no entanto, foi que o dirigente da CUT reivindicou ao patronato a criação de uma comissão de fábrica pois "o sindicato tem a rejeição de 70% dentro da fábrica" (*O Vale Paraibano*)<sup>32</sup>. O interesse súbito se explica: São José

dos Campos é dirigido pelo Movimento por uma Tendência Socialista da CUT. E agora chegou o decisivo. Elias Jorge da Cruz (que teria, segundo, a imprensa, sido expulso após um confronto com a direção do sindicato) proclama do alto de sua sabedoria: "Trata-se de um mecanismo legal em caso de o sindicato dificultar ou mesmo se recusar a conversar sobre alguns assuntos da empresa. A comissão poderia assumir essa função porque está ligada diretamente com os funcionários"<sup>33</sup>. Duas observações: a) a linguagem é a da proposta da "reforma" sindical e b) perto disso a legislação varguista e a possibilidade de intervenção no sindicato é fichinha.

### **Nova classe? Não. Velho despotismo**

A reflexão, colocada na ordem do dia pelo *Ornitorrinco* de Chico de Oliveira, salienta uma nova dimensão do quadro político. Os novos gestores dos fundos públicos são realmente uma nova classe? Ou são funcionários novos do sistema financeiro? Qual o grau de autonomia que essa pretensa "nova classe" tem sobre sua fonte de "poder"? Essa pseudoclassem não é nada mais do que um dos setores médios da população. Ela vive do mais-valor produzido pelos trabalhadores, mas sua função histórica é de dar organicidade e praticidade ao capitalismo. Martin Nicholaus, em *Proletariado y clase media em Marx: Coreografía Hegeliana y la Dialectica capita-*

*lista*<sup>34</sup>, demonstra-o com bastante clareza. Qualquer tentativa de pensar esses grupos como uma "nova classe" - de Milovan Djilas a Francisco de Oliveira, passando por James Burnham, *A revolução dos gerentes*, etc. - não encontra base empírica de comprovação.

No discurso governamental, na proposta de resolução da "crise" da previdência, os fundos de pensão eram a solução. Não é possível analisar a ação desses fundos e dos seus gestores se não percebermos sua especificidade como agentes privilegiados do processo de financeirização em escala mundial. Eles, longe de resolver os problemas, se constituem como setores de vanguarda do sistema financeiro internacional, tal como demonstrado à saciedade, entre outras, pelas experiências americana, chilena e argentina. Não é possível ignorar o papel de personagens como Gushiken que, com sua empresa, já, há muito tempo, vendia cursos de administração desses fundos a sindicatos. Não é, portanto, mero interesse cidadão para com os aposentados.

Toda a cantilena pseudo-argumentativa em que o governo se baseou foi respondida por Riccardo Bellofiore em *O capitalismo dos fundos de pensão*<sup>35</sup> onde ele fez a crítica dessa ideologia capitalista entre os regulacionistas e importantes militantes socialistas. Lá, como aqui, o modelito foi construído a partir de um relatório do Banco Mundial<sup>36</sup>. Fica claro, portanto, o grau de integração dessa pretensa nova classe à dominância do capitalismo financeiro.

Estes gestores fazem parte do movimento de reconversão "mágico-religioso" que requer e impõe a

---

*Não é possível ignorar o papel de personagens como Gushiken que, com sua empresa, já, há muito tempo, vendia cursos de administração desses fundos a sindicatos. Não é, portanto, mero interesse cidadão para com os aposentados*

---



necessidade de que seu séquito seja disciplinado e bem aquinhoado. *Noblesse oblige*. Eles são decisivos como demonstração da solução para os "pobres e oprimidos". Deles, dizem, sairá a racionalidade que recuperará as finanças previdenciárias e eliminará o *joio dos marajás do serviço público*. São, pelo contrário, funcionários privilegiados deste capitalismo na interface Capital Financeiro-Estado-Burocracia Sindical (emancipada do controle das bases) e se comportam como tal. Gestores dessa interface e não apenas dos Fundos. Como responsáveis por uma das formas privilegiadas da acumulação capitalista, são e serão, sem dúvida alguma, interlocutores privilegiados da Ordem do Capital e da estabilidade estatal. O conjunto das reformas (Previdência, Sindical, Trabalhista, Universitária) dá o alcance real das medidas governamentais.

O aparentemente novo é o *locus* da extração das personae dessa nova burocracia: são ex-militantes sindicais. Não assumirão cargos na equipe econômica, mas terão condições de impactar decisivamente sobre os projetos em andamento<sup>37</sup>. Agora, sindicalistas são gestores dos Fundos de Pensão com um plus, com a vantagem de ficarem incontroláveis por qualquer forma democrática. Em 1964 a direita acusava João Goulart de tentar criar uma república sindicalista. Lula parece querer, quatro décadas após, dar-lhe razão. Com a vantagem relativa de não ter que enfrentar (até agora pelo menos) a reação dos conservadores. Pelo contrário: vem sendo aplaudido de pé! Daí a necessidade cada vez mais atual de proceder ao cruzamento de ocupação dos cargos, a estrutura sa-

---

*O assalto aos cargos é amplo, geral e irrestrito.*

*Estes e as respectivas benesses são fartamente distribuídas aos amigos. O público e o privado se mesclam incestuosamente.*

---

larial e perda de liberdade da sociedade. Um *who is who* da interface acima mencionada será ilustrativo das estratégias governamentais e do porquê não é possível avançar sobre o processo de democratização das informações que o tornem translúcido. Com isso, teremos com clareza o mapa de como se move o "pessoal do apoio", em especial, a tropa de choque. O assalto aos cargos é amplo, geral e irrestrito. Estes e as respectivas benesses são fartamente distribuídas aos amigos. O público e o privado se mesclam incestuosamente. A palavra de ordem petista *desprivatizar o Estado* é coisa do passado, coisa de xiita radical!

O Estado está absorvendo a sociedade civil, dirão os liberais. Os organismos privados de hegemonia tendem, mais e mais, a serem engolfados pelo aparelho estatal, a ponto de, a curto prazo, serem identificáveis, direta ou indiretamente, a agências governamentais. Mudaram os interlocutores. Privilegiam-se as ONGs sobre as classes. Longe vai o tempo (X Encontro Nacional, 1995) onde se criticava a "desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONGs e entidades sociais"<sup>38</sup>. Sindicatos? Devem deixar de ser corporativos e pensar na sociedade como um todo! Devem pensar nas políticas que interessam à nação, diz Lula<sup>39</sup>. Para quem isso é falado? Estamos no Brasil onde a população foi lançada à miséria, os movimentos sociais vigiados e várias de suas direções passaram a

exercer cargos governamentais. Essas direções, ao mudar de lado - de rebeldes a campo governamental - atuam no sentido de permitir o seqüestro e a incorporação desses movimentos ao projeto do governo que os desarticula.

Essa aparente diluição do Estado é a forma real de concentração de poder acoplada à parcerização com o privado, identificado ao público. O antigo conceito de público - e suas práticas - são transformados em corporativismo, inimigo da sociedade. O segredo de Polichinelo se revela. A burguesia não tem porque temer o Estado: ele garante o financiamento aos seus projetos estratégicos, controla e disciplina as classes subalternas. Este é o sentido da contra-revolução proposta nas citadas reformas. Ao invés do postulado democrático da sociedade ter controle sobre o aparelho estatal, vemos o contrário: este vai avançando avassaladoramente sobre a totalidade social. A idéia do controle social, para muitos um dogma, não faz mais sentido, talvez nunca devesse ter sido pensada, ressalta a alta burocracia estatal e do partido. Os dominantes se sentem em casa: dos banqueiros à TV Globo, todos agradecem e pedem passagem.

A um só tempo vemos constituir-se e acentuar-se uma adesão irrestrita e uma impotente frustração. Nenhum debate político real na sociedade ou no partido. Impõe-se a linha burocrático-governamental que caracteriza a vida das instituições. O

Congresso se molda, acentuando o seu *modus operandi* de casas homologadoras, salvo se do debate puder sair, como é de praxe, uma certa troca de favores. O Judiciário é atacado de forma dura. Não que este devesse ficar impune. Os escândalos se sucedem sem que, contudo, isso seja um privilégio dos Meritíssimos. Atacar o Ministério Público, aplicar a Lei da Mordça, não indica nenhuma forma democrática de crítica. Essa clara tentativa de atemorização é uma demonstração de debilidade.

### As palavras do poder e o poder das palavras

O discurso ideológico é o terreno no qual os projetos políticos são construídos e impostos à totalidade social. Isto não o torna necessariamente verdadeiro. Mesmo que se declare "estamos mudando o país", basta olhar o cotidiano e perceber o agravamento do desemprego, a miséria crescente, a destruição dos serviços públicos, por um lado, e, por outro, a alegria dos banqueiros<sup>40</sup>, o crescimento sem cessar da desigualdade social. As palavras, tal como fala Humpty Dumpty em *Alice no País das Maravilhas*, dizem o que se quer que se entenda.

Em tempos neoliberais não existe mais miséria, mas, exclusão. Qual a vantagem dessa formulação? O problema parece não ser do capitalismo nem do governo, mas dos excluídos<sup>41</sup>. As políticas de "inclusão" são aquelas que permitem, focalizadamente, diminuir os problemas sem alterar sua verdadeira causa. O Banco Mundial concorda e agradece. Mas, excluídos? Onde? Quem? Na realidade, o problema é: enfrentar a concentração de renda, o desemprego, etc., ou partir para a prá-



tica quase caritativa. A informalidade não é uma desgraça a que estamos fatalmente submetidos. É um mecanismo pelo qual se enfrentam as crises do capitalismo. Do mesmo modo, a questão do trabalho infantil, a reinvenção da escravidão, etc. Ninguém está excluído, mas incluído de forma subalterna, bárbara.

O problema é o da quadratura do círculo: como implementar, na chamada periferia, um capitalismo que não seja o mais brutal possível. Obviamente, não existe um capitalismo "não selvagem", como Lula ama discursar. O que pode ser construído, ainda na Ordem do Capital, são mecanismos de controle social eficazes. Para isso, contudo, é preciso destruir uma política macroeconômica que leva em São Paulo a 21% de desemprego no primeiro ano do governo democrático-popular, no governo da "esperança". Taxa só atingida em 1985!

Coloquemos ainda um problema. A Universidade Pública volta a ser um inimigo que deve ser destruído. Ato falho ou cumprimento das indicações da Organização Mundial do Comércio, que ordena a mercantilização da educação? José Dirceu já julgou e condenou: "o pau vai co-

mer". Ameaça concreta que acentua uma política de décadas de sucateamento da Universidade pública. O que não se conta é que, a um só tempo, o governo retira dinheiro da universidade, das doações ao Fome Zero, para pagar a Dívida e tenta impor um novo tributo para "ajudar" a Universidade. Ajuda que também será incorporada ao famoso superávit. A incrível fome tributária parece não encontrar limites.

A convivência com uma Universidade crítica é um dos requisitos fundamentais de uma sociedade que se pretenda democrática. Reduzir-lhe as verbas cumprindo um projeto que vem da ditadura, satanizá-la seguidamente, privilegiar a parcela da burguesia que faz das instituições universitárias privadas o locus específico para amealhar seu rico capital, não deveria, nem poderia, ser tarefa de um governo que se pretenda democrático-popular<sup>42</sup>. Argumentos? Os mesmos da ditadura: os ricos na universidade pública, os pobres nas pagas. Não importa que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão governamental, demonstre o contrário. Leis são rasgadas e a autonomia universitária, cara em todo o mundo civilizado, é lan-

çada, pelo governo, ao cesto do lixo. Lembremos o conselho de um liberal americano: *Se a Universidade é cara, experimente a ignorância*. Ou, importe as políticas do Banco Mundial, a tecnologia da Coreia e os *gadgets* da China.

Fala-se, com eufemismos, no velho e surrado orçamento global; tenta-se impor regulamentação infra-constitucional para a autonomia da Universidade e acopla-se um aumento de vagas (em uma quantidade praticamente impossível) para "ganhar" a sociedade. E o novo ministro lança um balão de ensaio: uma Constituinte Universitária. Obviamente, a proposta, cujo teor não foi explicitado, terá que contemplar todo o sistema. Os privatistas serão chamados a definir qual será a nova universidade. O que, na atual correlação de forças, isto não indica nada de positivo para uma Universidade pública.

### Concluindo provisoriamente

As aparências são normalmente associadas às ilusões. Elas, contudo, são necessárias. É através delas que se percebe o real, atuando assim no sentido de conformar os *modos de ver, de pensar*, constituindo-o. Toda ação social se move em um campo estruturado pelas ideologias, pelos projetos das classes. As aparências são a cara visível das ideologias. Ainda que demonstradas empiricamente falsas, marcam o horizonte das possibilidades. A análise do *modus operandi* do governo do PT demonstra a afirmação acima. Ao mesmo tempo em que se destroem as condições básicas de vida das classes populares se proclama, como virtude governamental, justo o oposto.

---

*Lula pensara governar representando as grandes massas, mas acaba por implementar o programa da contra-revolução, patrocinado pelo processo de financeirização.*

---

Entre a intenção e o gesto há um largo espaço. Na França de 1848, Odillon Barrot chegou ao governo na ditadura bonapartista, embora tenha desejado fazê-lo como chefe da oposição liberal. Lula pensara governar representando as grandes massas, mas acaba por implementar o programa da contra-revolução, patrocinado pelo processo de financeirização. E o faz mais rapidamente possível todas as "reformas" enquanto ainda tem popularidade. Pode até ter pensado estar vivendo uma afirmação de Maquiavel, mas leva à cena, tão somente, o surrado *script* do neoliberalismo.

Desenvolvemos, ao longo deste artigo, a tese de que a tentativa de ocupação do espaço laico da política pelo discurso messiânico implica em um risco grave. Não se trata de uma ideologia banal, mas de um discurso de forte carga emocional que confere aos governantes um poder manipulatório brutal. Em nome da afirmação de um projeto, dito de salvação nacional, instaura-se uma corrupção, ainda maior, das instituições e dos sujeitos. Não é o projeto de um partido o que nos preocupa, mas, a destruição, a curto e médio prazo, da atividade política como possibilidade de práxis transformadora. É uma forma particular de morte da política. Este discurso "ético" busca eliminar os divergentes porque quer instaurar um pensamento e uma ética únicos, impedir que o amanhã seja um outro dia, como dizia Chico Buarque. Trata-se de uma

operação de *limpeza* ideológica.

Nossa tarefa é de trabalhar na reconstrução da liberdade que progressivamente vem sendo subtraída à sociedade. Há que se reconstruir, com eles e não sobre eles, os movimentos sociais, restaurar no conjunto da sociedade o trabalho da política que negue o imediato para afirmar o futuro. Recuperar a capacidade de pensar a Grande Política ao contrário de chafurdar no cotidiano opaco e reacionário da conservação da atual forma social. O papel das direções está claramente colocado. Aqueles que em nome de interesses menores pensarem em sua readequação no espaço da política atual podem até fazer discursos altisonantes mas tendem a imobilizar o movimento molecular da sociedade. E esta é uma tarefa para uma nova organização que unifique o conjunto daqueles que se recusam a entoar, perversa e desafinadamente, o verso *o sonho acabou*.

### Notas

1. Edmundo Fernandes Dias, ex-Secretário Geral do ANDES-SN (1994-6 e 2000-2002) e professor aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Este artigo, embora seja de inteira responsabilidade do autor, deve muito aos comentários de Moema Joffily Dias (de quem tive o privilégio da primeira leitura), Angela Santana do Amaral, Antonio Carlos Oliveira, Antonio Luiz de Andrade, José Fernandes Dias, José Roberto Zan e José Vitório Zago.
2. Dirigentes da *Liga Spartacus*, assassinados oitenta e cinco anos atrás pelas milícias da extrema direita no governo de Noske, ex-sindicalista e dirigente do Partido Social-

Democrata Alemão. Essas mortes e a de Lênin, cinco anos após, pouco ou nada apareceram na imprensa.

3. *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 2003, p. A5.

4. Cf. *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 2002, p. A-7.

5. Cf. *O Estado...*, 25 de setembro de 2002, p. A-7. Sobre os efeitos da tecnologia ver o informe de Morgan Stanley segundo o qual cerca de 2 milhões de empregos de programação e engenharia serão transferidos para o exterior (*O Estado...*, 23 de dezembro, p. A2). Alan Tonelson, do *U. S. Business and Industrial Council* afirma que companhias que praticam *outsourcing* "estão pagando salários chineses e vendendo a preços americanos" (idem).

6. Questão clássica no encaminhamento do socialismo ela motivou uma série de debates na União Soviética e em Cuba (debate Che Guevara X Fidel). O que está em questão é a construção ou não do trabalhador omnilateral.

7. Quando falamos em programa histórico do PT estamos nos referindo ao conjunto de resoluções historicamente construídas ao longo de mais de duas décadas. Veja-se: *Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998* publicados pela Editora Fundação Perseu Abramo.

8. A imagem "estelionato eleitoral" é despolitizante. Oculta o significado real do *transformismo político dominante*. Nesse sentido, o PT não faz mais do que a tradição política brasileira consagrou.

9. *Resoluções...*, op. cit., p. 539. Grifo nosso.

10. Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, pp. 1629-30.

11. 7º Encontro Nacional, 31-5 a 3-6 de 1990.

12. *Resoluções...*, op. cit., p. 429.

13. A expulsão dos réprobos e a defesa intransigente do governador de Roraima pelo presidente do Partido são apenas ilustrações desse processo. O partido de Maluff avisa que participa do governo apenas se tiver um ministério...

14. *Resoluções...*, op. cit., p. 253. Grifo nosso.

15. Grifo nosso.

16. Quando o ANDES-SN (gestão 1994-1996) teve a primeira audiência com o MEC, um dos principais assessores do ministro falou: "Vocês precisam entender que a situação mudou muito. Fernando Henrique foi eleito com aproximadamente 50 milhões de votos". Retrucamos: "Que liberalismo tosco! Imaginar que uma eleição apaga a

história, as contradições". Estamos ouvindo isto, agora, pronunciado por um governo dito democrático-popular.

17. Esta palavra sintetiza a totalidade das relações sociais capitalistas com a vantagem que mercado parece ser mais neutro e mais defensável que capitalismo.

18. "que é a negação de toda epistemologia rigorosa (...) o empirismo, o mais ingênuo ('na ciência, os fatos são os únicos juizes'), o positivismo, o mais resoluto ('porque? Jamais; como? Sempre')". François Châtelet - *La philosophie des professeurs*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 1970, pp. 183.

19. "O pensamento científico efetivo se desenvolve de outra maneira: na síntese sempre instável e desarmônica que reúne e separa o trabalho dos conceitos e a força das práticas". idem, p. 29.

20. A relação com os militares é sintomática. Afirmou-se, anteriormente: "As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil", Cf. *Resoluções...*, p. 408. Fez-se a bravata de colocá-los na mesma "Reforma" da Previdência e, agora, a tensa questão da elevação de Apolônio de Carvalho a General de Brigada simplesmente desapareceu, desmanchou-se no ar.

21. Ver o artigo-poema concreto de Jânio de Freitas (*Folha de São Paulo* de 28 de dezembro).

22. Cf. o debate com Collor ao final da primeira campanha presidencial. Aí ficou claro que, depois de esgotados todos os prazos de propaganda, a TV Globo apresentou uma "síntese" que nada mais era do que a construção da cena de um Lula já derrotado diante de Collor, vitorioso e sobranceiro.

23. Bem no estilo analisado por Michel Foucault em sua sempre estimulante *L'Ordre du discours*.

24. É impossível, a quem tem o mínimo bom senso, chamar a isto de políticas públicas ou sociais.

25. Esse mesmo processo veio ocorrendo desde a mesma época no interior do Partido dos Trabalhadores. Foi-se constituindo, no partido e na central, uma direção centralista, despótica.

26. E apenas para os metalúrgicos mais ligados à direção da Central. Para os adversários, a lei dura da classe patronal.

27. Em alguns estados essa realidade foi diferenciada, sabemos. Mas estamos falando como tendência dominante. É importante ressaltar que no congresso da CUT-SP a tendência majoritária saudou efusivamente a derrota

judicial de um movimento dos Metalúrgicos de S. José dos Campos: "Eu, eu, eu, São José se f...". Quando, por motivos políticos, a maioria de uma central comemora a derrota de um sindicato filiado a ela (ainda que de oposição à direção) significa que ela já perdeu qualquer caráter classista.

28. Devo esta formulação ao companheiro José Vitório Zago, a quem agradeço.

29. Os tucanos reclamam da política "imperialista" do PT. Afinal, o cofre dos apoiadores tenderá fechar-se para eles caso Lula permaneça em alta. Isto dependerá, é óbvio, da concordância entre as reformas propostas pelo governo e as do Capital.

30. Agência CUT, 24-10-2003.

31. *Ibidem*.

32. <<http://www.mail-archive.com/voto-eletronico@pipeline.iron.com.br/msg1422.html>>

33. *Ibidem*. (grifos nossos)

34. Publicado originalmente com o título *Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and the capitalist dialectic, in Studies on the Left*, vol. 7, nº 1, 1967, traduzido por Fernando Sanches Fontela, Editorial Anagrama, Madrid, 1972.

35. *Rivista de il manifesto*, nº 10, out. de 2000, traduzido e publicado em Outubro, nº 7, outubro de 2002.

36. *Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth*, Oxford University, 1994.

37. Com FHC, a equipe econômica vinha diretamente de um setor universitário e fez carreira *sui generis* (de professores-economistas a banqueiros). Lembremos que Chico de Oliveira fala dos tucanos e dos petistas.

38. *Resoluções...*, op. cit., p. 616.

39. Lembremos a identificação entre capitalistas e nação para termos clareza do sentido da frase.

40. Veja-se a entrevista de Olavo Setúbal na *Folha...*, de 23 de dezembro p.p.

41. No *reich* tucano se falava em inempregabilidade.

42. Em uma importante passagem Gramsci afirma que quando há uma contradição entre o discurso falado e o discurso praticado é neste último que vemos o seu verdadeiro sentido. Dizer-se democrático-popular não implica que, de fato, essa seja a verdade da política praticada.

*Edmundo Fernandes Dias é professor aposentado da Unicamp.*





## Liberdade de organização sindical: a construção de um direito no contexto do governo Lula

*Antônio de Pádua Bosí\**

De acordo com as declarações do presidente do Congresso (deputado João Paulo Cunha-PT) feitas à Folha de São Paulo, em 13 de Novembro de 2003, a reforma trabalhista e sindical será discutida e votada no ano de 2005. Aparentemente isso se justifica porque o governo estaria priorizando a conclusão das reformas tributária e da previdência (esta última já aprovada no Senado), evitando sobrecarregar a agenda política ofi-

cial. Ocorre que, independentemente da sinceridade do deputado, o governo Lula não suspendeu seus esforços de produção de um projeto de reforma trabalhista e sindical. Tal projeto prossegue sendo escrito desde meados deste ano de 2003, dentro do FNT (Fórum Nacional do Trabalho), fórum de concepção tripartite que atua segundo a orientação do governo de construir consensos mínimos entre representações dos trabalhadores e patrões.

O ANDES-SN decidiu, em seu 47º CONAD, por não apoiar este fórum à medida que a suposta construção de consensos - na perspectiva do governo Lula - tende a resultar em projetos que subtraem e eliminam direitos atualmente assegurados na Constituição e na CLT, tal como ocorreu no encaminhamento da PEC-40 (privatização da previdência). Esta posição do ANDES-SN expressa a rejeição de qualquer negociação que retire direitos dos trabalhadores.

Partindo dessa orientação, o 47º CONAD deliberou pela articulação do movimento sindical contra, principalmente, a manutenção da unicidade sindical, do imposto sindical e da retirada de direitos da CLT. A construção dessas posições deve - obedecendo orientação do 47º CONAD - ser feita por meio de atividades conjuntas (seminários, fóruns, manifestações) com sindicatos de trabalhadores dos setores público e privado, buscando responder prioritariamente a três questões: a) o esclarecimento dos trabalhadores sobre o que está acontecendo; b) a construção de uma proposta conjunta com outros sindicatos que amplie direitos trabalhistas e defenda o princípio da liberdade de organização sindical; c) a organização dos trabalhadores e de ações para impedir uma reforma que reduza direitos. Em relação a estas questões, estamos desafiados a desenvolver amplo e aprofundado debate com outras entidades e sindicatos, no prazo mais curto de tempo que for possível, considerando que o verdadeiro compromisso de calendário do governo Lula sobre a reforma trabalhista e sindical é apresentar alguns dos resultados do FNT como representativos da vontade dos sindicatos e entidades dos trabalhadores. Portanto, sem esperar pelo crivo do Congresso Nacional neste assunto, o enfrentamento já começou.

Inscrito nesta conjuntura, este texto é uma tentativa pontual de reflexão sobre a reforma sindical, conforme tem sido encaminhada pelo governo federal. A análise aqui tentada é relativamente apressada devido ao fato de que se fundamenta nas informações obtidas até o mês de novembro de 2003, mas pode servir

como contribuição para um balanço continuado da situação.

### **O Fórum Nacional do Trabalho e a construção de consensos entre as classes.**

O FNT é um fórum tripartite criado por iniciativa do governo federal e começou suas atividades no mês de agosto de 2003. Teve amplo apoio da CUT, anunciado desde abril de 2003, por meio de seu Grupo de Trabalho de Reforma Trabalhista<sup>1</sup>. A metodologia adotada pelo governo para dirigir o FNT objetiva a produção de consensos entre os presentes no fórum. Sobre isto, a avaliação do governo (que certamente pauta sua ação) se materializa na experiência mais recente do desenvolvimento do SINP (Sistema Democrático de Negociação Permanente), tentado pela atual Prefeitura de São Paulo.

Na explicitação desse sistema, está o pressuposto de que as condições salariais e de trabalho dos trabalhadores (de modo particular, os trabalhadores do serviço público) sintetizam-se em mera questão administrativa - de gerenciamento de conflitos - e não como questão política ancorada na discussão e definição do Estado (e, por consequência, dos serviços públicos) e da natureza de classe da sociedade. Como este raciocínio não reconhece a sociedade civil e o Estado como resultantes históricos do antagonismo econômico das classes em luta, a natureza do Estado brasileiro é tomada como neutra e seu papel como administrativo, isto é, como um agente superestrutural com legitimidade, legalidade e capacidade de dirimir conflitos encarados como administrativos, mas que, na realidade, têm origens

social e econômica.

Na avaliação feita no texto que fundamenta o SINP, a necessidade de que o Estado assumira uma função administrativa em relação aos interesses dos trabalhadores do setor público justifica-se à medida que esta ideologia constata que o *"conflito não administrado transforma-se, com frequência, em ineficiência e em confrontos"*<sup>2</sup>. A argumentação utilizada para respaldar essa idéia não é exatamente nova, porque sobrepõe - à maneira do fascismo - os "supostos" interesses "dos setores menos favorecidos da sociedade" aos interesses dos servidores públicos, numa operação ideológica em que os interesses desses setores são mostrados como interesses do governo para, finalmente, os interesses do governo serem mostrados como interesses de todos. Ainda como resultado desta visão, a realidade vivida pelos trabalhadores é pasteurizada num cotidiano destituído de conflitos e contradições. Num cartesianismo infantil - mas bastante instrumental - a greve é convertida ela mesma em conflito. Conforme o texto do SINP, *"faz-se necessário resolver a seguinte contradição: a greve deve ser, na melhor das hipóteses, sempre, o último recurso a ser empregado"*<sup>3</sup>, logo, ela nunca deve ser um recurso empregado.

É esta concepção de *"resolução de conflitos"* que informa a lógica do FNT, explicitada no documento *"Reforma Sindical e Trabalhista e Afirmação do Diálogo Social. Subsídios às Conferências Estaduais do Trabalho"*, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo anunciado deste fórum é formular consensos a serem transformados em projetos de emenda constitu-

*A participação de sindicatos dos trabalhadores no FNT apenas corrobora o princípio apresentado pelo governo Lula de solucionar conflitos trabalhistas tentando pacificar a luta de classes.*

cional com a finalidade de alterar pontualmente a constituição. A exemplo do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), que ajudou a formular a PEC-40 (mesmo com a presença de João Felício, secretário geral da CUT nacional), este fórum poderá chegar a determinados consensos que figurarão no projeto do governo Lula.

Sobre isso, se raciocinarmos por hipótese, no caso do posicionamento da CUT no FNT, ponderaríamos que o consenso sobre pontos importantes como a quebra da Unicidade Sindical é impensável, dado que posições como a da Força Sindical e da CGT indicam a sua manutenção. Formalmente a CUT já anunciou que sua performance no FNT será a de "buscar o máximo de unidade com outras centrais sindicais que se expresse numa pauta comum"<sup>4</sup>, afirmação que deixa em aberto o entendimento sobre os limites reais desse "máximo de unidade" que está sendo tentado. Entretanto, na prática e à luz da participação no FNT, a CUT - em que pesem os diversos documentos escritos com o timbre da Central, reafirmando a necessidade do fim da Unicidade -, sinalizou (em audiência do Senado ocorrida no último mês de outubro e que foi transmitida pela TV Senado) que o consenso poderia ser construído apesar da posição histórica e congressual da CUT. O representante da Central, na referida audiência, argumentou que a experiência da consti-

tuinte de 1987 - quando a unicidade permaneceu de pé - sugeria a necessidade imperiosa de negociação no interior do FNT, sob o risco de se perder o momento ímpar de "avançar" na conquista da estrutura sindical defendida pela CUT. Neste caso, como em todos os fóruns tripartites criados pelo governo, o consenso opera como política do possível e não como método que promove acúmulo de forças no pólo da classe trabalhadora. Por fim, contabiliza-se, contrariamente ao suposto caráter democrático do fórum, o fato de que, além dos prováveis consensos, as posições que forem majoritárias irão figurar como "recomendações" e "as posições minoritárias consideradas dignas de registro" serão tomadas por "sugestões". Que fique claro: neste contexto, a participação de sindicatos dos trabalhadores no FNT apenas corrobora o princípio apresentado pelo governo Lula de solucionar conflitos trabalhistas tentando pacificar a luta de classes.

**A unicidade sindical, o imposto sindical e o posicionamento das Centrais.**

A partir dessa concepção de construção de consensos, o governo Lula tenta agilizar a reforma sindical, a despeito do encaminhamento anunciado pelo deputado João Paulo Cunha que prevê sua votação no ano de 2005 e das eventuais "recomendações" e "sugestões" que saiam do FNT. A apresentação da PEC-29<sup>5</sup>,

elaborada pelos deputados Vicentinho (ex-presidente da CUT) e Maurício Rands (ex-assessor jurídico de sindicatos cutistas) expressa esse movimento à medida que já é concretamente um encaminhamento sobre a questão, feito por parte do chamado "núcleo duro" do governo Lula.

Tal projeto diz respeito, conforme seu caput, à instituição "da liberdade sindical, alterando a redação do art. 8º da Constituição Federal"<sup>6</sup>, anulando o inciso II que, no texto original, assegura a unicidade sindical: "*é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município*"<sup>7</sup>. Foi este dispositivo legal, existente desde a consolidação da CLT, que permitiu à burguesia - por meio do Estado - atacar a livre organização sindical e estabelecer uma unicidade sindical compulsória que seria menos difícil de controlar. Entretanto, a intenção presente na PEC-29 de eliminar este ponto do artigo 8º não representa o fim de toda e qualquer intervenção nos sindicatos e nas ações dos trabalhadores, porque, em casos onde existam mais de 1 sindicato na mesma base territorial, a representação será decidida pelas Centrais Sindicais. Na forma do próprio texto da PEC-29, prevê-se que "*os litígios entre as entidades sindicais pela legitimidade para negociação coletiva serão submetidos à Central sindical a que elas sejam filiadas ou a comissão mista composta pelas diversas centrais quando elas forem filiadas a centrais distintas; ou por mediação*

*e arbitragem, quando não houver acordo na comissão mista ou quando as entidades não forem filiadas a qualquer central*"<sup>8</sup>.

A rigor, vigorando a PEC-29, submete-se a legitimidade das organizações e das ações dos trabalhadores (tais como greves e ocupações) ao crivo dos sindicalistas instalados nas centrais, o que pode possibilitar o retorno a situações de arbitragem legal (porém extremamente ilegítimas) de burocracias sindicais que decidiam sobre o movimento de greve dos trabalhadores, contrariando decisões de assembléias e colocando, por fim, o movimento real e autônomo da classe trabalhadora sob a intervenção do poder repressivo do Estado. Portanto, a substituição da unicidade sindical por este dispositivo de seletividade da representação sindical tende a condicionar, em última instância, o princípio de liberdade sindical. O resultado mais imediato poderá ser percebido pela verticalização da estrutura sindical e pelo fortalecimento das burocracias das centrais sindicais e de suas filiais. Neste contexto, o reconhecimento das Centrais ocorreria como medida normatizadora sobre os sindicatos, assemelhando-se a uma espécie de Tribunal do Trabalho. Este ponto também foi defendido pelo CDES: *"deve ser efetivo o reconhecimento da personalidade sindical às centrais, de maneira que venha a ser consignada, na sua integralidade, a capacidade jurídica dessas entidades para firmar convenções e acordos coletivos"*.

Submeter possíveis conflitos de representação sindical (2 ou mais sindicatos reivindicando a representação de uma categoria) às centrais sindicais ou a uma comissão de cen-

trais pode se desdobrar na submissão das lutas dos trabalhadores à autoridade das centrais. Concretamente, a intenção da CUT de arbitrar sobre greves de sindicatos que compõem sua base não é inédita e nem improvável. A exemplificação mais recente vem da última greve dos SPF contra a PEC-40, que foi coordenada pela CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais). Esta greve sofreu grande pressão da direção majoritária da CUT para: a) inicialmente desmontar a greve como forma de - teoricamente - facilitar as "negociações" das emendas da CUT; b) e, logo depois da negativa de Lula às emendas de Luís Marinho, canalizar a greve para impor alguma das emendas cutistas. Enfim, o risco da aprovação deste dispositivo é alto e abre espaço para algum tipo de intervenção das centrais nas greves e movimentos feitos pelos trabalhadores.

Além disso, cabe arriscar uma avaliação de que o governo Lula tem interesse na disciplinarização dos movimentos sociais que tentem emparedá-lo quanto à política econômica (receita do Estado para o pagamento dos serviços da dívida), à política social (programas sociais compensatórios), ou mesmo sobre a concepção de Estado (desmonte e transferência dos serviços públicos para a iniciativa privada como foi o caso da Seguridade Social). O comportamento do governo tem sido - como denuncia, sistematicamente o sociólogo e militante do PT, Chico de Oliveira - de intensa e ampla desqualificação ideológica contra sindicatos, movimentos populares, intelectuais e militantes do próprio PT que expressem divergências em

relação à política que vem implementando. São exemplos disso a renhida rejeição em debater abertamente o suposto déficit da Previdência Social, a expulsão de parlamentares do PT que se expressam de acordo com posicionamentos historicamente defendidos pelo partido, a expulsão de militantes do PT por terem participado da greve dos SPF (2003) e a tentativa de associar movimentos sociais e sindicatos reconhecidamente combativos a partidos como o PFL e o PSDB. Neste quadro, quebrar a unicidade sindical, substituindo-a pela autoridade das centrais, pode ser um artifício que estabelece as centrais como interlocutoras do governo, pavimentando um novo patamar para se viabilizar o que o governo chama - no Documento do FNT - de *"solução de conflitos"*.

Quanto à CUT (dirigida pelos mesmos partidos e tendências políticas do PT que compõem o governo federal), não é improvável que o reconhecimento das centrais, nos termos da PEC-29, se torne o ponto em torno do qual se possa abandonar a defesa estratégica da abolição da unicidade sindical, aceitando o que o seu representante na audiência ocorrida no Senado, no mês de outubro, definiu como posição mais realista da central: algo intermediário entre a unicidade compulsória e a sua ausência. Pode ser também o ponto a partir do qual a Força Sindical abrirá mão de defender a manutenção da unicidade sindical. A proposta desta central encaminhada na primeira reunião do FNT (em agosto de 2003) indica a criação de um "Órgão nacional de registro do sistema sindical"<sup>9</sup>, integrado por trabalhadores e patrões e mantido



com recursos públicos. Este "novo" sistema sindical reconhecera os atuais registros sindicais e julgaria as reclamações que envolvessem conflitos entre entidades sindicais que solicitassem ingresso nesse sistema, isto é, fica tudo como está, delegando a determinado poder (que pode ser a Comissão de Centrais proposta pela PEC-29 ou o "novo" Sistema Sindical da FS) a definição da representação sindical. De resto, no FNT, as posições são pela manutenção da unicidade sindical, incrementadas pela recente composição do Fórum Sindical dos Trabalhadores integrado pelas centrais CGT, CGTB, CAT e CBTE, além de várias confederações sindicais que sobrevivem da unicidade e do imposto sindical<sup>10</sup>.

Em relação ao imposto sindical<sup>11</sup>, que sustenta a maior parte das burocracias sindicais inoperantes do ponto de vista político, a PEC-29 propõe a extinção gradual de tal imposto, na proporção de 20% por ano subsequente ao da aprovação da PEC, ou seja, 20% no primeiro ano, 20% no segundo, 20% no terceiro, 20% no quarto até a sua extinção final. A extinção desse imposto, mesmo que gradual, pode ser um avanço se não houver nenhuma forma paralela que restaure a concepção de sua compulsoriedade. Na 3ª reunião do Grupo de Trabalho de Organização Sindical do FNT (ocorrida em 14 e 15 de outubro), as centrais CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) defenderam a manutenção do imposto sindical. Já a CUT, FS, SDS (Social-Democracia Sindical) e CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) se entenderam em torno do que propõe a PEC-29, isto é, o

fim gradual do imposto sindical à medida que se implantaria definitivamente formas de sustentação financeira "*definidas democraticamente pelos trabalhadores em assembleias amplamente convocadas para este fim, tendo como pressuposto a obrigatoriedade do desconto em folha de pagamento e o princípio da razoabilidade na cobrança de taxas por ocasião das negociações coletivas (as chamadas taxas assistenciais)*"<sup>12</sup>. O posicionamento em favor da extinção do imposto sindical por parte da CUT é histórico. Com relação às outras centrais, há razões menos ideológicas. Elas já não dependem tanto assim do imposto sindical já que se estruturaram noutras formas de captação de recursos como a utilização da verba do FAT (Fundo de Assistência ao Trabalhador), da Taxa Assistencial (correspondente a ganhos econômicos na Justiça), ou ainda de convênios com bancos para empréstimos aos trabalhadores<sup>13</sup>. Diga-se de passagem, a CUT também tem lançado mão dessas formas.

### **Nossa proposta, nosso futuro: o ANDES-SN como sindicato dos docentes das instituições do ensino superior.**

Parece claro que nossa influência na definição da futura estrutura sindical depende de nossa capacidade de articulação com outras entidades, da mobilização das seções sindicais e de muita luta. Entretanto, cabe fixar de modo particular a necessidade de aprofundarmos o debate sobre os princípios que defendemos, bem como prepararmos a argumentação política com a qual nós combateremos o imposto sindical e a unicidade sindical compulsória. Neste sen-



tido, a primeira reflexão a ser feita tem lugar na definição do ANDES-SN como modelo de organização sindical refletido historicamente nos seus estatutos e nas suas práticas políticas: o que somos, o que queremos ser. Neste sentido, há pelo menos 3 pontos que merecem destaque: **a) consolidar o ANDES-SN como sindicato dos docentes das IFES, IEES e IPES; b) sem fragilizar nossa estrutura e instâncias sindicais, desenvolver organismos horizontais de organização dos docentes e demais trabalhadores; c) reafirmar na prática a concepção de sindicalismo autônomo e independente que historicamente tem sido referência no ANDES-SN.**

Os contornos dados desde a sua fundação, em 20/01/1981, expressavam (avalio que ainda expressam) o propósito e a vocação de uma entidade que representasse "*os professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil*"<sup>14</sup> e que não tivesse uma atuação exclusivamente corporativa ou restringida pelos interesses

meramente econômicos dos docentes<sup>15</sup>. O projeto de uma entidade que agrupasse todos os docentes das instituições de ensino superior estendia-se aos que trabalhassem no 1º e 2º graus em instituições de ensino superior (CEFETs e Escolas de Aplicação). A novidade, nessa proposta, materializava-se nos termos de um instrumento de todos os professores das IES e, portanto, envolvia instituições públicas federais, estaduais, municipais e instituições privadas.

Entretanto, por ter surgido também numa conjuntura mais específica de radicalização dos docentes das IFES, nos anos de 1979 e 1980 (luta por autonomia universitária, reposição salarial e isonomia de regras entre as IFES), a ANDES refletiu predominantemente a organização e os anseios dos docentes daquelas instituições, representados nas Associações Docentes<sup>16</sup>. A presença

dos setores estaduais seria restrita às poucas IEES existentes e com alguma organização docente. E, por fim, a presença dos docentes das IPES seria ainda menor devido ao fato de que as associações de docentes das IPES existentes à época se identificavam mais com os SINPROS<sup>17</sup>, apesar de ocuparem os espaços criados pela recém nascida ANDES como forma de participarem de importantes discussões acerca da educação, prática inexistente nos SINPROS. Ao final da década de 1980 e depois de importantes greves nacionais que fortaleceram a identidade de um movimento docente nacional apoiado na idéia de educação pública, gratuita e de qualidade, a ANDES tornou-se um sindicato. Pela combinação de todos esses fatores, sua representatividade se fixaria com maior intensidade e amplitude entre os docentes das IFES.

No caso das IEES, ao longo da

década de 1990, entre 1990 e 1995, apenas uma seção sindical foi criada (ADUNEMAT, em 1991) e outras 9 foram transformadas de ADs em seções sindicais. A partir de 1996, como demonstra a tabela abaixo, percebe-se que o setor ganha volume e se amplia para outros estados além de São Paulo e Rio de Janeiro (que tradicionalmente contavam com importantes universidades estaduais). De 1996 a 1999, foram criadas 4 seções sindicais e, no período de 2001 a 2003, foram criadas 11 seções sindicais. Hoje, no conjunto das 52 instituições estaduais de ensino superior, temos seções sindicais em 31, sendo que, as 21 restantes, trata-se de faculdades isoladas e pequenas instituições. Não há dúvida, em que pesem as dificuldades de organização desse setor, que o ANDES-SN representa os docentes das IEES.

Entretanto, ao lado do cresci-

Tabela 1 - Evolução do Setor das IEES (1996-2003)

Criação *	Seção Sindical	Estado
1996 (1)	<b>ADESB</b> (Seção Sindical dos docentes da Autarquia Educacional de Belo Jardim)	Pernambuco
1997 (1)	<b>ADUEMS</b> (Seção Sindical de Docentes da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)	MS
1998 (1)	<b>ADFATEC</b> (Seção Sindical dos Docentes das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza")	São Paulo
1999 (1)	<b>SINDURCA</b> (Seção Sindical dos Docentes da URCA)	Ceará
2001 (2)	<b>APRUDESC</b> (Seção Sindical dos Professores da UDESC)	Santa Catarina
	<b>SINDUEPA</b> (Seção Sindical dos Docentes da UEPA)	Pará
2002 (2)	<b>SESDUENF</b> (Seção Sindical dos Docentes da UENF)	Rio de Janeiro
	<b>ADUNIOESTE</b> (Seção Sindical da UNIOESTE)	Paraná
2003 (7)	<b>SINDUVA</b> (Seção Sindical dos Docentes da UVA)	Ceará
	<b>SINDFUNESA</b> (Seção Sindical dos Docentes da FUNESA)	Alagoas
	<b>SINDUECE</b> (Seção Sindical dos Docentes da UECE)	Ceará
	<b>SINDUEPG</b> (Seção Sindical dos Docentes da UEPG)	Paraná
	<b>ADUNICENTRO</b> (Seção Sindical dos Docentes da UNICENTRO)	Paraná
	<b>SINDCEFET-Pi</b> (Seção Sindical dos Docentes do CEFET-Pi)	Piauí

\* O ano se refere à assembléia de criação e não à data de homologação.

Fonte: Setor das IEES/ANDES-SN.

mento da representatividade do ANDES, nas IEES, nos dez anos seguintes à sua transformação em sindicato, a principal modificação no quadro da educação superior foi um crescimento substancial das vagas no ensino superior privado. Esta mudança refletiu a decisão política do regime militar de favorecer a expansão do ensino privado (ao mesmo tempo em que impunha um crescimento raquítico das vagas e das instituições públicas). Tal decisão foi seguida pelos governos de Sarney e Collor de Mello, sendo intensificada pelo governo de FHC. Se, no ano de 1990, as matrículas já alcançavam a ordem de 1,5 milhão<sup>18</sup>, em 2001, elas duplicaram e atingiram cerca de 3 milhões<sup>19</sup>. Para se ter uma idéia genérica de como a educação superior estava sendo equacionada, basta lembrar que se as vagas no ensino superior cresciam num ritmo, digamos aritmético, no setor privado, as vagas cresciam num ritmo geométrico. Enquanto em 1990 a relação de matrículas nas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) para as instituições privadas era de 40% para 60%, em favor das últimas, em 2001, o Censo do MEC registrou uma relação de 30% para 70%, em favor das privadas. Uma das consequências geradas por esses fatores que interessava diretamente ao ANDES-SN foi o aumento de docentes nas instituições particulares, conforme é demonstrado na tabela 2. Mais do que o propósito inicial presente nos estatutos do ANDES-SN de organizar os docentes das IPES, esta tarefa se impunha pela política de privatização do ensino superior no país viabilizada em parte pelo aumento das vagas no se-

tor privado. Até mesmo para defender a universidade pública, o sindicato deveria investir na agregação dos docentes das IPES.

reconhecer também que não conseguimos desenvolver um trabalho orgânico junto aos docentes das IPES em franca proliferação que

Tabela 2 - Evolução dos quadros docentes em exercício nas IPES

Anos	Números absolutos	% de expansão
1980	48.980	----
1994	66.197	+35,0%
1998	81.384	+22,9%
1999	92.953	+14,2%
2000	109.558	+17,8%
2001	128.997	+17,7%

Fonte: MEC/INEP: *Censo da Educação Superior*, Brasília, 2001.

O esforço de organizar os docentes das IPES no ANDES enfrentou maiores dificuldades a partir de sua transformação em sindicato, no ano de 1988. A principal delas residiu (e em alguma medida ainda reside) no

permitisse consolidar, dentro do ANDES, uma tradição do movimento docente nas instituições privadas. De modo geral, o crescimento do setor reflete todas essas dificuldades, de acordo com a tabela abaixo.

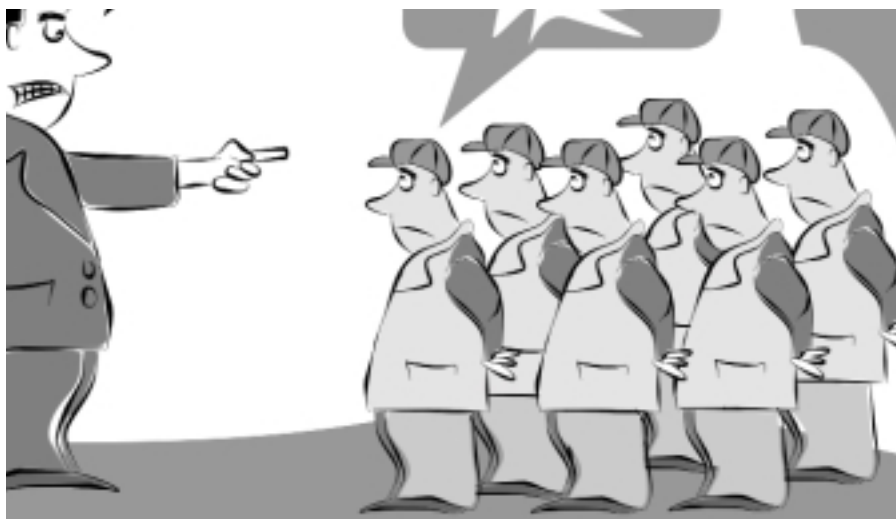
Tabela 3 - Evolução do Setor das IPES (1997-2003)

Criação	Seção Sindical	Estado
1996 (1)	APUNI (Seção Sindical dos professores de Ibicaraí)	Bahia
2002 (1)	SINDUNIT (Seção Sindical dos Docentes da UNIT)	Minas Gerais

Fonte: Setor das IEES/ANDES-SN.

fato de que a representação dos docentes passou a implicar representação processual e, portanto, refez a relação do ANDES com outras entidades que também buscavam organizar os docentes das IPES, tais como os SINPROs e a CONTEE. Num primeiro momento, muitas Associações Docentes das IPES - também vinculadas aos SINPROs - se distanciaram do ANDES. Em parte, isto ocorreu devido às próprias direções das ADs manifestarem preferência pela representatividade dos SINPROs, mais afeitos à estrutura sindical vigente e ao ritual do ajuizamento dos dissídios como única forma de manifestação da categoria frente ao capital. De outro lado, é preciso

A rigor, a realidade enfrentada na organização dos docentes das IPES se diferenciava em muitos pontos da realidade das IFES e mesmo da maioria das IEES existentes. Numa apertada síntese feita a título de balanço na revista *Universidade e Sociedade*, a situação nas IPES era esmagadoramente marcada pela inexistência "de um plano de carreira; a predominância quase que exclusiva do regime de trabalho horista; a falta de estímulo à pesquisa e à capacitação docente; a exclusão da comunidade acadêmica das definições dos rumos das instituições; as perseguições e demissões por motivos políticos"<sup>20</sup>. Contra esta realidade e nos limites de nosso Estatuto, a possibi-



lidade de organizar os docentes apenas a partir de seções sindicais (concebidas por instituição) ou individualmente por meio das Secretarias Regionais, demonstrara-se um mecanismo frágil para enfrentar a realidade vivida pelo docente das IPES. Foi neste sentido que o Congresso de Teresina (2002) instituiu as seções multi-institucionais para os docentes das IPES.

Ao longo da década de 1990, esta questão sempre se colocou nos termos sintetizados acima. À luz da Unicidade Sindical, a dificuldade de criarmos seções sindicais se intensifica quando há questionamentos de dupla representação na Justiça. O exemplo mais recente vem dos docentes do sistema fundacional de Santa Catarina (11 fundações municipais de ensino superior) que decidiram se organizar no ANDES-SN por meio de uma seção sindical multi-institucional e sofreram o embargo judicial de dois sindicatos (SINPROESC e SINPRO). Noutra situação, quando conseguimos criar uma seção sindical, o embargo é descaradamente político e se manifesta na demissão da diretoria, como foi o caso dos docentes da UNIT (Faculdades Integradas do Triângulo). A

**quebra da unicidade sindical aqui alteraria significativamente a dimensão de nossa tarefa. Caso isso não ocorra, o desafio estará relocalado como sempre esteve: organizar os docentes apesar e para além da estrutura sindical oficial.**

Este ponto nos leva à experiência mais recente no ANDES-SN de se organizar também em organismos horizontais de discussão e representação sindical. O exemplo mais relevante é o da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais), que congrega além de ANDES-SN e FASUBRA, as demais entidades combativas dos servidores federais. Sua estrutura de funcionamento ancorada em Plenárias Federais, cuja representatividade é estabelecida pela base dos sindicatos e entidades que compõem a CNESF, permite que se trate de assuntos complexos e que se estabeleça pontos de ação em comum, colocando em movimento dezenas de milhares de servidores na

defesa de seus direitos. Talvez, o mais interessante nesta experiência é que a direção do movimento presente na CNESF é interdita constantemente pelo conjunto dos servidores atuantes nos sindicatos e entidades, evitando que se tenham posições pouco representativas ou desconexas da vontade dos servidores públicos mobilizados. Assim, nenhuma burocracia sindical pode intervir diretamente na CNESF e nos caminhos que o movimento define.

Os exemplos da organização de Fóruns de seções sindicais nos Estados também têm incrementado nossa capacidade de mobilização. Casos como o Fórum das 6 (IEES de São Paulo), o Fórum das ADs (IEES da Bahia) e do Comitê de Defesa do Ensino Superior Público do Paraná (IEES PR) potencializaram a luta por mais verbas, salários e vagas no ensino superior público, na década de 1990. Tais fóruns são organismos horizontais, não centralizadores e que possibilitam o encaminhamento de pontos comuns definidos em assembleias das entidades que os compõem. Numa conjuntura de refluxo dos movimentos sociais vivenciada na década de 1990, muitas greves foram vitoriosas em São Paulo, Bahia e Paraná devido, principalmente, à construção da unidade de estudantes, funcionários e professores em pautas, movimentos e greves. Por fim, cabe ressaltar aqui o papel dos fóruns intersindicais tais como os fóruns estaduais em defesa da educação pública e os fóruns de criação

---

*Quando conseguimos criar uma seção sindical, o embargo é descaradamente político e se manifesta na demissão da diretoria, como foi o caso dos docentes da UNIT.*

---



mais recente de defesa da previdência social. Estes organismos horizontais colocam em contato os trabalhadores do serviço público (das esferas estadual e federal) e os trabalhadores do setor privado, criando a possibilidade de discussão conjunta de temas que recortam os interesses diretos de todos esses sujeitos.

O último ponto talvez seja o mais difícil: *"reafirmar na prática a concepção de sindicalismo autônomo e independente que historicamente tem sido referência no ANDES-SN"*. Nesta conjuntura em que as reformas sobre o mundo do trabalho (desvalorização da força de trabalho e eliminação de direitos sociais) são

mente construída entre movimentos sociais e capitalismo, entre sindicato e Estado, entre movimento docente e regime político. É um debate fundamental porque é permanente. Esteve instalado, por exemplo, durante os oito anos de governo de FHC e se manifestou de modo mais caloroso no 38º CONAD, ainda à luz da discussão sobre a GED (Gratificação de Estímulo à Docência). A este respeito, Edmundo Fernandes Dias observou o seguinte sobre a relação entre o ANDES-SN e o governo FHC/Paulo Renato: *"Não estamos falando, fique bem claro desde logo, em recusar a negociação, coisa aliás absolutamente comum na esfe-*

do - sempre temporário - da luta de classes e de nosso posicionamento na sua construção. Nestes termos, não há como racionalizar politicamente a postura da direção majoritária da CUT e da tendência sindical conhecida como ANDES-SIND que rejeitou o enfrentamento - pela via da greve - feito pelos servidores públicos, na defesa da previdência social pública, ocorrido em meados de 2003. Apesar de esta tendência sindical ter afirmado que a reforma pretendida com a PEC-40, seria, *"em sua essência, um ajuste fiscal, que não gera a inclusão social e que ocasionará um pesado confisco de aposentadorias e pensões dos servi-*

---

*Do ponto de vista "dos de baixo", da classe trabalhadora, a negociação não é uma técnica do poder e nem a expressão de nossa pura vontade, mas é o resultado - sempre temporário - da luta de classes e de nosso posicionamento na sua construção.*

---

tentadas por meio da concepção de construção de consensos (já discutido anteriormente) e sob o verniz de esquerda do PT (atual partido da ordem), a defesa da universidade pública sofre o questionamento de alguns de seus próprios protagonistas. **Instala-se neste contexto uma polêmica sobre a necessidade de negociar nossa pauta com o governo, como se a indisposição de negociação partisse de nosso lado. Como se o governo não estivesse atolado até a cabeça em compromissos com o FMI, o Banco Mundial e a ideologia neoliberal de que o capitalismo é uma realidade inevitável.**

Este não é um assunto novo no movimento docente e tampouco tem sua origem na relação do ANDES-SN com o governo Lula. Diz respeito à relação que tem sido histórica-

*ra sindical, mas do como fazê-la, de como articular movimento de massa e institucionalidade, em suma, de como articular nossas forças em uma dada correlação de forças. Estamos falando, pois, de não poder conferir um voto de confiança a priori àqueles que reconhecida e duramente têm reprimido todos, absolutamente todos os movimentos sociais. Como negociar confiantemente, desmobilizando o movimento, com aqueles que repetidamente sequer cumprem o que afirmam?"*<sup>21</sup>. Embora contextualizada sob a conjuntura do governo FHC, tal reflexão encontra terreno fértil nas experiências dos 11 primeiros meses do governo Lula. Do ponto de vista "dos de baixo", da classe trabalhadora, a negociação não é uma técnica do poder e nem a expressão de nossa pura vontade, mas é o resulta-

do", ela concluiu tal raciocínio dizendo que, *"não significa - como queria a direção da ANDES, maciçamente presente no Comando Nacional de Greve - que o movimento dos servidores, neste ano de 2003, tivesse força para reverter radicalmente essa trajetória"*<sup>22</sup>. Pela trajetória histórica dessa corrente sindical (marcada exclusivamente pela aversão à luta e à greve), o ANDES-SN nunca teve força para reverter qualquer dos ataques contra os direitos dos docentes e demais servidores públicos.

Tal aversão à greve não é exclusividade da corrente ANDES-SIND, mas é compartilhada pelo governo Lula que no FNT só faz atacar a greve de uma maneira essencial. Em todos os documentos do governo levados ao FNT, a greve aparece alavancada à categoria dos

fatores em periclitamento. Em larga medida, documentos da CUT também assumem como "último recurso" dos trabalhadores. Nesta visão, havendo diálogo entre interesses conflitantes (neologismo que substitui interesses de classes), em tese, a greve cai em desuso. Cairia também em desuso a identidade da classe trabalhadora cujo traço histórico mais fundamental tem sido constituído no enfrentamento contra outra classe com interesses antagônicos aos seus. **Neste sentido, o que se tenta negar é a paralisação do trabalho entendida como sobrevivência da prática contestatória emanada dos trabalhadores, prática capaz de revivificar a existência não abastardada do trabalhador no mundo.** Portanto, quando a existência do ANDES-SN hoje tende a ser vista em função da atual intenção do governo Lula de reestruturar o sistema de representação sindical (e neste sentido a suspensão do registro sindical do ANDES-SN realizada em 2/12/2003 integra tal reforma e revela sua verdadeira dimensão), o passo seguinte à vitória do PT nas eleições de fato se revela na cooptação ou destruição dos organismos de organização da classe e, por óbvio, na possibilidade de os trabalhadores se afirmarem como classe. Assim, mesmo que não seja expressão de nosso desejo, a luta de projeto contra projeto é protagonizada hoje pelo governo Lula e o atual partido da ordem, o PT. O conteúdo do projeto dominante tenta recolher dos trabalhadores sua capacidade de luta, insistindo em transformá-los em sujeitos autômatos, chamados a se manifestar dentro do roteiro institucional cuja funcionalidade não

tolera um só excedente de liberdade de pensamento, de autonomia de organização e de independência política.

### Notas

1. Contribuição do GT de Reforma Trabalhista da CUT Nacional ao 8º CONCURT, 23 de abril de 2003, In [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br).
2. Texto apresentado na 1ª Reunião do FNT (Fórum Nacional do Trabalho). *Sistema Democrático de Negociação Permanente - SINP: uma concepção política. Bases conceituais para instituição do Sistema de Negociação Permanente na Administração Pública Federal*, p.8.
3. Idem, 8.
4. Contribuição do GT de Reforma Trabalhista da CUT Nacional ao 8º CONCURT, 23 de abril de 2003, p.6, In [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br).
5. Uma análise mais detalhada sobre todos os aspectos da PEC-29, bem como sobre outras duas PECs também de 2003, foi feita no Anexo do Caderno de Textos do 47º CONAD (Natal-RN) sob a numeração de TR-21.
6. Proposta de Emenda à Constituição nº29, de 2003, (dos Srs. Vicentinho, Maurício Rands e outros).
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título II, Capítulo II (dos direitos sociais), art.8º.
8. Inciso X da Proposta de Emenda à Constituição nº29, de 2003, dos Srs. Vicentinho, Maurício Rands e outros).
9. Proposta da Força Sindical, In Documento Base dos Debates. *Conferência Estadual do Trabalho*. Agosto de 2003.
10. Documento apresentado à Coordenação do Fórum Nacional do Trabalho, Novembro de 2003.
11. O imposto sindical foi instituído pelo Decreto-Lei nº2.377, de 8/07/1940, que integrou a estrutura sindical varguista e que permaneceu de pé na CLT (art.580), sendo reafirmado pelo inciso IV, do art. 8º, da Constituição Federal de 1988. Originalmente tratava-se de contribuição compulsória descontada em folha e distribuída na razão de 54% para o sindicato da categoria, 15% para a federação e 5% para a confederação.
12. Cf. CUT, *Boletim da Reforma Sindical e Trabalhista* nº 08, In [www.cut.org.br](http://www.cut.org.br).
13. Destes três expedientes, o último está sendo criado pela CUT e ainda não está completamente implementado, pois sofre questionamento por parte da Procuradoria

Geral dos Trabalhadores à medida que a central quer estabelecer juros diferenciados para sindicalizados e não sindicalizados. Cf. Procuradoria quer anular acordo da CUT, In Folha de São Paulo, Caderno B6, 28/10/2003. A Força Sindical tem convênio semelhante, distinto no que se refere à taxa de juros, que é igual tanto para sindicalizados quanto para não-sindicalizados.

14. Item "a", do artigo 1º dos Estatutos Provisórios da ANDES, Rio de Janeiro, 13 e 14 de março de 1981.

15. As propostas aprovadas no I ENAD (Encontro Nacional de Associações de Docentes) ocorrido em fevereiro de 1979, na cidade de São Paulo, abordavam desde reajuste salarial até Anistia Política e filiação ao DIEESE. Sobre isso conferir MACIEL, Osvaldo de Oliveira. *Trabalhando a luta, construindo (a) história (I)*, In *Caderno ANDES nº 18, Memória da Luta III*. São Paulo, Novembro de 2001, pp.34-35.

16. Idem.

17. Cf. FREITAS, Valter de Almeida. Sindicato ANDES Nacional e a organização dos professores do setor privado de ensino superior, In *Universidade e Sociedade*, Ano II, nº3, 1992.

18. Cf. FONSECA, Dirce Mendes. O Ensino Superior Privado no Brasil, In *Universidade e Sociedade* nº 3. Ano II, Junho de 1992, p.26.

19. Cf. MEC/INEP, *Censo Universitário de 2001*.

20. FREITAS, Valter de Almeida. Sindicato ANDES Nacional e a organização dos professores do setor privado de ensino superior, In *Universidade e Sociedade*, Ano II, nº3, 1992, p.84.

21. Cf. DIAS, Edmundo Fernandes. Movimento Docente e Crise, In *Caderno de Textos do 38º CONAD*. Rio de Janeiro, Junho de 1999, p.24.

22. Cf. AMORIM, Mirtes (e outros). Construindo uma Agenda Possível, In *Anexo do Caderno de Textos do 47º CONAD*. Natal, 2003, p.44-45.

\* Antônio de Pádua Bosi é professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, presidente da ADUNIOESTE e 1º Vice-presidente Regional Sul, do ANDES-SN.

# A relação Estado e Sociedade Civil no governo LULA

*André Silva Martins\**

O Estado como forma historicamente determinada que sintetiza múltiplas determinações assumiu no mundo moderno uma complexidade extraordinária, na qual a grande marca é o desdobramento em "Estado no sentido estrito" e "sociedade civil", formando uma nova totalidade em que se dá a direção do desenvolvimento histórico (Gramsci, 2000).

O Estado ampliado, materialização dessa nova totalidade - e que compreende em seu interior a dialética estrutura e superestrutura -, opõe-se às teses modernas e pós-modernas que advogam favoravelmente a neutralidade do Estado e a independência das esferas ("o político", "o mercado", "o social"), tão em moda nos dias de hoje. Essa forma ampliada rompe, portanto, com as explicações fenomênicas que concebem o Estado como abstração fixa e regular, em defesa de sua natureza histórica, complexa, que mantém uma unidade na diversidade, que não deixa escapar as condições e contradições que envolvem as lutas sociais, o conteúdo/forma da produção e a crise do capitalismo.

Nesse sentido, torna-se relevante compreender a unidade entre as formas de domínio (força) e direção (convencimento) e a complexidade dessa relação nas especificidades do Estado/sociedade civil justo no momento em que o capitalismo vive uma crise de dimensões profundas.

A tarefa, portanto, consiste em desvelar as formas atuais de formação e reprodução das relações de poder desenvolvidas, de um lado, pela ação do Estado educador; de outro, pela sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia responsáveis pela elaboração ideológica que gera consenso social e assegura a sustentação de um modelo de sociedade.

É com esse nível de preocupação que julgamos ser pertinente analisar as relações entre Estado e sociedade civil, no governo Lula, em seu primeiro ano de governo. O que pretendemos com esse pequeno balanço é evidenciar o significado e implicações políticas dessa relação para a construção da alternativa socialista no país. Com esse horizonte, procuraremos responder a três questões centrais: (a) a relação "Estado e sociedade civil", no atual governo, representa uma continuidade ou ruptura com a política do governo anterior?; (b) qual a configuração da sociedade civil objetiva pelo governo Lula? (c) que

democracia está sendo valorizada nesta relação?

## II) O governo FHC como marco de mudanças na relação Estado e Sociedade Civil

A implantação de um novo padrão de desenvolvimento, em 1990, com Collor de Melo, e, de forma mais contundente, nos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram decisivos para aprofundar a relação Estado e sociedade civil altamente funcional à reconstrução da hegemonia burguesa, num contexto de crise do sistema capitalista e de redefinições na política mundial.

O projeto burguês edificado para combater o colapso do sistema teve que disputar o tipo de ocidentalização<sup>1</sup> da sociedade civil, procurando moldá-la à luz de suas exigências e necessidades econômicas, políticas e sociais, para torná-la, em grande parte, alinhada a um projeto hegemônico de grande envergadura.

A investida do projeto burguês foi decorrente de dois aspectos centrais intimamente relacionados. O primeiro, parte do reconhecimento de que a sociedade civil brasileira, ao longo das décadas de 70 e 80, alcançou um alto grau de complexida-



de face ao surgimento de formas novas de organização, àquelas ligadas ao campo do trabalho, com demandas e intervenções identificadas com um projeto alternativo de democracia e de sociedade- ainda que de maneira nem sempre orgânica. Já o segundo, considerando esta nova configuração, identifica que a ação estatal, geralmente implementada por mecanismos de força, não é mais suficiente para enfrentar uma realidade tão complexa, e que a implementação de um projeto societário, para obter êxito, exige uma ampla legitimação social com base sólida de consenso.

Reconhecendo a necessidade de novos mecanismos de estruturação de poder, coube à burguesia construir referências político-estratégicas para obtenção, enquanto classe,

não só da possibilidade de se manter dominante, mas também alcançar a condição efetiva de dirigente, o que significaria a possibilidade de dirigir em termos políticos, morais e intelectuais o conjunto da sociedade. Assim, tornou-se tarefa fundamental criar uma ampla rede de sustentação político-social para conformar a sociedade civil brasileira, nos limites estreitos da política de tal modo que as tensões, conflitos e antagonismos fossem substituídos por novas referências- harmonia, colaboração e convergência de posições- para edificação de um novo projeto voltado ao "bem comum".

Nesse projeto, em que pesem as resistências do campo do trabalho e ainda a presença marcante das grandes organizações de síntese e intervenção nascidas no bojo do projeto

burguês, a política foi rebaixada às questões locais e, no máximo, setorializadas, conduzidas por organizações- algumas de tipo orgânica, outras conjunturais- e restrita a diferentes níveis de consciência coletiva. Em geral, todas limitadas às questões corporativas, fragmentadas e específicas, gerando um quadro funcional às relações sociais capitalistas.

A reconfiguração da sociedade civil como esfera autônoma e deslocada das relações políticas e econômicas interessadas, denominada agora de "Terceiro Setor", tornou-se algo tão estratégico que se constituiu como referência para a reforma de Estado e como política dos organismos multilaterais do capital.

Ainda de forma não muito clara, essa perspectiva já estava delineada



em Collor de Melo, quando da criação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade em 1991. De maneira idílica, esse programa de governo que visava aumentar a eficiência econômica e capacidade produtiva da indústria, calcada na lógica empresarial e sob o emergente paradigma flexível de produção, estabeleceu não só frentes de mobilização visando ao "entendimento nacional", mas também instituiu ações efetivas e concretas sem que isso interferisse de fato no processo de ocidentalização da sociedade civil brasileira.

Foi no governo de FHC que essas questões alcançaram um caráter mais arrojado, dinâmico e efetivo. O governo empreendeu ações no sentido de convencer (adesão voluntária), cooptar (em geral, viabilizado pelo financiamento) e mesmo, no limite, enfrentar os resistentes para construir uma nova sociabilidade identificada com as adequações neoliberalizantes.

A forma de ação foi operacionalizada, principalmente, a partir da reforma do Estado, quando se definiu a noção de "publicização", ou seja, transferência de serviços sociais públicos para o setor privado por serem consideradas "atividades não-exclusivas" de Estado e, na mudança da legislação federal (Lei n.º 9790/99), que permitiu a criação da figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e ampliou o marco jurídico, possibilitando novas parcerias com entidades sem fins lucrativos, de qualquer natureza, na execução de políticas sociais.

Mesmo enfrentando, de maneira dura, as entidades de trabalhadores mais politizadas e resistentes a seu



projeto, chegando até mesmo o ponto máximo da criminalização de suas lideranças, o governo de FHC procurou, ao longo de oito anos, estabelecer uma relação mais intensa com aqueles setores da sociedade civil adeptos ou simpáticos ao seu projeto, conforme a pauta do Banco Mundial.

Apoiado amplamente pela imprensa- que durante esses anos veio "educando" as massas através de uma postura comprometida com a política vigente (Kucinski, 1999)- e valendo-se do conceito de governabilidade, enquanto sinônimo da "redução de incertezas políticas" (Fiori, 1995), o governo FHC instituiu a "ditadura do pensamento único no país", fortalecendo seu poder político frente ao Legislativo e Judiciário, bem como de sua imagem frente à população para obter o apoio ao seu projeto. Com essa forma de intervenção, não só manteve acionado os mecanismos transformistas, durante todo o período de governo, mas apoiou-se, ainda, em várias "trincheiras" e "casamatas" instaladas na sociedade civil que se

posicionavam, de forma mais imediata, favoravelmente ao projeto.

Quanto às políticas sociais, todas elas foram subordinadas abertamente às políticas econômicas e, ao mesmo tempo, tornaram-se um mecanismo de reafirmação dos interesses hegemônicos, seja pela redução direta e substantiva dos recursos destinados a esse setor, seja pela implantação de instrumentos como a descentralização, descontração e focalização que resultaram na desobrigação do Estado na implantação de políticas universalizantes, iguais e gratuitas para todos (Netto, 1999). Esse mecanismo acabou impulsionando o crescimento da burguesia de serviços (Boito Jr., 1999), o fortalecimento das organizações não-governamentais (ONGs) e a expansão das fundações empresariais.

Em tese, foi por representar uma oposição a esse conjunto de coisas que a candidatura de Lula obteve a vitória nas eleições de 2002. Mas o que mudou?

## II) Governo Lula: continuidade ou ruptura com o modelo neoliberalizante de relação?

O Plano de Governo de Lula, apresentado na campanha de 2002, não sinaliza na direção de mudanças na relação Estado e sociedade civil. Pelo contrário, ressalta a necessidade de "diálogo" e de "parcerias", indica a necessidade de uma mobilização cívica para a construção de um novo contrato social.

Nesse documento, Lula afirma que no Brasil "a implementação de políticas sociais como eixo do desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas", para em seguida defender que "o país precisa de polí-

ticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais" (2003: 39- grifo nosso).

Reconhecendo a importância dessa indicação e o significado político que possui, passaremos a analisar algumas políticas em curso durante 2003 com o intuito de responder os questionamentos enunciados anteriormente.

## **II.I) Crescimento das organizações da Sociedade Civil de interesse público**

Os números demonstram que as entidades da sociedade civil responderam rapidamente ao chamado político contido no Programa de Governo de Lula. Vamos a eles. Somente no ano de 2003, foram encaminhadas ao Ministério da Justiça 939 pedidos de credenciamento de organizações para se tornarem OSCIPs. Desse total, 614 pedidos foram deferidos. Se tomarmos por base os deferimentos de 1999 a 2003, identificaremos que 41,26% do total de entidades que obtiveram essa qualificação o fizeram no primeiro ano do governo Lula<sup>2</sup>.

Se ainda tomarmos os dados de 2002 e compará-los com os dados de 2003, identificaremos que, no último ano do governo FHC, houve um total de 610 pedidos de credenciamento, e que somente os pedidos aprovados no novo governo, consi-

derando o mês de outubro como referência, ultrapassam a soma entre deferidos e indeferidos de 2002. Esses dados nos permitem concluir que a mobilização de certos tipos de entidades da sociedade civil cresceu de forma extraordinária, provavelmente, entre outros fatores, movida pelas expectativas e sinalizações do novo governo.

Esse quadro indica que teremos mais entidades em condições de disputar o fundo público, entre elas, entidades empresariais "socialmente responsáveis", que possuem laços orgânicos com a nova dinâmica do capital; as ONGs dos mais diferentes matizes e com inserções político-sociais também distintas, e, por fim, as associações filantrópicas, em geral, ligadas às religiões, que durante décadas vêm substituindo funções sociais do Estado, subvencionadas por ele.

Esse universo extremamente plural se desenvolve numa dada direção hegemônica que, em geral, limita ou ordena o nível de consciência coletiva de seus membros em direção ao projeto societário capitalista, potencializando ainda mais o aumento das pressões sobre a terceirização das políticas sociais e aprofundando, na prática, uma determinada concepção de sociedade civil e Estado, que tende a dificultar a construção de um projeto contra-hegemônico.

A ação privada subvencionada no campo social, cujas origens remontam à Era Vargas e, principal-

mente, as mudanças político-jurídicas mais recentes balizadas pelo modelo de "Estado gerencial" (Pereira, 1997) parecem não conflitar com o projeto do governo Lula. Pelo contrário, as movimentações governistas realizadas até agora além de reforçar a proliferação dos sujeitos políticos coletivos, sinalizam para o aprofundamento de uma concepção de política social restritiva, focalizada, descentralizada, com efeitos na relação Estado e sociedade civil.

## **II.II): Natureza e ritmo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Outra ação do governo Lula que explicita com grande visibilidade essa nova configuração da relação Estado, em sentido estrito, e sociedade civil, refere-se à tentativa de edificação, pelo alto, de um novo pacto que permita a construção de um novo "contrato social" no país. Trata-se da instituição de um órgão de governo denominado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, responsável por costurar os acordos políticos entre capital e trabalho no que diz respeito às políticas públicas, principalmente, em relação às contra-reformas (previdenciária, trabalhista, sindical etc.), deslegitimando as pressões sociais oriundas do campo do trabalho.

Inspirada no modelo de conselho de governo francês do general De Gaulle (Dermagne, 2003), o CDES tem entre suas funções "assessorar o Presidente da República na formulação de políticas (...), voltadas a um novo Contrato Social" e "ouvir a sociedade analisar e estudar os caminhos para o consenso" (Brasil, 2003:01a). Com essa referência, os

---

*As movimentações governistas realizadas até agora além de reforçar a proliferação dos sujeitos políticos coletivos, sinalizam para o aprofundamento de uma concepção de política social restritiva, focalizada, descentralizada.*

---

*A composição altamente favorável ao capital e o critério de, a partir de "personalidades de destaque", e não de representantes de entidades nacionais, revela que a concepção palaciana de "lideranças" seja reflexo da própria prática interna assumida pelo Partido dos Trabalhadores.*

membros do Conselho entendem que o "o grande desafio do nosso país (...) é promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura (...), a um confronto de ricos e pobres". (Brasil, 2003:01b)

Apesar de todos os holofotes que foram dirigidos a este órgão de governo, quando da sua instituição em fevereiro de 2003, e mesmo diante de seu atual esvaziamento, acreditamos que CDES é um importante sinalizador de como o governo concebe política e democracia. A idéia de um espaço de organização de grandes consensos políticos, que tenham como limite a manutenção dos marcos econômicos, políticos e sociais vigentes no país, rejuvenescendo a velha tese do pacto social instituído nos momentos de crises profundas. Em que pese a importância do CDES para o projeto do governo Lula, atribuída pelo próprio presidente e sua equipe, é fato que o Conselho entrou em processo de esvaziamento sem provocar maiores problemas para as costuras pelo alto até então acertadas<sup>3</sup>.

Especificamente quanto à relação Estado e sociedade civil, destaca-se como primeiro problema o caráter pretensamente conciliatório entre trabalhadores e burgueses, por dentro da esfera de governo, que na verdade resultaria no tutelamento da força não hegemônica (os trabalhadores), e a desqualificação política

perante a sociedade dos setores não subordinados a esse processo. Acreditamos que tal iniciativa tem por objetivo a contenção de conflitos gerados pelos antagonismos de classe e agravados por um quadro de crise estrutural sem precedentes. Ou seja, a atuação do Estado educador se daria pelo fortalecimento de um conformismo renovado da conservação.

O segundo problema recai sobre a composição e natureza do CDES. A composição altamente favorável ao capital e o critério de, a partir de "personalidades de destaque", e não de representantes de entidades nacionais, revela que a concepção palaciana de "lideranças" seja reflexo da própria prática interna assumida pelo Partido dos Trabalhadores que contraria o conceito gramsciano de "intelectual coletivo" como organizador social, bem como a dialética dirigentes/dirigidos. Ainda mais revelador foi a formalização de um Conselho como órgão de governo e não de Estado, portanto, sem autonomia política. Ambas perspectivas revelam a estreita visão de democracia, ainda que no modelo representativo.

O que fica de tudo isso é a clareza do governo na definição da burguesia brasileira como o seu grande e principal interlocutor e a defesa do pacto social como referência nas relações entre Estado e sociedade civil.



### **II.III) Programa Brasil Alfabetizado**

Outra política do governo Lula que evidencia a relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, nos anos de neoliberalismo, refere-se à "menina dos olhos" do Ministro da Educação: o Programa Brasil Alfabetizado. Seu objetivo é enfrentar os altos índices de analfabetismo da população brasileira com mais de 15 anos.

Nesse projeto, o governo defende a alfabetização como "(...) ponto de partida para promoção da justiça social, da democratização, da inclusão no mercado de trabalho e consequente distribuição de renda" e com "(...) impactos diretos no desenvolvimento do país."(Brasil, 2003:7c). Como estratégia de implementação, o governo aposta nas parcerias com

estados, municípios e Instituições de Ensino Superior, ONGs e outras entidades da sociedade civil de interesse público (Brasil,2003c).

As organizações da sociedade civil envolvidas no projeto, todas com experiência na alfabetização de jovens e adultos, receberam do governo Lula recursos públicos para execução e autonomia para elaboração do projeto político-pedagógico. É necessário observar que essa estratégia, pautada nas teses da "participação" e da "eficiência"- avaliadas como positiva pela grande imprensa e pelos cidadãos de modo mais geral-, se alinha à tendência de afirmação do projeto de reforma do Estado, instituído nos governos de FHC que, entre outras coisas, redefiniu a função da aparelhagem estatal, tornando-a menos executora e mais gerenciadora das atividades executadas por organismos da sociedade civil.

Diante disso, nos deparamos com duas implicações políticas. Primeiramente, o programa reforça os princípios e práticas neoliberais pré-existentes de reforço à descentralização fragmentária e participação comunitária. Em segundo lugar, esse tipo de estruturação das relações de poder reforça a instituição "solidarismo" materializado na ação voluntária- expressão da pequena política- em detrimento das ações da grande política<sup>4</sup>.

A autonomia de gestão pedagógica e o princípio da participação (parceria) oferecidas pelo MEC abrem margem para posturas como o caso da ONG AIFALIT, ligada à

igreja evangélica, que é responsável por 15% da meta do programa. Essa organização propõe conclamar o povo evangélico para a missão de alfabetizar o povo. Nas palavras de um de seus diretores temos o seguinte:

*"Deus está nos oferecendo uma oportunidade ímpar de transformar a vida de milhares de pessoas que aprenderão a ler e escrever, mas vamos precisar de todo o apoio dos líderes evangélicos e de cada servo de Deus comprometido com o próximo.* (ALFALIT, 2003- grifos nossos)

Na seqüência conclui com a seguinte convocação: *"você também pode participar. Adote um analfabeto, uma unidade de alfabetização, ou, quem sabe, um município inteiro".* (ALFALIT, 2003- grifo nossos).

Assegurar a catequização "do povo de Deus", a docilização dos corações e mentes, ou objetivar a formação de um Homem em condições de ler a realidade, que interprete criticamente as palavras em seu significado sócio-histórico, enquanto ser coletivo, capaz de intervir para transformar o estado de coisas presentes? Para o MEC, essa questão não está em pauta, o que interessa é alcançar índices de alfabetização, aprimorar os mecanismos de transferência das atividades estatais do campo da educação para entidades da sociedade civil, com objetivo de aprimorar um certo modelo de gestão pública e não-estatal tão criticada no governo anterior.

Outra prova desse fenômeno é a

participação da ONG Alfabetização Solidária, fundada em 1997, e gestada no interior da Comunidade Solidária do governo de FHC. Criada sob princípios empresariais (eficiência, produtividade e flexibilidade) e concepção de Estado contido no Programa de Reforma do Estado daquele governo, essa ONG foi responsável por elaborar e coordenar a Educação de Jovens e Adultos vigente no país, nos últimos anos, com apoio político e financeiro do MEC, estados e municípios, empresários e trabalhadores. Sobre ela temos o seguinte:

*"ao inaugurar esse amplo processo de mobilização da sociedade para reduzir os índices de analfabetismo no Brasil, a Alfabetização Solidária abriu um novo caminho para a organização de ações sociais. Firmou-se em franca oposição às antigas fórmulas adotadas no país, historicamente caracterizadas pelo assistencialismo e pela ineficiência de políticas centralizadoras".* (Alfabetização Solidária, 2003a-grifo nosso).

O Alfabetização Solidária, em "parceria" com o MEC de Lula, é quem dá as cartas do Programa *Brasil Alfabetizado*. Em que pese uma maior presença governamental, em comparação com o período de governo anterior, o projeto político-pedagógico, em especial a matriz organizativa nele contido, segue as determinações dessa ONG<sup>5</sup>. Isso revela que a nova relação entre Estado e sociedade civil, no campo da educação, não só fortalece a proliferação de aparelhos privados sob orientação hegemônica do Estado educador, como também incentiva e

*O Alfabetização Solidária, em "parceria" com o MEC de Lula, é quem dá as cartas do Programa Brasil Alfabetizado.*





fortalece as ONGs "cognitivas"<sup>6</sup>, que são responsáveis pela elaboração política de formas de intervenção social, pela elaboração e supervisão de políticas sociais e, de forma mais ampla, pela educação política do povo. Essas entidades assumem um papel vital para o Estado brasileiro, pois passam, organicamente, a atuar tanto na formulação quanto nos encaminhamentos técnico-políticos junto ao Núcleo Estratégico do aparelho de Estado, em substituição aos quadros técnicos qualificados da carreira pública.

O mais marcante de tudo isso é que essa diretriz perpassa todo o conjunto das políticas educacionais do governo Lula, de acordo com a nova tendência de internacionalização das relações de "parcerias", como no caso da Reforma Universitária em que se destaca a ONG francesa ORUS, sintonizada com os organismos internacionais do capital, cujas principais formulações, apresentadas num discurso requintado, se encaminham na adequação da universidade pública às demandas do mercado, restrita à inovação tecnológica, e responsável pela formação de um intelectual urbano de

novo tipo.

No âmbito do MEC, as "parcerias" com as ONGs, no Programa *Brasil Alfabetizado*, e as demais políticas que se encaminham na mesma perspectiva, nos permitem concluir que estamos diante de políticas sociais que apontam para construção de uma sociedade civil aos moldes da ocidentalização do modelo americano (Coutinho, 2000), em que a pluralidade tende a tornar-se sinônimo de ações setoriais, em geral, fragmentadas, sob um viés corporativo, e desenvolve-se sob a direção da hegemonia burguesa. Nesse contexto, pluralismo não caminha isolado da hegemonia, o que permite garantir a educação política para a nova sociabilidade.

#### II.IV) Programa Fome Zero

Outra política que evidencia essa tendência é justamente aquela que tem a maior visibilidade e é considerada a principal ação de governo até o momento na área social: o *Fome Zero*.

De início, é preciso destacar que o Fome Zero é um programa emblemático não só pela sua natureza, pelas relações que estabelece na

implementação, mas também na própria forma como foi concebido. Gestado no Instituto da Cidadania, ONG fundada em 1991, presidida por Lula até recentemente e eleita pelas direções do Partido dos Trabalhadores como fórum de elaboração política (com destaque para elaboração de programas de governo), por si só já é um indicador significativo da dimensão do fenômeno que está diante de nós. Faz sentido criar uma ONG ligada indiretamente a um partido político? Qual seria a sua missão política? Como resposta a essas perguntas encontramos o seguinte:

*"construir propostas viáveis e consistentes para superar essas carências [moradia, alimentação, saúde, etc.] tornou-se a vocação do Instituto Cidadania desde 1991.*

*Nos doze anos seguintes, o Instituto Cidadania prosseguiu nesse trabalho, elaborando seus projetos em ambiente suprapartidário. Sempre incorporou nas discussões a **contribuição pluralista de sindicatos, movimentos populares, ONGs, empresários, entidades da sociedade civil, intelectuais, especialistas, administradores públicos e parlamentares.**"* (Instituto da Cidadania, 2003- grifos nossos)

O partido, em suas instâncias e dinâmicas internas, não seria o espaço privilegiado de elaboração, discussão e decisão democrática sobre projetos e programas de governo? Essa divisão de trabalho, em que a organização não governamental "pensa" e o partido "faz", não significa um esvaziamento do próprio partido e da política de forma mais

ampla? O fato é que o *Fome Zero* foi construído nesse contexto e a forma de sua implementação parece reforçar alguns aspectos relativos à forma de sua elaboração.

O programa tem como objetivo maior instaurar uma política de segurança alimentar no país como meio de combater o mal que assola brasileiros do campo e da cidade, em todo território nacional, ainda que de forma mais severa na região Nordeste. Na concepção do projeto, destaca-se o entendimento de que é necessário enfrentar o "emergencial" (a fome em si) e o "estrutural" (aquilo que causa a fome) numa perfeita conjugação política que permita superar o quadro de coisas presente.

Sem dúvida, trata-se de um projeto audacioso, articulado e de relevância social mas que, mesmo sendo prioridade de governo, não conseguiu sequer romper as amarras da política econômica continuísta- por exemplo, escapando da perversa restrição do superávit primário exigido pelo FMI-, superar as dificuldades técnico-operacionais de implementação, ou manter os fundamentos de sua concepção delineados no projeto original, como denuncia Tavares (2003).

Se fôssemos tomar a análise do conteúdo do *Fome Zero*, provavelmente chegaríamos a conclusões não muito animadoras já que nos três níveis de atuação propostos (políticas estruturais, específicas e

locais) não se identificam encaminhamentos significativos. Por exemplo, destacamos uma das críticas de Tavares (2003) referente à opção pela estratégia de "focalização" em contraposição à tese da "universalização". Já no âmbito desse programa evidenciam-se problemas sérios na concepção de política social, o que revela os estreitos horizontes nos quais o *Fome Zero* se propõe a trabalhar. A idéia de tornar a miséria menos agressiva, sem se quer dê acoplada às mudanças estruturais, não difere dos programas sociais de governos anteriores.

Sobre a estratégia de sua implementação é possível afirmar que o programa segue a mesma direção das demais políticas de governo, na relação com a sociedade civil. Num leitura apressada, poderíamos ser levados a acreditar que todo o caráter performático de implementação do programa, no que se refere à mobilização de entidades e cidadãos em torno do "mutirão contra a fome", corresponderia a uma estratégia de ocultação das fragilidades operacionais e políticas do projeto, ou ainda, a compreensão, não menos equivocada, de que tudo seria uma forma de esconder a inexistência de um projeto e que, conseqüentemente, as ações do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) seriam improvisadas.

Embora o forte apelo midiático ou mesmo as críticas dos partidos de

oposição ao governo (PFL e PSDB) possam ter reforçado essa compreensão, acreditamos que ela não corresponde à verdade dos fatos. Ressaltamos que os comovidos apelos presidenciais, as peças publicitárias, as ações governamentais de envolvimento da sociedade civil refletem a concepção de "participação" e "mobilização social" defendida pelo governo. Ou seja, a idéia de um "*mutirão social contra a fome*", envolvendo trabalhadores e empresários, é derivada da tese da superação dos conflitos classistas em nome de um consenso amplo, baseado no pacto social entre capital e trabalho e de construção de uma nova cultura cívica no país.

Se é possível que uma campanha do tipo mutirão de todos em favor dos oprimidos pela fome, envolvendo uma base ampla- partidos, entidades assistenciais, ONGs, conselhos comunitários, sindicatos patronais e de trabalhadores, fundações empresariais, entidades religiosas etc.- possa minimizar imediatamente os efeitos mais perversos e agonizantes causados pela falta de condições mínimas de alimentação, não se pode desconsiderar que, nessa perspectiva, existe um caráter educativo, no sentido político mais amplo.

O que significa mobilizar e arrecadar? O MESA afirma que o "*mutirão contra a fome*" representa "*um grande movimento nacional de solidariedade voltado para atender emergencialmente aqueles que sofrem com a falta de alimentos e não podem esperar pelos resultados de mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais*". (BRASIL 2003:01e)

Essa tese não é nova no país,

---

*A idéia de um "mutirão social contra a fome", envolvendo trabalhadores e empresários, é derivada da tese da superação dos conflitos classistas em nome de um consenso amplo, baseado no pacto social entre capital e trabalho.*

---

seus impactos reais são muito restritos e não alteram o mapa da fome por não atingirem os seus determinantes e por nem mesmo criar uma vontade coletiva que sustentasse mudanças de fundo na economia brasileira. Um exemplo dessa realidade foi dado pela grande campanha de arrecadação de alimentos liderada por Herbet de Souza (o Betinho), logo no início dos anos 90, apresentada como uma ponte para impulsionar uma conscientização política capaz de gerar um vontade coletiva para mudança. Sem êxitos na dimensão ético-política, esse grande esforço limitou-se à arrecadação e distribuição de alimentos, sem mobilizações efetivas e questionamentos coletivos mais amplos sobre os determinantes da miséria e do empobrecimento galopante ao qual a classe trabalhadora fora submetida. O que fica é um tipo de educação política que, ao nosso ver, empobrece o potencial transformador da própria política.

Segundo o MESA, a estrutura operacional do mutirão conta com 34.254 pontos de coletas de alimentos, possui 503 operadores e mais 30 supervisores e agentes líderes que são responsáveis pela operacionalização do programa. Os leilões com peças doadas, contribuições bancárias e doações de alimentos possibilitaram ao programa arrecadar até dezembro: R\$7.217.308,46 e 1.315.485 cestas básicas 7 de 14kg (Brasil, 2003e).

Considerando que o orçamento público federal do *Fome Zero* é de R\$1,8 bilhões e que as doações do "mutirão contra a fome" atingiram a cifra acima citada - o que representa somente 0,4 % do total de recursos públicos previstos -, nos leva a crer

---

*O governo Lula vem legitimando a noção de "responsabilidade social", noção esta que, na atualidade, reordena a intervenção social do empresariado na luta pela hegemonia, nesse contexto de crise do sistema.*

---

que os impactos mais efetivos se vinculam à educação política do que, de fato, aos efeitos quantitativos de impacto para o programa. Nessa linha, destacam-se : (a) a participação do **voluntário** (o indivíduo), seja através da contribuição financeira, seja na adesão nos Grupos de Apoio; (b) a participação "**socialmente responsável**" das empresas, doando bens ou serviços; (c) o "**engajamento cidadão**" de entidades de diversas naturezas (ONGs, sindicatos, grupos religiosos etc.), atuando na distribuição, arrecadação, cadastramentos do público-alvo.

De fato, estamos diante de uma ação educativa do Estado rumo a um conformismo social em torno da agenda capitalista repactuada, na qual a Terceira Via é a grande refe-



rência teórica e programática. Acreditamos que o incentivo ao assistencialismo de novo tipo, centrada agora na "ação voluntária"; a legitimação da "focalização" como referência para a política social e, conseqüentemente, a deslegitimação da universalização como princípio são, em síntese, o conteúdo dessa nova pedagogia que ensina o cidadão brasileiro como sentir, pensar e agir na "pós-modernidade".

Não é por menos que o governo aposta que "*a participação da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de uma política de segurança alimentar tem como expressão máxima o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)*" (Brasil, 2003 :01e), conselho este composto por 13 ministros de Estado, 11 observadores, e 13 "**personalidades da sociedade civil**". Ou seja, a "expressão máxima" de participação limita-se às personalidades indicadas e nomeadas pelo Presidente aos moldes do CDES.

Sobre outra dimensão da participação, o governo Lula vem legitimando a noção de "responsabilidade social", noção esta que, na atualidade, reordena a intervenção social do empresariado na luta pela hegemonia, nesse contexto de crise do sistema. Essa legitimação se dá no envolvimento do empresariado através de várias táticas de grande visibilidade e impacto para o conjunto da população. São eles: concessão de

certificados de "Empresa Parceira do Programa Fome Zero", autorização de uso da logomarca do Programa e veiculação dos nomes das entidades empresariais que já aderiram ao programa nos discursos presidenciais. Muito mais que resultados financeiros gerados<sup>8</sup>, os principais efeitos são a legitimação da intervenção empresarial no campo social, a reafirmação do Estado (no sentido estrito) mais como articulador e gestor de políticas do que realizador das mesmas conforme previsto na reforma de Estado promovida por FHC e o fortalecimento da nova pedagogia da hegemonia.

Os mecanismos de implantação do programa *Fome Zero* em relação à sociedade civil- seja através da doação de alimentos ou dinheiro, seja através da doação de trabalho voluntário ou serviços- procuram edificar o **consenso** e o **colaboracionismo** como um binômio estratégico à edificação de uma nova sociabilidade que responda às exigências atuais do capitalismo. Trata-se de uma reafirmação da direção política e moral da sociedade, sob o controle da burguesia, expressa na noção de "pacto social".

### III) Conclusão

As implicações e desdobramentos da estratégia de mediação política estimuladas e implementadas pelo governo Lula já começam a apresentar importantes repercussões na disputa pela hegemonia, nos anos

iniciais deste século. As propostas de agenda 2004 da Central única dos Trabalhadores (CUT) são elucidativas dessa tendência.

Se logo no início dos anos 90, a CUT já apresentava uma postura vacilante frente ao reordenamento do capitalismo, perdendo radicalidade na elaboração teórica e prática, ao adotar o "método propositivo" como forma de evitar o confronto e assumir posições não classistas em seus documentos oficiais (Boito Jr., 1999), na atual conjuntura não é difícil entender que a Central, além de seguir o curso de rebaixamento de sua pauta, passe a adotar posturas alinhadas à nova ordem política como aquelas protagonizadas pela Força Sindical, no passado recente.

No evento que a CUT pretende promover no 1º de maio patrocinado pelos empresários, destacam-se "ações voltadas para a cidadania", tais como recolhimento de alimentos não perecíveis a serem doados, prestação de serviços médicos, orientações sobre meio ambiente, retiradas de documentos, entre outros<sup>9</sup>. Com isso, a Central parece finalmente se adaptar aos preceitos da nova hegemonia burguesa no país.

A classe trabalhadora brasileira vai, pouco a pouco, sendo conformada às diretrizes preconizadas pelo neoliberalismo da nova social-democracia, o que só faz aprofundar o enraizamento da política claramente delineada no Plano de Governo de Fernando Henrique Cardoso de

1997<sup>10</sup> e no Programa de Reforma do Estado brasileiro de seu governo que significa o reforço ao modelo americano de ocidentalização em que prevalece uma sociedade civil muito organizada, mas com baixa participação na grande política e, em geral, com organizações fechadas na "(...) *defesa dos interesses puramente corporativos, setoriais ou privatistas*"(Coutinho (2000:98).

A mediação do Estado, nesse tipo de mobilização social, confirmam o programa político-ideológico da Terceira Via em que se objetiva a construção de uma nova sociabilidade a partir da "humanização" do capitalismo e de uma outra "cultura cívica" em que rupturas e antagonismos classistas sejam "superados" pela convivência harmônica entre todos (Giddens, 2001).

A intervenção política do governo Lula, inspirada nesse revisionismo continuísta do newlabour de Blair e Giddens, defende a sustentação de pacto social que pressupõe, entre outros, a **democracia** como sistema de institucionalidade política e respeito às regras do jogo, e **participação** como forma de ação na comunidade. A opção do novo bloco no poder pelo binômio "democracia/justiça social", ao invés de "democracia/revolução", caminha para consolidar uma relação entre Estado e sociedade civil funcional ao capitalismo com sérios prejuízos à construção da alternativa socialista no país.

### Notas

1. Esse conceito gramsciano ajuda a explicar o desenvolvimento alcançado pelos Estados nação na relação de equilíbrio/desequilíbrio entre Estado e sociedade civil. Nas sociedades ocidentais uma relação de equilíbrio e nas de tipo orientais um Estado forte e uma

---

*A opção do novo bloco no poder pelo binômio "democracia/justiça social", ao invés de "democracia/revolução", caminha para consolidar uma relação entre Estado e sociedade civil funcional ao capitalismo.*

---



sociedade civil "primitiva e gelatinosa". Gramsci (2000). Sobre os modelos de ocidentalização ver Coutinho (2000).

2. Esses dados estão disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Justiça.

3. Nossa hipótese sobre o esvaziamento do CDES se prende a 4 aspectos aqui indicados de forma breve: (a) as grandes medidas até então tomadas pelo governo (acordo com FMI, contra-reformas previdência e tributária), por não representarem alterações em relação às políticas do governo anterior, já encontram um amplo apoio de certos setores organizados da sociedade civil identificados com esse projeto, o que não exigiu esforços extras para convencer a população e enfrentar a forte greve dos funcionalismo público; (b) a dinâmica da cultura política brasileira, em que os acordos, mesmo enfrentando resistências políticas de entidades da sociedade civil como no caso das *Diretas-Já*, ficam a mercê das articulações e posicionamentos finais do Legislativo, que em geral, respondem à "grande política" pelo fortalecimento da "pequena política"; (c) as resistências e questionamentos do Legislativo que, preocupado com as possíveis ameaças de perda de prestígio, exigiram o esvaziamento do CDES.

4. Denominamos de "pequena política" e "grande política" no sentido atribuído por Gramsci (2000).

5. Conferir o documento "Kitcapacitação/ IES- Módulo XIV- 2º semestre 2003", que tem como um de seus objetivos "**instruir as IES [Instituições de Ensino Superior] e municípios parceiros da Alfabetização Solidária sobre os procedimentos a serem adotados no curso de capacitação dos alfabetizadores (...)**". (Alfabetização Solidária, 2003:01b)

6. As ONG "cognitivas" do Brasil encontram uma forma correlata nos Estados Unidos denominadas de "think tank". Ao lado delas, encontramos as ONG "executoras", que ampliam a pluralidade de organizações e demandas; são responsáveis pela intervenção social de alcance comunitário e, implementam projetos com certo grau de autonomia, que não conflita com as primeiras.

7. As cestas básicas foram distribuídas para três grupos sociais: os trabalhadores sem terra, as comunidades indígenas e quilombadas (Brasil, 2003e). Os demais participantes do programa receberam (ou ainda vão receber) quantias em dinheiro que serão sacadas através de cartões eletrônicos.

8. Segundo dados do MESA empresas tota-

lizaram um percentual inferior de contribuições em relação às pessoas físicas.

9. Na matéria veiculada pela Folha de São Paulo em edição de 7/12/03, encontramos dados sobre o projeto do 1º de maio da CUT.

10. No plano de governo intitulado *Mãos a Obras* encontramos a seguinte formulação: "*Para começar a transformar em realidade (...), é necessário reformar o Estado: aprofundar a descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar as formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre Estado e a sociedade*". (Fernando Henrique Cardoso, 1994: 208- grifos nossos).

### Referências Bibliográficas

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA (2003a). *A instituição*. Disponível em [www.alfabetizaçãosolidaria.org.br](http://www.alfabetizaçãosolidaria.org.br). Acesso em dezembro de 2003.

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA (2003b). *Kitcapacitação/ IES- Módulo XIV- 2º semestre 2003*. Disponível em [www.alfabetizaçãosolidaria.org.br](http://www.alfabetizaçãosolidaria.org.br). Acesso em outubro de 2003.

ALFALIT (2003). *Governo faz convênio inédito com ong evangélica*. Disponível em [www.alfalit.org.br](http://www.alfalit.org.br). Acesso em novembro de 2003.

BOITO Jr., Armando. (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.

BRASIL. (2003a) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social. *O que é o conselho econômico e social*. Disponível em [www.sdes.gov.br](http://www.sdes.gov.br). Acesso em outubro de 2003.

BRASIL (2003b). Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Primeira carta de concertação: ação política para mudança*. Disponível em [www.sdes.gov.br](http://www.sdes.gov.br). Acesso em outubro 2003.

BRASIL. (2003c) Ministério da Educação. *Plano plurianual 2004/2007: orientações estratégicas e programas estruturantes*. Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em outubro de 2003.

BRASIL. (2003d) Ministério da Justiça. (2003). *Número Total de Pedidos de Qualificação para a OSCIP em 09/10/2003*. Disponível em [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br). Acesso em outubro de 2003.

BRASIL. (2003e) Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à

Fome. *Principais ações implementadas pelo programa fome zero*. Disponível em [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br). Acesso em dezembro 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique (1994). *Mãos à obra Brasil: proposta de governo/ Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: [ s.n.].

COUTINHO, Carlos Nelson (2000). *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez.

DERMAGNE, Jacques (2003). *O que é o conselho econômico social*. Disponível em [www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br). Acesso em novembro de 2003.

FIORI, José Luis Fiori (1995). *A governabilidade democrática na nova ordem econômica*. In: *Novos Estudos do CEBRAP*. n.º 43, nov.

GIDDENS, Anthony. (2001) *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4ªed. Rio de Janeiro: Record.

GRAMSCI, Antônio (2000). *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

INSTITUTO DA CIDADANIA. *O instituto da cidadania*. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso em dezembro de 2003.

KUCINSKI, Bernardo. (1998). *A mídia de FHC e o fim da razão*. In: LESBAUBIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LULA, Luiz Inácio (2002) *Programa de Governo 2002. Um Brasil Para Todos*. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso em novembro de 2002.

NETTO, José Paulo.(1998) *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. In: LESBAUBIN, Ivo (org). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (1997). *Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

TAVARES, Laura. (2003). *O programa fome zero*. Disponível em [www.outrobrasil.net](http://www.outrobrasil.net). Acesso em novembro de 2003.

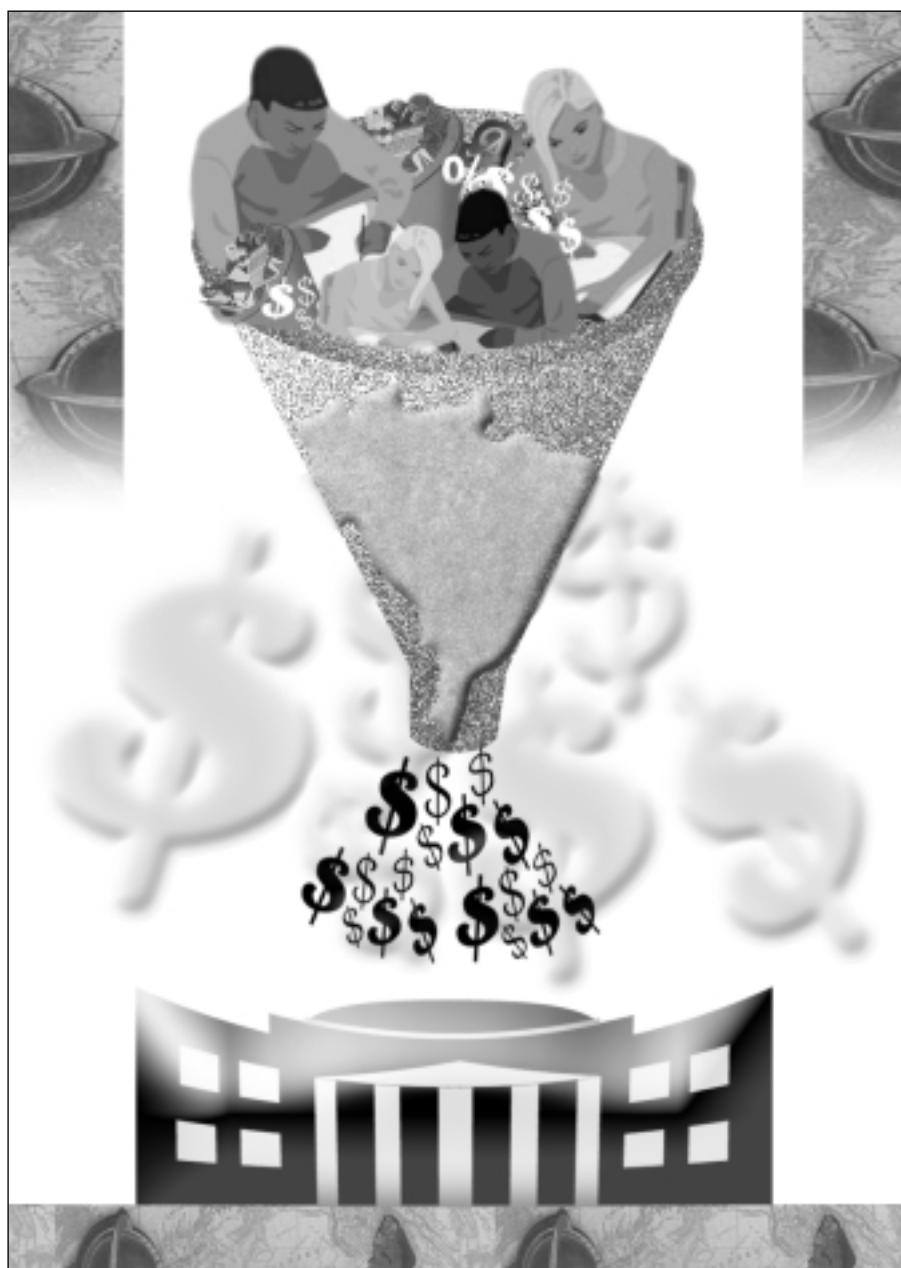
*\*André Silva Martins é professor da Faculdade de Educação da UFJF.*

# O que querem os empresários educacionais do governo Lula?

Lúcia Maria Wanderley Neves\*  
Marcos Marques de Oliveira\*\*

**Lula:** “Afinal, você é nosso aliado ou inimigo?”

**Florestan:** “Isso não pega comigo, porque tenho origem inferior à sua... Eu não sou obreirista e não me ajoelho diante do deus operário. Para eu entrar no PT, quero que ele defina seu programa, esclarecendo melhor quais as opções que envolvem a sua presença como núcleo político da classe trabalhadora”. (Fernandes, 2003)



## Introdução

Este artigo tem o objetivo de identificar as estratégias dos empresários de ensino para influenciar as políticas educacionais do governo Lula. Para tanto, faremos a análise das iniciativas das entidades que defendem seus interesses em vista ao estreitamento de laços com os atores que assumem o Estado brasileiro a partir de 2003. Em paralelo, abordar-se-á a conjuntura histórica que possibilitou, na hipótese que defendemos, a imbricação dos desejos setoriais e das opções políticas que devem aprofundar o processo de privatização do nosso sistema educacional. Vale ressaltar que o respectivo processo, consubstanciado durante a “governança” de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), trouxe novas configurações para a relação Estado/sociedade civil e teve como estratégia a expansão não-qualitativa do ensino público de educação básica e sua compensação na abertura abrupta do ensino superior aos interesses dos grupos privados educacionais — potencializando, assim, o tradicional dualismo classista que marca a história das oportunidades educacionais no Brasil.

A julgar por este primeiro ano de governo, o projeto de constituição de um sistema educacional público, universal e socialmente qualitativo deverá continuar distante, já que as opções políticas (manifestas e latentes) dos responsáveis pela área do ensino não só corroboram com os interesses imediatistas dos que querem apenas lucrar com a atividade educacional, como também reproduzem de forma sofisticada estratégias neoliberais que pensam ou simulam combater. Estão, desta forma, em absoluta consonância com a escola *mallociana*<sup>1</sup> que defende e processa uma política macro-econômica de acordo com as diretrizes esboçadas pelas instituições multilaterais — que, por sua vez, zelam pela segurança e ampliação do espólio de poder e riqueza das corporações transnacionais sediadas nos Estados centrais do capitalismo. Em especial, no que tange ao tema do artigo, está sendo reforçada a política de esmorecimento da ação estatal na garantia dos “antigos” direitos sociais básicos, através de um processo de mercantilização dos serviços públicos que é constantemente re-significado pela (com)fusão dos atores sociais nas “parcerias” que privilegiam o *novo* setor “público não-estatal” (Oliveira, 2003a).

Os resultados desta análise serão apresentados em duas partes. Na primeira, ver-se-á que o constrangimento sofrido pelo setor empresarial de educação básica atinge preferencialmente os estabelecimentos de pequeno e médio porte. Ou seja, a ampliação da oferta no sistema público não atingiu os grandes grupos empresariais, que continuam a atuar com escolas próprias, redes de escolas associadas e até mesmo como

fornecedores de material didático-pedagógico para escolas das redes públicas. Na segunda, constatar-se-á que a agenda da política educacional é, em grande parte, pautada pelas entidades representantes do ensino superior privado. Os conflitos e des-caminhos das ações governamentais, portanto, não são resultantes de uma suposta contradição entre as demandas sociais para a área educacional e os interesses setoriais/corporativos, mas, sim, dos conflitos de interesses internos ao próprio setor privado — conflitos esses que se “resolvem” no antagonismo a qualquer proposta que resgate a idéia de que um país, de condição periférica, que se quer mais democrático e autônomo, não pode prescindir de um pujante sistema público universitário.

### Os empresários da educação básica e o governo Lula

A Constituição de 1988 fez uma distinção legal entre as instituições de ensino privado que atuam na Educação Básica. De um lado, inaugura a legitimidade jurídica do lucro na atividade educacional com as “escolas-empresa” e, de outro, confirma a continuidade da destinação de recur-



sos públicos para a iniciativa privada dita filantrópica, na forma de isenções fiscais. Um dos efeitos disso foi a divisão corporativa no interior da categoria, quando um grupo de sindicatos de escolas saem da antiga Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) e criam a Federação Interestadual das Escolas Particulares (FIEP), instituindo uma espécie de “novo sindicalismo” do ensino privado. De início, a FIEP tenta implementar uma forma mais moderna de representação política-sindical, tendo como principal instrumento a instituição do “contrato de prestação de serviços educacionais” durante o governo Fernando Collor (Oliveira, 2002).

Mas a cisão corporativa entre a FENEN (transformada na Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN) e FIEP foi apenas mais uma das divisões a afetar a maneira com que o ensino privado passa a se organizar nos anos 1990 para influenciar as políticas na área educacional. A divergência de interesses entre os empresários que atuam na educação básica e os que atuam no ensino superior se acentua com a implementação das políticas de reforma administrativa e do Estado, durante o governo FHC, que, em tese, demandavam uma maior (quase exclusiva) participação do Estado nos níveis inferiores do sistema de ensino. Além disso, com o agravamento da crise econômica que atinge a classe média, a divisão institucional entre as escolas-empresa e as filantrópicas favorece ainda mais estas últimas na concorrência pela educação das elites, já que contam com benefícios fiscais para a configuração dos custos de reprodução do capital investido.

*O fim da distinção entre as escolas filantrópicas e empresariais talvez pudesse unificar os interesses do ensino privado, o que poderia produzir uma ação mais integrada para a resolução dos problemas da categoria.*

No entanto, ainda que sob os efeitos de políticas públicas que favoreceram um maior investimento (de discurso e não de recursos) no ensino fundamental público (Davies, 2003), o tradicional dualismo do sistema educacional brasileiro persistiu como marca, já que novas e velhas formas de privatização do público continuaram a solapar o desenvolvimento de um ensino público de qualidade que deveria não só rivalizar com a educação das elites, mas instituir um novo grau civilizatório em que as diferenças de origem social não fossem mais um grande fator de reprodução das desigualdades de classe. Isto porque a tão aclamada “universalização” do ensino fundamental não foi acompanhada por um investimento obtuso de recursos para a consubstanciação do acesso em qualidade educacional, já que as condições de funcionamento e trabalho pedagógico-didático, na maioria absoluta das escolas públicas, permaneceram em um nível desprezível, como mostram as inúmeras avaliações feitas por organismos nacionais e internacionais (Castro, 2003). Além disso, se é inegável que as divisões internas no setor do ensino privado dificultaram a instituição de estratégias macro-políticas de combate à suposta “crise” da escola particular de educação básica, tais instituições que compõem este segmento continuaram a cumprir seu papel de formador das elites econômicas.

Se boa parte das escolas médias e pequenas sofreu com as opções políticas demagógicas do governo federal, em prol da classe média empobrecida, as grandes instituições passaram a largo dos problemas, principalmente àquelas que se organizaram corporativamente para não só atender seletos segmentos das elites, como também para atuar na forma de aglomerados empresariais fornecedores de “franquias” de recursos e materiais didático-pedagógicos para um grande número de estabelecimentos médios e pequenos, quando não para atender até mesmo inúmeros sistemas públicos de ensino em nível municipal<sup>2</sup>. Já entre os problemas enfrentados pelos pequenos e médios empresários da educação básica está a medida provisória de “oficialização do calote”, instituída em 1994, que até hoje impede ações de cobrança mais radicais contra os inadimplentes. Outra grande dificuldade vem ocorrendo pela incapacidade do Estado em fiscalizar as milhares de escolas “clandestinas”, que travam uma *concorrência* desleal com os estabelecimentos legalizados, já que não pagam impostos e nem os salários básicos das categorias. Mas, talvez, a principal derrota da escola particular de pequeno e médio porte tenha sido a negação da opção integral ao Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos para a Pequena e Micro Empresa (SIMPLES).

O fim da distinção entre as esco-

las filantrópicas e empresariais talvez pudesse unificar os interesses do ensino privado, o que poderia produzir uma ação mais integrada para a resolução dos problemas da categoria. Este encaminhamento, em tese, favoreceria também à escola pública porque cessaria a canalização de recursos públicos para o setor privado educacional, já que o fim de tal distinção, na hipótese que defendemos, pressupõe a afirmação da identidade empresarial de ensino e não a colocação de todas as escolas sobre a rubrica da filantropia. No entanto, dada à capacidade de influência e poder das escolas comunitárias e confessionais, nada indica que isto deverá ocorrer. Ao contrário, a conjuntura social, política e econômica parece ser muito favorável à instituição de um novo patamar de organicidade na representação de interesses do ensino privado capaz de “sanar” as feridas da cisão corporativa ocorrida no final dos anos 1980 e, por conseqüência, dar legitimidade e abertura para que o perfil empresarial da escola particular seja subsumido por sua “responsabilidade social” — cenário no qual estariam dadas as condições para que todo o segmento de ensino privado de educação básica possa disputar com as escolas públicas a atenção governamental para a atração de recursos e instrumentos políticos que garantam sua viabilidade financeira e ideológica.

Não é por coincidência que, depois de uma década rivalizando com a CONFENEN, a FIEP assume, a partir do final de 2003, uma postura mais conciliadora. Com a eleição de José Antônio Teixeira, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Município do Rio de Ja-



neiro (SINEPE-RIO), as relações entre as duas entidades parece caminhar para um entendimento mais estreito sobre suas diferenças e, principalmente, sobre suas convergências. Esta aproximação tornou-se pública ainda no início do ano, quando a instituição das cotas para afro-descendentes e alunos de escolas públicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) confrontou diretamente os interesses do ensino privado carioca. Buscando atender os reclamos de sua base, o SINEPE-RIO, filiado à FIEP, não hesitou em procurar a CONFENEN para entrar com uma ação de inconstitucionalidade contra a medida tomada pelo governo do Rio de Janeiro, que, para além de seus vícios e virtudes, teve o mérito de recolocar em pauta um tema há muito esquecido pela sociedade brasileira.

A partir de então, as relações entre as entidades ganharam uma nova dimensão, que, se depender do atual presidente da FIEP, se tornará ainda mais profícua<sup>3</sup>. Mas esta aproximação não deverá ficar restrita à união por demandas específicas. Se depender da FIEP, o plano de ação para 2004 terá como objetivo central a cada vez maior influência sobre os órgãos do Executivo federal, principalmente os da área econômica. Na visão da entidade, a representação da escola particular é uma espécie de “caleidoscópio” de tarefas a serem cumpridas com a missão de “pensar e influenciar a grande política educacional”. Nesse projeto, está incluída a proposta de transformação da federação em entidade interestadual para intersindical, o que, em tese, seria um grande passo para o fim dos conflitos internos à categoria<sup>4</sup>.

Em sintonia com a FIEP, o presi-

---

*Os donos de escolas devem olhar para além dos problemas emergenciais e traçar um panorama sobre o espaço do ensino privado de educação básica, na próxima década.*

---

dente do SINEPE do Estado do Rio de Janeiro indica como ponto central de sua agenda política para 2004 o maior incentivo à participação dos diretores nas decisões que afetam o ensino privado. Entre os temas relevantes, Luiz Henrique Mansur Barbosa destaca a ofensiva contra a inadimplência que vem afetando o setor desde o início do Plano Real, em 1994. O agravamento da recessão econômica que atinge vários segmentos da classe média, somado com a já citada medida provisória que restringe a pressão dos estabelecimentos de ensino sobre os não-pagantes, fez com que, segundo as entidades que defendem o ensino privado, o índice de inadimplência chegasse a 35% em alguns estabelecimentos. Segundo Mansur, está na hora de reverter esse quadro. Como base desta luta, ele apresenta como “carta na manga” um tema que tem tudo para sensibilizar os atuais ocupantes do Executivo federal: o desemprego<sup>5</sup>.

No início de dezembro, Mansur reafirmou tal proposição e acatou de pronto a proposta do ex-presidente da entidade Comte Bittencourt, atual deputado estadual pelo Partido Popular Socialista (PPS), de promover um encontro em nível nacional para se ampliar o debate sobre o futuro do ensino privado. De acordo com o parlamentar, os donos de escolas devem olhar para além dos problemas emergenciais e traçar um panorama sobre o espaço do ensino privado de educação básica, na próxima década<sup>6</sup>. Na



visão do membro da Assembléia Legislativa do Rio, as escolas particulares dos outros níveis de ensino devem ter como parâmetro as conquistas estabelecidas pelo ensino superior privado<sup>7</sup>. O debate, no entanto, para seu melhor aproveitamento, só deverá ser realizado depois que a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), a convite da FIEP, fizer um real mapeamento do ensino privado brasileiro, com dados mais detalhados do que os presentes no Censo do INEP-MEC<sup>8</sup>. Se as escolas particulares de educação básica terão êxito, só o futuro dirá.

### **Os empresários da educação superior e o governo Lula**

Se as perspectivas das escolas particulares de educação básica, principalmente das médias e pequenas, são ainda um pouco sombrias, a situação do ensino superior privado é bem diferente. A relação dos empresários desse nível de ensino com o Governo Lula, por exemplo, é bem

anterior a sua posse. Aliás, a sucessão presidencial norteou as atividades da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior<sup>9</sup>, no ano de 2002. Esta entidade, junto com a Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP)<sup>10</sup>, realizou um ciclo de debates sobre políticas públicas de educação superior que culminou com a entrega, aos candidatos à Presidência da República, de propostas para o setor como subsídio para a elaboração dos planos de trabalho dos diferentes candidatos<sup>11</sup>.

Este mesmo documento foi entregue ao ministro Cristóvão Buarque e vem alicerçando os pronunciamentos do empresariado educacional, no decorrer do primeiro ano do governo Lula. Os empresários se fixaram em quatro eixos: a) legislação, autonomia e regulação; b) expansão, financiamento e equidade; c) avaliação e d) pós-graduação. São propostas do primeiro eixo: o restabelecimento dos princípios gerais da descentralização, autonomia e federalismo cooperativo; consolidação da legislação educacional, por meio da revisão da LDB<sup>12</sup>, visando a conceder tratamento similar ao ensino público e privado e evitar as medidas que reforçam o centralismo, a função credenciadora, o tradicional intervencionismo e a burocracia do Estado.

As demandas contidas neste eixo refletem os principais pontos de atrito entre governo e essa fração da nova burguesia de serviços no Brasil, nos anos de neoliberalismo. Eles

rejeitam sistematicamente qualquer forma de controle do Estado à sua atividade empresarial. Os preceitos constitucionais da livre iniciativa e a política de parceria adotada e estimulada pelos governos FHC e também pelo governo Lula são constantemente lembrados quanto da defesa de seus interesses. Os empresários não aceitam a tese da concessão de prestação serviços públicos e exigem igual tratamento para as instituições superiores privadas e públicas, já que estas últimas são, no seu ponto de vista, as responsáveis pela democratização da educação superior nacional.

Os empresários alegam que a frenética produção normativa governamental nos anos FHC frequentemente descumpra preceitos constitucionais e ferem dispositivos da lei ordinária. A política de não proliferação de normas adotada pelo Ministério da Educação do de Lula tem merecido reiterados elogios nos seus instrumentos de difusão de idéias. Ao mesmo tempo, há a esperança que se diminua o preconceito vigente em setores do governo e na sociedade, em relação ao empresariamento da educação. Frequentemente, os empresários são considerados os “vilões” da má qualidade do ensino no país. Esta atitude é inconsistente tanto em relação aos postulados e práticas neoliberais na execução das políticas sociais, como em relação à proposta de pacto nacional enunciada pelo governo Lula, segundo a qual os empresários brasileiros, em

seu conjunto, e especificamente os empresários educacionais, constituem-se em importantes sujeitos políticos na definição e implementação das políticas públicas. O primeiro passo para a superação da dicotomia público/privado na prestação de serviços educacionais foi dado ainda durante a campanha presidencial. A fraternidade entre os “companheiros” foi publicamente demonstrada pelo representante da candidatura Lula, no debate com os presidenciáveis<sup>13</sup>.

É, pois, na perspectiva de conciliação de classes que os empresários educacionais cobram do governo e da sociedade igualdade de direitos na prestação de serviços. No eixo *expansão, financiamento e equidade* fazem as seguintes proposições: a garantia de acesso ao ensino superior aos jovens e adultos na faixa etária de 18 a 24 anos; o restabelecimento de uma política de expansão capaz de superar as desigualdades de acesso e os desequilíbrios de oferta nas diferentes regiões do país; a implantação de novas modalidades de instituições de ensino superior; a revisão e inovação no processo de financiamento estudantil e a ampliação dos recursos do FIES com a participação da sociedade civil.

Enquanto em relação às metas qualitativas de educação os empresários educacionais reivindicam liberdade de ação, no que tange às metas quantitativas, contraditoriamente, eles reivindicam maior cobertura do Estado. O baixo poder aquisitivo da população vem sendo alegado fator inviabilizador do alcance da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação. A inadimplência tem sido tema recorrente no discurso empresarial na última década.

---

*O governo Lula, sintonizado com as dificuldades do parceiro, comprometeu-se, desde a campanha, com a ampliação do crédito educativo.*

---

da. O governo Lula, sintonizado com as dificuldades do parceiro, comprometeu-se, desde a campanha, com a ampliação do crédito educativo. No decorrer do ano de 2003, os empresários têm avançado em suas propostas de subsídio público à expansão dos seus negócios. Nas oportunidades que têm tido de expor o seu pensamento junto ao governo e à sociedade, eles apresentam as seguintes propostas para o financiamento estudantil: a) eliminação da retenção de recursos das loterias, hoje da ordem de 20%; b) ampliação do percentual de recursos das loterias, de 30% para 90%; c) utilização dos recursos do FGTS e do FAT; d) redução dos atuais juros cobrados; e) antecipação da seleção de candidatos ao financiamento estudantil, antes de seu ingresso no ensino superior particular, conferindo aos beneficiários cartas de crédito para matrícula; f) utilização de um percentual do que as entidades filantrópicas deixam de recolher ao INSS em bolsas de estudo.

Um ponto deste eixo que merece a nossa atenção é a proposta de implantação de novas modalidades de instituições de ensino superior. Se bem que a procura por novos nichos de mercado, expressos na expansão da educação à distância e também na proliferação de cursos seqüenciais, já venham se constituindo em diretriz política dos empresários educacionais, na década anterior (Neves, 2002), ela reaparece com nova roupagem no ano de 2003, embutida no tratamento de uma nova e importante questão política: a internacionalização da educação<sup>14</sup>.

Em pronunciamento durante o seminário *Universidade: porque e como reformar?* O presidente da

ABMES reconheceu que a globalização da prestação de serviços proposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC) assusta a iniciativa privada, uma vez que os países centrais do capitalismo lutam por inundar as nações da periferia com a oferta de serviços educacionais, “obviamente mais consolidadas”, aumentando a concorrência entre o capital nacional e o internacional no ramo educacional. Mesmo assim, os empresários reconhecem que essa globalização não é intrinsecamente negativa porque as nações desenvolvidas acenam no sentido da existência de universidades de ensino e de universidades de pesquisa, o que reforça a tese histórica de flexibilização da organização das instituições de ensino superior, vitoriosa na regulamentação da LDB<sup>15</sup>. Este é um aspecto que deve ser analisado pelos defensores da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na proposta de reforma universitária que começa a ser apresentada pelo governo Lula, sob orientação da rede ORUS<sup>16</sup>.

No eixo sobre a *avaliação*, os empresários realçam: a gestão e qualidade; a revisão da metodologia do Exame Nacional de Cursos, assim como a inclusão no histórico escolar da nota obtida nesta prova; a revitalização do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira (PAIUB), tendo como referência o projeto institucional e o plano de desenvolvimento institucional; a transformação da avaliação em um processo transparente, público e participativo; o estímulo ao desenvolvimento de avaliações sérias e criteriosas feitas por outros órgãos da sociedade. Talvez essa seja a área de maior harmonia entre as idéias do governo e as dos

empresários educacionais. O governo, aliás, supera em alguns pontos as reivindicações do próprio setor empresarial, como no pedido de inclusão no histórico escolar da nota obtida pelo aluno no “provão”. Na proposta da Comissão Especial de Avaliação (CEA) da Educação Superior, o provão passa a ser aplicado por amostragem e a nota da prova deixa de ser divulgada por curso e passa a ser por área, evitando assim possíveis estrangimentos entre as instituições e os consumidores de serviços educacionais.

Essa harmonia entre governo e empresários em relação à avaliação é também constatada entre as várias entidades que participam da CEA<sup>17</sup>. De um modo geral, os participantes advogaram a avaliação como um processo abrangente, com a participação coletiva da comunidade universitária, com vistas a promover a melhoria e o aperfeiçoamento do ensino superior, com respeito às diferenças regionais. Os empresários educacionais enfatizam especialmente a criação de órgãos não-governamentais de avaliação, a utilização da avaliação como política de expansão e de apoio ao estudante, levando em conta as necessidades regionais, e de promoção da melhoria e do aperfeiçoamento do ensino superior, sem punir as IES. A harmonia entre representantes da sociedade civil que, a priori, defendem posições distintas e até mesmo antagônicas de educação superior, pode ser explicada pelo tratamento isolado que vem sendo dado à questão. Enfatiza-se, com este tratamento, o aspecto formal da avaliação (seus métodos), descolado dos fundamentos educacionais mais gerais, quais sejam, os papéis estratégicos a

serem desempenhados pelas universidades no projeto de sociedade a ser perseguido pelo atual governo.

Vale ressaltar um aspecto da avaliação que veio sendo paulatinamente tratado pelos empresários educacionais, ao longo de 2003, e chega a se constituir em prioridade número 1 da FUNADESP para 2004: concretizar o projeto de certificação de qualidade através da ISO 9001/2000 para as empresas de prestação de serviços educacionais. A prioridade será dada inicialmente aos cursos de especialização *lato sensu*, importante nicho de expansão do mercado empresarial para essa década. Dessa forma, os empresários antecipam-se tanto à integração do Brasil à ALCA, preparando-se desde já para a concorrência internacional, como se assenhoram de um importante instrumento de avaliação externa das empresas educacionais.

Finalmente, no que diz respeito à *pós-graduação*, esse importante sujeito político coletivo, na definição e na implementação das políticas educacionais para a educação superior no Brasil, na atualidade, propõe a formulação de políticas claras e precisas de formação pós-graduada para atender às necessidades do país, acolhendo *novas* formas de capacitação de recursos humanos de alto nível, tendo em vista as demandas diversificadas e as transformações que ocorrem no sistema educacional e na sociedade como um todo. Até o momento presente, a *pós-graduação stricto sensu* tem sido prerrogativa das universidades públicas e das universidades confessionais. Os empresários investiram mais decisivamente na graduação e mais recentemente na *pós-graduação lato sensu*. Nos últimos anos, porém, os empre-

sários educacionais resolveram atuar mais decisivamente nesta área. A criação da FUNADESP faz parte desse projeto. Entretanto, os empresários argumentam que a pesquisa básica está restrita a poucos centros acadêmicos, reivindicando novas formas de organização da pós-graduação, que realize mais efetivamente a integração entre universidade e empresa. Os mestrados profissionais vêm se apresentando para eles como uma expressão viável dessa integração. O setor reivindica, agora, o financiamento público às atividades de produção, utilizando, em geral, dois tipos de argumentos: o preceito constitucional de financiamento público às instituições privadas de ensino; e a não inclusão nas planilhas das anuidades escolas dos custos com o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

### Considerações finais

A partir destes elementos, podemos afirmar que as propostas do governo Lula para a reforma da universidade brasileira<sup>18</sup> parecem ir de encontro aos interesses empresariais na área educacional em relação às novas formas de capacitação de recursos humanos de mais alto nível. Diferentemente do que se poderia esperar de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que historicamente fez a defesa intransigente da escola pública e gratuita, o governo Lula, no seu primeiro ano, abraçou e aprofundou a política privatista da educação superior adotada pelos seus antecessores. Está aberto assim o caminho para a continuidade do abrupto processo de empresariamento do ensino superior, iniciado na década passada<sup>19</sup>.

O próximo capítulo já está escri-

to. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social acaba de receber o documento "Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo", produzido pelo Banco Mundial para o atual governo, que "sugere" o fim da gratuidade nas instituições federais de ensino como forma de "democratizar" o acesso ao ensino universitário, já que o atual sistema beneficiaria apenas "poucos privilegiados". Faz isso sem questionar os "filtros" reais que impedem a chegada de um maior número de indivíduos das classes populares ao ensino superior, a começar pela péssima qualidade das escolas governamentais de educação básica, assim como o papel estratégico que as universidades públicas têm para o desenvolvimento autônomo dos países periféricos do capitalismo (Oliveira, 2003b). Adotada a "sugestão", o governo brasileiro, que tem se mostrado sensível às propostas do Bird, passará a atender aos interesses dos empresários educacionais do país, desejosos de acabar com a "concorrência" das instituições federais, e, principalmente, aos interesses dos países centrais do capitalismo, ávidos em tornar efetivo o processo de mercantilização da educação superior sob a égide da OMC.

Como já havia apontado Davies (2003, p. 75), "não são nada boas as perspectivas de expansão ou mesmo manutenção do financiamento da educação pública, não só com base nos documentos e propostas formais do governo", mas, sobretudo, "nas suas políticas econômicas e sociais, que privilegiam a geração de superávit primário para pagar os credores externos e internos da dívida pública e outras medidas para favorecer o capital nacional e estrangeiro".



Nesse cenário, o sistema público de educação básica também corre perigo, já que sob os efeitos do “ajuste fiscal” é pouco provável que a quantidade necessária de recursos para a melhoria de sua expansão qualitativa seja disponibilizada. E esta probabilidade será ainda menor se as demandas de “salvação” do ensino privado de educação básica forem atendidas por mecanismos de financiamento similares ao que é dispensado aos estabelecimentos de ensino superior. Tal perspectiva pode, para muitos, parecer absurda. Mas, como lembra Florestan Fernandes (2003), quando um partido político que assume o poder não distingue mais *processo eleitoral* de *processo político*, deixando de corresponder às bases para privilegiar sua burocracia e seus políticos profissionais, estão dadas as condições para a reprodução da ordem existente naquilo que ela tem de mais fundamental, pelo motivo óbvio de que os interesses do partido tendem a não mais coincidir com a luta dos trabalhadores para o estabelecimento de uma democracia com base na igualdade social.

## Notas

1. As políticas econômicas de FHC e Lula, coordenadas pelos respectivos ministros Pedro Malan e Antônio Pallocci, fazem parte da “maior intervenção monetária da história humana” que, segundo Santos (2003), “se realizou em nome do equilíbrio fiscal e cambial gerando o maior desequilíbrio fiscal e cambial da história. As taxas de juros passaram a ser o principal instrumento de política econômica, provocando uma transferência colossal de recursos do resto do mundo para os Estados Unidos e desde o setor produtivo para o setor financeiro”.

2. “A formação de conglomerados, com vem acontecendo em outros ramos da economia, parece mesmo ser a tendência para os próximos anos. Apenas seis grupos (Positivo e Expoente, do Paraná, Objetivo, COC e Anglo,

de São Paulo, e Pitágoras, de Minas Gerais) concentram 4 mil escolas (entre receptores de material didático-pedagógico, franquias e estabelecimentos próprios), com 80 mil professores e 1,5 milhões de alunos. Juntos, eles movimentam aproximadamente 6 bilhões de reais por ano” (Oliveira, 2002, p. 251).

3. “Nosso intento é sentar com todas as entidades para buscar um consenso mínimo entre os dirigentes. (...) E o discurso, gradualmente, está sendo unificado, como prova o apoio que todos estão dando ao substitutivo que está no congresso para substituir a medida provisória do calote. Inclusive eu, que descordo de boa parte do texto. Mas é melhor lutar pela aliança sobre um texto só do que cada entidade defender um projeto em separado” (SINEPE-RJ, outubro de 2003, p. 3).

4. “Estamos conversando com vários setores e entidades. Eu entendo que o empresariado responsável pela iniciativa privada na educação nunca foi muito bem identificado com os seus sindicatos. Eu percebo que esse momento, muito bem analisado pelos cientistas sociais, é de grande oportunidade para a ação sindical de trabalhadores e empregadores. Temos que chegar a gravata para o lado e mostrar que temos organismos sindicais atuantes. E essa sugestão de uma ação intersindical é para deixar claro que queremos o mesmo tratamento dado às categorias trabalhistas. Se tiver que ouvir a CUT, que se ouça também a FIEP” (SINEPE-RJ, outubro de 2003, p. 3).

5. “As escolas empregam e muito. Se o governo e a sociedade entenderem que apoiar a escola particular é combater o desemprego, melhor para o país. (...) É hora de mostrar que somos fundamentais para o desenvolvimento social, ainda que atendendo à educação das elites, ainda que não exclusivamente. Fazendo isso, deixamos o Estado livre para dar educação aos desfavorecidos e, ainda por cima, pagamos impostos suficientes para exigir respeito. É ingenuidade contrapor o ensino privado à educação pública” (SINEPE-RJ, novembro de 2003, p. 3).

6. “Precisamos reunir quatro ou cinco cabeças pensantes da economia e da política para traçar um panorama da sociedade brasileira daqui há dez anos e, em conseqüência, que possam nos orientar sobre os caminhos que podemos dar para reverter o quadro. Não é discutir questões pedagógicas ou administrativas, mas pensar de forma efetiva qual o espaço que a escola particular de ensino

básico pode ocupar no sistema educacional, dada as variáveis econômicas existentes” (SINEPE-RJ, 08 de dezembro de 2003).

7. “O ensino superior tem espaço para agir, já que a demanda tem sido cada vez maior e o Estado não está investindo na sua rede de universidades da mesma forma que faz com o ensino fundamental, através do FUNDEF. Daqui há pouco será criado o FUNDEB que vai abarcar o ensino médio e nossa situação vai ficar um pouco mais difícil, já que não contamos com nenhum tipo de financiamento, como é o caso do ensino superior privado que tem o FIES. Não sei se medidas como o desconto no ISS, em nível municipal, como temos conseguindo em algumas localidades, será suficiente. Precisamos pensar em alguma ação mais efetiva a longo prazo” (SINEPE-RJ, 08 de dezembro de 2003).

8. De acordo com Mansur, “queremos saber quanto nós somos, quanto nós empregamos e a quem nós atendemos para que as nossas propostas sejam ouvidas. Com esse mapa completo do ensino privado, nos conheceremos melhor em nível nacional como também regionalmente. Assim, cada sindicato poderá produzir argumentos mais convincentes e cobrar das autoridades o atendimento de nossas propostas e, em complemento, solicitar da sociedade a compreensão de que não estamos pedindo nada em causa própria. Pelo serviço que prestamos, nossa causa é de caráter social” (SINEPE-RJ, 08 de dezembro de 2003).

9. A ABMES agrupava, em dezembro de 2002, 323 mantenedoras e 471 instituições de educação superior mantidas de todo o território nacional. Informações mais detalhadas sobre a organização do empresariado educacional brasileiro estão em Neves (2002).

10. Fundação de direito privado, criada em 1998. Tem entre suas finalidades estatutárias a incumbência de promover a melhoria da qualidade das instituições de educação superior particulares. Desenvolve três linhas básicas de ação: programa de bolsas de estudo e de pesquisa voltados especificamente para a capacitação de recursos humanos e para fomento à pesquisa; programas de avaliação institucional e de cursos; e apoio à consolidação da pós-graduação.

11. O ciclo de debates teve três fases: *Balanço de sete anos de políticas públicas de educação superior: realizações e lacunas*, em 03/04/02; *Desafios e propostas para uma agenda de políticas públicas de educação superior na primeira década do milênio*,

em 04 e 05/07; e *Debate com os presidentes*, em 06/08.

12. Especialmente no que diz respeito ao artigo 46, que traz determinações sobre a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior. No parágrafo 1º, por exemplo, afirma que após “um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento”.

13. “Gostaria de expressar meu reconhecimento pelo trabalho extraordinário que as instituições de ensino superior afiliadas à ABMES estão desenvolvendo, a contribuição que dão ao desenvolvimento do País, a preocupação com a qualidade e a seriedade que emprestam à avaliação (ABMES Notícias, n. 76, jul./ago./ set. 2002, p. 3).

14. A ABMES realizou, em 01/10/2003, o seminário *Internacionalização da Educação Superior*, que abordava o debate sobre “a liberalização das leis brasileiras e a abertura do mercado da educação superior no Brasil e na América Latina, para a concorrência internacional”, trazendo, entre outras, as seguintes deliberações: a) verificar se o arcabouço regulatório existente é favorável à concorrência estrangeira; b) saber se as mantenedoras têm interesse em desenvolver atividades no exterior que estejam sendo dificultadas pela legislação dos países estrangeiros; c) construir salvaguardas na própria Constituição Brasileira que garantam a nossa soberania.

15. Em especial, o decreto n. 2.207/97, substituído pelo decreto n. 2.306/97 e posteriormente o decreto 3.870/2001 que altera o decreto anterior.

16. A ORUS, criada em 2002 e presidida por Edgar Morin, é formada por uma rede de acadêmicos europeus e latino-americanos que elaboraram propostas para a reforma das universidades. A atuação da rede está articulada a uma parceria com a UNESCO e a *Aliança por um mundo responsável, plural, solidário*, cujo financiamento e direção política estão vinculados à *Fundação Charles Leopoldo Mayer para o Progresso do Homem* (Lima, 2003).

17. Além da ABMES, as entidades que fazem parte da CEA são: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais

de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); Associação Nacional dos centros Universitários (ANACEU), Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores (ANAFI), Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e União Nacional de Estudantes (UNE).

18. As principais são: criação da Universidade Aberta do Brasil; incentivo à pesquisa para adaptação de inovações tecnológicas produzidas nos países centrais; criação de novas fontes de recursos para o ensino superior, através de lei de incentivo fiscal; e a criação de universidades livres.

19. O setor privado, segundo o Censo Escolar de 2001, chegou a alcançar 87% das instituições e 69% das matrículas. Enquanto que, de 1994 a 2001, o número de alunos em instituições privadas cresceu de 970.584 para 2.091.529 (115%), nas instituições públicas as matrículas passaram de 690.450 para 939.225 (36%). Tal processo inverteu a tendência do período 1990-1994, quando o setor privado cresceu apenas 0,9%, e o público, 19,3%.

## Referências Bibliográficas

ABMES. ABMES notícias. Números 70 a 80 referentes a 2001, 2002 e 2003. Textos em [www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br).

\_\_\_\_\_. Textos do Presidente da ABMES, 2003. Texto em [www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br).

\_\_\_\_\_. ABMES 20 anos (s/d). Texto em [www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br).

\_\_\_\_\_. Relatórios de Atividades 1998-2001. Textos em [www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br).

CASTRO, Cláudio de Moura. O despertar do gigante: com menos ufanismo e mais direção, a educação brasileira acorda. Belo Horizonte - MG: Ed. Universidade, 2003.

DAVIES, Nicholas. O financiamento da educação no governo Lula: o "Ajuste Fiscal" continua. DF-ANDES/SN, Universidade e Sociedade, n° 30, junho de 2003.

FERNANDES, Florestan. Entrevista a Paulo de Tarso Venceslau para a revista Teoria e Debate da Fundação Perseu Abramo. Texto em [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br), em 20/12/2003.

FUNADESP. Plano Anual de Atividades para 2003. Texto em [www.funadesp.org.br](http://www.funadesp.org.br).

\_\_\_\_\_. Relatório Anual de Atividades de 2000, 2001 e 2002. Texto em [www.funadesp.org.br](http://www.funadesp.org.br).

LIMA, Kátia S. "Capitalismo humanizado" e o papel da Rede ORUS na reforma da educação superior brasileira no governo Lula. Niterói-RJ, Informativo da ADUFF, dezembro de 2003.

NEVES. Rumos históricos da organização privatista (179-220). In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo - SP: Xamã, 2002b.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. A mercantilização dos direitos e os novos dilemas da educação brasileira (92-99). DF-ANDES/SN, Universidade e Sociedade, n° 30, junho de 2003a.

\_\_\_\_\_. A quem interessa a cobrança nas universidades públicas? Observatório da Imprensa. Rio de Janeiro, 10 de junho de 2003b. Texto em [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br).

\_\_\_\_\_. Os empresários de educação básica e a nova divisão de trabalho da educação nacional (235-255). In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo - SP: Xamã, 2002.

SANTOS, Theotônio dos. Um novo consenso? Achegas - Revista de Ciência Política. Niterói-RJ, n° 11, agosto de 2003. Texto em [www.achegas.net](http://www.achegas.net).

SINEPE-RJ. Entrevista com Luiz Henrique Mansur Barbosa (3). Jornal do SINEPE-RJ, n° 82, novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Entrevista com José Antônio Teixeira (3). Jornal do SINEPE-RJ, n° 81, outubro de 2003.

\_\_\_\_\_. Nova diretoria toma posse. SINEPE-RJ On-line, edição de 08 de dezembro de 2003.

**\* Lúcia Maria Wanderley Neves é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.**

**\*\* Marcos Marques de Oliveira é doutorando em Educação Brasileira na UFF.**

# Reforma agrária e governo Lula

Antônio da Silva Câmara\*  
Natã Silva Vieira\*\*

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, significou esperança para a maioria dos grupos sociais oprimidos na sociedade brasileira. Para os trabalhadores urbanos, a escolha de um ex-operário, ex-líder sindical e presidente de um partido socialista, expressava a renovação da esperança na criação de novos empregos, na recuperação do poder aquisitivo dos salários e na melhoria do bem-estar social (alimentação, saúde, educação e lazer); para os movimentos sociais de luta pela terra, o ex-retirante, que vivenciou as agruras da vida no sertão, da concentração da terra e do poder desmedido dos coronéis, simbolizava a redenção da luta pela reforma agrária, seria este o momento histórico para pôr fim ao latifúndio, mudando definitivamente a história da posse e uso da terra no Brasil. Para a auto-intitulada “burguesia produtiva”, a esperança seria a retomada do “crescimento econômico” – fórmula mágica que lhe possibilita aumentar suas margens de lucro sem que ocorra, necessariamente, alteração nos índices de desemprego no país<sup>1</sup>.

Poucos foram os partidos, dirigentes sindicais e indivíduos à esquerda do amplo espectro social de apoio a Lula que optaram por não depositar suas esperanças no novo grupo do poder. Estes entendiam que o tenebroso arco de alianças construído em torno do candidato à presidência e a ruptura do PT com sua história e seus princípios consolidavam um processo de capitulação à ordem capitalista iniciado desde os primórdios dos anos noventa. No entanto, mesmo os intelectuais e militantes de esquerda não temiam o novo governo, poderíamos dizer que poucos tiveram a dimensão de possíveis derrotas que um governo de origem popular poderia infringir aos

trabalhadores. De certa forma, um consenso à esquerda se constituiu: estaríamos diante de um período de crescimento das lutas populares em todo o país.

Apenas o capital financeiro parecia temer o novo governo, pois, se todos estes anseios, ainda que contraditórios, encontrassem uma situação minimamente adequada para a sua satisfação, certamente se estabeleceriam uma situação de confronto entre o capital especulativo e o governo Lula, abrindo trincheiras para o avanço do combate contra o pacto histórico do Estado com a burguesia industrial e financeira, em detrimento das classes trabalhadoras.

As alianças eleitorais com seg-

mentos de direita que pareciam ter o caráter oportunista, visando única e exclusivamente o poder da República, ganharam contornos definitivos depois da posse, aparecendo efetivamente como acordos de caráter estratégico como reconhece o atual presidente do PT, José Genoino. Estratégico aqui significa renúncia absoluta aos princípios socialistas e a qualquer possibilidade de ruptura com a ordem capitalista, pragmatismo político e econômico, adaptação passiva aos organismos internacionais que zelam pelos lucros da burguesia financeira (Banco Mundial e FMI), substituição da lógica de luta de classes pela de colaboração de classes, enfim substituição do conflito de interesses pelo impossível "consenso" dos opostos. Por isto, desvanecem-se as esperanças depositadas no governo Lula. É nesta conjuntura que se coloca a questão da reforma agrária, paralisada quase que completamente no primeiro ano de governo.

Para uma análise mais completa e objetiva deste aspecto da conjuntura, é necessário compreender-se as condições em que este quadro foi delineado antes, durante e depois das eleições de 2002. Afirmamos "antes", pois acreditamos que as diretrizes da "reforma agrária" prati-



Ilustração a partir de foto de Douglas Mansur/MST

cada no primeiro ano do governo Lula foram estabelecidas pelo governo FHC.

### **Reforma agrária e o governo FHC: contraste entre ideologia e esvaziamento do campo**

Durante o governo FHC, os movimentos sociais de luta pela terra e, em particular, o MST, foram responsáveis por um extraordinário crescimento da luta camponesa no país. Isto não se deu sem sangrentos confrontos como foram os casos dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, no norte do país, ou das mortes sistemáticas de militantes promovidas pelo latifúndio ou mesmo pelo poder estatal. Foi também um período de renascimento de organizações patronais no campo, do retorno de grupos conservadores

e reacionários como a UDR e da organização de uma bancada rural no Congresso, representando os interesses do latifúndio.

Ao fim dos seus dois mandatos, o presidente da República alardeou ter feito a maior reforma agrária do mundo contemporâneo<sup>2</sup>, amparando-se em números do INCRA, contestados pelo MST e pela CPT. Os dados divulgados pelo governo davam conta de 579 733 novos assentamentos criados ao longo do período 1995/2002, contra 218.534 famílias assentadas entre 1964-1994, curiosamente o próprio INCRA informa que 219.087 famílias foram assentadas na região norte do país, enquanto que, no sudeste, apenas 38.121 famílias foram assentadas e, no sul, berço do MST, apenas 53.929. O número elevado de assen-

tamentos na região norte despertou o interesse da imprensa e de pesquisadores, numa série de reportagens publicadas, em abril/2002, a *Folha de São Paulo*<sup>3</sup> denunciou que o governo teria inflado o seu balanço. Em alguns períodos (1999/2000 e 2001), o governo teria divulgado dados superestimados em mais de 40% os assentamentos realizados, além disso, pessoas mortas e que não tinham sido beneficiadas pela reforma agrária constavam no cadastro do INCRA. Somando-se números falsos, com a regularização fundiária realizada no norte como se fosse novos assentamentos, certamente que o total de assentamentos divulgados pelo governo era bem superior ao realizado. A própria *Folha* citava estudos do IPEA que contrariavam os dados oficiais, não só em



números de novos assentamentos, mas também em gastos efetivos com os já existentes.

Analisando esse período, João Pedro Stedile foi ainda mais longe, considerando que o governo FHC "foi uma tragédia para o meio rural brasileiro. Primeiro: no modo de produção agrícola, foi o período em que o neoliberalismo chegou à agricultura". Em dez anos que corresponderia a Collor-FHC, 920.000 propriedades teriam desaparecido, favorecendo a reconcentração fundiária". Por fim, Stedile refere-se ao censo encomendado pelo governo à USP que teria dado conta de apenas 328.000 famílias assentadas, a maior parte destas na Amazônia Legal (67%). Logo o governo apenas teria implementado um "projeto de colonização de terras públicas"<sup>4</sup>.

Ao contrário da formulação governista que através de matérias pagas na grande imprensa "informava" que não era preciso "invadir" propriedades privadas porque as "porteiças" estavam abertas e todos poderiam transpô-las sem cortar o arame farpado que as protegiam, Stedile mostra que não só as porteiças continuaram fechadas mas também cresceram em quantidade superior à dos assentamentos, pois no mesmo período mais de novecentas mil famílias perderam suas terras. Para este dirigente, em lugar da maior reforma agrária do ocidente, o que se vivenciou no Brasil foi a concretização de uma contra-reforma agrária de moldes neoliberais.

Visando pacificar os movimentos, desarmá-los e pôr os trabalhadores sem terra a seu lado, o governo FHC:

a. iniciou uma série de programas em parceria com o Banco

Mundial, tais como Cédula da Terra, Banco Da Terra, Programa de Crédito Fundiário e combate à Pobreza Rural. Todos estes programas baseiam-se na lógica de conceber a terra enquanto mercadoria que poderia ser negociada;

b. adotou meios de criminalização do MST, editando medida provisória, proibindo a ocupação de fazendas improdutivas e/ou ociosas e de órgãos públicos, e criando mecanismos punitivos, tais como a eliminação dos cadastros de possíveis beneficiários de assentamentos daqueles que fossem identificados nestas ações dos movimentos, para isto, o governo pôs arapongas do serviço secreto no encalço do MST;

c. manteve-se passivo diante da atuação do judiciário contra o MST, sobretudo em áreas mais conflituosas;

d. incentivou, em detrimento de apoio às áreas reformadas, a grande agricultura de exportação. Enfim, FHC considerava que o lema do país deveria ser: *exportar ou morrer*.



As medidas tomadas por FHC de compra e venda da terra, aplicando as diretrizes do Banco Mundial, repunham o debate sobre o próprio conceito de Reforma Agrária. A redistribuição massiva da terra, observada nas reformas agrárias ou revoluções agrárias ocorridas sob a égide da burguesia, no século XIX, ou de grupos revolucionários, no século XX, foi substituída pela reorganização delimitada dos espaços rurais sem rupturas com a estrutura agrária vigente e em absoluto respeito à propriedade privada ociosa da terra. O governo de FHC conseguiu distanciar-se politicamente, por vezes com presença constante na mídia, da possibilidade de uma R.A. baseada nas lutas sociais, nas ocupações, nos acampamentos em beira de estradas, enfim, no enfrentamento direto dos sem-terra com a elite latifundiária rural. Negando as evidências que atestam o parasitismo do latifúndio no país, protegendo-o das incursões do movimento social, o governo manteve-se dentro dos cânones da lei de terras de 1850, privilegiando a lógica da terra enquanto mercadoria.

Os projetos de crédito fundiário que tentaram substituir a R.A. baseada nas lutas sociais, não objetivavam, como se propalou, dar sustentabilidade ao homem do campo através, por exemplo, de instalação de infra-estrutura adequada nos assentamentos. O Cédula da Terra, carro chefe desta política de crédito para compra de terra, atingiu dois públicos distintos: pequenos produtores familiares que se associaram para obter o crédito e grupos de sem-terra acampados. Na Bahia, por exemplo, quando o programa "beneficiou" sem terras acampados do sul do estado, evidenciou-se a contradi-

ção: pessoas preparadas para a luta pela desapropriação de latifúndios viram-se envolvidas em urdiduras econômicas que os colocavam na mesma situação do pequeno produtor familiar tradicional obrigado a adquirir sua terra no mercado disponível, com juros mais baixos.

Os movimentos sociais denunciaram a ilegitimidade desse processo que envolveu pessoas e associações que tinham interesse direto na venda de terras e na obtenção de benesses do governo. Portanto, tudo indica que grupos artificiais foram formados com o objetivo de adquirir terras, satisfazendo interesses dos próprios latifundiários, aqui postos na condição de vendedores.

A intensificação das ações dos movimentos sociais e, em particular, o MST, provocou, sem dúvida, o avanço, bastante inferior ao anunciado, das desapropriações neste período. Em troca, o governo resolveu estancar as lutas sociais com a edição de Medida Provisória, MP 2.027-38, em maio de 2000, que deu lugar à medida MP 2.183-56, proibindo que imóvel ocupado possa ser vistoriado, avaliado ou desapropriado pelo prazo de "dois anos e excluindo do programa de reforma agrária quem participasse de "invasão" de terras ou de órgãos público. A estas medidas, seguiram-se perseguição e aprisionamento de militantes dos movimentos sociais rurais.

A postura de FHC de enfrentar os movimentos sociais, no seu se-

gundo mandato, explica porque, na sua maioria, estes movimentos hipotecaram apoio a Lula e ao PT, na esperança de ver cumprido o programa daquele partido aliado da luta pela reforma agrária.

### **Governo Lula e as questões cruciais da Reforma Agrária**

Contrariando as esperanças dos sem terra em relação à consecução de uma reforma agrária de massas, o que realmente vem ocorrendo no governo Lula é a manutenção de modelos deixados pelo antigo governo, ou seja, o legado de FHC não é um "entulho" como acreditavam os movimentos sociais e as esquerdas, mas, sim, o alicerce do novo governo, tanto nas suas diretrizes econômicas e sociais quanto na execução de uma política de distribuição de terras distinta dos processos históricos de reforma agrária. Assim é que devemos interpretar a manutenção da Medida Provisória contra as ocupações e os mecanismos de compra de terra adaptados aos novos tempos.

Aderindo à tese segundo a qual o governo Lula é um governo em "disputa", os movimentos sociais têm redirecionado as suas ações políticas. De um lado, recrudesceram as ocupações do MST, no entanto elas são feitas à beira de estradas, visando não criar embaraço ao governo Lula que mantém a medida provisória editada por FHC. De outro, a FETAG se dispôs a defender o go-

verno e suspender as ocupações de terras e de prédios públicos. Dessa forma, os movimentos sociais se encontram numa encruzilhada entre uma realidade sufocante com a reforma paralisada e uma tênue esperança de que o governo será capaz de fazer uma reviravolta na política atual, executar "um plano B e se tornar de fato um governo popular".

Neste primeiro ano, as ações do executivo estão bastante distantes deste eventual "plano B". O governo manteve-se omissivo diante da violência dos latifundiários contra os sem-terra, da reestruturação da UDR e da escalada do judiciário provinciano que, no afã de proteger o latifúndio, criminalizou as ações pela reforma agrária, abrindo processos e prendendo militantes acusados de formação de quadrilha, porte de armas etc. Observe-se que ministros de Lula, como foi o caso de Roberto Rodrigues, titular do Ministério da Agricultura, e de Marcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, defenderam a ação de homens armados na defesa da propriedade privada, o primeiro deu o aval aos jagunços que atuam a mando dos latifundiários, o segundo admitiu a contratação de empresas de segurança privadas para a defesa da propriedade privada.

O único momento de renovação da esperança poderia ter sido o ato de Lula em pôr o chapéu do MST na cabeça, em cerimônia ocorrida no Palácio do Planalto, tal atitude de certa forma contrabalançava os ataques que este movimento vinha sofrendo dos segmentos de direita. No entanto, a reação da grande imprensa e da direita foi suficiente para o presidente anular aquele gesto simbólico, transformando-o numa galhofada, pois, no decorrer do ano,

---

*O legado de FHC não é um "entulho" como acreditavam os movimentos sociais e as esquerdas, mas, sim, o alicerce do novo governo, tanto nas suas diretrizes econômicas e sociais quanto na execução de uma política de distribuição de terras.*

---

todo e qualquer chapéu que foi ofertado ao presidente foi experimentado pelo "bonhomme", satisfazendo desde latifundiários criadores de gado a sketista.

No balanço do primeiro ano de governo, certamente não poderá ser inclusa a política de reforma agrária, pois, a manutenção da medida provisória, os modestos resultados em relação à criação e regularização de novos assentamentos (a timidez do governo em realizar desapropriações, teve como saldo apenas 26 mil famílias assentadas)<sup>5</sup> e, por fim, a demissão de Marcelo Resende, presidente do INCRA, crítico da MP de Fernando Henrique e identificado com os movimentos sociais, anularam todas as boas intenções anunciadas no final de 2002 e renovadas neste último mês de dezembro. A demissão do presidente do INCRA gerou uma situação de tensão envolvendo governo, movimentos sociais e instituições que apóiam a luta pela reforma agrária, como mostra a nota da CPT contra a demissão. Segundo a Pastoral, esta medida atendeu à "expectativa reacionária da elite fundiária" e foi "uma ação desastrosa". A inércia do executivo se apresentou numa situação explosiva, com mais de 300 mil famílias acampadas em todo o país.

Diante de um balanço tão esquálido, é necessário olhar para o futuro para ver se, de fato, nos próximos anos, a seta da continuidade na questão da reforma agrária sofrerá alguma inflexão. Parece-nos que dois projetos se chocam para este novo período, de um lado, a proposta do Professor Plínio de Arruda Sampaio que originalmente fixava a meta de assentar um milhão de famílias até 2006, reajustada pelo



Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>6</sup> para 400 mil. De outro, a perspectiva da área econômica que em documento recente (Gastos sociais do governo 2001-2002), elogia a reforma agrária "de mercado" que vinha sendo privilegiada por FHC<sup>7</sup>.

O MDA introduziu novos conceitos visando implementar uma reforma agrária que, como tem sido repetido pelos próceres governamentais, teria alvo principal atingir a qualidade. Destacando-se os seguintes pontos na proposta:

a. Considerando a situação de pobreza e conflito no campo, o governo daria centralidade à reforma agrária como instrumento "para a retomada do crescimento, para o aumento da produção de alimentos e para a superação da desigualdade e exclusão social". Ao lado da distribuição de terras objetiva-se também promover uma "renovação social" com a "ampliação de direitos sociais no campo". A estratégia de crescimento estaria ligada à expectativa de os assentamentos produzi-

rem para atender à demanda dos programas governamentais da Bolsa Família e Fome Zero.

b. A reforma agrária é concebida a partir de um plano de desenvolvimento rural, visando alterar a estrutura agrária e democratizar o acesso à terra. Nesta perspectiva, seriam criadas as "áreas reformadas",

*"isto é, a integração produtiva entre os diversos segmentos que compõem o público alvo do Plano de Reforma Agrária (...) de forma que sejam construídos sistemas locais de produção rural e um plano de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, o Plano busca multiplicar nas áreas reformadas os efeitos alcançados em algumas experiências de reforma agrária - principalmente aquelas que tiveram alta densidade de famílias beneficiárias - que promoveram importantes mudanças econômicas e sociais nas localidades vizinhas aos assentamentos"*<sup>8</sup>.

A publicação eletrônica do PT, Periscópio ufanisticamente informa que,

*Em função dessa diversidade e da complexidade de políticas e de recursos que deverão ser mobilizados para viabilizar a reforma agrária, as metas definidas pelo PNRA podem ser consideradas inéditas em termos de amplitude e inovação: 400 mil novas famílias assentadas, 500 mil famílias com posses regularizadas, 130 mil famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário; recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; criar cerca de 2 milhões de novos postos perma-*

*nentes de trabalho no setor reformado; cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária; garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas.*<sup>9</sup>

Além destes itens citados acima, o governo espera fazer a reforma utilizando-se do instrumento da desapropriação com indenização em títulos de dívida agrária e considera que esta proposta viabilizaria um pacto entre todos os envolvidos na questão.

Em entrevista recente de João Pedro Stedile, MST critica a falta de ação ao longo de 2003, "O governo Lula praticamente não fez nada pela reforma agrária em 2003", e considera que mesmo o atual PNRA é tímido e bastante inferior à proposta original que previa o assentamento de um milhão de famílias.

É legítimo duvidar-se da viabilidade deste plano se forem mantidos os pilares da política econômica vigente em 2003, aprofundando a recessão econômica e reduzindo efetivamente o montante de recursos para as políticas públicas. O documento Gastos Sociais do governo 2001-2002 analisa as despesas sociais do governo com previdência, educação e cultura, geração de empregos, habitação e saneamento e reforma agrária. Os autores tentam convencer os leitores que o Brasil tem um

---

*O governo, apesar de diagnosticar a concentração de terras no país, parece que, com sua timidez e paciência, espera resolvê-la sem enfrentar o latifúndio.*

---

alto índice de gastos sociais que não favoreciam os mais pobres. Comparando realidades distintas (Brasil e os países desenvolvidos), os autores do texto buscam através de gráficos de custos/benefício provar que o montante atual de gastos sociais, se fosse direcionado, de forma mais equilibrada, para as camadas pobres, permitiriam a redução imediata da pobreza. Utilizando-se de indicadores econométricos, desprezando a apropriação privada dos meios de produção e a concentração da riqueza nas mãos dos segmentos burgueses, os autores do texto dividem a população em três segmentos: os mais ricos, os intermediários e os mais pobres. A partir deste artifício, analisam a distribuição dos benefícios sociais, concluindo que os mesmos são direcionados, sobretudo, para os grupos que auferem mais renda. Cabe destacar que o alvo principal do documento é a previdência social, considerada deficitária, pois, beneficiaria os assalariados "com altos salários". No que tange à reforma agrária, o documento aponta um caminho contrário ao previsto no PNRA, pois conclui que a desapropriação gera gastos para o governo, além de custosas demandas judiciais e elogia o programa de obtenção de terras através do Banco da Terra. O PNRA, ao contrário, privilegia a desapropriação com indenização com títulos públicos, mas como a "verdade" continua sendo propriedade dos economistas de plantão, imaginamos que as quinhentas mil famílias ou não sairão

do papel ou farão parte de um amplo programa de compra de terras, caracterizando-se o que o MST denomina reforma agrária de mercado. Aliás, o insistente discurso do presidente da República - afirmando ser fundamental uma reforma agrária de qualidade e não metas quantitativas - reforça o temor de que, ao longo dos próximos três anos, mesmo a meta estabelecida de 400 mil famílias vá, pouco a pouco, cedendo lugar ao discurso da urbanização, saneamento, crédito agrícola, desenvolvimento sustentável dos assentamentos já existentes etc. Não nos colocamos contra as melhorias que devem ser feitas nos assentamentos, mas se isto ocorrer em detrimento de construir-se novos assentamentos estaremos diante de mais um descumprimento do programa de governo esboçado na campanha eleitoral.

O governo, apesar de diagnosticar a concentração de terras no país, parece que, com sua timidez e paciência, espera resolvê-la sem enfrentar o latifúndio e, como diz Stedile, dando continuidade ao modelo agrícola neoliberal que se desenvolveu sob a égide de FHC. Um dos lídimos representantes do neoliberalismo, o pessedebista Francisco Graziano<sup>10</sup>, ex-presidente do INCRA, afirma em artigo recente que o governo Lula não pode fazer reforma agrária porque não existe mais terra improdutiva, o país rural se caracterizaria por uma produção agropecuária dinâmica, moderna, competitiva etc. Tal qual o PSDB, o governo Lula opta também pela conti-



*O discurso lulista, várias vezes repetido, segundo o qual é possível fazer uma reforma agrária pacífica, sem conflito e com qualidade, hoje já não encontra correspondência na dura realidade do campo.*

nuidade do modelo agro-exportador que caracterizou a história do Brasil e que parece ser novamente o destino reservado que lhe é reservado na competição da economia globalizada. Neste modelo, não há lugar para a produção familiar voltada para a subsistência. O modelo Lula recupera este aspecto da era FHC: incentivo absoluto aos agro-exportadores, política focalizada de reforma agrária, atenção para a criação de "nichos" de produtividade na agricultura familiar que também deveriam inserir-se nos mercados regionais, nacional e, quiçá, internacional. Esta pretensão economicista para a realização da reforma agrária praticamente a paralisa, pois ainda que ocorram casos com sucesso dessa interação e integração, na maioria das vezes, isto é impossível de concretizar-se. A reforma agrária só pode ter por objetivo a melhoria das condições de vida da população sem-terra, preparando-a para uma situação em que a propriedade possa vir a ser coletiva. Possíveis situações de transição com as famílias produzindo e integrando-se nos mercados locais, não podem ser uma exigência, sob o risco de recriar-se a produção para o mercado, a competição entre os pequenos produtores e a competição destes com os grandes latifundiários. Enfim, o Estado não pode direcionar a política agrária de forma a que os pequenos produtores se tornem economicamente independentes da sua ingerência, como o

quer o discurso liberal, pois quando isso ocorrer eles serão destruídos pelos grandes proprietários rurais que detêm o monopólio da terra e dos demais meios de produção.

Enfim, é visível a contradição entre a intenção de um Ministro fraco, na arquitetura do poder, e as diretrizes definidas pela área econômica do governo. Em que pese todo o discurso em contrário, na atual conjuntura, a reforma agrária não é prioridade situando-se no bojo dos programas sociais que definem a face da boa vontade do governo para com a população pobre tais como: Fome Zero, Bolsa Família, Renda Mínima, etc.

O entendimento em torno do PNRA apregoado pelo MDA, entre todos os atores circunscritos na questão da reforma agrária, parece-nos pouco consistente, pois, o MST tem retomado as críticas à não reforma agrária do governo Lula e à timidez do novo plano. Caso, o contingenciamento da receita do Ministério do Desenvolvimento Rural impeça, no decorrer de 2004, o cumprimento parcial da meta anunciada, parece-nos que o frágil "consenso" será quebrado, retomando-se a luta por uma efetiva reforma agrária. O discurso lulista, várias vezes repetido, segundo o qual é possível fazer uma reforma agrária pacífica, sem conflito e com qualidade, hoje já não encontra correspondência na dura realidade do campo onde proprietários armados se opõem ao

avanço dos movimentos sociais. Será, portanto, mais provável que os movimentos sociais impulsionados pelas suas bases se vejam levados a ampliar as ocupações e desrespeitar a autoritária medida provisória que impede as ocupações, conflitandose tanto com o latifúndio quanto com o governo.

## Notas

1. A maior reforma agrária do mundo. Brasil 1994-2002. A era do real. <http://www.brasil.gov.br/real/>
2. Folha de São Paulo. Abril de 2002. Publicações dos dias
3. Entrevista concedida por João Pedro Stedile à Revista Caros Amigos, edição de Setembro 2002.
4. Informação do governo passada à imprensa, em dezembro de 2003, dá conta de que "O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou 26.140 famílias até esta quarta-feira. Outras 4.828 famílias de antigos projetos de assentamento tiveram suas propriedades reconhecidas e regularizadas, o que totaliza 30.968 famílias beneficiadas até esta data.
5. O Plano de Reforma Agrária encontra-se publicado no endereço eletrônico do MDA: [www.mda.org.br](http://www.mda.org.br).
6. Gasto social do Governo central: 2001-2002. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. Brasília. Novembro. 2003.
7. O Sonho de reforma agrária começa a tomar forma. Periscópio. Boletim eletrônico da Fundação Perseu Abramo e da Secretaria Nacional de Formação do PT. Número 32. <http://www.fpa.org.br/periscopio/periscopio.htm>
8. idem. <http://www.fpa.org.br/periscopio/periscopio.htm>
9. O artigo de Francisco Graziano Neto se encontra no endereço eletrônico do PSDB.

*\* Antônio da Silva Câmara é Professor no Departamento de Sociologia/Pós-Graduação em Ciências Sociais, da UFBA e presidente da APUB-Ssindi.*

*\*\* Nata Silva Vieira é Bacharelado em Sociologia.*

# Governo Lula - “neoliberalismo requentado e requintado”. Elementos políticos da reforma da educação superior

Kátia Regina de Souza Lima\*

Primeiramente, sob o título *As propostas dos organismos internacionais para a educação superior brasileira na década de 1990, analisarei os principais reordenamentos propostos por estes organismos para a educação escolar brasileira na década anterior.*

Em um segundo momento, no item governo Lula: continuidades e novidades na agenda neoliberal para a periferia, indicarei as diretrizes gerais propostas pela "Coligação Lula Presidente" para o Brasil, especialmente no que se refere às relações

do novo governo com os organismos internacionais.

Por último, no item *Perspectivas e desafios para as universidades públicas brasileiras no governo Lula*, destacarei alguns elementos para demonstrar a grave possibilidade de

que o processo de privatização e de imposição de uma lógica empresarial para a educação superior sofra um aprofundamento na medida em que esta temática vem se constituindo num elemento fundamental da pauta de negociações entre FMI, BM e Governo Federal.

1) As propostas dos organismos internacionais para a educação superior brasileira na década de 1990:

A interferência dos organismos internacionais na definição da política educacional brasileira remonta aos anos iniciais do nacional-desenvolvimentismo e desde então estas intervenções vêm se apresentando no conjunto das políticas sociais brasileiras. Este processo torna-se expresso nas orientações destes organismos para a reforma da educação superior latino-americana, na década de 1990, na medida em que seus documentos ressaltam que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica. Esta política, nesta perspectiva, deveria ser revertida com a garantia de verbas públicas para a educação básica, especialmente para a educação fundamental, bem como, através da diversificação das fontes de financiamento da educação superior (Banco Mundial, 1995 e 1999).



O processo de privatização, neste sentido, envolve dois movimentos: a) a expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais; b) o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação, do corte de verbas para a infra-estrutura das instituições, entre outros. Assim, a crescente privatização da educação superior é entendida nos marcos do projeto neoliberal de sociedade e de educação como "democratização" deste nível de ensino.

Na atualidade, elementos de continuidade e novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como

---

*O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de educação como instrumento de preparação de mão-de-obra para o mercado e também de dominação ideológica através da visão de mundo empresarial.*

---

opção de investimentos de grupos privados. O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de educação como instrumento de preparação de mão-de-obra para o mercado e também de dominação ideológica através da visão de mundo empresarial. O elemento de novidade é o crescente empresariamento da educação, com três aspectos importantes. O primeiro diz respeito à globalização crescente dos sistemas educacionais na América Latina, sendo cada vez mais significativos na região os incentivos para que universidades públicas e privadas associem-se às universidades globais, através do

estabelecimento de programas com diplomação compartilhada. O segundo refere-se à constituição das universidades corporativas implementadas nas ou pelas empresas. O terceiro se expressa no incentivo ao investimento na educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas (Lima, 2002).

Este novo enfoque é reforçado pela entrada no debate educacional da Organização Mundial do Comércio/OMC, em parceria com o BM e o FMI, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. Esta política de mercantilização se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do

Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

O projeto neoliberal regido por estes organismos internacionais através dos acordos comerciais é caracterizado, desta forma, pelo aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos, desnacionalizando a educação, a ciência e a tecnologia e as telecomunicações. Esta desnacionalização se expressa na presença que estes organismos realizam no sentido de garantir a abertura para que empresas estrangeiras controlem empresas nacionais, escolas e centros de pesquisa dos países da periferia do capitalismo.

Entretanto, o neoliberalismo, como projeto societário construído pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital, não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica que marca a realidade mundial na atualidade. Apesar do discurso hegemônico enfatizar a "busca do crescimento econômico com justiça social" e a luta por "um mundo sem pobreza", a realidade de vida e de trabalho da imensa maioria da população dos países periféricos e mesmo de várias camadas populacionais dos países centrais é constituída pela pobreza, demonstrando o fracasso das políticas implementadas pelo capitalismo.

2) governo Lula: continuidades e novidades na agenda neoliberal para a periferia:

Nestes cenários, intelectuais orgânicos da burguesia constroem, como estratégia política para legitimação do poder de classe burguês, um processo de ideologização maciça sobre a existência de um "capitalismo humanizado". Nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social democracia européia, mas um "novo" projeto societário, ora identificado como Terceira Via, ora como Nova Social Democracia, ou ainda, Governança Progressista, que tem como um dos principais mentores políticos Anthony Giddens, diretor da London School of Economics e professor da Universidade de Cambridge.

Analisando a origem do termo "Terceira Via", Chauí afirma que:

"a origem dessa fórmula como reconhecem seus atuais proponentes é pouco ilustre: foi impregnada pelo fascismo para indicar um projeto e um programa econômico,

social e político que se pretendia equidistante do liberalismo e do socialismo/comunismo. Reapareceu nos anos 40 nos discursos de Perón e consolidou o peronismo. Em outras palavras, outrora como agora, a idéia de Terceira Via tem a pretensão de colocar-se além da direita liberal e da esquerda socialista-comunista" (Chauí, 1999).

Neste sentido, a Terceira Via, pleiteando para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporâneas, apresenta os seguintes fundamentos básicos. No nível da política, "trata-se de 'modernizar o centro', com a aceitação da idéia de justiça social e a rejeição da 'política de classes' e da igualdade econômica, procurando apoio em todas as classes sociais e assegurando que o governo seja uma das condições para a expansão e o desenvolvimento da liberdade individual" (Idem). No plano econômico, trata de equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, através de parcerias entre público e privado. Neste quadro, o sentido de nação deve ser reinventado diante do mundo globalizado e ao Estado cabe o papel de democratizar as relações sociais e democratizar-se através de delegação de poder, referendos, plebiscitos, democracia direta nas localidades e transparência nos negócios públicos, formando comunidades solidárias, voltadas, sobretudo para os problemas da criminalidade e da desagregação urbana (Idem).

Desde 1999, já aconteceram quatro encontros da "Cúpula da Terceira Via" ou "Cúpula da Governança Progressista": em 1999, em Florença; 2000, em Berlim; 2002, em Estocolmo e, em 2003, em Londres. Neste último encontro, liderado por

---

*A candidatura Lula vai ampliando o arco de suas alianças para garantia de apoio de setores do capital financeiro, destacando-se a subserviência de sua política às exigências dos acordos financeiros e políticos com os organismos internacionais do capital.*

---

Tony Blair, participaram onze líderes mundiais, incluindo o presidente Lula, e cerca de cinquenta políticos e intelectuais de trinta países. A construção dos fundamentos políticos e da pauta de ação da Terceira Via não se limitou, entretanto, aos políticos e intelectuais europeus e norte-americanos. Segundo Sader, a Terceira Via, na América Latina, nasceu

"em torno do documento chamado 'Consenso de Buenos Aires', (que) teve a assinatura de futuros mandatários, como Vicente Fox, Ricardo Lagos, Fernando de La Rúa, assim como a participação na sua elaboração do PT e do então candidato a presidente, Ciro Gomes...era uma espécie de 'humanização do neoliberalismo', incorporando as teses do ajuste fiscal como conquista indispensável, mas prometendo - apesar disso - políticas sociais, retomada do desenvolvimento, geração de empregos, bem de acordo com a nova política do Banco Mundial" (Sader, 2003).

Neste cenário político é que a "Coligação Lula Presidente" elabora seu programa de governo para o Brasil. Do discurso em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que buscava impulsionar o capital produtivo brasileiro, a candidatura Lula vai ampliando o arco de suas alianças para garantia de apoio de setores do capital financeiro, destacando-se a subserviência de sua política às exigências dos acordos

financeiros e políticos com os organismos internacionais do capital.

Em Junho de 2002, na "Carta ao Povo Brasileiro", Lula indica a necessidade de ruptura com o modelo econômico e político neoliberal vigente no governo Fernando Henrique Cardoso. Esta ruptura seria construída com base num amplo pacto entre as classes sociais, articulando "crescimento econômico com justiça social". Apesar de sinalizar a necessidade de ruptura com o projeto neoliberal, o documento reitera que "a premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação" (Silva, 2002). Portanto, os contratos firmados no governo neoliberal de FHC deverão ser honrados para garantir a confiança dos mercados internacionais no novo governo: "Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos" (Idem).

No programa de governo do PT para o Brasil, o neoliberalismo é identificado com uma "difícil herança" do passado recente, uma "herança maldita" recebida do governo anterior. Como estratégias para a construção de um novo projeto nacional que tenha "o social como eixo de



desenvolvimento", o documento apresenta a necessidade: a) de construção de um novo "contrato social", a partir de uma intensa "mobilização cívica"; b) da retomada do crescimento econômico pautado numa aliança entre trabalho e capital produtivo brasileiro; c) da elaboração de políticas de inclusão social focalizadas nos segmentos populacionais mais pobres, tendo a educação como estratégia para o fortalecimento da coesão social e, d) de execução de um conjunto de reformas: previdenciária, tributária, trabalhista, agrária e do sistema financeiro. (Coligação Lula Presidente, 2002a).

No item 27 do citado Programa, fica evidente a perspectiva do go-

ra avançar na aprovação de reformas estruturais fundamentais, quais sejam: 1) a emenda constitucional que abre caminho para uma nova lei que estabeleça a autonomia operacional ao Banco Central,<sup>2</sup> a legislação remanescente para instituir os fundos de previdência complementar dos servidores públicos e 3) a medida provisória que converte a contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) num imposto sobre o valor adicionado (a promulgação dessa medida constitui um critério de desempenho para o fim de dezembro nos termos do programa)" (Malan e Fraga Neto, 2002).

importância de desenvolver o arcabouço institucional para a autonomia operacional do Banco Central" (Idem).

Em 28/02/2003, o atual Ministro da Fazenda Antonio Pallocci e o atual presidente do Banco Central Henrique Meirelles enviam novo documento ao FMI, renovando os compromissos firmados de manutenção do ajuste fiscal e das reformas estruturais propostos pelo FMI: Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Reforma Trabalhista, regulação do sistema financeiro e implementação de políticas sociais focalizadas no combate à pobreza extrema. Neste documento, Pallocci e Meirelles elaboram um cronograma para as ações do Governo Federal até o final de junho deste ano, contendo as seguintes metas:

"progresso no processo de venda dos quatro bancos federalizados; apresentação ao Congresso de legislação para a reforma dos regimes de aposentadoria dos servidores públicos civis, consistente com os princípios enunciados na Carta de Brasília; apresentação ao Congresso de legislação permitindo a criação de fundos de pensão complementar para os servidores públicos federais após a aprovação do PL-9 e apresentação ao Congresso de uma reforma fiscal conforme explicado no parágrafo 8 acima" (Pallocci e Meirelles, 2003a).

Em 28 de maio de 2003, Pallocci e Meirelles, em nova carta ao FMI, afirmam que:

"o governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importan-

---

### *A pauta de ação do governo Lula e suas relações com os organismos internacionais do capital já estavam traçadas antes da posse em Janeiro de 2003.*

---

verno em relação aos acordos com os organismos internacionais: "o nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais" (Idem).

A pauta de ação do governo Lula e suas relações com os organismos internacionais do capital já estavam traçadas antes da posse em Janeiro de 2003. Em 02/12/2002, o então ministro da Fazenda Pedro Malan e o então presidente do Banco Central Armínio Fraga Neto enviaram carta ao FMI, afirmando que:

"durante o restante do seu mandato, o governo (estava) empenhado em trabalhar com o Congresso e o governo eleito pa-

A continuidade das políticas do governo Lula em relação ao governo FHC é apontada no citado documento:

"o governo recém-eleito reiterateu seu apoio ao programa. Em seu primeiro pronunciamento à nação após as eleições, o presidente eleito ressaltou que qualquer reorientação das despesas deve respeitar a necessidade de manter a disciplina fiscal; sublinhou a importância de manter a inflação baixa para proteger os rendimentos reais dos pobres e enfatizou a necessidade de promover novos avanços na pauta de reformas estruturais, com ênfase nas reformas tributária e previdenciária. Declarações subsequentes de porta-vozes do presidente eleito repetiram esses temas e também assinalaram a

te esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25 por cento do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulamentação do setor financeiro - um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central - foi aprovada" (Palocci e Meirelles, 2003b).

Em 20 de agosto de 2003, o governo brasileiro encaminha nova Carta ao FMI, reiterando os avanços na implementação das reformas estruturais acordadas com o Fundo, especialmente a Reforma da Previdência:

"a legislação para os fundos de previdência complementar do setor público foi incorporada na própria reforma da previdência. Prevemos que a reforma estará concluída no final do ano, quando encaminharemos a legislação para a criação dos referidos fundos dos servidores civis, como estipulado no parâmetro estrutural acordado no começo deste ano" (Palocci Filho e Meirelles, 2003c).

Além de seguir os parâmetros indicados pelo Fundo, o governo Lula ainda propõe realizar "medidas adicionais" para garantir a execução da pauta de reformas econômicas e políticas: "como de hábito, continuaremos a manter uma relação próxima de diálogo com o Fundo e, se necessário, estaremos prontos a tomar eventuais medidas adicionais para alcançar os

objetivos do programa" (idem).

Assim, a sintonia do governo Lula com os organismos internacionais, principalmente FMI e BM, tem dado o tom das políticas econômicas e sociais implementadas no Brasil<sup>1</sup>.

Dois documentos do BM são emblemáticos para se avaliar o grau de afinidade política entre as propostas dos organismos internacionais do capital e o governo Lula: "O Banco Mundial no Brasil: uma parceria de resultados" e "Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo", ambos divulgados em 2003.

O primeiro documento enfatiza como ações políticas centrais da primeira geração de reformas estruturais realizadas ao longo da década de 90 a reforma do Estado brasileiro e a abertura econômica, e que a segunda geração de reformas do setor público, a ser executada pelo governo Lula, deverá dedicar-se à redução dos gastos com esse setor, através de disciplina fiscal que venha garantir o aumento da credibilidade do país diante dos investidores internacionais (BM, 2003a).

O documento "Políticas para um Brasil Justo, Sustentável e Competitivo" afirma que a efetivação das reformas estruturais conjugadas com a implementação de políticas sociais para os mais pobres, constitui-se como o eixo central do novo governo brasileiro. Na concepção do Banco, um Brasil mais justo é aquele que implementa medidas de transparência social, fazendo referência principalmente às reformas da pre-

vidência social e do sistema de impostos (reforma tributária). Um Brasil mais sustentável é aquele que estimula o aumento dos níveis de produtividade, incentivando e ampliando a ação dos setores privados. E um Brasil mais competitivo, deve implementar reformas que visem a confiança dos investidores internacionais nos projetos econômicos brasileiros. O Banco também propõe o aumento do superávit primário, assim como o FMI, e a independência do Banco Central, tudo isso, num movimento de ampliação do capital social, ou seja, de "concessão da participação dos mais pobres" para criação de um clima de consenso nacional em torno das reformas estruturais.

Um elemento político central para o Banco se relaciona com as reformas da política educacional brasileira.

"A visão que orienta essas propostas para o novo governo é a de um Brasil mais justo, sustentável e competitivo. Esses objetivos se baseiam no grande progresso e no futuro promissor do país, mas sugerem priorizar um maior impulso à educação fundamental e, em particular, ao ensino médio; ao sistema de transferências sociais, para reduzir a desigualdade e aumentar a produtividade, através do equilíbrio fiscal, de menos burocracia e mais comércio internacional" (Banco Mundial, 2003b).

O Banco elabora como enfoque central para o novo governo a neces-

---

*A sintonia do governo Lula com os organismos internacionais, principalmente FMI e BM, tem dado o tom das políticas econômicas e sociais implementadas no Brasil*

---

sidade de ênfase na alocação de verbas públicas para a educação fundamental e o ensino médio. Neste sentido, critica o financiamento público da pesquisa e da educação superior identificados como fatores que dificultam o crescimento econômico brasileiro.

"O país gasta mais, em termos per capita, em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e com ensino superior do que a maioria das nações latino-americanas. Como explicar esse paradoxo? Em primeiro lugar, o setor público domina a P&D: os vínculos de pesquisa entre as universidades e o setor privado são relativamente fracos. Em segundo, o setor privado opera em ambiente frequentemente burocrático, o que prejudica as firmas menores e mais novas e a inovação tecnológica. Em terceiro, a exposição das empresas brasileiras à tecnologia e gestão de ponta por meio do comércio (e do investimento estrangeiro orientado para as exportações) é relativamente baixa. E, por último, os gastos com o ensino superior beneficiam uns poucos privilegiados. Todos esses fatores impedem o crescimento econômico" (Idem).

3) Perspectivas e desafios para as universidades públicas no governo Lula:

A possibilidade de aprofundamento do processo de privatização e de imposição de uma lógica empresarial para a educação superior brasileira se dá, exatamente, pela afinidade política entre o projeto de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais para os países da periferia do capitalismo e o projeto que vem sendo imple-

mentado pelo governo Lula. Esta afinidade não se expressa apenas na política econômica em sentido restrito, mas na dimensão política mais ampla, na concepção de projeto nacional de desenvolvimento. Da sintonia nas diretrizes econômicas em sentido restrito (crescimento econômico, ajuste fiscal para pagamento das dívidas, implantação de reformas estruturais para atrair capital internacional) se evidenciam também as sintonias com a direção das políticas sociais, como a educação e mais especificamente a educação superior.

O "Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente. Uma escola do Tamanho do Brasil" apresenta a defesa da educação como direito social básico e universal, como prioridade do novo modelo de desenvolvimento econômico, criticando o processo de privatização da educação vigente no Governo anterior. Neste sentido, propõe: a ampliação do acesso à educação básica; a defesa da educação, com qualidade social e referenciada nos interesses da maioria da população; a valorização do trabalho docente e a democratização da gestão escolar. No que se refere à educação superior, afirma seu compromisso em priorizar a autonomia universitária, nos termos do art. 207 da CF; garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; expandir o número de vagas nas universidades, especialmente no setor público e ampliar o financiamento público ao setor público. (Coligação Lula Presidente, 2002b).

Porém, entre as diretrizes do Programa e as ações do Ministério, existe um imenso hiato. Apesar das críticas à "herança maldita" e dos compromissos firmados no Progra-

ma de Governo, fica evidente que o BM e o FMI defendem, como fizeram ao longo da década anterior, a mesma pauta para a reforma de educação que vem sendo implementada pelo Governo Lula: a) necessidade de investimento público no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior; c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das novas tecnologias educacionais, principalmente através da educação superior à distância.

a) A ênfase no combate ao analfabetismo e o financiamento público da educação fundamental e do ensino médio:

Nos primeiros meses de Governo, o Ministro da Educação Cristovam Buarque vem, não apenas dando continuidade, mas aprofundando as linhas de ação de seu antecessor Paulo Renato de Souza. Em seu discurso de posse, no dia 02/01/2003, Buarque afirmava:

"Minha primeira referência é agradecer, em meu nome e em nome do presidente Lula, ao ministro Paulo Renato, por ter dedicado oito anos de sua vida ao trabalho pela educação. Oito anos que cada um de nós, muitas vezes, usa para outras atividades, ele escolheu, colaborando com o presidente Fernando Henrique Cardoso para dedicar-se à educação. Eu assumo um ministério que não está parado. Impossível não reconhecer que houve avanços na educação brasileira nesses oito anos" (Buarque, 2003a).

Neste discurso, o ministro evidencia quais serão as prioridades de sua gestão: "o analfabeto brasileiro", "as crianças" e "os jovens do ensino médio". Para a realização destas linhas de trabalho, sinaliza a relação que pretende estabelecer com os organismos internacionais:

"Quero cumprimentar diversos diplomatas, representantes de organismos internacionais, como meu amigo representante do Banco Mundial, para dizer que eu preciso de vocês não apenas do ponto de vista que todos pensam: que são os recursos financeiros. Não, eu preciso de vocês, sobretudo, como fiscais do que a gente faz, como colaboradores com que a gente faz" (Idem).

Esta mesma lógica de "fiscalização e colaboração" com os organismos internacionais é retomada em seu discurso na 3ª Conferência dos Ministros da Educação no Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI/OEA) realizado na Cidade do México em agosto de 2003. Buarque, tendo como referência Rod Paige (secretário de educação nos EUA) e o próprio presidente George Bush, apresenta os três grandes objetivos de seu governo e os respectivos meios de alcançá-los.

"Objetivos: toda criança na escola, toda escola com qualidade e todo adulto alfabetizado. Meios: práticas compensatórias como a Bolsa-Escola; professores bem remunerados, bem formados e com equipamentos necessários para desempenhar suas funções com dedicação e mobilização de recursos da sociedade" (Buarque, 2003b).

b) A diversificação das fontes de financiamento da educação superior:

*A possibilidade de aprofundamento do processo de privatização e de imposição de uma lógica empresarial para a educação superior brasileira se dá, exatamente, pela afinidade política entre o projeto de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais.*

Neste quadro, para Buarque, a crise da universidade brasileira é resultado de sua incapacidade de adequação ao cenário da globalização.

"As universidades inventadas há mil anos fizeram as últimas reformas há 30 anos e ainda não estão sintonizadas, por um lado, com o avanço técnico do conhecimento que a globalização provoca numa velocidade alucinante, deixando as universidades para trás; por outro, elas não estão sintonizadas com a luta contra a exclusão social; que no Brasil nós vamos eliminar, levando nossas soluções ao mundo inteiro" (Buarque, 2003c).

Em 14/01/2003, em discurso na UnB, Buarque expressa sua defesa pela criação de dois ministérios: "eu defendi, por isso, antes de ser convidado, que já era hora de existir um ministério do ensino superior e um ministério do ensino básico...creio que seria positivo que nas reuniões de gabinete tivesse alguém ali representando única e exclusivamente as universidades, e não o ministro tendo que representar as universidades e mais 200 mil escolas desse País" (Buarque, 2003d). Como esta proposta foi duramente criticada pelas universidades e por setores do próprio governo, Buarque afirma que trabalhará com a educação superior a partir de três grandes eixos:

"primeiro, não deixar que a crise governo-universidade faça

naufregar o projeto do conjunto do ministério, que quer erradicar o analfabetismo...então não podemos deixar que a universidade, com suas dificuldades, que são verdadeiras, faça naufragar o ministério, as propostas que existem hoje para o ensino básico, profissionalizante, especial, a distância, para cada uma das áreas que estamos trabalhando. O segundo, é para enfrentar a emergência que as universidades vivem. O descontentamento salarial, falta de recursos, enfim, essa insatisfação presente no dia-a-dia das universidades...o terceiro objetivo é criar, formular e inventar o conceito de universidade que atravesse as próximas décadas...isso, porque vão surgir universidades corporativas, institutos independentes. Muitos jovens já não estão mais interessados, nem necessitando entrar em uma universidade, preferem ficar nas garagens de seus pais inventando novos equipamentos de informática" (Buarque, 2003d).

Para enfrentar a crise da educação superior, Buarque propõe entre várias ações: a) a elaboração de novas formas de ingresso nas universidades, através, por exemplo, da ampliação do Programa de Avaliação Seriada (PAS); b) a cobrança de taxas aos profissionais formados em universidades públicas; c) a realização de parcerias das universidades



com o setor privado e as ONG's para financiamento da educação superior pública e, d) a abertura de cursos à distância, inclusive, com a implantação da Universidade Aberta do Brasil.

c) A abertura da educação superior para os investimentos estrangeiros e o estímulo à educação superior à distância:

Portanto, o governo Lula, dando continuidade aos eixos centrais da política neoliberal do Governo FHC, reduz os gastos com as universidades públicas; amplia as verbas com o crédito educativo, revitalizando o acesso às universidades privadas, e faz referência às universidades corporativas e cursos não universitários como canais de acesso ao "conhecimento instantâneo e globalizado que a universidade pública não consegue acompanhar". Além destes aspectos, a pressão dos organismos internacionais e de empresas norte-americanas e europeias para a abertura do setor educacional brasileiro, no sentido de comercialização da educação superior, é incentivada pela atual gestão do MEC. As parcerias com as universidades estrangeiras para oferta de cursos com diplomação compartilhada; a venda de pacotes tecnológicos e o fornecimento de cursos de graduação a distância são algumas das propostas que estão no centro do debate sobre a reforma da educação superior, como se evidencia nos eventos organizados, em 2003, pelo Ministério para construção desta reforma.

A pauta de ação do Governo Federal para a educação superior foi debatida no seminário "Universidade: Por que e como reformar?", realizado nos dias 06 e 07 de setembro de 2003, em Brasília, contando com a presença de representantes das uni-

---

### *A UniRede operacionaliza suas atividades através de uma fundação de direito privado para captação destes recursos públicos e privados.*

---

versidades públicas e privadas. O seminário debateu temas como universidades corporativas, a criação de cursos não universitários para "inclusão profissional das classes C e D" e educação superior à distância.

Para garantir a prioridade com a educação superior à distância, o Governo Federal encaminhou Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da Universidade Aberta do Brasil, um consórcio de instituições públicas de ensino superior para oferta de cursos à distância. Para a criação da Universidade Aberta, o MEC, através da Secretaria de Ensino à Distância, vem realizando reuniões com a equipe do projeto Unired (Universidade Virtual Pública do Brasil)<sup>2</sup>.

Vale também ressaltar que a UniRede operacionaliza suas atividades através de uma fundação de direito privado para captação destes recursos públicos e privados. Assim, nesta mesma direção política, o citado Projeto de Lei de criação da Universidade Aberta, em seu parágrafo segundo do art. 1º, afirma que para o atendimento de seus objetivos, a Universidade Aberta do Brasil poderá celebrar convênios e acordos com instituições privadas. Como indica a Ata da Reunião Conjunta do Comitê Gestor e Coordenadores dos Consórcios Regionais, realizada em 13 de agosto de 2003, a criação da Universidade Aberta do Brasil utilizará a mesma estratégia de operacionalização da UniRede - viabilizada através de fundação - e seguirá o modelo da Universidade Aberta da Cata-

lunha - Espanha, como afirma o secretário de ensino à distância do MEC na citada reunião:

"o prof. Teatini esclareceu que o nome Universidade Aberta do Brasil -UAB - foi proposto pelo próprio Ministro, uma vez que resgatava uma proposta feita pelo prof. Darcy Ribeiro em 1971. Na década de 90 foi aprovada proposta de criação da UAB, tendo a mesma tramitado pelo Congresso com a aprovação nas suas várias instâncias. O projeto acabou engavetado com a justificativa de que a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, em tramitação na ocasião, regulamentaria o assunto. O projeto foi refeito e já encaminhado para retornar à consideração do Congresso (cópia distribuída). A redação do mesmo é curta e objetiva, deixando para os Estatutos a regulamentação da organização e do funcionamento da Universidade. Em princípio, estão previstos dois Conselhos: um diretor composto basicamente pelo Governo, através de representação dos vários ministérios envolvidos e um gestor composto por representantes dos consórcios regionais, de agências de fomento e de outras instituições atuantes na área. Um bom modelo, segundo o prof. Teatini é aquele da Universidade Aberta da Catalunha, na Espanha" (UniRede, 2003).

Sem qualquer debate mais amplo com as universidades públicas brasileiras e com o objetivo de concretizar o projeto de criação da Univer-

cidade Aberta foi estabelecida, no mês de outubro de 2003, uma parceria entre o MEC e a citada universidade espanhola. Nesta oportunidade, o secretário de educação à distância do Ministério explicou que no projeto brasileiro, os alunos serão acompanhados, em cada disciplina, por tutores e consultores e que cada consultor acompanhará um grupo de, no máximo, 75 estudantes (MEC - ACS, 2003).

Desta forma, fica evidente a possibilidade de aprofundamento da mercantilização da educação superior brasileira através da comercialização de pacotes tecnológicos; de programas de ensino e materiais didáticos produzidos nas empresas e universidades norte-americanas e européias; da expansão das universidades corporativas, com seus cursos dirigidos para os interesses imediatos das empresas e do projeto de implantação de universidades virtuais que se constituem áreas de interesse político e econômico para o capital internacional.

Este processo de reforma da educação superior brasileira gera o aprofundamento da mercantilização da educação e vem, portanto, sendo implementado pelo MEC em profunda sintonia com os organismos internacionais do capital. Esta sintonia está presente nos objetivos expressos pelo Ministério por ocasião do "Seminário Internacional Universidade XXI. Novos Caminhos para a Educação Superior. O Futuro em Debate", realizado no período de 25 a 27 de novembro de 2003, em Brasília. Este evento foi organizado pelo MEC em parceria com o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos, a Organização dos Estados Ibero-Americanos, o Conse-

lho Britânico, a Universidade das Nações Unidas e a Rede ORUS (Observatório das Reformas Universitárias)<sup>3</sup>. Todos estes organismos têm se destacado por sua participação ativa na condução dos processos de reforma da educação superior na América Latina à luz dos interesses ideopolíticos e econômicos do capital internacional.

Neste evento, o MEC investiu esforços políticos. Em sentido contrário, a Conferência Nacional de Educação, que seria realizada no período de 27 a 29 do mesmo mês de novembro de 2003, foi cancelada, no dia 04 de novembro, pelo Ministério. Esta postura política do MEC demonstra a lógica que atravessa e constitui suas ações: a subordinação às diretrizes dos organismos internacionais do capital e o indicativo de que, seguindo esta direção política, se apresenta efetivamente a possibilidade de aprofundamento da privatização da educação superior brasileira, sob a máscara da "democratização do acesso a este nível de ensino".

Considerações para o debate: a necessidade de rupturas com o "neoliberalismo requeitado e requintado" do governo Lula.

Apesar de acenar com a necessidade de rupturas com o projeto neoliberal de desenvolvimento implementado por seu antecessor e com a urgência de um projeto de desenvolvimento nacional que tenha "o social como eixo", o que se apresenta, num breve balanço destes meses de governo Lula, é a efetividade de um continuísmo com a política neoliberal do governo anterior. Este continuísmo se evidencia, principalmente, nas relações que o Governo Federal vem construindo com os organismos internacionais do capital, no

sentido do aprofundamento das reformas estruturais propostas por estes organismos para a periferia do capitalismo. Em sua base de fundamentação política, o governo Lula elabora um discurso que, articulando "crescimento sustentável e competitivo com justiça social", se aproxima do ideário político da Terceira Via, Nova Social-Democracia ou Governança Progressista, como está identificada na atualidade, ou seja, um "neoliberalismo requeitado e requintado".

Desta forma, a política de educação superior do governo Lula vem mantendo, não somente a mesma pauta do governo anterior, como vem ampliando as reformas propostas pelos organismos internacionais, acenando, conseqüentemente, com o aprofundamento da sua privatização e o desmantelamento das universidades públicas brasileiras.

Acredito que nossas resistências e enfrentamentos ao projeto societário do capital, seja ele assumido em sua essência ou mascarado de "capitalismo humanizado" ou "capitalismo reformado" são fundamentais na luta pela construção do socialismo, e que, como afirma Florestan Fernandes:

"A luta de classes não constitui artigo de fé. Ela é uma realidade e só poderá desaparecer se o capitalismo for destruído. Por maior que seja a parcela do 'bolo' reservada à satisfação, seja da aristocracia operária, seja das classes trabalhadoras como um todo, a ordem capitalista nunca poderá alterar-se de modo a subverter a relação básica entre capital e trabalho (...). O capitalismo reformado é uma balela e os que acreditam nele como 'uma forma

de revolução democrática', capaz inclusive de superar o socialismo proletário, nunca tiveram quaisquer elos efetivos com as posições proletárias na luta de classes" (Fernandes, 2000, 87).

## Notas

1. Cabe ressaltar que, em dezembro de 2003, foi efetivado um novo acordo do Brasil com o FMI, o primeiro acordo no governo Lula, com um empréstimo de US\$14 bilhões. Neste acordo, o Governo Federal mantém as mesmas metas de superávit primário (4,25% do PIB) e as mesmas linhas de ação propostas anteriormente pelo Fundo. Para análise da Carta de Intenção referente ao Novo Acordo do Brasil com o FMI, acessar [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)

2. A UniRede constitui-se num consórcio de universidades públicas para execução de cursos de graduação, pós-graduação e educação continuada à distância. Na quarta cláusula, do sexto parágrafo do Protocolo de Intenções da UniRede está descrita a composição de seu conselho consultivo. Este conselho será composto, entre outros, por representantes dos setores privados, viabilizando a entrada de verbas privadas nas universidades públicas, bem como permitindo a participação desses setores na gestão de suas políticas acadêmicas (Lima, 2001).

3. Neste cenário político de humanização do capitalismo, quando os intelectuais burgueses buscam o fortalecimento de iniciativas da sociedade civil descoladas de um projeto de sociabilidade que objetive a ruptura com o capitalismo, é que a ONG ORUS, Observatório Internacional das Reformas Universitárias, foi constituída. Essa constituição ocorreu em julho de 2002, a partir de uma rede de acadêmicos europeus e latino-americanos que elaboraram um documento com propostas para a reforma das universidades. A Rede ORUS é constituída por uma organização central, ORUS Internacional (presidida por Edgar Morin) e por um conjunto de observatórios locais - Venezuela e Brasil - e estão sendo criados novos observatórios locais nos seguintes países: África do Sul, Bolívia, México, Uruguai e Chile. A atuação da Rede ORUS está articulada à parceria que estabeleceu com a Aliança por um mundo responsável, plural e solidário, cujo finan-

ciamento e direção política estão vinculados à Fundação Charles Leopoldo Mayer para o Progresso do Homem (FPH) Para aprofundar este debate acessar [www.orus-int.org/](http://www.orus-int.org/)

## Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. (1995) La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, Xerocopiado

BANCO MUNDIAL. (1999) Documento estratégico do Banco Mundial: a educação superior na América Latina e no Caribe. Disponível em [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br) Acesso em 2000.

BANCO MUNDIAL. (2003a) O Banco Mundial no Brasil. Uma parceria de resultados. Disponível em [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br) Acesso em Agosto de 2003.

BANCO MUNDIAL. (2003b) Políticas para um Brasil justo, sustentável e competitivo. Disponível em [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br) Acesso em Agosto de 2003.

BUARQUE, Cristovam. (2003a) Discurso de posse do Ministro Cristovam Buarque no MEC. (02/01/2003). Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em Julho de 2003.

BUARQUE, Cristovam. (2003b) Discurso do Ministro Cristovam Buarque na 3a. Conferência de Ministros da Educação no CIDI/OEA.(12/08/2003). Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em Agosto de 2003.

BUARQUE, Cristovam.(2003c) A Universidade na Encruzilhada. Discurso do Ministro da Educação na Abertura de Conferência de Educação Superior + 5 organizada pela UNESCO. (23/06/2003). Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) . Acesso em Agosto de 2003.

BUARQUE, Cristovam. Discurso do Ministro Cristovam Buarque na UnB. (2003d). (14/01/2003). Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em Julho de 2003.

CHAUÍ, Marilena.(1999) A Fantasia da Terceira Via. Jornal Folha de São Paulo, 19/12/1999.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. (2002a) Programa de Governo 2002. Um Brasil Para Todos. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br). Acesso em Novembro de 2002.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. (2002b) Programa de Governo 2002 para a área de educação. Uma Escola do Tamanho do Brasil. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) . Acesso em Novembro de 2002.

FERNANDES, Florestan. (2000). O que é

Revolução (1981). In Sampaio Jr., Plínio de Arruda e Sampaio, Plínio de Arruda. Clássicos sobre a Revolução Brasileira. SP: Editora Expressão Popular, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza. (2001). Educação superior à distância: democratização ou subordinação das universidades públicas às demandas do capital? In Revista da ASDUERJ - n° 14. ASDUERJ. RJ: Setembro de 2001. (p. 55-66).

LIMA, Kátia Regina de Souza.(2002) Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, M.L.W. O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. SP: Xamã, 2002.

MALAN, Pedro e FRAGA NETO, Armínio. (2002) Carta do Governo Brasileiro ao FMI. 02/12/2002. Disponível em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) Acesso em Agosto de 2003.

MEC- Assessoria de Comunicação Social/ACS (2003). MEC e Universidade da Cataluña firmarão parceria para educação à distância. (06/10/2003). Disponível em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em Novembro de 2003.

PALOCCI FILHO, Antonio e MEIRELLES, Henrique de Campos.(2003a,b,c) Cartas do Governo Brasileiro ao FMI. Disponível em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) . Acesso em Agosto de 2003.

SADER, Emir. (2003) Lula e o Funeral da Terceira Via. Disponível em [http://alainet.org/active/show\\_text.php?key=4014](http://alainet.org/active/show_text.php?key=4014) Acesso em Agosto de 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula. (2002) Carta ao Povo Brasileiro. Junho de 2002. Disponível em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br) . Acesso em Setembro de 2002.

UNIREDE. (2003) Ata da Reunião Conjunta do Comitê Gestor e Coordenadores dos Consórcios Regionais, realizada em 13/08/2003. Disponível em [www.unirede.br](http://www.unirede.br) Acesso em Outubro de 2003.

*\* Kátia Regina de Souza Lima é professora da Escola de Serviço Social da UFF .*

# A crise do governo Lula: seus pressupostos e perspectivas históricas



**Rodrigo Dantas**

A eleição de Lula Presidente materializou, pela primeira vez na história do Brasil, o desejo do povo brasileiro de começar a escrever uma outra história nesse país. Não deveríamos subestimar a potência desse desejo quando se trata de analisar os rumos tomados por um governo que rompe sistematicamente os compromissos populares em nome dos quais foi eleito. Afinal, o que está em disputa, com conseqüências de largo alcance para a história da luta de classes no país, é a consciência do povo brasileiro e o tipo de resposta que ele será capaz de articular diante das imensas frustrações que estão sendo e ainda vão ser desencadeadas por esse governo.

Nesse quadro, está em jogo a leitura dos limites e contradições, das dinâmicas e razões estruturais que tem definido os rumos tomados por esse governo e pela construção polí-

tica que o sustenta; pois das leituras que vierem a prevalecer dependem os desdobramentos da conjuntura e o rumo da luta de classes no país.

No campo dos movimentos, sin-

dicatos e lutas populares, está em jogo a reorganização do campo de esquerda, a preservação da autonomia, do caráter classista, da integridade e da combatividade dos instrumentos de que dispõem os trabalhadores na luta de classes, os rumos e a direção política das lutas e movimentos e a natureza da resposta que a militância, a intelectualidade e a base social que elegeu Lula serão capazes articular diante de um governo de coalizão que materializa a negação de tudo o que representou a



história do PT e do “campo democrático e popular”, nos últimos vinte e cinco anos da história brasileira.

Na construção do processo político que levou Lula à presidência, já desde muito antes da eleição e da posse, os que ora defendem a continuidade e já há muito abandonaram qualquer perspectiva de construção de uma sociedade socialista prevaleceram sobre os que defendem a via dos enfrentamentos de classe e das rupturas construídas pela organização e pela mobilização popular, única capaz de abrir caminho para as profundas transformações estruturais que nos permitirão começar a escrever uma outra história nesse país. A essa altura, já não há disputa ou resgate que possa ser feito; é tarde demais para ela e os que ainda insistem nisso preparam a via do desastre e do retrocesso, da capitulação e da desmoralização do campo de esquerda nesse país, e terão mais tarde de responder por isso. Para todos os efeitos, a única disputa possível exige a construção política da mais ampla unidade e mobilização popular para denunciar o caráter regressivo assumido pelo governo, exigir uma mudança de rumos e cobrar o cumprimento de seus compromissos históricos com os trabalhadores.

Seria um equívoco supor que, no governo Lula, se trata de mera continuidade; afinal, a composição política de classe do governo Lula revela uma novidade fundamental em relação ao governo FHC. Um dos pressupostos estruturais do governo Lula é que nele chega ao poder político do Estado uma aristocracia sindical/partidária cuja gênese e desenvolvimento têm muito a nos dizer sobre a história recente da luta de classes. Essa aristocracia detém a

---

*Um dos pressupostos estruturais do governo Lula é que nele chega ao poder político do Estado uma aristocracia sindical/partidária cuja gênese e desenvolvimento têm muito a nos dizer sobre a história recente da luta de classes.*

---

gestão e o controle, dentre outras fontes de acumulação de capital, de enormes fundos de recursos extraídos da poupança realizada pelo mundo do trabalho para fins de aposentadoria: os fundos de pensão, que movimentam cerca de 17 trilhões de dólares em todo o mundo e têm representado, no Brasil, uma das principais, senão a principal fonte interna de recursos para a acumulação. Ela também participa da gestão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), composto pelos recursos do FGTS, que constituem a principal fonte de captação interna de recursos que o Estado oferece ao capital através do BNDES. Compartilha ainda com o capital da gestão de várias das empresas privatizadas que respondem pela infra-estrutura geral da sociedade. Controla, com as carteiras de títulos dos fundos de pensão, uma parcela cada vez maior da dívida pública. Passa agora a operar, com o capital e o Estado, os sistemas de micro-crédito. Celebra toda espécie de convênios com os órgãos estatais. Controla o aparelho sindical e se articula, através da CUT, com a máquina eleitoral do PT e sua cota no aparelho de Estado (mandatos parlamentares, prefeituras, governos estaduais e governo federal). Ela transita, portanto, entre o capital, o Estado, o partido e o sindicato; reveza-se entre os conselhos do Estado (cujos assentos se multiplicaram nesse governo) e os conselhos de administração das empresas

estatais e privadas, entre os conselhos dos sistemas patronais de assistência social e preparação de mão de obra e os conselhos estatais que se destinam a esses mesmos fins. Como gestora da acumulação de capital, os mil tentáculos desenvolvidos por essa aristocracia criam uma “zona cinzenta” em que interagem capital, Estado, aparelho sindical e máquina partidária.

Essa aristocracia não é propriamente proprietária de meios de produção, e nesse sentido não se pode dizer que ela componha, organicamente, a burguesia; mas na medida em que ela é a gestora da acumulação que se realiza com recursos do mundo do trabalho, detém a participação acionária de grandes empresas e interage na zona cinzenta que ela forma com o capital e o Estado, seus interesses já não são mais os interesses da classe trabalhadora, ainda que ela detenha o controle da maior parte dos órgãos representativas da classe trabalhadora e, particularmente, o controle de sua maior central sindical. Essa aristocracia, como uma nova (e monstruosa, do ponto de vista de sua economia política perversa e do papel vital que ela exerce na dinâmica da luta de classes) figura, encarna, de modo bastante peculiar, a mais recente das mil formas que podem assumir as “personificações” do capital. A essa altura, deveríamos ser capazes de reconhecer que já não se trata do que pudesse vir a ser chamado de coop-

tação: essa aristocracia exerce um papel político orgânico estrutural do ponto de vista da luta de classes. Sua emergência e o papel que ela passa a exercer na sociedade e no Estado de classes só se deixam pensar como resultantes de um rearranjo estrutural na configuração histórica da produção e das relações de produção, da composição social das classes e da própria dinâmica da luta de classes.

Como novos consortes do poder, eles buscam por todos os meios a seu alcance para conter, atrelar e cooptar os movimentos e lutas populares e ampliar seu arco de alianças com as classes dominantes, visando à construção duradoura de uma nova hegemonia e de um novo projeto de poder no país. Ao mesmo tempo em que sancionam e legitimam as instituições, conceitos, práticas e relações de poder que estruturam a sociedade e o Estado de classes, suas racionalizações, mistificações e fantasias, entre a estultície, o oportunismo e a má fé, insistem em ignorar as premissas mais básicas da sociedade e do Estado de classes: é assim que, em nome da “concertação” das classes sociais e do “novo contrato” que ela supostamente estaria destinada a celebrar, querem nos fazer crer que basta vontade política e negociação para conciliar e superar os antagonismos de classe que estruturam uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo e, em nome do que definem como o “interesse nacional”, abrir caminho para a “retomada do desenvolvimento”. Pedem para isso que todos cedam, que todos dêem sua cota de sacrifício, nutrimo de apelos éticos, patrióticos e publicitários o mito da construção de um novo país, ao mesmo tempo em

que aprofundam, sem tréguas nem concessões, as mesmas políticas, práticas, compromissos e alianças. Tem para isso todo o apoio da mídia burguesa, que busca construir uma imagem positiva do governo, mistificando sua vontade política de responder aos desafios para os quais foi eleito na mesma medida em que trata de elogiar seu realismo e sua responsabilidade política, tratando de consolidar na consciência popular a noção de que o governo está fazendo, diante das dificuldades e limites, o que pode ser feito. Nesse quadro, quando provocados a responderem pelas contradições entre o

---

*O que foi apresentado como imposições temporárias, determinadas pelo peso e pelas amarras da herança “maldita”, vai se mostrando cada vez mais claramente como o núcleo central da política do governo Lula.*

---

discurso que os levou ao governo e as práticas e políticas que nele passaram a implementar, os consortes do poder se limitam a internalizar a racionalidade dominante, reiterando o argumento contra o qual foram eleitos: “não há alternativa”.

Tudo isso tem uma lógica avassaladora: afinal, feita a opção política pela adaptação ativa aos imperativos da reprodução de capital, da institucionalidade burguesa e das relações de poder que estruturam a sociedade e o Estado de classes e sua ideologia, nada resta senão a continuidade e aprofundamento das políticas, alianças, compromissos, práticas e racionalizações contra as quais foi eleito esse governo.

Já não temos o direito de nos iludirmos: os compromissos e alianças contraídas com as classes dominantes, a decisão pela conquista da cre-

dibilidade junto aos “mercados” e a adesão à política neoliberal e a agenda de contra-reformas do FMI não são transitórios nem reversíveis. O documento em que são apresentadas as diretrizes e perspectivas da política econômica até 2006 (Política Econômica e Reformas Estruturais), a lógica privatizante do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), do PPP (Parceria Público-Privado) e das políticas setoriais, a agenda e as práticas políticas do governo, os acordos com os inimigos históricos dos trabalhadores, sua presença central no governo e a nova política de alianças do PT mostram

que não há governo em disputa nem a preparação de qualquer espécie de transição para um outro modelo de desenvolvimento, de Estado ou de sociedade. O que foi apresentado como imposições temporárias, determinadas pelo peso e pelas amarras da herança “maldita”, vai se mostrando cada vez mais claramente como o núcleo central da política do governo Lula. No limite, e se esse governo vier a ser bem sucedido no que ele mesmo definiu como seus objetivos, podemos esperar uma pálida e transitória retomada do desenvolvimento (provocada por pequenos ajustes na política neoliberal, e ainda assim, se a crise econômica mundial não continuar se agravando), políticas setoriais financiadas e orientadas pelo Banco Mundial, e, quem sabe, um pequeno aumento nos investimentos em polí-

ticas sociais compensatórias e na recuperação da infra-estrutura necessária à produção (em parceria com o setor privado, sob a lógica da privatização monopolista e com garantia de lucros privados pelo Estado); tudo isso, evidentemente, com o troco que ainda vier a sobrar do serviço cada vez mais pesado da dívida.

Nesse quadro, o único espetáculo a que temos assistido é o espetáculo do desconcertante “realismo”, que se materializa na sua capacidade de conquistar a confiança das classes dominantes e enquadrar o PT e seus tradicionais aliados, decretando a expulsão dos que se mantêm fiéis a seus compromissos históricos. Tudo isso vem sendo saudado pelos palatinos da ordem burguesa como demonstrações claras do “amadurecimento” de Lula, do PT, de seu campo majoritário e de seus tradicionais aliados. Nesse quadro, o modo como se deu a entrega da previdência pública dos servidores aos bancos e fundos de pensão e a adesão entusiasmada do governo, do PT e da maior parte da burocracia sindical da CUT ao capitalismo/ sindicalismo dos fundos de pensão, mais do que um mero cumprimento do acordo celebrado com o FMI, representou o verdadeiro batismo de fogo do “novo PT” e a demonstração mais contundente de sua adaptação ativa aos imperativos da ordem burguesa. Num caminho sem volta, as posições e compromissos históricos do PT, desfigurados pelas alianças e compromissos assumidos na campanha, são sistematicamente sacrificados em nome da “governabilidade” e dos imperativos de sua realpolitik. Submetido à condição de instrumento político da construção de um projeto de poder definido nos mar-

cos da governabilidade da sociedade e do Estado de classes, ao PT nada resta senão contrariar seus compromissos históricos, se voltar contra suas bases e buscar cooptar e/ou pressionar por todos os meios os movimentos, sindicatos e suas lideranças para apoiar o governo. As práticas de substituir a consulta às bases por pesquisas de opinião elaboradas pelo IBOPE e divulgadas pela TV Globo, aumentar em 30% as filiações ao partido nos primeiros meses de governo, fazer campanha de filiação pela Internet comandada por Duda Mendonça, usar programas sociais compensatórios para angariar filiações, lotear cargos, benesses e candidaturas a correntes, dirigentes e militantes e aliar-se com os inimigos dos trabalhadores com fins meramente eleitorais indicam a natureza dos rumos tomados pelo partido e seu caráter irreversível.

O que assim se anuncia é o encerramento de todo um ciclo histórico de lutas, em que o PT foi o principal instrumento político dos trabalhadores e a candidatura de Lula à presidência a maior depositária das aspirações e expectativas dos movimentos e lutas populares no Brasil.

Nesse quadro, a confusão política e ideológica e a clivagem instalada no “campo democrático e popular” se aprofundam. Entre os que ainda prestam apoio condicionado ou incondicionado ao governo, os que entendem que ainda se trata de um governo em disputa, os que apontam para a necessidade de resgatar o PT como instrumento político capaz de representar os trabalhadores e fazer a disputa dos rumos do governo, os que se confessam perplexos, confusos, indecisos ou deprimidos, os que se indignam, se re-

voltam, se desiludem e os que, na compreensão dos limites do governo de frente popular, buscam organizar uma oposição à esquerda e lutam pela construção de um novo partido que possa travar a luta pela preservação da autonomia dos órgãos de classe dos trabalhadores e apresentar-se como uma alternativa popular e socialista para o Brasil, as mais variadas análises e posições indicam uma divisão do campo de esquerda, até então relativamente coeso na oposição contra o neo-liberalismo e em grande parte empenhado na eleição de Lula presidente.

Mais à frente, a tendência é que as posições se realinhem em dois campos antagônicos entre si. De um lado, estarão os que entendem que não há outro caminho senão o que já vem sendo trilhado pelo governo Lula e acreditam que a ordem social capitalista é insuperável, nada mais podendo ser feito senão trabalhar para reordená-la, dentro das regras do jogo e sem traumas, no sentido de permitir que “a retomada do crescimento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social” prepare as condições para a construção de um projeto de país. Em última análise, suas posições, interesses e compromissos exigem que os movimentos sociais e lutas populares rebaixem suas bandeiras, comprometam sua autonomia classista e contenham suas lutas e mobilizações para colaborar com o governo, se valendo de todos os artifícios a seu alcance para isso; é já nesse sentido que seus representantes vêm intervindo nos movimentos e nas lutas, o que demonstra o papel que vem sendo exercido pela CUT, pela Articulação Sindical, pelo PC do B e, em maior ou menor medida, por

vários dos grupos da chamada esquerda petista. Fica em aberto a questão de saber qual o fôlego de que poderá dispor um projeto de poder como esse, numa conjuntura em que seus limites se tornarão cada vez mais claros e explosivos e a gestão da crise capitalista cada vez mais onerosa no quadro de uma crise econômica mundial que se aprofunda e entra em sua terceira década, anulando as perspectivas de futuro da maior parte da população mundial. De outro lado, estão os que, continuando nas lutas do povo, entendem que as transformações necessárias, na dimensão em que têm de ser feitas, não poderão ser realizadas por esse governo no marco dos limites e contradições estruturais que o definem; mais cedo ou mais tarde, sabem que as contradições explodirão, se tornarão insuportáveis e o governo acabará frustrando as enormes esperanças populares nele depositadas. Desse campo, que se constrói nas lutas que já vêm sendo e continuarão a ser travadas no governo Lula e na disputa pela liderança e pelos rumos dos movimentos amadurecerá, não podemos saber em quanto tempo, com que grau de unidade e nem com que densidade política, uma via em que o caminho da organização e mobilização popular, do enfrentamento e da ruptura com os interesses e posições de classe do capital e da construção de um projeto popular e socialista para o Brasil se colocará como uma alternativa à esquerda ao projeto representado pelo PT e pelo governo Lula.

A reação que virá a ter o povo brasileiro diante desse quadro é a grande incógnita, decisiva para os desdobramentos da conjuntura e que dependerá, em grande parte, da res-

---

*A construção política que levou Lula à presidência e sustenta seu governo se apóia claramente na premissa maior da vitória do capitalismo no século XX e no abandono pelo PT da transição para uma sociedade socialista.*

---

posta que os movimentos, sindicatos e lutas populares serão capazes de articular. Evidentemente que a essa altura não é possível antever o fôlego de que pode dispor o governo Lula, o alcance que possa ter seu trabalho de cooptação junto aos movimentos, os desdobramentos do desencanto no “campo democrático e popular” e na população em geral, o grau das lutas, da organização e da mobilização popular que pode nascer daí ou a capacidade e a densidade que pode vir a adquirir a reorganização de uma posição à esquerda do governo Lula e a construção de uma alternativa popular e socialista para o país. Dúvidas e perguntas marcam um encontro onde o realinhamento das posições e de sua correlação de forças ainda não permite vislumbrar com clareza a nova cartografia política do país.

Nesse momento, em que se trava a disputa em torno das respostas que podemos dar a toda essa situação, mais do que nunca se nos impõe a necessidade de uma análise capaz de alçar-se sobre as nuvens turvas da conjuntura, as polarizações sectárias e o turbilhão das paixões e interesses. Análise que deve se basear na compreensão dos pressupostos, da lógica, da dinâmica social de classes, das contradições e dos limites estruturais do projeto político que elegeu Lula e do contexto histórico em que ele pôde se constituir. Análise que possa contextualizar a experiência que se faz no governo Lula,

o ciclo que nela se encerra e o que a partir daí pode se abrir, contribuindo para esclarecer o sentido da situação histórica, as tarefas que ela impõe ao campo da esquerda socialista, a natureza das condições, horizontes e fins da intervenção política na conjuntura e as táticas e estratégias a serem adotadas.

A construção política que levou Lula à presidência e sustenta seu governo se apóia claramente na premissa maior da vitória do capitalismo no século XX e no abandono pelo PT da transição para uma sociedade socialista como meta estratégica; dessa premissa decorre a articulação profunda entre a dinâmica histórica, social e política subjacente à formação dos sujeitos dessa construção, os rumos tomados pelo partido, sua adaptação ativa e pragmática aos imperativos da ordem social vigente e toda uma série de conclusões, decisões e encaminhamentos determinantes para a construção do projeto que levou Lula à presidência. Essa construção não pode ser compreendida como uma mera opção ideológica ou como uma imposição dos imperativos e circunstâncias. Ela decorre da trajetória assumida pelo PT desde a década de 90, em que o primado da via institucional e das estratégias eleitorais e a luta pela conquista progressiva de posições no aparelho de Estado determinou um processo de enquadramento do partido aos marcos e imperativos da governabilidade da sociedade e do Es-



tado de classes, em que as zonas cinzentas que daí foram surgindo e toda sorte de seduções, tentáculos e benesses do poder exerceram, como sempre, o seu papel.

A lógica dessa trajetória histórica não pode ser entendida sem a compreensão de sua lógica e de sua dinâmica estrutural: há toda uma dinâmica social de classes que foi determinante para que as coisas tivessem se passado assim. Dinâmica que diz respeito, em última análise, à lógica do desenvolvimento histórico das relações entre capital e trabalho, da luta de classes e da dinâmica estrutural de classes na sociedade capitalista, nos obrigando a colocá-

---

*Nos países centrais do processo de acumulação e em parte dos países periféricos em industrialização, a perspectiva da revolução socialista foi progressivamente abandonada em nome da luta intra-sistêmica pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas.*

---

las sob perspectiva. Esse recuo, na forma de uma digressão, é essencial para que, no quadro de uma análise do desenvolvimento do capitalismo histórico no século XX e da própria dialética da luta de classes, possamos desenvolver uma análise da era neoliberal e de sua dinâmica social de classes que nos permita articular a discussão das condições, pressupostos e limites estruturais subjacentes à formação e ao desenvolvimento do PT e do governo Lula e ao fim do ciclo de lutas que nele se encerra e das perspectivas que a partir daí se abrem para a história da luta de classes no Brasil.

### **A historicidade e a dialética da luta de classes no século xx**

Durante o século XIX e até meados do século XX, o trabalho pôde

ser pensado como o contra-princípio do capital e o proletariado como a classe revolucionária por excelência. Foi nesse contexto em que a “subjetividade única e global do capital” (Marx) ainda não se havia mundializado, que o antagonismo estrutural e explosivo entre capital e trabalho deu origem a condições, sujeitos, estratégias e processos revolucionários. Se, ao longo do século XX, esse antagonismo foi sendo progressivamente deslocado (embora não dissolvido) para o interior do processo de acumulação capitalista e da sociedade e do Estado de classes e enquadrado pela lógica perversa da Guerra Fria, o esgotamento

desse processo de “internalização”, nas últimas décadas do século, o fim da Guerra Fria e a derrocada das sociedades pós-revolucionárias e o caráter excludente e devastador que tem assumido o capitalismo histórico preparam as condições para a reorganização de um novo ciclo histórico da luta de classes, em que, após a desarticulação havida nas últimas duas décadas a ativação dos limites estruturais absolutos do capitalismo pode abrir terreno, no século XXI, para a retomada da ofensiva socialista e revolucionária.

A compreensão de todo esse desenvolvimento histórico da luta de classes exige uma reconstituição dos traços fundamentais da história da luta de classes e da dinâmica de acumulação capitalista, no século XX.

O que caracterizamos como o fe-

nômeno da “internalização da luta de classes”, ao longo do século XX, decorreu, antes de tudo, do próprio papel estrutural que a luta de classes veio a exercer no desenvolvimento do capitalismo histórico. A formação do Estado Social, o aumento progressivo do nível geral de salários, a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, a “era de ouro” do pleno emprego, do “milagre econômico” e da sociedade do consumo de massas, o crescimento das classes médias urbanas, as promessas utópicas e materiais da modernidade, a regulação, arbitragem e intervenção do Estado na economia, o vigor do desenvolvimento tecnológico e a formação de uma complexa infra-estrutura geral da sociedade foram resultados de uma dinâmica histórica da luta de classes que, à medida que foi relativamente bem sucedida em elevar o padrão de vida de grande parte das classes trabalhadoras, acabou por determinar, paradoxalmente, a sua integração ativa aos pressupostos do sistema. Ao longo desse processo, nos países centrais do processo de acumulação e em parte dos países periféricos em industrialização, a perspectiva da revolução socialista foi progressivamente abandonada em nome da luta intra-sistêmica pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, por reformas sociais, pela universalização dos serviços públicos, pela democratização do Estado, da economia e da sociedade e pela repartição mais equânime dos produtos da acumulação no quadro de uma sociedade cada vez mais dominada pela lei do valor. A tomada do poder de Estado e sua gestão passaram então a ser concebidas nesses termos e com vistas a esses objetivos. Nesse

contexto, o desenvolvimento da social-democracia, sua hegemonia sobre o proletariado, sua progressiva chegada ao aparelho de Estado e suas práticas, táticas e estratégias reformistas consolidaram o deslocamento da luta de classes para o interior do processo de acumulação capitalista e de seu aparelho de Estado, o que foi decisivo para a estabilização do capitalismo como ordem social e para a conformação, nivelamento e integração das aspirações, desejos, consciências e processos de socialização e subjetivação à lógica de sua reprodução social. O papel inclusivo e integrador da dinâmica econômica, social e política subjacente à internalização da luta de classes foi decisivo até mesmo para a ampliação das bases e das margens do processo de valorização do capital: o aumento do nível geral dos salários e dos padrões de consumo das classes trabalhadoras, a construção pelo Estado de uma infra-estrutura geral da sociedade (sistemas públicos de saúde, educação, previdência social, energia, transporte e comunicações etc.) e a implementação de corretivos e limites à destrutividade da lógica da acumulação capitalista geraram uma dinâmica de desenvolvimento econômico, inclusão social e elevação dos padrões de vida da sociedade que, apesar de toda sua violência, representou o que costumamos reconhecer como a era de ouro do capitalismo histórico. A dinâmica de classes que se desenhava no sonho do proletariado com direito a carro, casa, consumo e direitos sociais tornou-se realidade e secretou sua ideologia, formada e disseminada pela sociedade pela indústria cultural (Adorno) e pelo que Louis Althusser analisou como

os aparelhos ideológicos do Estado.

Nasce daí o que Marcuse, em sua análise da ideologia nas sociedades industriais avançadas, pensou como o “fechamento do universo político numa sociedade sem oposição”.

Nesse quadro, ao mesmo tempo em que a internalização da luta de classes nos marcos da sociedade capitalista se consolidava nos países centrais e semi-periféricos do capitalismo, nas sociedades pós-revolucionárias se desenvolvia a lógica opressiva de todo um processo de acumulação e extração de mais-valia controlado pelo Estado, processo que foi determinado no quadro do acirramento cada vez maior

---

*Tornava-se claro o fracasso político do chamado “socialismo real”; o esgotamento de seu potencial utópico era patente na medida em que os fins políticos do socialismo eram abandonados em nome de uma dinâmica social*

---

da concorrência bélica, tecno-científica, econômica e ideológica com o bloco capitalista. Tornava-se claro o fracasso político do chamado “socialismo real”; o esgotamento de seu potencial utópico era patente na medida em que os fins políticos do socialismo eram abandonados em nome de uma dinâmica social em que o fim em si mesmo totalitário e repressivo da conversão de energia humana e natural em capital a ser acumulado (traço central do regime sócio-metabólico do capital) continuava a imperar e se acirrar até os limites do insuportável no quadro da Guerra Fria. Ainda que o controle do processo de acumulação tivesse passado às mãos do Estado e de sua burocracia, a lógica e os pressupostos centrais do metabolismo social do capital e da lei do valor permane-

ciam os mesmos; a rigor, seu caráter repressivo se tornava ainda mais explícito no quadro da concorrência cada vez mais acirrada com o bloco capitalista e da disputa ideológica que aí se travava. Essa concorrência se dava no terreno e nos próprios termos impostos pela lógica do capital, o que foi fatal para as sociedades pós-revolucionárias e o destino da experiência socialista e das lutas revolucionárias no século XX.

Não há dúvida de que esse desenvolvimento contribuiu para a consolidação da hegemonia da social-democracia sobre o proletariado dos países centrais do capitalismo histórico. Sua dinâmica históri-

ca acabou por determinar, em meados do século XX, o bloqueio das perspectivas revolucionárias nos países centrais, o que se mostrou fatal para as perspectivas de uma mundialização dos processos revolucionários; eles teriam de se defrontar, no terreno e nos termos do próprio regime do capital, com as máquinas de guerra do imperialismo no quadro sombrio da Guerra Fria. Por outro lado, a internalização da dialética da luta de classes aos pressupostos do capitalismo histórico, à medida que se tornava realidade nos países centrais, passou a secretar uma situação perversa do ponto de vista do destino das lutas de classe no século XX: os interesses de classe do proletariado dos países centrais, cada vez mais exclusivamente centrados na conquista e na ampliação

de seus direitos e vencimentos no interior da sociedade de classes, passaram a depender e coincidir cada vez mais claramente com os interesses da burguesia, do Estado de classes e de sua máquina de guerra imperialista, já que os custos da construção do Estado Social, do consumo de massas e a ascensão social do proletariado só poderiam ser financiados pelas guerras e mecanismos de rapinagem que os Estados imperialistas promoviam ao redor do globo. Os recursos que nutriam a internalização da luta de classes nos países centrais e os padrões de bem estar cada vez mais elevados de seus trabalhadores passavam a formar sociedades cuja opulência contrastava cada vez mais escandalosamente com os rastros de miséria e exploração que ela deixava no resto do mundo; o que não impediu, no quadro da disputa ideológica que então se travava, que essas sociedades e o destino de suas classes trabalhadoras fossem apresentadas, em todo o mundo, como ideal a ser alcançado por todos os países que enveredassem pelo rumo da modernização capitalista.

Na periferia, em que a violência brutal da exploração colonial e dos processos de modernização assimétrica, truncada, autoritária acentuava as desigualdades e os antagonismos de classe, os processos revolucionários e as lutas de libertação nacional, no quadro da Guerra Fria, foram bloqueados por golpes militares e ditaduras sanguinárias, levaram a guerras civis intermináveis ou resultaram na constituição de projetos nacionais de desenvolvimento e modernização sob a hegemonia das classes dominantes locais, em aliança com o capital estrangeiro, sendo



as raras exceções postas sob o guarda-chuva da URSS e devidamente isoladas no cenário da Guerra Fria. Desenvolveu-se então uma dinâmica histórica em que parte dos países periféricos, no ascenso histórico de lutas de classe que se definiam como lutas anti-imperialistas, quando não sucumbiram a ditaduras ou a guerras civis que bloquearam seus processos revolucionários, conformaram-se à hegemonia do reformismo social-democrata e de sua versão terceiro-mundista, o nacional-desenvolvimentismo. O discurso do progresso e do desenvolvimento, quando as promessas e aspirações geradas pela modernização, industrialização, urbanização e ocidentalização desses países eram então capazes de mobilizar as massas e conformar a consciência social dominante, deram origem a projetos de modernização e desenvolvimento nacional que, sob a égide de suas classes dominantes associadas ao capital estrangeiro, prometeram a inclusão e o ascenso social constante das massas de trabalhadores. A associação dos trabalhadores com a burguesia nacional em torno de um projeto de desenvolvimento nacio-

nal consolidou-se como linha política hegemônica no movimento dos trabalhadores. Esse quadro chegou a cristalizar-se sobretudo nos países periféricos em que os processos de modernização, mesmo com suas contradições, antagonismos e limites estruturais, que mais tarde se revelariam intransponíveis, começavam a gerar condições, aspirações e dinâmicas sociais semelhantes às que, nos países centrais, levaram ao progressivo deslocamento da luta de classes para o interior dos próprios pressupostos da valorização e de sua ordem social. A formação de classes médias urbanas e camadas do proletariado que podiam ser conquistadas pelas promessas da modernização gerou então uma dinâmica de classes em que a integração de parte desses setores à lógica do consumo capitalista passou a conformar seus interesses de classe, limitar suas demandas ao interior da ordem vigente e bloquear o desenvolvimento de processos revolucionários.

O esgotamento desse ciclo histórico foi determinado pelo peso dos custos gerados por esse processo, que acabaram por estreitar as margens de acumulação e corroer as fi-

*A imensa massa de capitais já acumulados, não encontrando oportunidades rentáveis de investimento na chamada economia real, passou a gerar a mais variada gama de processos de auto-valorização do dinheiro em estado puro.*

nanças do Estado (afundado numa dinâmica de endividamento brutal), forçando o sistema a sangrar na carne de seu próprio futuro para assegurar sua sobrevivência no presente. Os custos da implantação do Estado Social, da ampliação dos direitos sociais, do aumento do nível geral de salários, das guerras travadas em todo mundo para conter os processos revolucionários, da corrida armamentista e dos investimentos feitos na modernização e na disputa inter-imperialista pela anexação dos países periféricos acabaram por determinar o estreitamento da capacidade de acumulação capitalista. A dialética da luta de classes restringia assim o processo de acumulação, fazendo com que se desenvolvesse, no interior do sistema, a demanda pela recomposição das taxas de acumulação; demanda que só poderia lograr-se caso a correlação de forças na luta de classes viesse a permitir sua realização, o que, como sabemos, veio a acontecer.

A derrocada da grande maioria das sociedades pós-revolucionárias sob o peso insuportável da concorrência com o bloco capitalista, do câncer de uma burocracia autoritária e mafiosa e do esvaziamento de todo o potencial utópico do socialismo representou o fim da Guerra Fria e contribuiu para desequilibrar decisivamente a correlação de forças na dialética da luta de classes. De sua parte, um novo ciclo histórico de inovação tecnológica, baseado na

automação dos processos produtivos e no impulso que ela representou para a mundialização das dinâmicas de acumulação, para a reorganização dos processos produtivos e do mundo do trabalho e para a espiral do desemprego estrutural, com seu corolário de efeitos devastadores sobre o mundo do trabalho e sobre sua capacidade de organização e resistência, preparou as condições estruturais para o sucesso da ofensiva do capital sobre o trabalho em todo o mundo. A desorientação ideológica da esquerda, em meio a essa nova conjuntura, seu abandono de perspectivas e estratégias anti-capitalistas e revolucionárias, sua fragmentação e o refluxo das lutas de massa determinado por esses processos, em sua dialética perversa, terminaram de formar o quadro de uma correlação de forças que permitiu o ascenso do neo-liberalismo. Sua ofensiva histórica, nos anos 80 e 90 e na década que se inicia, é a expressão dos imperativos do processo de acumulação no sentido de recompor e ampliar as margens de sua reprodução em todos níveis e sentidos. Inaugurou-se uma era em que a dinâmica de acumulação capitalista, assumindo uma forma deliberadamente agressiva, passaria a exigir a destruição de todas as barreiras que se colocavam à sua expansão, a supressão dos direitos sociais conquistados e dos limites e controles impostos aos processos de valorização, e um novo modelo de Estado, desti-

nado a servir às novas formas assumidas pela mundialização da dinâmica da acumulação. Assentaram-se as bases e condições para que o desenvolvimento do regime do capital viesse a subordinar progressivamente a natureza, a sociedade e a condição humana, a política, o Estado e as instituições, a cultura, a produção de conhecimento, a educação, a ciência, a tecnologia e todos os setores da vida social e da atividade produtiva humana aos ditames incondicionais da lei do valor.

Até aqui, os processos e resultados tangíveis da era neo-liberal, que entra em sua terceira década, formam um quadro cada vez mais devastador: o desenvolvimento de uma tendência estrutural à concentração exponencial da riqueza, do poder, da propriedade e dos insumos dos processos produtivos; a disseminação do desemprego crônico e estrutural, o aumento constante da taxa de exploração do trabalho, a retirada sistemática de direitos sociais e a dinâmica destrutiva que a partir daí se abateram sobre o mundo do trabalho a partir da reestruturação dos processos produtivos determinada pela terceira revolução industrial; a mundialização dos processos produtivos, dos mercados e dos fluxos de capital e seus efeitos perversos sobre a correlação de forças na luta de classes, a soberania dos povos e os processos de destruição da natureza; o acirramento da luta intra-corporativa e inter-imperialista pelo aumento da produtividade do trabalho e pelos mercados, pelo controle da propriedade intelectual e dos recursos naturais, cada vez mais escassos, desenvolvendo as condições para que sua concorrência predatória determine o aumento constante das taxas de



exploração do trabalho e da natureza; a hegemonia corrosiva do capital financeiro no ciclo de reprodução do capital; o alargamento do abismo entre Norte e Sul, das desigualdades em cada sociedade e o desenvolvimento da ideologia da competitividade em estado puro e da seleção social, na corrida pelos últimos postos de trabalho; o crescimento do capitalismo e do sindicalismo dos fundos de pensão, em todo o mundo, com seu impacto perverso sobre a economia política da relação capital/trabalho, e a subordinação cada vez maior do Estado à lógica da acumulação mundializada e à dinâmica perversa dos processos de sua privatização, terceirização, endividamento e desmonte progressivo, determinantes para a precarização dos serviços públicos e das redes de proteção social, a deterioração progressiva da infra-estrutura geral da sociedade e a mercantilização de tudo o que pode ser mercantilizado.

Em sua articulação recíproca, todos esses processos formam um quadro em já não há futuro para cerca de três quartos da população mundial.

No longo prazo, o motor da dinâmica de acumulação inaugurada na era neo-liberal passa a ser dado pela hegemonia corrosiva da acumulação financeira. A imensa massa de capitais já acumulados, não encontrando oportunidades rentáveis de investimento na chamada economia real, passou a gerar a mais variada gama de processos de auto-valorização do dinheiro em estado puro, que hoje já movimentam quantias superiores às que circulam na chamada economia real. Com recursos extraídos do mundo do trabalho e que continuam a se nutrir do próprio mundo do tra-

---

*Na economia real, a mundialização dos processos produtivos, mercados e fluxos de capital levou à concentração de 73% do PIB mundial, na mão das 500 maiores empresas do mundo.*

---

balho, a dinâmica dos processos de acumulação sem trabalho se alia a um desenvolvimento das forças produtivas que leva à redução do emprego da força de trabalho e da parcela de trabalho vivo necessário para a reprodução do capital para gerar uma sociedade que, fundada no trabalho, já não é capaz de fazer trabalhar seus próprios membros, passando a abandoná-los à sua própria sorte. De outro lado, ela produz o endividamento crescente dos Estados-Nação, cada vez mais enredados na ciranda predatória da acumulação financeira, cada vez mais paralisados pela sangria de seus orçamentos, num quadro em que o desmonte e a privatização dos serviços públicos, das redes de proteção social e da infra-estrutura geral da sociedade tendem progressivamente a limitar a ação do Estado, para além de sua adaptação passiva e ativa aos pressupostos da reprodução do capital, ao controle repressivo da ordem social.

De outro lado, na economia real, a mundialização dos processos produtivos, mercados e fluxos de capital levou à concentração de 73% do PIB mundial, na mão das 500 maiores empresas do mundo (cujo produto é já superior ao da grande maioria das economias nacionais). Sua capacidade de se apropriar, controlar e monopolizar as bases cognitivas e naturais dos processos produtivos desenha um quadro em que o poder das mega-corporações, lastreado por seus Estados de origem, se desenvolve como poder mundial capaz de

delimitar desde seus termos as condições da produção social da vida e de sua governabilidade.

Em sua conjunção, esses processos geram uma tendência estrutural à concentração de renda, cuja irracionalidade faz com que os três homens mais ricos do mundo detinham uma renda equivalente aos 600 milhões de seres humanos (10% da população mundial) que vivem nos 48 países mais pobres do planeta. Tendência que se materializa na exclusão sistemática dos seres humanos dos processos de produção e reprodução da vida social, que, se hoje já é realidade para cerca de metade da população mundial, projeta um futuro em que de dois terços até quatro quintos da população mundial serão declarados supérfluos e inúteis como força de trabalho a ser explorada.

A articulação desses processos expressa a dinâmica estrutural de um círculo vicioso que ameaça os fundamentos da própria reprodução social da vida: o desenvolvimento das forças produtivas com a disseminação do desemprego e da destruição progressiva do mundo do trabalho, a hegemonia dos processos de acumulação sem trabalho, no ciclo de reprodução do capital, a concentração crescente da riqueza, do poder, da propriedade e das bases e insumos dos processos produtivos e o desmonte progressivo do Estado e da infra-estrutura geral da sociedade (cada vez mais privatizada e acessível apenas aos que podem pagar por

ela) alimentam-se reciprocamente, num círculo que passa a determinar as condições e a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo histórico. Seu resultado estrutural mais profundo e de mais largo alcance é o surgimento de um mundo em que só há lugar para uma parcela cada vez menor da população mundial; o resto, a parcela dos sem parcela, cuja força de trabalho se torna supérflua pela própria lógica do desenvolvimento das forças produtivas, se converte em lixo social a ser excluído da produção e reprodução social da vida; eles passam a compor um exército industrial de reserva cuja existência é a garantia da destruição progressiva do mundo do trabalho e cujo exemplo aterrorizante exerce a função social de servir de estímulo a que todos se empenhem numa corrida fratricida pelos últimos postos de trabalho.

Na dinâmica social de classes, a era neoliberal consolida muito claramente a tendência estrutural do capitalismo histórico, no sentido de dividir as classes trabalhadoras. A nova cartografia da composição de classe do proletariado continua a ter uma forma piramidal. No topo da pirâmide, se acham as elites do mundo do trabalho que exercem funções de comando e se mantêm organicamente ligadas ao capital e/ou ao Estado; imediatamente abaixo delas, mas a ela ligadas, as suas camadas diretamente subordinadas. É aí que podemos encontrar as elites dirigentes do Estado e a burocracia que exercem funções de comando; as elites que comandam os processos produtivos e as empresas capitalistas (seus gerentes, seus intelectuais orgânicos, seus operadores, seus “empreendedores de si mesmos”,

seus “trabalhadores imateriais” tecnicamente qualificados, etc.); as elites que participam dos mecanismos decisórios e controlam os órgãos de classe dos trabalhadores (a aristocracia sindical gestora dos fundos de pensão e investimento, de estruturas de micro-crédito, etc, a burocracia partidária e seus tentáculos no aparelho de Estado, na máquina sindical e no mundo dos negócios, etc.); as elites intelectuais, produtoras do trabalho cognitivo e imaterial que se acha na base dos processos produtivos e da própria reprodução social, da indústria cultural e, de modo geral, de todas as formas de discurso que trabalham para formar a consciência do corpo social; por fim, os assim chamados profissionais liberais e os “autônomos” de toda espécie, incluindo nesta categoria todos os que de algum modo negociam diretamente sua força de trabalho qualificada de trabalho, ou o que Pierre Bourdieu denomina como “capital simbólico”. Estas elites pertencem à classe trabalhadora apenas no sentido de que tem de vender seu trabalho para reproduzir sua existência; mas a posição de comando que elas exercem nos processos produtivos e/ou decisórios, a função produtiva que elas desempenham na produção das bases materiais e imateriais da produção e da reprodução social da vida, o “capital simbólico” que elas detêm e buscam reproduzir e ampliar constantemente e a própria capacidade de investir sua poupança nos processos de reprodução financeira do capital fazem com que seus interesses estejam organicamente ligados aos interesses da reprodução do sistema como um todo. Abaixo desta camada, acha-se toda a massa de traba-

lhadores qualificados e organizados em categorias ou corporações representadas em sindicatos, ainda regidos pela legislação trabalhista e com seus direitos sociais reconhecidos, sejam eles empregados do Estado ou do capital. Eles ainda dispõem de capacidade de organização e resistência que lhes permita travar a disputa, nos marcos legais da sociedade e do Estado de classes, pela manutenção e até mesmo pela ampliação de seus direitos e proventos. Seu interesse de classe se confunde, neste sentido, com seu interesse como categoria, como corporação, como organização instalada e reconhecida nos marcos da sociedade e do Estado de classes; os pressupostos de sua existência e da atuação de seus órgãos de classe são, em última análise, os mesmos pressupostos da existência da sociedade e do Estado de classes que elas compõem organicamente, ainda que se mantenham, no interior desta sociedade, em relação de antagonismo estrutural, seja com o Estado seja com o capital, relação plenamente internalizada pelo próprio desenvolvimento histórico da sociedade de classes. A luta de classes que elas ainda são capazes de manter permanece, portanto, nos marcos da sociedade de classes, e em sentido paradoxal, constitui uma condição essencial para a sua reprodução; é neste sentido que esta camada é a principal herdeira dos processos que, ao longo do século XX, acabaram por absorver e internalizar a luta de classes aos marcos endógenos e institucionais da sociedade de classes. Abaixo desta camada, se situa a massa crescente dos trabalhadores não propriamente qualificados, escassamente qualificados ou simples-

mente não qualificados, que vendem sua força de trabalho de forma atomizada e cada vez mais precária, realizam serviços de toda espécie sem qualquer garantia ou proteção legal, não estão organizados como categoria e muito menos como classe, se acham cada vez mais excluídos das redes de proteção e dos serviços públicos que vão sendo desmantelados, se vendo à mercê de todas as violências da super-exploração do trabalho, sempre disponíveis para as redes do crime organizado, ameaçados a cada momento de cair no desemprego e na exclusão social. A rigor, em seu caráter de força de trabalho rotativa, temporária e sem direitos, ela cumpre o papel de “exército industrial de reserva” e se torna cada vez mais a maioria numérica da classe trabalhadora. Por fim, abaixo de todas estas camadas, os desempregados e excluídos, uma massa crescente cuja única função social é servir de exemplo aterrador para todos aqueles que, de algum modo, ainda se acham incluídos nos circuitos da produção e do consumo e assegurar a possibilidade da super-exploração e da formação da camada que se acha imediatamente acima dela, cada vez mais essencial para a reprodução do capital em sua fase atual.

Nesta nova cartografia da composição de classe do proletariado, fica evidente por si só a sua divisão estrutural. De um lado, as duas primeiras camadas (nos vários segmentos que as compõem e a despeito das diferenças acima assinaladas entre estes segmentos e estas camadas) têm os seus interesses organicamente vinculados aos da reprodução do capital e são capazes de se fazer representar nos marcos legais da so-

---

*A produção maciça e sistemática de desemprego e exclusão exerce papel estrutural, na medida em que assegura as condições objetivas para a super-exploração e a desestruturação da classe trabalhadora.*

---

cidade e do Estado de classes, de que elas mesmas são pilares essenciais. É neste quadro que puderam surgir os fundos de pensão e o sindicalismo dos fundos de pensão, assim como a série de processos em que se consagra o progressivo surgimento de um sindicalismo, ou de uma aristocracia sindical corrompida e atrelada das mais diversas formas ao capital, ao Estado, às estruturas partidárias que disputam espaço na sociedade e no Estado de classes e às mais variadas zonas cinzentas que vão se formando nestas relações. De outro, as duas últimas camadas do proletariado se acham de tal modo desestruturadas como classe e vulneráveis aos mecanismos da super-exploração que nada lhes resta senão a luta tantas vezes fratricida pela reprodução de sua existência pauperizada e cada vez mais desumanizada. Neste quadro, a produção maciça e sistemática de desemprego e exclusão exerce papel estrutural, na medida em que assegura as condições objetivas para a super-exploração e a desestruturação da classe trabalhadora.

Essa divisão condiciona a tendência estrutural ao desenvolvimento e à normalização de uma série de mecanismos, padrões, valores, relações, desejos e comportamentos “sócio-darwinistas”, que passam a regular os processos de seleção social e culminam na formação de uma sociedade-apartheid, em que a arquitetura pós-moderna das torres

empresariais, dos shopping-centers e arquipélagos-fortaleza de incluídos e privilegiados e todos os seus mecanismos de segurança privada se vê cercada de hordas de gente no limite das condições de existência. A tendência ao desenvolvimento de todas as formas de violência urbana, gangsterismo e terrorismo é então a resposta e a consequência mais imediata, brutal e caótica de uma axiomática em que a exclusão e a ausência de perspectivas produzem e multiplicam indefinidamente as mais variadas formas de barbárie, alienação, entorpecimento, mistificação e escapismo.

Neste sentido, se rompe a ligação orgânica, ou a possibilidade de uma ligação orgânica imediata em bases materiais e objetivas, entre estas duas grandes camadas em que se divide o proletariado; rompimento que produz a supressão das condições objetivas e subjetivas a partir das quais a classe pode chegar a se reconhecer e a se constituir historicamente como classe para si. Este rompimento tem um impacto e um caráter distinto da clássica separação entre as camadas populares da classe trabalhadora e as classes médias, não só porque as classes médias se tornaram muito mais numerosas mas porque a dinâmica excludente do capitalismo produz uma divisão na classe trabalhadora que nos coloca diante de uma situação em que a própria classe é subdividida entre um segmento que per-

manece integrado às estruturas institucionais e legais da sociedade e um outro que foi posto à margem destas estruturas e que tende a constituir o grosso da própria classe. Rompimento que nos coloca a questão essencial de pensar e determinar as condições a partir das quais, para além dos limites e das determinações objetivas deste rompimento, poderão vir a ser reinventadas, à luz das configurações históricas assumidas pela sociedade e pelo Estado de classes, os nexos, as formas e os processos que venham a permitir novamente uma articulação orgânica entre os diversos segmentos e camadas da classe trabalhadora.

Nesse quadro, nada permite supor que as dinâmicas ora desencadeadas pelo capitalismo histórico possam ser revertidas ou superadas dentro dos parâmetros estruturais da ordem social vigente, que a rigor só fazem reproduzi-los de forma cada vez mais ampliada e agravada. A diminuição das taxas de crescimento econômico em todo o mundo, que em alguns países já se tornou negativa, se comparada à taxa de crescimento populacional, passa a desnudar a realidade de uma crise econômica mundial que entra em sua terceira década, sem que nada permita supor que ela venha a ser superada. Na prática, o que ainda resta de crescimento econômico se apóia, cada vez mais, nas dinâmicas destrutivas acima mencionadas.

A rigor, na era neoliberal, vai ficando cada vez claro que a sociedade mundial não pode continuar, em sua forma atual, por mais cinquenta ou cem anos.

O processo cada vez mais acelerado de destruição de suas bases naturais ativa os limites estruturais

absolutos de uma sociedade que gira em falso, em torno do fim em si mesmo, cego, abstrato e irracional da sistemática conversão de energia humana e natural em capital a ser acumulado. A destruição progressiva do mundo do trabalho e dos próprios pressupostos da sociedade mundial do trabalho nos lança na marcha acelerada de uma catástrofe social que já é realidade para cerca de metade da população mundial que tem de sobreviver com até dois dólares por dia. A hipótese de um rearranjo político mundial que permita conferir uma sobrevida ao capitalismo histórico esbarra na própria ausência estruturalmente determinada de um poder político capaz de levar a cabo esse rearranjo nas dimensões em que ele é necessário; de outro lado, mesmo admitindo a hipótese de que esse rearranjo venha a se dar, a retomada do desenvolvimento econômico, com inclusão social, geração de empregos, distribuição de renda e mecanismos de controle social e político sobre a destrutividade dos processos de acumulação, esbarra no fato elementar de que a generalização dos padrões de produção e consumo dos países centrais e das elites e classes médias dos países periféricos, em escala mundial, exigiria uma disponibilidade de recursos naturais que apenas seis planetas como o nosso seriam capazes de oferecer.

Por todos os lados, o ciclo do capitalismo histórico anuncia seu fim, ameaçando levar de roldão o futuro da humanidade. A era neoliberal,

deixando seus rastros de devastação, não deveria ser interpretada como uma prova de força do capital; sua lógica ativa cada vez mais claramente os limites estruturais absolutos do capitalismo histórico, pondo na ordem do dia a necessidade e a tarefa de retomar, sob as condições do presente, a retomada da ofensiva socialista na luta de classes.

### **A formação e o desenvolvimento histórico do PT à luz de uma análise da dinâmica social de classes na era neoliberal**

O PT nasce e se desenvolve no momento em que a luta pela redemocratização do país levou à reorganização dos movimentos sociais, sindicatos e lutas populares em meio à gestação das condições, na história mundial, para o ascenso do ciclo neoliberal.

Composto por uma ampla e heterogênea confluência entre os sujeitos sociais da reorganização dos instrumentos sindicais e políticos de luta de um proletariado empenhado na ampliação de seus direitos sociais e na democratização do Estado, as comunidades de base da Igreja da Libertação (germinais para a formação do MST, de seus orbitais e dos movimentos do campesinato e do lumpenproletariado urbano), os movimentos sociais que começavam a se articular, em todas as partes e sob todas as formas e uma série de intelectuais orgânicos e de organizações políticas socialistas, o PT jamais foi capaz de desenvolver um projeto político e ideológico claro. A rigor,

---

*O PT jamais foi capaz de desenvolver um projeto político e ideológico claro. A rigor, o partido foi capaz de crescer e ampliar constantemente suas bases sociais e sua representatividade.*

---



o partido foi capaz de crescer e ampliar constantemente suas bases sociais e sua representatividade precisamente à medida que foi se desenvolvendo ao sabor da conjuntura e das determinações estruturais que o pressionaram, cada vez mais intensamente, no sentido de sua integração à ordem vigente.

Esta indefinição não foi casual, nem podemos atribuí-la tão só à heterogeneidade dos atores sociais e políticos que construíram a história do partido; em sua raiz, houve condições e determinações estruturais que precisamos considerar. De um lado, o desenvolvimento da história, na direção do bloqueio dos processos revolucionários e das problematizações que já há algum tempo se desenvolviam em torno dos rumos tomados pelas sociedades pós-revolucionárias, não formavam uma cena que pudesse ter levado o partido a se definir claramente como socialista e revolucionário, ou que permitisse que suas frações socialistas (que ainda não haviam desenvolvido a crítica da experiência socialista nem a análise das novas condições de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classe e, em muitos casos, ainda não o fizeram) viessem a se tornar hegemônicas no partido. De outro, as condições, demandas e aspirações sociais que se expressavam no interior de uma sociedade dilacerada pela experiência de um processo de modernização truncado, caótico e autoritário induziam à formulação de um projeto que se limitasse a expressar, articular e encaminhar essas demandas, sem problematizar as condições de sua realização na sociedade capitalista, nem tampouco considerar que essa sociedade entrava num ciclo de seu pró-



prio desenvolvimento histórico que obstruía as condições estruturais para que essas demandas pudessem vir a ser atendidas, no interior da ordem social capitalista. Paradoxalmente, essas contradições permitiam que o PT crescesse indefinidamente: afinal, ele expressava, acolhia e dava consequência às demandas das classes trabalhadoras, tal como elas eram capazes de se expressar naquele momento: demandas pela ampliação dos direitos sociais, pelo aumento do nível dos salários, pela distribuição da renda, pelo acesso à cidadania e às mais elementares condições de vida, por reformas estruturais que visavam à democratização progressiva do Estado, da economia e da sociedade, etc. Em suma: reivindicações e aspirações típicas da fase anterior de desenvolvimento do capitalismo histórico e de sua dinâmica estrutural de classes e que correspondiam às que podiam ser formuladas por classes cujas experiências, expectativas e concepções tinham sido formadas nesse período. Reivindicações e aspirações que se aprofundavam à medida que o ascenso da era neo-liberal as negava, as ameaçava e destruía até mesmo as

posições já conquistadas na luta de classes que se travava no interior da própria ordem social capitalista.

A conjuntura colocava o partido numa posição defensiva: as perspectivas de um projeto socialista revolucionário pareciam estar sepultadas (nas palavras de José Dirceu, em 1992, apenas seu sepultamento permitiria o crescimento do PT e sua chegada ao poder), a vitória do capitalismo, a hegemonia mundial unipolar dos EUA, o afundamento do Brasil numa crise econômica que caminha para sua terceira década, a ascensão do neoliberalismo e seu ataque sistemático aos direitos sociais e ao modelo de Estado conquistados nas lutas de classe do século XX configuraram uma situação em que o crescimento do PT esteve vinculado às lutas sociais pela preservação e ampliação de direitos e por reformas inclusivas e democratizantes no interior da ordem vigente. Dificilmente poderia ter sido de outro modo: afinal, as bases sociais do PT, em sua maioria urbanas, egressas das classes médias e da pequena burguesia intelectualizada, do funcionalismo público e de uma elite, ou semi-elite do proletariado, se reconheciam, nesse projeto, que elas ajudaram a construir, que correspondia às demandas que elas eram capazes de articular e formular a partir de sua experiência e que ganhava força na mesma medida em que essas classes viam ameaçadas suas posições na sociedade. Ao mesmo tempo em que se desfaziam na história mundial as condições e pressupostos para a implementação do projeto político do PT, a deterioração das condições de vida de suas bases sociais fez com que a dinâmica defensiva acima mencio-

nada ganhasse cada vez mais força e o partido viesse a se legitimar como o porta-voz das reivindicações das classes ameaçadas pela dinâmica de acumulação.

Nesse quadro, o sucesso eleitoral do partido, a ampliação de suas bases, os dilemas ideológicos, a crise de identidade, os impasses políticos que se aprofundavam na esquerda mundial, sua renúncia ao socialismo e o constante refluxo das lutas de massa impuseram progressivamente o privilégio da via institucional e uma política de alianças que se ampliava em detrimento da organicidade do partido e dos propósitos iniciais de um projeto que colocava a organização e mobilização do povo como o sentido maior de sua existência. A conquista progressiva de posições no aparelho de Estado e o crescimento da máquina partidária e da burocracia sindical ligada ao partido alimentavam esse processo, configurando cada vez mais claramente a realidade de um partido cujo perfil ia sendo moldado pela necessidade de apresentar-se como alternativa de poder capaz de assumir a gestão do Estado burguês e realizar um programa de reformas conduzido pela perspectiva da “humanização do capitalismo”, em que as demandas por inclusão, ampliação de direitos, retomada do desenvolvimento econômico e fortalecimento do Estado e da soberania nacional conferiam um perfil reformista, social-democrata e nacional-desenvolvimentista ao programa do partido. Programa que se colocava cada vez mais em contradição com as condições colocadas pela crise estrutural do capitalismo histórico e pela supressão das condições históricas para um relançamento de estra-

---

*De um lado, crescia o campo majoritário do partido, de feição cada vez mais reformista e social-democrata; de outro, minguavam suas frações socialistas, derrotadas em todos os congressos e convenções.*

---

tégias reformistas.

Aprofundava-se toda uma série de contradições no seio do desenvolvimento histórico do PT: de um lado, o partido se tornava o porta-voz e o depositário das reivindicações e aspirações das classes ameaçadas pela dinâmica destrutiva da nova lógica de acumulação e da maioria das lutas populares, movimentos sociais e sindicatos; de outro, sua chegada progressiva ao aparelho de Estado e sua preocupação cada vez mais central em apresentar-se como alternativa de poder, nos marcos da institucionalidade burguesa e dos imperativos de reprodução social do capital, limitava sua capacidade de acolher essas aspirações e reivindicações, o que ficava patente sempre que o partido chegava ao governo. De um lado, se desenhava o discurso de oposição ao neoliberalismo; de outro, as práticas de adaptação ativa e passiva aos imperativos de sua governabilidade. De um lado, se desenvolvia uma elite partidária e uma burocracia sindical que, cada vez mais afeita aos imperativos da gestão, da acumulação e da governabilidade, passava a condicionar seus passos pela necessidade de apresentar-se a um espectro mais amplo da sociedade como alternativa confiável de poder; de outro, uma massa de militantes, simpatizantes e eleitores que não só viam no PT o sustentáculo institucional de todas as lutas e reivindicações sociais como depositavam

todas as suas esperanças de transformação social efetiva no dia em que Lula fosse eleito presidente. De um lado, crescia o campo majoritário do partido, de feição cada vez mais reformista e social-democrata; de outro, minguavam suas frações socialistas, derrotadas em todos os congressos e convenções; de tempos em tempos, seus conflitos levavam a impasses, cisões e expulsões e saídas em bloco (como as que levaram à formação do PSTU e do PCO, e a que cria, na presente conjuntura, as condições para a criação de um grande (?) partido socialista no país). De um lado, crescia um bloco, majoritariamente urbano e hegemônico no partido, cujas reivindicações e aspirações se colocavam claramente no marco de uma luta de classes intra-sistêmica, respondendo a uma lógica em que essas frações da sociedade buscavam preservar e ampliar seus direitos no seio de uma ordem social que, de sua perspectiva, devia ser apenas reformada no sentido de produzir uma repartição mais equânime entre capital e trabalho; de outro, como uma nova classe em gestação, se organizavam e se afirmavam cada vez mais os estratos de camponeses sem-terra, trabalhadores precarizados, subempregados e demais excluídos da ordem social, cujas aspirações de inclusão e integração, ao esbarrarem cada vez mais claramente nos limites da ordem vigente, desenvolvem uma consciência, uma disposição e uma orga-

nização revolucionária.

Todas essas contradições permaneciam ocultas e não problematizadas, na medida em que o caminho rumo ao governo se pavimentava. A figura carismática e publicitária de Lula tornava o partido refém de sua candidatura e suas chances de chegar à presidência jogavam para um plano secundário a marcha explosiva de todo aquele coquetel de contradições. A urgência em deter a avalanche destrutiva do neoliberalismo reunia a todos em torno da esperança catalisada na figura de Lula. A ânsia em tomar esse atalho, que se tornava cada vez mais o motivo central da vida do partido, impunha a adoção de um discurso e de um programa cada vez mais moderado, que permitisse ao partido atrair setores refratários à sua mensagem, sem o que a vitória eleitoral, assim se avaliava, não seria possível. Na mesma medida, esse processo impõe um controle cada vez maior do partido pela direção e pela burocracia que se consolidava e crescia à medida que o partido ia conquistando cada vez mais mandatos parlamentares, prefeituras e governos estaduais. Controle que crescia na mesma proporção em que se desfazia a organicidade do partido. A própria vida interna do partido, que havia sido tão rica, se enfraquece na mesma proporção em que seu caráter eleitoral passava a prevalecer e a distância entre as bases e a direção a aumentar. A cada eleição, todos esses processos avançavam e o partido cada vez mais se tornava refém de seu sucesso eleitoral e de tudo o que era requerido para que esse sucesso pudesse chegar a seu clímax: a tão esperada chegada de Lula à presidência.

Na campanha eleitoral de 2002,

---

*A necessidade de conquistar a confiança do imperialismo, das classes dominantes, das classes médias e das parcelas mais conservadoras do eleitorado passou a ocupar o posto central na construção política que levou à eleição, à formulação do projeto político e à formação do governo Lula.*

---

todos esses processos chegaram ao cume: os acordos com os partidos burgueses que levaram um empresário do Partido Liberal à vice-presidência e uma série de ilustres representantes da burguesia nacional aos pontos centrais de comando no ministério; os acordos com a Rede Globo, em maio, com Wall Street, em julho, e com o FMI, em agosto, e com frações importantes do empresariado nacional; a formação de uma coalizão que se tornava cada vez mais ampla à medida que as chances de vitória se evidenciavam, a despolitização grosseira do discurso e sua lógica meramente publicitária, o rebaixamento e o abandono de bandeiras, tudo isso se justificava em nome da pavimentação cada vez mais segura do caminho para o triunfo eleitoral de Lula, na mesma medida em que se definiam os limites, os rumos e as contradições que viriam a estruturar o governo Lula. A necessidade de conquistar a confiança do imperialismo, das classes dominantes, das classes médias e das parcelas mais conservadoras do eleitorado passou a ocupar o posto central na construção política que levou à eleição, à formulação do projeto político e à formação do governo Lula.

Uma nova hegemonia política e um novo projeto de poder começavam a se formar. Suas bases são bastante distintas das que fizeram a história do PT: a mitificação messiânica, carismática, populista, publicitária

e bonapartista da figura de Lula; o desenvolvimento de uma lógica de cooptação dos movimentos sociais, sindicatos e de suas lideranças; o estabelecimento de uma aliança direta com os setores desorganizados, desinformados e pauperizados da população, via programas sociais compensatórios e focalizados financiados com recursos do setor privado e do Banco Mundial; a busca do apoio político das classes médias integradas e mais conservadoras, junto às quais busca credenciar-se como alternativa de poder capaz de administrar a crise responsavelmente, racionalizar a gestão estatal e a utilização das verbas públicas, diminuindo a corrupção, buscar acordos mais favoráveis com o imperialismo e com o capital financeiro e conter as demandas e movimentos sociais; e, por fim, a busca de credibilidade e apoio político e financeiro junto à burguesia nacional e mundial, em que o governo procura e apresenta como a melhor alternativa de gestão da crise do capitalismo, indicando o caminho do rearranjo da ordem mundial, no sentido de vir a torná-la mais equilibrada e sustentável, e procurando colocar-se como alternativa mais viável para conferir sobrevida ao sistema do que a via conservadora (ora tão bem representada por Bush), em sua irracionalidade regressiva e exponencialmente destrutiva. Seu projeto de poder fundase, cada vez mais claramente no dis-

curso e nas práticas da “humanização do capitalismo”, que consideram como a vocação da esquerda diante de sua derrota histórica. “Humanização” que, dizem, depende antes de tudo desse rearranjo na ordem mundial, pelo qual se empenha Lula em sua cruzada evangelizadora, junto aos senhores do mundo, do dinheiro e da guerra, em nome do que ele define como uma nova ética das relações internacionais. Assim, à medida que o governo Lula investe sua legitimidade na promessa da retomada do desenvolvimento com geração de empregos e inclusão social e reconhecendo os limites para que isso aconteça dentro das regras do jogo, aposta num abrandamento progressivo dessas regras que possa levar, a médio e longo prazo, a um rearranjo da ordem mundial, seu sucesso depende de fatores imponderáveis e fora de seu alcance. que permitam, acreditam eles, atingir esses objetivos a médio e longo prazo. Investindo todas suas fichas na “mudança sem ruptura”, o governo Lula busca credenciar-se como modelo exemplar para uma saída “endógena” e sem traumas da crise do neoliberalismo, procurando para isso angariar o apoio do FMI, do Banco Mundial, do imperialismo e da burguesia nacional e mundial para um projeto de relegitimação da ordem do capital que se funda nas perspectivas (ilusórias no limite) de sua possível “humanização”.

Os limites estruturais para o sucesso desse projeto (definido, em última análise, sob a lógica do terrorismo econômico e ideológico que se expressa na fórmula fatal que diz que “não há alternativa”) ficam claros, nas considerações feitas acima, acerca da lógica da nova dinâmica de acu-

mulação e do ingresso numa era em que o capitalismo histórico aproxima-se cada vez mais decisivamente de seus limites estruturais absolutos. E ficam ainda mais claros se considerarmos a magnitude dos problemas que se colocam, os limites para um rearranjo da dinâmica de acumulação capitalista, nas proporções em que ele seria necessário, e as enormes expectativas de mudança depositadas no governo Lula. Seus limites políticos vêm da dificuldade que terá o governo em sustentar o apoio de sua base e da população quando as premissas de sua estratégia exigem a manutenção dos pressupostos de uma política contra a qual ele foi eleito; nesse quadro, não há “pedagogia do incumprimento” (Boaventura de Sousa Santos) que possa explicar à população que a solução de seus problemas depende da aplicação dos mesmos remédios cujos efeitos já conhecemos. Do mesmo modo, não há como explicar aos movimentos sociais que eles devem rebaixar suas bandeiras e abandonar a resistência contra os ataques que sempre sofreram porque agora eles vêm do governo Lula, que, mais adiante, se tudo der certo, quem sabe, cumprirá seus compromissos, que não teriam sido abandonados, mas apenas adiados para os dias em que os senhores do mundo, quem sabe, permitirem seu cumprimento.

Essa lógica enviesada e esquizofrênica tem sua racionalidade enraizada nos próprios pressupostos da dinâmica estrutural de classes que a sustenta. A conciliação de classes de que sempre fala Tarso Genro tem sentido, afinal de contas trata-se da convergência de interesses, da co-participação e da co-responsabilidade na gestão da sociedade e do Estado de classes entre uma elite dos

trabalhadores integrados à ordem do capital, no momento em que ela se torna francamente excludente, e a própria burguesia. Uma nova hegemonia que se forma na sociedade neoliberal do apartheid social e tem contra si as determinações e tendências estruturais profundas do capitalismo histórico.

### **Para além do capital e do governo Lula: A hora e a vez da construção de uma alternativa popular e socialista**

Não me parece haver qualquer dúvida de que vivemos uma oportunidade única para a reorganização da esquerda socialista no Brasil. Ela não pode ser desperdiçada. A crise estrutural do capitalismo histórico e a devastação social que ela dissemina, o ascenso de movimentos sociais de massa como o MST e das lutas populares na América Latina e em todo o mundo e a experiência dos repetidos fracassos da social-democracia e da via reformista da humanização do capitalismo, a capitulação do governo Lula e as lutas de classe que nele continuarão a ser travadas, o desejo de transformação manifestado pelo povo brasileiro, nas últimas eleições, e a necessidade histórica de que esse desejo venha a articular uma resposta política aos limites e contradições do governo Lula, compõem um quadro propício para a reorganização bem sucedida da esquerda socialista, em torno da construção de uma alternativa popular e socialista para o Brasil.

A experiência e os efeitos, cada vez mais devastadores, da crise do capitalismo exigem que a emergência histórica de um espírito anti-capitalista não continue a se dissipar e se perder nas mais diversas modalidades e sintomas do que poderíamos



designar como a síndrome da “falta de alternativas”. Daí, a necessidade de que o campo de esquerda seja capaz de rearticular, à luz de circunstâncias muito diversas daquelas dos séculos XIX e XX, uma alternativa programática, política e estratégica verdadeiramente socialista, que possa fazer com que as lutas de classe não se percam e se enfraqueçam na ausência de perspectivas. Superar o que aconteceu nos 90, quando a desarticulação e a desorientação do campo de esquerda e a falta de referências capazes de responder à nova dinâmica da luta de classes, após a derrocada das sociedades pós-revolucionárias e a desestruturação do mundo do trabalho e da luta de classes, levaram a uma renúncia ao socialismo, a um refluxo da luta de massas e à síndrome da “falta de alternativas” sob todos os seus efeitos, sintomas e figuras históricas: esse é o desafio e a responsabilidade que se nos coloca, num momento em que a espiral destrutiva do processo civilizatório ameaça o futuro da humanidade e exige que as lutas travadas em torno da defesa da vida possam sair de uma lógica puramente defensiva e recolocarem na ordem do dia a retomada da ofensiva socialista como o único desdobramento conseqüente da impossibilidade, cada vez mais evidente, de que os graves problemas atuais possam vir a ser resolvidos dentro dos parâmetros estruturais da ordem social vigente. Esse é o desafio central na luta de classes: preparar e articular, do plano teórico ao plano prático e político, as condições para que a luta de classes venha a desenvolver perspectivas programáticas, políticas, culturais, ideológicas e estratégicas capazes de organizar uma alternati-

va política, ética e civilizatória ao capitalismo; alternativa que possa nos levar para além dos limites e da impossibilidade das estratégias que postulam uma mera humanização do capitalismo e das táticas fadadas ao fracasso que têm sido desenvolvidas sob essa perspectiva.

Há espaço para isso, uma vez que a dinâmica excludente assumida pelo capitalismo histórico disponibiliza massas cada vez maiores para serem organizadas e articuladas pelos movimentos sociais e lutas populares. O sucesso do MST e dos movimentos de camponeses e indígenas de vários países da América Latina testemunha a enorme fecundidade do espaço que se abre para a formação de movimentos sociais de massa. Na mesma medida em que se fecham os espaços para “internalizar” a luta de classes no terreno do próprio capitalismo e se consolidam as clivagens e divisões das classes trabalhadoras, amadurecem as condições para que a auto-organização dos deserdados da terra se desenvolva como a totalidade de uma “biopolítica”, em que sua organização exige e promove a criação de espaços proto-socialistas de solidariedade, convivência e acolhimento, de reconstrução e recriação da vida, da subjetividade e da sociabilidade, da cultura e dos valores. Nesse percurso, a organização dos trabalhadores, como mostra o MST para quem o conhece de dentro, vai se forjando como um verdadeiro espaço de recriação da vida, da cultura, da subjetividade e da sociedade, em que os movimentos de massa tendem, em seu próprio desenvolvimento, a formar a organicidade de um “poder popular” cuja subjetividade histórica, que amadurece no movimento em

que ela se torna uma classe para si no calor de suas próprias lutas, se torna revolucionária, na medida mesma em que ela vai se formando em meio aos limites e contradições estruturais que bloqueiam a possibilidade de sua inclusão social na ordem capitalista.

A falta de perspectivas de futuro para grande parte do proletariado e da juventude forma o terreno propício para a organização da subjetividade, do movimento, da luta e do poder popular. Ainda que os desafios para essa organização sejam imensos, na medida em que ela tem de se defrontar com o apelo imediato de que dispõem todas as “saídas” endógenas e auto-destrutivas que o próprio sistema produz e reproduz, é nesse terreno que se coloca, em germe, em potência que atualiza e a ser atualizada, a possibilidade e o desafio da construção do sujeito histórico revolucionário.

Em verdade, o desenvolvimento de uma dinâmica social de classes sistemicamente e tendencialmente excludente, se por um lado trabalha no sentido de cindir as classes trabalhadoras, por outro, prepara as bases para a emergência do sujeito revolucionário. Esse novo proletariado revolucionário tem muitas formas e caras: ele é formado por sem terras, sem tetos e sem trabalho e suas organizações proto-socialistas, por um lado; pela massa de uma juventude que não é capaz de vislumbrar qualquer perspectiva de futuro e pode ser organizada; pela massa de servidores públicos que padecem sob o desmonte do Estado, trabalham junto ao povo trabalhador e aprendem, ou já vivem a experiência ética, humana e política que os solidariza com os deserdados da terra; pela massa

de trabalhadores urbanos empregados, subempregados ou desempregados que sofrem sob a destruição e a precarização constante e progressiva do mundo do trabalho. De sua organização, de sua mobilização e de sua convergência nas lutas que se travam e terão de se travar em torno da defesa da própria vida em um mundo em decomposição vai se forjando a experiência e o crescimento de uma massa cujo movimento e cujas lutas compõem a base a partir da qual se pode se edificar a organicidade do poder popular.

O surgimento e o ascenso histórico de uma nova classe, ou mais precisamente, de uma nova condição, de uma nova experiência, de uma nova figura histórica do proletariado, cujo caráter potencialmente revolucionário é determinado pela própria lógica destrutiva e excludente do capitalismo histórico, podem e devem inaugurar, no século XXI, um novo ciclo histórico de lutas, em que a retomada da ofensiva socialista em escala mundial se dará, já não em meio ao desenvolvimento do capitalismo histórico, mas numa época em que a ativação de seus limites estruturais absolutos transforma a luta de classes na totalidade “biopolítica” de uma luta civilizatória a ser travada em todos os terrenos em que deita raízes a dialética da opressão que produz e reproduz a sociedade e o Estado de classes e seu mundo em dissolução.

Essas são as bases estruturais para a reorganização da esquerda no Brasil, no médio e no longo prazo. Está claro que são bastante distintas das bases e das condições históricas sob as quais se deu a formação e o desenvolvimento histórico do PT e de todo o ciclo de lutas que desemboca na experiência do governo

---

*A união da esquerda socialista brasileira vai se forjar nas lutas e embates que se travarão no contexto do governo Lula e dos ataques que ele desfere contra os trabalhadores.*

---

Lula. Assim como está claro que os desafios centrais em torno dessa reorganização nos colocam em disputa com as forças regressivas que são desencadeadas pelo projeto de poder e pela construção política que sustenta esse governo. Mesmo que por ora ainda não tenha se desenvolvido uma clara clivagem entre essas forças históricas em disputa, a luta em torno da reorganização do campo de lutas no Brasil tende a confrontá-las cada vez mais decisivamente. Para que essa clivagem se acelere e se defina mais claramente, é preciso a organização, em um único partido, de toda a esquerda socialista brasileira. A necessidade dessa organização é posta pela própria conjuntura, ainda que não estejam plenamente amadurecidas as condições para seu sucesso e crescimento.

A união da esquerda socialista brasileira vai se forjar nas lutas e embates que se travarão no contexto do governo Lula e dos ataques que ele desfere contra os trabalhadores. Mas para que essas lutas sejam travadas de forma conseqüente, sua organização precisa começar a ser construída pelo agrupamento em torno da construção de um novo partido de todos os militantes socialistas que se dispõem a lutar pela direção e pelos rumos desses embates. É nestas lutas que as direções petistas dos movimentos e sindicatos serão confrontadas e que se dará a disputa pelos rumos e pela liderança das lutas e dos órgãos de classe dos trabalhadores, pela consciência política e

pela espécie de resposta que os movimentos terão de dar a este governo. Para que essas lutas se comuniquem e se articulem, faz-se necessário que as bandeiras, posições e compromissos históricos da classe trabalhadora, abandonados pelo PT, e o desejo de mudança presente no povo brasileiro possam ser catalisados em torno da construção de um movimento nacional capaz de cobrar do governo Lula seus compromissos, exigir uma mudança de rumos que responda às necessidades e aspirações concretas da população, denunciar seus limites e contradições e articular explicações para os rumos tomados pelo governo que permitam disputar a consciência popular e organizar uma resposta política à altura das enormes expectativas geradas e frustradas por esse governo. Da magnitude desses embates é que pode vir a tomar corpo, a partir do acúmulo gerado pelas lutas sociais que construíram o PT e da experiência a ser feita com o governo Lula, a nova organização da esquerda socialista, cuja razão de ser, para além do governo Lula, é a organização da luta do povo na direção de construir, mais do que seu instrumento político, um projeto de país que se defina pela construção estratégica de uma alternativa popular e socialista para o Brasil.

*\* Rodrigo Dantas é professor adjunto no departamento de filosofia da UnB, e secretário geral da ADUnB.*

# Política educacional: a luta pela reversão de um modelo educacional perverso.\*

Ana Lúcia B. Faria, Ceres Maria R. Torres,  
Maria Rosimary S. de Souza, Marília L. Washington, Vera Lúcia J. Chaves\*\*

*“Nosso governo será marcado pelo diálogo permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes estabelecer pontes, acordos, entendimentos com os quais todos possam ganhar.”*

(Programa de Governo do PT)

## 1. Introdução: novo ministro prioriza reforma universitária

O presente texto foi produzido no momento em que se realizava a (assim denominada) reforma ministerial do governo Lula, que trouxe como consequência a exoneração do ministro da educação, Cristóvam Buarque, a pretexto de diminuir o número de acadêmicos no Ministério da Educação (MEC). Tarso Genro assume a pasta e, segundo consta, agirá de forma a não provocar atritos com a poderosa equipe econômica.

A avaliação preliminar, que será aprofundada adiante, indica que, em meio às inevitáveis incertezas decorrentes das mudanças ministeriais, a reforma universitária, com as características delineadas no documento do Grupo de Trabalho Interministerial para a Reforma Universitária, instituído por Decreto de 20 de outubro de 2003, será, sem dúvida, realizada, posto que teve sua iniciativa política na Casa Civil da Presidência da República, e não no Ministério da Educação, e sua forma de condução anunciada pelo ministro José Dirceu, em seu elegante pronunciamento à imprensa: “... o pau vai comer, como aconteceu na reforma da Previdência.(...)”<sup>1</sup>. Uma

perspectiva de certeza adicional refere-se à continuidade do programa de Formação Continuada e Certificação de Professores para a Educação Básica, oriunda, apenas, do MEC, visto estar em plena implementação, com contratos e convênios assinados com inúmeras instituições. Conduzido pela Secretaria de Educação Infantil e Ensino Fundamental (SEIF), em parceria com o INEP, tal programa traz consequências para o professorado da Educação Básica, em geral, e para os(as) sindicalizados(as) ao ANDES-SN, pertencentes à Carreira do Magistério de 1º e 2º graus, em especial, e, portanto, nosso Sindicato deve-se pronunciar sobre ele.

Diante dessa conjuntura, parte do presente texto apresenta um balanço das avaliações e das ações do ANDES-SN na área de política educacional, entre junho de 2002 e janeiro de 2004, *vis-à-vis* as propostas e medidas governamentais – especialmente do executivo e do legislativo - e institucionais, com repercussões para as instituições de educação superior -IES - tanto do setor público como do privado. Outro segmento do texto é dedicado a uma análise do documento do GT Interministerial para a Reforma Univer-

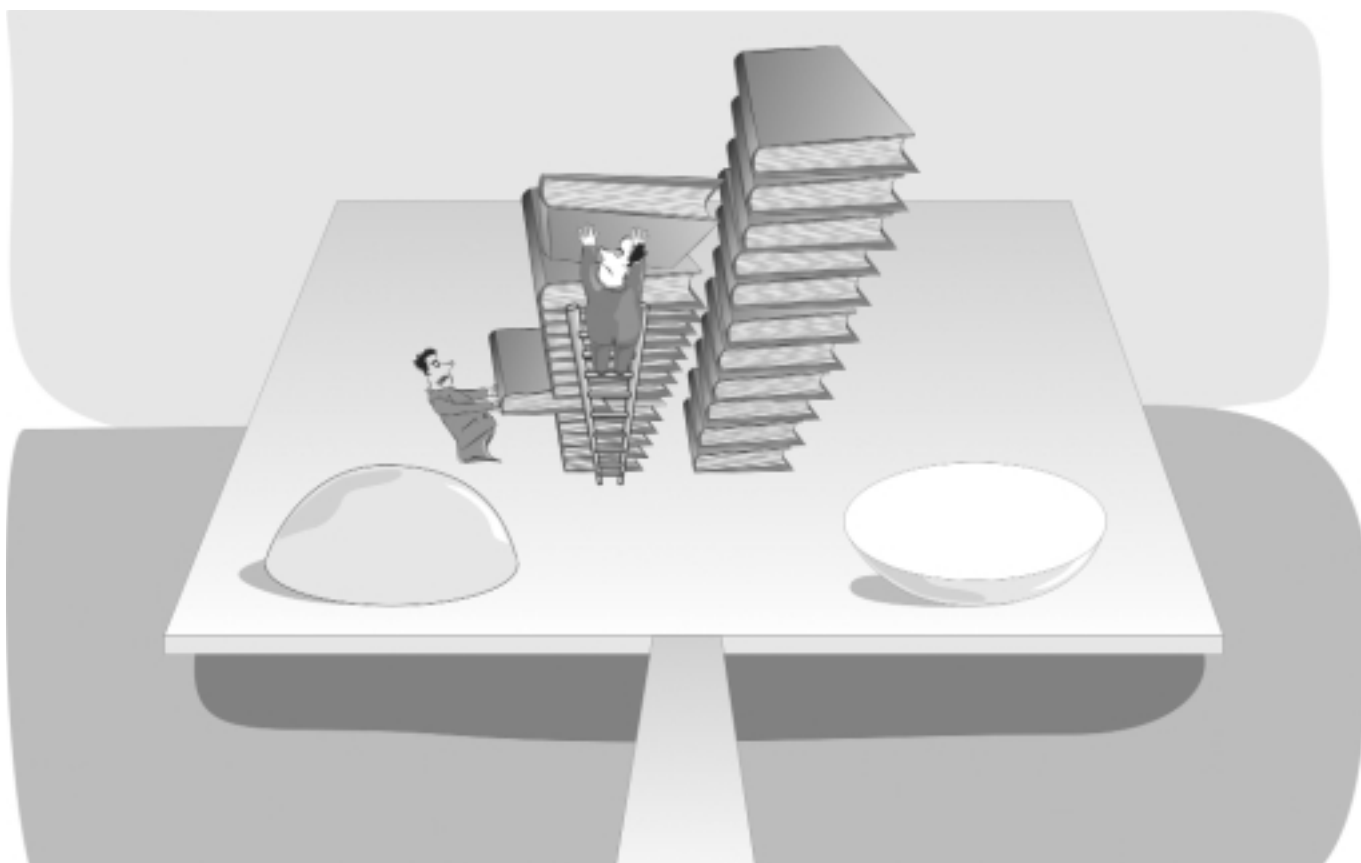
sitária (que será identificado, na continuidade do texto, pelas iniciais *GTI-RU*), à luz do acúmulo histórico do ANDES-SN sobre esse tema, que, no momento, se apresenta como prioritário para o Movimento Docente, até porque repercute seriamente em todos os demais temas tanto de política educacional quanto de outras áreas sociais de sua agenda de lutas.

## 2. Dos embates com FHC às expectativas em relação ao novo governo

*(junho a dezembro de 2002)*

O 2º semestre de 2002 foi, desde o seu início, e até mesmo antes, marcado pelas campanhas para as eleições gerais, que catalisaram os anseios de renovação e mudanças, após oito anos de intensos embates contra a orientação neoliberal da política educacional dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

A educação superior, a partir de 1995, em decorrência das políticas impostas pelos organismos internacionais, para a educação, passou, na perspectiva do governo, a ser concebida como mercadoria a serviço dos interesses imediatos do capital. Constatam-se, a partir de então, variadas formas de privatização do



sistema público e de favorecimento do setor privado; de não-investimento programado nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – e, decorrência das alianças e oportunismos políticos, nas Instituições Estaduais Superior - IEES; na desvalorização e na ausência de incentivo aos profissionais dessas IES; na precarização do trabalho docente, público e privado; no crescimento da exclusão educacional, em geral, e do ensino superior, em particular, conseqüência das dificuldades tanto de acesso às estagnadas vagas das IES públicas quanto de permanência dos estudantes até a conclusão dos estudos; no desrespeito a vários dispositivos da Constituição Federal, destacando-se os que se referem à autonomia das universidades, ao financiamento estatal das instituições públicas, à sua democracia interna; no crescimento

desenfreado de cursos endogênicos de pós-graduação e, ao mesmo tempo, no desmonte ou na inviabilização de outros, com o advento do Programa de Qualificação Institucional – PQI, com particular prejuízo à capacitação docente; no dismantelamento da educação técnica e tecnológica, em favor de uma política de adestramento de mão-de-obra diplomada para atender a supostas expectativas do mercado; na privatização do espaço público, por meio das fundações de apoio; na redução dos processos de avaliação institucional a mero ranqueamento de instituições; no aligeira-

mento tanto da graduação, por meio de cursos sequenciais, modulares e da educação a distância, quanto da pós-graduação, por meio da redução do tempo exigido para execução do programa; e na expansão exarcebada, sem qualquer controle governamental, das IES privadas com finalidade exclusiva de obtenção de lucros.

Publicação da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), à época, registrou, por exemplo, as significativas perdas das IFES, resumidas no quadro abaixo:

	1995	2000	Perda
Docentes	42.678	41.900	778
Servidores técnico-administrativos	93.354	79.888	13.976
Orçamento do pessoal ativo	R\$ 5 bilhões	R\$4.051 bilhões	R\$1 bilhão
Verba de capital	R\$74,3 milhões	R\$ 20,8 milhões	R\$54 mi
Verba de manutenção	R\$460 milhões	R\$ 380 milhões	R\$80 mi



No mesmo período, as IFES acrescentaram aos seus cursos de pós-graduação 67.974 alunos e, aos de graduação, outros 103.633 estudantes. Desse modo, entende-se melhor por que o MEC alardeou eficiência e aumento de produtividade, enquanto professores se diziam asoberbados e mal remunerados, e buscavam guarida junto às fundações de apoio, tentando garantir complementação salarial, compra de equipamentos e livros e reformas em seus espaços de trabalho.

Por outro lado, a dobradinha entre universidades públicas e empresas ganhou considerável espaço na educação superior brasileira, sendo cada vez maior o número de IES públicas abrindo suas portas para a iniciativa privada, em busca de complementação dos recursos sempre insuficientes.

Um estudo coordenado pela pesquisadora Helena Nader, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mostrou que, pela primeira vez, depois de três décadas de crescimento contínuo, caiu a participação do Brasil na produção científica mundial, passando de 1,08%, em 2000, para 0,95%, em 2001, o que representa uma queda de cerca de 12%. Para chegar a esses resultados, a pesquisadora se baseou em relatórios oficiais do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT e do Banco Internacional de Dados *Web of Science*, do Institute of Scientific Information, ao qual estão indexadas as principais publicações científicas do mundo.<sup>2</sup>

Em seu Editorial, de 7 de setembro de 2002, o jornal Folha de São Paulo denunciava a “Penúria Científica” do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico) que, vítima do ajuste fiscal, teve 45% de seu orçamento para aquele ano cortado pelo governo federal. As bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, das quais milhares de estudantes e pesquisadores dependem, foram pagas, ainda que sem correção; mas, como conseqüência, o apoio a grupos de pesquisa foi sacrificado. Essa situação persistia por vários meses. Isso não havia impedido o governo federal de anunciar, em agosto de 2002, um pacote de incentivo à ciência e tecnologia (C&T) que tinha como tônica a constância no fluxo de recursos, o que se verificou impossível, dada a Lei Orçamentária para 2003, apresentada pela administração FHC e aprovada pelo Congresso.

Esse é, em linhas gerais e muito resumidas, o quadro de problemas com que a comunidade universitária brasileira, em geral, e a base social do ANDES-SN, em especial, se defrontou, ao longo de dois mandatos de FHC, em intensos embates. Os eventos nacionais deliberativos do Sindicato pautaram e debateram aquelas questões, havendo, sobre elas, resoluções expressando princípios e concepções do Movimento Docente e sua tradução em formas de enfrentamento das dificuldades impostas pelos governos de FHC. E nesses confrontos, sempre contou com o apoio de parlamentares, principalmente do Partido dos Trabalhadores - PT - e outros partidos progressistas.

Tão logo foram divulgados, o ANDES-SN procedeu à análise dos programas de governo de todos os candidatos à Presidência da República. Um dos documentos produzidos - Uma Análise dos Programas

para a Educação Superior dos Candidatos à Presidência da República - foi divulgado, a partir de agosto de 2002, para a sociedade em geral, por vários meios e por longo período, inclusive pela página do ANDES-SN na Internet. Nessas análises, apresentadas sob forma de um quadro comparativo de quatro eixos temáticos – *Autonomia e Financiamento; Avaliação Institucional; Gestão Democrática; Políticas de Acesso e Expansão da Educação Superior* – procurou-se apontar acordos, desacordos, convergências, divergências, lacunas, discrepâncias, tomando-se como referência a *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2; Guaratinguetá (SP), 1996)* e o *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (2º CONED. Belo Horizonte (MG), novembro/1997)*.

Enquanto procedia a essas análises e acompanhava, com interesse e atenção, a dinâmica eleitoral e os momentos iniciais da vitória de Lula, o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN preparava, conforme deliberação congressual, o **II Encontro Nacional sobre Educação Técnica / Tecnológica**, realizado no período de 4 a 7 de dezembro de 2002, na Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ. O evento teve como tema central *Nexos do Mundo do Trabalho com a Educação Técnica e Tecnológica* e tinha como grande meta a coleta de subsídios para a elaboração final da inserção dessas modalidades de ensino na *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*, inserção esta fundada nas concepções filosóficas da escola unitária, da politecnia e do trabalho

como princípio educativo.

Como resultado desse *II Encontro*, foram aprovados os seguintes encaminhamentos, que estão presentes em documentos posteriormente enviados à equipe de transição do governo Lula e, finalmente, ao ministro da Educação.

*“1. Reafirmar e aprofundar no interior das Instituições Públicas de Ensino a concepção da Educação Técnica / Tecnológica tendo como fundamento o Trabalho como Princípio Educativo, a Escola Unitária e a Formação Politécnica;*

*2. Defender que a educação técnica / tecnológica deve ser integrada ao Sistema Nacional de Educação;*

*3. Reivindicar urgentemente ao novo governo a revogação de toda a legislação que, de forma autoritária, foi impondo concepções que diferem daquelas construídas pela sociedade brasileira, quando da elaboração da LDB e do PNE;*

*4. Reivindicar que a revogação do Decreto 2.208/1997 e toda a normatização que se seguiu deve ser feita de IMEDIATO, para que se possa trabalhar na perspectiva da construção de uma nova concepção de educação técnica / tecnológica. Como decorrência desta revogação foi indicado o retorno ao ensino integrado – habilitação profissional integrada à educação geral;*

*5. Lutar pela transformação imediata dos CEFET (Minas, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão) em Universidades, mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-*

*graduação;*

*6. Defender o retorno do número de vagas anteriores a aplicação do Decreto 2.208/1997 e trabalhar na perspectiva da ampliação das vagas para esse nível de escolaridade, de acordo com as condições concretas de cada unidade de ensino;*

*7. Lutar pela implantação da Carreira Única do ANDES-SN;*

*8. Lutar pela reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégio de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com a realização de concurso público pelo RJU;*

*9. Lutar pela ampliação das verbas para o financiamento público da educação, na ordem de 10% do PIB, conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, incluindo verba para o financiamento da educação técnica / tecnológica;*

*10. Defender junto ao novo governo a necessidade da realização de uma auditoria no PROEP, nas fundações de apoio e nas cooperativas;*

*11. O GTPE deverá construir, para aprovação no próximo Congresso, a Proposta de Educação Técnico-Tecnológica, contemplando a discussão realizada no II Encontro, devendo ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino.”<sup>3</sup>*

No dia 12 de dezembro de 2002, foi enviada à Equipe de Transição do governo eleito, a Carta do ANDES-SN, nº 406/02, apresentando àquela equipe um conjunto de propostas emergenciais. Na perspectiva

do ANDES-SN, “emergenciais” significava medidas a serem encaminhadas nos 100 primeiros dias de governo, transcritas a seguir:

**“Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo:**

*1- Revogar o Decreto 2.208/97 e a Portaria 646/97. IMEDIATO RETORNO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO nos CEFET (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos;*

*2- Transformar os CEFET (Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas e Maranhão) em UNIVERSIDADES mantendo o ensino médio integrado, a graduação e a pós-graduação;*

*3- Realizar auditoria urgente no PROEP, nas Fundações de Apoio (das Universidades, das Faculdades Isoladas e dos CEFET) e nas Cooperativas das Escolas Técnicas “Cefetizadas”;*

*4- Realizar auditoria da utilização dos recursos do FAT e do FUST (que financia a educação à distância);*

*5- Repor de imediato as vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU (pelos cálculos de 2000, faltam repor 4.600 vagas);*

*6- Revogar o Decreto 1.916/96 e a Lei 9192/95, que regulamentam a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino, respeitando o regulamento estabelecido pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição Federal de Ensino*

para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes;

7- Suspender o PQI e ampliar o número de bolsas do PICDT (para mestrado e doutorado), com reajuste nos valores das bolsas e abertura de discussão para a implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN;

8- Rever os vetos do PNE do governo;

9- Reconhecer o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política para a educação brasileira;

10- Suspender o reconhecimento de novos cursos e a criação de Instituições de Ensino Superior e investigar as autorizações de cursos desde 2000;

11- Arquivar o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica;

12- Revogar o Decreto 3.860/2001, as Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e a Medida provisória 2143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições e dá outras providências);

13- Criar o Fórum Nacional de Educação, conforme proposto no PL 2442/2000, de autoria dos Deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro, que restabelece o PL 1258/88 (Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado pelo Câmara dos Deputados);

14- Alterar o CNE, tanto a composição como as atribuições, conforme proposto no PL 2442/2000;

15- Extinguir o Provão e a Avaliação das Condições de Oferta, conforme proposto no PL 2442/2000;

16 – Extinguir o ENEM;

17 - Revogar o Decreto 3.276/99 e todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFETs, aprovando o PDL 385/2000 que reafirma o papel da universidade como 'locus' da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;

18- Respeitar o art. 207, da CF/88, que garante a autonomia das Universidades, revogando todo entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias, etc.) que restrinja o exercício pleno da autonomia universitária;

19 - Expandir as vagas no ensino superior público e gratuito, garantindo o padrão unitário de qualidade;

20 - Suspender a implantação de cursos seqüenciais;

21- Consolidar um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, revogando imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira;

22- Instituir mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, através de uma dinâmica demo-

crática, legítima e transparente, que parte das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;

23 – Incorporar ao salário dos docentes das Instituições Federais de Ensino as gratificações de caráter produtivista (GED e GID), nos seus valores mais altos, e da GAE;

24 – Retomar as mesas de negociação estabelecidas pelo Termo de Acordo firmado na greve de 2001.”<sup>4</sup>

Há que se registrar, nessa retrospectiva, que o ANDES-SN, como integrante da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), oferecera sua contribuição à carta que essa Coordenação havia enviado em 5 de dezembro, ao Presidente Eleito da República Federativa do Brasil, por intermédio da Equipe de Transição do Governo Eleito. No que tange a políticas para educação, ciência e tecnologia, várias foram as reivindicações e propostas apresentadas, destacando-se:

“(....)

#### 4. EDUCAÇÃO

##### 4.1. Manutenção do Sistema Educacional Federativo

Primeiramente, entendemos de fundamental importância a manutenção do Sistema Educacional Federativo, Público, Gratuito de Qualidade e com Compromisso Social, bem como os recursos atualmente estabelecidos pela Constituição Federal.

##### 4.2. A Luta em Defesa da Universidade Pública e pela Autonomia Universitária

A Constituição Federal assegurou, em seu art. 207, a Autonomia Didático-Científica e de Gestão Administrativa e Patrimonial para as Universidades.

Ao longo destes anos, as Instituições de Ensino Superior Públicas deste País vêm sofrendo um lento e inexorável processo de sucateamento e de privatização provocado por ações de governos que se sucedem, totalmente descompromissados com estas IES Públicas e submissos às orientações do FMI e do Banco Mundial.

Não bastasse a omissão do Governo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em suas resoluções, “determina” a mercantilização do Ensino Superior dos países “periféricos”, redirecionando e transformando o “produto” da Universidade em serviços a partir das necessidades do mercado.

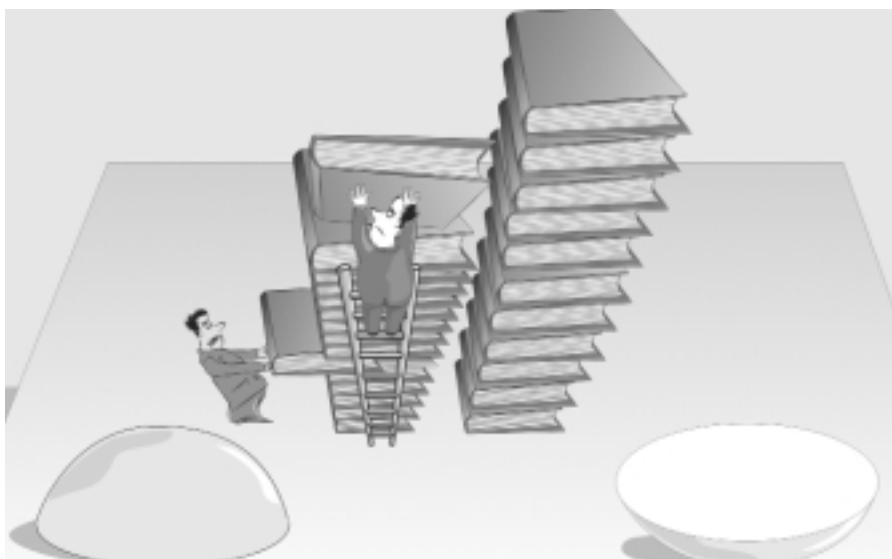
É necessário que seja assegurada a Autonomia Universitária nos termos da Constituição Federal. Assim, por princípio:

- defendemos a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF e lutamos pela não-edição de qualquer projeto infraconstitucional que vise à sua regulamentação;

- defendemos a nomeação autônoma, pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de seus Procuradores Jurídicos, com garantia de sua atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa e jurídica à Advocacia Geral da União;

#### 4.3. Revogação da Lei 9.192/96 – Escolha dos Reitores

Um dos pressupostos para o



exercício da Autonomia Universitária é a Gestão Democrática que está estruturada nos pilares:

- democracia da produção do conhecimento – reconhecendo os saberes não hegemônicos produzidos na sociedade;

- respeito e tratamento equânime e, no mínimo, paritário entre os membros da comunidade universitária no processo de escolha dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior e

- consolidação dos Órgãos Colegiados e Conselhos Superiores com participação de representação da comunidade interna e externa.

A Lei 9.192/96, além de discriminar segmentos da comunidade universitária – estudantes e técnico-administrativos, estipulando pesos diferenciados para o voto, representa uma forte agressão à Autonomia Universitária. Nesse sentido, defendemos:

- a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior para definição dos processos de escolha de seus dirigentes, sem qualquer interferência do governo, esgotando-se a esco-

lha no âmbito de cada IES, a partir da definição contida nos seus estatutos. Revogação da Lei 9.192/96;

#### 4.4. Revogação da Lei 9.131/96 - Provão e Decreto 2.026/96

O processo de avaliação das IES, deve ocorrer em dois momentos, de forma contínua, contemplando o processo de construção do conhecimento: 1) Autoavaliação e 2) Avaliação interna e externa.

O instrumento de “avaliação” disciplinado pela Lei 9.131/96 – PROVÃO, não contempla uma visão processual, pois através da “avaliação” pontual do conhecimento acumulado pelo aluno graduando define o nível de “qualidade e competência” das Universidades. A utilização deste instrumento, embora discutível do ponto de vista do método, dada a sua limitação e discriminação, reafirmou a superioridade qualitativa das Instituições de Ensino Superior Públicas, mas não avançou na apresentação de alternativas concretas para superar as deficiências diagnosticadas nes-



tas Instituições.

O Decreto 2.026/96 constituiu uma Comissão de Especialistas, cujo papel se resume a levantar as condições de funcionamento dos laboratórios, bibliotecas, qualificação e produção docente, infra-estrutura, entre outros. O diagnóstico produzido por esta Comissão, só possui a função de construir um “ranking” nacional das IES, apontando as instituições e cursos para credenciamento e/ou reconhecimento de acordo com as exigências do Conselho Nacional de Educação. Desta feita:

- lutamos pela garantia de avaliação institucional interna e externa das IFES, resguardando-se o integral financiamento do Sistema Público do Ensino Superior pelo Estado;

- lutamos pela revogação da Lei 9.131/96 e do Decreto 2.026/96;

- lutamos pela extinção do Exame do Ensino Médio (ENEM), como mecanismo de acesso ao ensino superior e também pela extinção do Exame Nacional de Cursos.

- sugerimos que, em curto espaço de tempo, seja retomado o DEBATE NACIONAL acerca do MODELO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS.

#### **4.5. A Garantia do Ensino Superior Público e Gratuito**

Reafirmamos o nosso princípio em Defesa da Utilização de Verbas Públicas para a Escola Pública, com a expectativa de que o Governo eleito sustente este princípio como elemento norteador para a definição do finan-

ciamento da educação pública em nosso País.

O art. 212 da CF tem como prerrogativa a garantia do ensino superior público e gratuito, que só pode ser garantido ao povo brasileiro, por meio de uma Política de Financiamento com recursos públicos estáveis.

Com base nos termos do art. 206 da CF, defendemos:

- a gratuidade plena da educação pública e lutamos pela revogação de todas as taxas nas IFES.

#### **4.6. Plano Nacional da Educação (PNE)**

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, foi marcado pelo método antidemocrático do seu encaminhamento, desrespeitando uma construção coletiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este fato coloca como desafio para o novo Governo o investimento na retomada da discussão do PNE, tendo como ponto de partida o PNE da Sociedade, considerando o seu papel estratégico na construção de uma nova sociedade, onde a Educação possa ser entendida como um direito do cidadão e não apenas como uma “concessão” do Estado.

Temos a clareza de que o caminho para a superação das desigualdades sociais e da violência passa pela Educação, com uma perspectiva libertária e transformadora. Portanto, a redefinição de prioridades e metas do referido Plano precisa ser encarada como uma das tarefas centrais do novo Governo.

#### **4.7. Hospitais Universitários**

Primeiramente, ressaltamos a importância da reflexão sobre os Hospitais Universitários (HUs), como espaço estratégico para a consolidação de um Projeto de Universidade Pública voltada para seus compromissos sociais. Nesse sentido, seu papel não pode ser reduzido a ser apenas mais uma instituição competidora da rede de saúde existente.

Temos claro que o conceito de ensino em saúde não pode estar limitado ao espaço físico e assistencial dos HUs, sendo necessário desenvolver redes docente-assistenciais vinculadas principalmente aos níveis de atenção primário e secundário do Sistema Único de Saúde - SUS.

Os HUs devem direcionar suas estratégias para se integrar cada vez mais com as comunidades e à rede do SUS onde se inserem; tornar-se um centro de referência e de pesquisa; pensar e experimentar, de forma pioneira, novas formas de micro-gestão de saúde, novos modelos de assistência e formas de tratamentos, as quais possam ser transferidas a outras instituições após serem testadas. Destarte, considerando a complexidade dos HUs e a necessidade de discussão entre os diversos atores sociais que atuam neste espaço, propomos:

- a manutenção dos HUs, com garantia de financiamento público para que cumpram efetivamente suas funções didático-pedagógicas;

- o estabelecimento de uma agenda de encontros entre representantes da FASUBRA-Sindical, ANDES-Sindicato Nacional,

UNE, ABRAHUE (Associação Brasileira dos Dirigentes de Hospitais Universitários e de Ensino), ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e MEC.

#### 4.8. Ciência e Tecnologia

O investimento em Ciência e Tecnologia, nesta conjuntura, representa um dos elementos imprescindíveis para a garantia da independência e soberania de nosso País.

Esperamos que seja garantido um espaço, ao término do processo eleitoral, para estabelecermos um grande debate nacional acerca da Educação, Ciência e Tecnologia, buscando a construção de um Plano de Metas, onde sejam definidas as questões prioritárias para estes setores.

Nesse sentido, defendemos em relação ao financiamento para a Área de Ciência e Tecnologia:

- que seja aplicado o percentual de 1,5% do PIB em Ciência e Tecnologia. E que sejam destinados recursos públicos capazes de garantir uma política de ciência e tecnologia que fortaleça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, bem como a democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP;

- que sejam mantidos os recursos para o Programa Especial de Treinamento - PET, com repasse imediato dos atrasados.

#### 4.9. Ensino Médio, Técnico e Educação Tecnológica:

Para que a educação profissional seja reintegrada plena-

mente ao sistema regular de ensino público e com a garantia de financiamento público integral, é preciso que seja revogado o Decreto Ministerial 2208/97 e a Portaria Ministerial 646/97.

Os colégios técnicos, escolas agrotécnicas, colégios de aplicação, escolas vinculadas, casas de cultura, restaurantes universitários e fazendas experimentais das universidades federais devem ser mantidos em suas respectivas instituições. Também, devem ser mantidos como Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito da Secretaria de Ensino Superior/MEC e os CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica). Nesse sentido, reivindicamos:

- a revogação imediata do Decreto Ministerial 2208/97 e da Portaria Ministerial 646/97;

- a instalação de uma Mesa de negociação para o Tema, uma vez que o mesmo não está equacionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

#### 4.10. Aposentados e Pensionistas

Considerando a política nefasta dos últimos governos imposta para esse seguimento da classe trabalhadora, reivindicamos:

- a manutenção dos aposentados vinculados à folha geral de pagamento do pessoal das IFEs;

- a garantia de tratamento isonômico entre ativos e aposentados/pensionistas no que tange à remuneração e aos benefícios;

- a devolução do PSS indevidamente descontado dos aposentados e a suspensão de qualquer

iniciativa que crie imposto previdenciário sobre o salário dos mesmos.”

Intencionalmente foram reproduzidos, sem preocupação com a repetição de informações, documentos de mesmo teor e objetivos, de modo a evidenciar a disposição do ANDES-SN e de outras entidades políticas, que integram a CNESF e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de apresentar ao governo eleito suas contribuições à construção de uma plataforma emergencial de ações capazes de, em curto período de tempo, dar início à reversão das políticas dos anos 90. Ressalte-se que muitas dessas contribuições foram construídas com participação de parlamentares e dirigentes do PT, em especial do Núcleo de Educação do PT no Congresso Nacional e da Coordenação de Assuntos Educacionais – CAED – do Partido dos Trabalhadores. Serve essa repetição para motivar a base social do ANDES-SN, e a comunidade educacional brasileira, em geral, a cotejar o teor dessas contribuições e reivindicações com aquilo que, efetivamente, ganhou concretez e dinamismo, em termos de política educacional, uma vez empossado o presidente, seus ministros e sua base de sustentação no Parlamento.

### 3. 2003 – DA EXPECTATIVA À INDIGNAÇÃO

No dia 26 de dezembro de 2002, foi realizada reunião do ANDES-SN com o então senador eleito e futuro ministro da Educação, Cristóvam Buarque, que se colocou como defensor da autonomia universitária e destacou três pontos que considerava essenciais para iniciar sua ges-

tão: 1) o enfrentamento das questões que se colocavam como emergenciais; 2) a necessidade de se construir uma nova universidade, que vá ao encontro dos anseios gerais do Brasil e que, nesse sentido, seria interessante a criação de uma espécie de Conselho Consultivo, não deliberativo, integrado por representantes das entidades da Educação; 3) o entendimento de que as questões da Educação Básica não podem se sobrepor às da Educação Superior e vice-versa.

O presidente do ANDES-SN entregou ao futuro ministro documento contendo o conjunto de reivindicações do Sindicato, já entregue anteriormente ao então presidente eleito Lula e à Equipe de Transição. Ressaltou a importância de uma reunião com o MEC, logo depois da posse. Solicitou, também, a Cristóvam que recebesse representantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o que foi acolhido.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em audiência com o ministro Cristóvam Buarque, no início de janeiro de 2003, apresentou suas propostas para a educação brasileira sistematizadas no *Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira* e convidou-o a participar de um seminário a ser realizado no mês de fevereiro, em Brasília.

Esse seminário, realizado de 18 a 21 de fevereiro de 2003, na Faculdade de Educação da UnB, teve como tema central *Reafirmando propostas para a educação brasileira*, contando com a participação de 82 representantes de entidades, movimentos sociais e fóruns estaduais em defesa da escola pública que in-



tegram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e de deputados federais e senadores, do próprio ministro Cristóvam Buarque e de vários dirigentes do MEC. O objetivo geral do seminário foi “*Apresentar ao governo federal a proposta para a educação brasileira construída historicamente pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*”, desdobrado nos seguintes objetivos específicos: “*reafirmar as propostas para a educação brasileira elaboradas pelo Fórum encaminhando estratégias para sua implementação na conjuntura atual; discutir com o governo mecanismos de implementação das propostas consensuadas pelo Fórum e expressas no Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira; construir uma agenda política a ser apresentada ao governo, definindo as propostas prioritárias a serem efetivadas a curto, médio e longo prazo.*” Realizado em dois momentos, contando com metodo-

logia participativa e plenárias destinadas à definição, por consenso, dos encaminhamentos, os trabalhos foram organizados em torno dos quatro eixos temáticos que historicamente organizam as atividades dos Congressos Nacionais de Educação – CONED – a saber: 1 - *Organização da Educação Nacional / Níveis e Modalidades de Ensino*; 2 – *Gestão Democrática da Educação*; 3 – *Financiamento da Educação*; e 4 – *Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação / Formação dos Profissionais da Educação*.

Mais uma vez, foram apresentadas ao ministro Cristóvam Buarque as propostas e reivindicações do ANDES-SN, agora como integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, reforçadas pelas das demais entidades do Fórum, com a importante característica de terem sido elaboradas numa dinâmica de discussões de que participaram, por solicitação do ministro, vários representantes do MEC. O seminário produziu um conjunto de “*Propostas Emergenciais para a Educação Brasileira*”, cujas “ações imediatas” são transcritas adiante:

### **“I. Organização da Educação Nacional / Níveis e Modalidades de Ensino”**

#### **AÇÕES IMEDIATAS SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

1. Consolidar o Sistema Nacional de Educação, revogando os impedimentos legais para sua organização e funcionamento democrático. (em especial, as Leis 9192/95, 9131/95, 9394/96).

#### **FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

1. Instituir o Fórum Nacional de Educação como instância má-

xima deliberativa da política educacional brasileira, com ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação.

### **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

1. Redefinir, imediatamente, o Conselho Nacional de Educação como órgão normativo e de coordenação do SNE estabelecendo **nova composição e atribuições**, tendo como ponto de partida a retomada de discussão, com vistas a aprovação imediata, do PL 2.442/2000, de autoria dos deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro.

### **AValiaÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

1. Organizar um grupo de trabalho para examinar a atual política de Avaliação Institucional da educação brasileira, com vistas a propor diretrizes para implementação de uma outra política que assegure o padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais, respeitada sua autonomia;

2. Revogar, imediatamente, a Lei 9.131/95, que criou o Exame Nacional de Cursos ("Provão"), substituindo este exame por processos de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição;

3. Revogar o Decreto 3.860/01, as Portarias Ministeriais 1465/01, 1466/02 e 2402/01 e a Medida Provisória 2143-35/01, que dispõem sobre a organização do ensino superior; avaliação de cursos em instituições,

autorização para expansão de vagas e outras providências;

4. Suspender, de imediato, a criação de novas Instituições de Ensino Privadas e a autorização de novos cursos bem como iniciar o processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas Instituições desde 2000;

### **ALFABETIZAÇÃO**

1. Desenvolver uma política permanente de alfabetização de jovens e adultos, evitando ações pontuais, esporádicas, de caráter compensatório - utilizando, para tanto, todos os recursos disponíveis do poder público, das universidades, das entidades e das organizações da sociedade civil;

### **EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA**

1. Revogar, em caráter de urgência, o Decreto 2208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com **imediate retorno** do ensino técnico de nível **médio integrado** (formação profissional integrada a educação geral) aos CEFETs (antigos e novos), aos colégios técnicos e agrotécnicos e às escolas técnicas, até que seja organizada uma nova reforma para a rede de educação técnica e tecnológica, com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos;

2. Definir, no prazo de um ano, nova proposta de educação profissional, vinculada ao ensino regular, não dualista, para discussão com a sociedade, estabelecendo-se, posteriormente, metas e prazos para a sua implantação.

## **II. Gestão Democrática da Educação**

### **AÇÕES IMEDIATAS**

1 - Revogar imediatamente a Lei 9192/95, que disciplina a escolha de dirigentes universitários, bem como a Lei 9394/ 96, no artigo que trata da matéria, garantindo eleições, no mínimo, paritárias e participativas nos processos de escolha de dirigentes, homologando o resultado no âmbito da instituição de educação superior;

2 - Garantir a realização de eleições diretas e, no mínimo, paritárias de dirigentes das unidades escolares, com a participação de todos, de acordo com seu projeto político-pedagógico e administrativo, amplamente divulgado aos interessados;

3 - Garantir a representação paritária, nos órgãos e colegiados decisórios das instituições de educação superior, dos diversos segmentos que compõem a comunidade universitária;

4. Revogar a permanência de dirigentes prevista nos recentes decretos de criação de CEFETs;

5 - Desencadear um processo de formulação de uma nova legislação educacional, em especial a LDB e o PNE.

## **III. Financiamento da Educação**

### **AÇÕES IMEDIATAS**

1. Implementar aumento progressivo de gastos públicos com educação para, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vistas ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira;

2. Cumprir o disposto no arti-



go 212 da Constituição Federal, e investir 18% dos recursos advindos da receita da União, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) e, nos casos de estados e municípios, 25% das suas receitas;

3. Derrubar os vetos à Lei 10.172, de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação atualmente em vigor;

4. Ampliar os investimentos para desenvolvimento em ciência e tecnologia, fortalecendo os núcleos de pesquisa e garantindo o reajuste (aos níveis de 1995) das bolsas de iniciação científica, de pesquisa, de pós-graduação, do Programa Especial de Treinamento (PET) e do PICDT (com a imediata suspensão do PQI);

5. Promover ações objetivando o cumprimento das metas de atendimento, estabelecidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, em relação à educação infantil, fundamental, média e superior. Para tanto, introduzir previsão pertinente na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na revisão do Plano Plurianual (PPA), destacando os seguintes aspectos:

a) superar o atraso educacional pagando a dívida social, bem como implementar adequada manutenção e desenvolvimento da educação escolar em todos os níveis e modalidades;

b) universalizar o atendimento à demanda de pré-escola (4 a 6 anos) e expandir a oferta de vagas em creches (0 a 3 anos), acompanhando o crescimento populacional e suprimindo, gradativamente, o déficit acumulado,

inclusive aos/às portadores de necessidades educacionais especiais;

c) Instituir creches nas escolas públicas, inclusive para filhos de trabalhadores/as em educação do próprio estabelecimento;

d) Habilitar os trabalhadores/as em educação, condicionando o ingresso de novos/as profissionais à titulação mínima prevista em lei;

e) Implantar uma política de expansão que assegure, na rede pública, a universalização do atendimento à demanda do ensino fundamental, inclusive aos jovens e adultos/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;

f) Garantir as adequações necessárias ao atendimento de qualidade aos alunos/as de cursos noturnos e aos/às portadores/as de necessidades educativas especiais;

g) Estabelecer programas de educação de jovens e adultos/as de modo a cumprir o princípio constitucional que garante o direito à educação, incluindo a formação profissional;

h) Garantir a expansão do ensino médio e da educação profissional, também no turno noturno, de modo a atender à demanda reprimida, aos estudantes trabalhadores/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;

i) Melhorar as condições de ensino e aprendizagem das escolas de nível médio, equipando-as com laboratórios adequados;

j) Ampliar a oferta de ensino superior de modo a atender a

40% da faixa etária de 18 a 24 anos, inclusive aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais, também, em horário noturno, para incluir a população trabalhadora;

6. Garantir a fiscalização social dos recursos da educação;

7. Garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados/as (com paridade de remuneração) e pensionistas, não como verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino;

8. Providenciar o imediato preenchimento das vagas de pessoal (docente e técnico-administrativo) e expansão do quadro das instituições federais de ensino;

9. Desprivatizar a educação pública mediante a implementação, entre outras, das seguintes medidas:

a) Revisão dos contratos (nacionais e internacionais) para implementação de programas educacionais, iniciando com os referidos na "Agenda 100 do Ministério da Educação";

b) Revisão e controle dos empreendimentos regidos pela lógica de mercado nas instituições públicas de educação como, por exemplo, entre outros, as fundações privadas;

c) Revisão das transferências de recursos públicos a instituições privadas, em prejuízo do desenvolvimento da educação pública;

d) Revisão dos dispositivos legais que favorecem a privatização da educação brasileira, dentre os quais, as normas para autorização e reconhecimento de cursos e para credenciamento de

instituições de educação superior, formuladas pelo Conselho Nacional de Educação;

10. Aprovar um Plano Nacional de Assistência Estudantil, com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, conforme a página 148 do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira: “Implementar políticas públicas adequadas que facilitem o acesso ao ensino superior dos segmentos da população vítimas da exclusão social. Garantir reais condições de desenvolvimento acadêmico ao estudante universitário, mediante recursos e mecanismos que assegurem condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo àqueles que deles necessitem”.

11. Implementar, imediatamente, o piso salarial profissional, nacionalmente unificado, para os/as trabalhadores/as em educação, de valor compatível com os dispositivos constitucionais específicos, a partir da formulação proposta no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, página 138: “Para esse nível de ensino foi previsto, como parâmetro, um custo/aluno/a-ano equivalente a U\$ 1.000,00 (por simplificação), que é o valor gasto pelos municípios que oferecem um ensino de melhor qualidade. Esse valor de custo/aluno/a propiciaria um pagamento de um salário médio de um professor de U\$ 1.000,00 para uma jornada em sala de aula de 20 horas por semana (40 semanas/ano). Considerando-se uma estrutura de carreira em que o salário final atinja, no máxi-

mo, duas vezes o salário inicial, este valor médio propiciaria um piso salarial profissional em torno de U\$ 700,00 para a mesma jornada.

#### **IV - Formação e Profissionalização dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação**

##### **AÇÕES IMEDIATAS**

1. Aprovar o PDL 385/2000, que restabelece o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e revogar os Decretos 3.276/99 e 3.462/2000 assim como todas as Resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET;

2. Garantir que a formação inicial dos/as trabalhadores/as em educação seja realizada nas universidades, para que ocorra em patamar de qualidade social, política e pedagógica, sustentada pela indissociabilidade das funções de pesquisa, ensino e extensão e pela interação entre teoria e prática.;

3. Rediscutir as diretrizes curriculares dos cursos de formação de trabalhadores/as em educação tomando como referência as propostas definidas no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, com ênfase para:

- a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico;
- o trabalho pedagógico como foco formativo;
- a sólida formação teórica em todas as atividades curricu-

lares, nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos;

- a ampla formação cultural;
  - a criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola, desde o início do curso;
  - a incorporação da pesquisa como princípio formativo;
  - a possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;
  - o desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
  - a reflexão sobre a formação para o magistério;
  - A realidade da prática educativa, particularmente aquela que ocorre nas escolas públicas de Educação Básica, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação profissional básica e continuada.;
4. Implementar programas de educação a distância como suplementares à formação do magistério, vinculados às Universidades, cujo desenvolvimento pressupõe, por parte da Instituição de Educação Superior, a predominância da educação presencial;
5. Garantir que a formação profissional continuada, exigida pela LDB para docentes, seja, no caso das instituições particulares de ensino, de inteira responsabilidade do empresariado da educação, sem quaisquer ônus ou perdas para os/as professores/as, independentemente da

IES escolhida (pública ou privada) para a realização do programa de formação;

6. Garantir que a formação continuada de trabalhadores/as da educação, (docentes e técnicos-administrativos) seja, no caso das Instituições Públicas de Ensino, de inteira responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, em cuja atuação deve incluir a coordenação e o financiamento dos programas, a sua manutenção como ação permanente e a busca de parcerias com Universidades e Instituições de Ensino Superior (IES), preferencialmente públicas.,

7. Garantir, que os/as professores/as de Educação Infantil possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

8. Garantir que todos/as os/as professores/as das séries iniciais do Ensino Fundamental, em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, educação de jovens e adultos etc.), possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

9. Garantir que todos/as os/as professores/as da Educação Básica (infantil, fundamental e média), em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, ensino técnico, educação de jovens e adultos etc), possuam formação específica de nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena, nas áreas de conhecimento em que atuam.;

10. Garantir, já a partir de

2003, que os sistemas estaduais e municipais de educação mantenham programas regulares de formação continuada de professores/as alfabetizadores/as, contando, para tal, com apoio das Universidades sediadas nas respectivas áreas geográficas;

11. Ampliar o número de Cursos de Licenciatura, em especial de cursos noturnos, e o número de vagas para os respectivos cursos, nas universidades públicas;

12. Consolidar e desenvolver a pós-graduação e a pesquisa nas IES, mantendo fluxo contínuo de trabalhadores/as em educação (docentes, técnicos-administrativos) em capacitação;

13. Consolidar e desenvolver os programas de pós-graduação e pesquisa em educação, como centro irradiador da formação do/a trabalhador/a em educação, para todos os níveis e modalidades educacionais;

14. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para profissionais do magistério, em todos os níveis e modalidades de educação, com garantia de recursos;

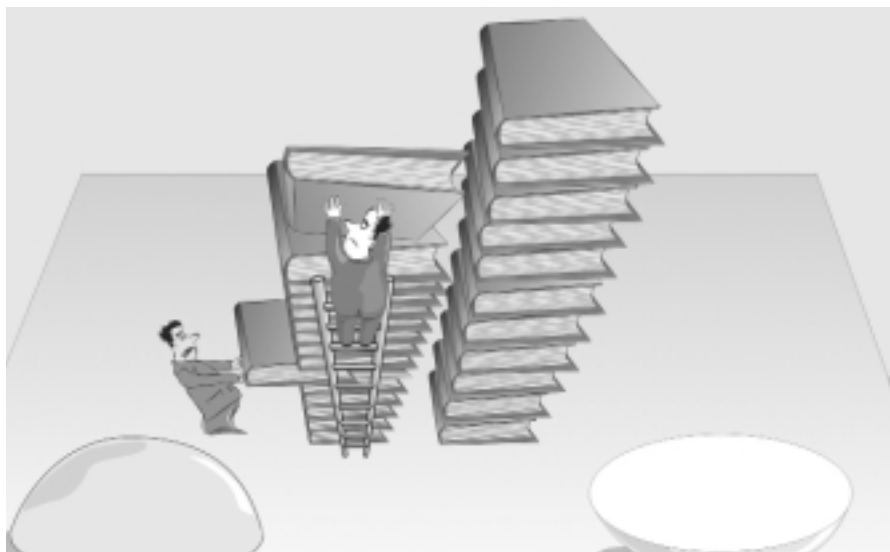
15. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para o/a trabalhador/a em educação que atuam em áreas técnica e administrativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, com garantia de recursos.”<sup>5</sup>

Está, pois, registrada, perante a sociedade brasileira, a comunidade educacional e a base social do ANDES-SN, em especial do conjunto de participantes do 23º CONGRESSO, com as transcrições, a variada gama de situações em que as

propostas do Movimento Docente, representado pelo Sindicato, chegaram ao Ministério da Educação, por meio de documentação e em interlocuções face a face. Note-se que, nessas diferentes situações, com diferentes agentes envolvidos, foram apresentadas *propostas e reivindicações recorrentes*, na área de política educacional e no âmbito de instituições e entidades da sociedade civil que as subscrevem.

Passado um ano, o Ministério da Educação não apenas desconsiderou as propostas defendidas e apresentadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, como coletivo político, e por várias entidades e movimentos sociais que o integram, como vem implementando uma série de medidas que têm aprofundado as políticas neoliberais instituídas pelo ministro Paulo Renato, do governo anterior.

Em relação ao financiamento da educação, foram mantidas as políticas de corte de verbas tanto para a educação básica - com o não-cumprimento da lei do FUNDEF, cujo valor custo-aluno-ano, no ensino fundamental, que deveria ser da ordem de R\$ 900, não chegou sequer a R\$500 -, quanto para as IFES - que tiveram um corte de 17% no orçamento, em relação ao ano anterior, recebendo, em 2003, apenas R\$ 551 milhões, ou 0,46% do PIB. Simultaneamente, as IES privadas, além de receberem empréstimos subsidiados do BNDES para sua expansão, receberão somente do Programa de Financiamento Estudantil - FIES - como proposto no Orçamento 2004 - o montante de R\$ 829,2 milhões, com um aumento de 23% em relação a 2003. Em 2003, o governo Lula cortou R\$ 4,9



bilhões de verbas para a educação e pagou cerca de R\$ 145 bilhões aos cofres do FMI. O governo não apenas manteve a Desvinculação das Receitas da União - DRU, que, em 2003, retirou cerca de 3,6 bilhões da educação para pagamento de juros da dívida, como pretendia estendê-la aos estados e municípios, na reforma tributária, proposta essa felizmente barrada no Congresso Nacional.

Iniciado o novo governo, os primeiros ataques ao Movimento Docente começaram a ser desferidos, ainda não oriundos do MEC, mas de outros recantos do governo Lula, sendo o mais contundente deles a proposta de reforma da Previdência, com sérios desdobramentos para a política educacional e para o conjunto de trabalhadores(as) em educação, tanto no setor público como no privado.

Durante o primeiro semestre de 2003, o MEC acenou com algumas tímidas iniciativas como, por exemplo, a proposta de livrar a educação brasileira dos “entulhos autoritários”, que acabou sendo engavetada na Casa Civil, e a de realizar uma conferência nacional de educação

cujas grandes metas seriam a definição e a constituição do *Sistema Nacional de Educação*, que, por outros e graves motivos, resultou adiada para 2004. Ou a estranha proposta da SEMTEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica), em abril, de se debater a criação de um *conselho de educação profissional e tecnológica*, antes de se discutir as atribuições e composição do atual Conselho Nacional de Educação, ou o próprio Sistema Nacional de Educação.

Na órbita do MEC, apenas o *Seminário do INEP sobre avaliação*, em abril de 2003, teve alguma repercussão significativa, mas, ao mesmo tempo, causou estranheza ter sido a *avaliação* – e não a organização da educação brasileira – o tema do primeiro evento promovido pela nova equipe do MEC, envolvendo um debate com a sociedade. O ANDES-SN participou desse debate, representado pelo seu GTPE, que apresentou tanto as análises acumuladas pelo ANDES-SN sobre o tema quanto os elementos que foram construídos, ao longo dos anos, como subsídio às mudanças para a política de avaliação do MEC.

Um subproduto desse seminário foi a constituição da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, cuja produção final foi o documento intitulado *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES*, que em ampla medida convergia para o quadro conceitual em que temos debatido o tema avaliação. Todavia, um exame das formas operacionais e materiais desse modelo revelou a continuidade das políticas heteronômicas, introduzidas na década de 90, que se valem da avaliação para conformar o sistema educacional a preceitos utilitaristas. Para a superação da dicotomia entre os ideais proclamados e as medidas objetivamente preconizadas no SINAES, seria necessária a sua inserção, ou pelo menos a inserção de seu debate, no escopo das políticas para o ensino superior, em curso. Ao lado disso, pode-se concluir que a gestão desse sistema caracterizar-se-ia pela concentração de poder, visto que a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES – seria constituída por 12 membros, sendo quatro estritamente de esferas governamentais e oito nomeados pelo Presidente da República, pelo que o art. 207, da Constituição Federal, estaria, na prática, revogado, e as universidades públicas perderiam sua posição de protagonista desse processo, a despeito do discurso democratizante do documento<sup>6</sup>. O questionamento do ANDES-SN quanto ao modelo proposto foi amplamente divulgado num manifesto, sob o título *A POSIÇÃO DO ANDES-SN EM RELAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES*, em novembro de 2003.



Por razões pouco esclarecidas, o trabalho da Comissão Especial de Avaliação Superior e o SINAES caíram no ostracismo e foram, rapidamente, substituídos pelo *Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior – IDES*, datado de 2 de dezembro de 2003, com novo enfoque conceitual geral, mais limitado e limitante, com um guarda-roupa novo para o velho “provão” e uma preocupante inclusão explícita do favorecimento da relação público-privado, no tópico avaliação da responsabilidade social da instituição. Isso tudo e mais o mesmo padrão centralizador e autoritário de gestão de sistema, que já havia sido criticado no SINAES, ainda que mantendo a participação da comunidade acadêmica da IES nas comissões locais, denominadas Comissões Próprias de Avaliação - CPA.

Com poucas alterações substantivas, o IDES transformou-se no *Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES*, instituído pela Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003 – logo, **está em vigor**. As IES terão noventa dias, contados a partir da emissão da MP, para constituir suas CPA e dar início às medidas organizativas destinadas à implementação de mais um modelo heteronômico de avaliação institucional. A velocidade desse processo é uma afronta aos mais elementares princípios da gestão democrática e à autonomia universitária, ambas constitucionalmente estabelecidas; as mesmas que, em documentos e ações parlamentares, o Partido dos Trabalhadores se comprometeu a defender e preservar.

O primeiro grande ataque desferido pelo MEC contra os *profissio-*

*nais da educação* surgiu, de fato, com a Portaria nº 1403, de 9 de junho de 2003, que implanta o *Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores*, a criação do *Exame Nacional de Certificação*, para professores da Educação Básica e para estudantes dos cursos de licenciatura, fundamentado nas chamadas *Matrizes de Referência do Exame*, e introduzindo um procedimento de premiação e punição derivado do resultado no exame.<sup>7</sup> A primeira resposta do ANDES-SN a essa política, que atinge os(as) sindicalizados(as) da carreira do Magistério de 1º e 2º Grau, se deu como Moção de Repúdio do 46º Conselho do ANDES-SN (46ºCONAD: Vitória, ES, 27-29 de junho, 2003). O pleno nacional do GTPE debateu o tema, produziu um documento analítico – *Formar ou Certificar? – muitas questões para reflexão* – que, posteriormente, foi apresentado ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que o adotou, com pequenos ajustes para abrigar outras entidades representativas de docentes e estudantes, e publicou-o<sup>8</sup>, inicialmente para distribuição aos participantes do Iº Encontro Nacional do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores (10 a 12 de setembro, Brasília, DF). Por pressão das entidades do Fórum, esse Encontro se transformou em intenso embate entre essas entidades e a então titular da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental (SEIF), cuja condução dos trabalhos ignorou o fato de que mais da metade dos envolvidos nos seminários estaduais e municipais preparatórios do evento nacional recusou as Matrizes de Referência e o Exame

Nacional de Certificação – o novo “provão” dos licenciandos brasileiros. A ex-secretária da SEIF admitiu, no máximo, adiar o Exame para meados de 2004; no mais, literalmente “tratorou” qualquer debate democrático ou encaminhamento diferente do seu, no que diz respeito à *Formação de Professores*. Basta dizer que o Edital nº 01/2003-SEIF/MEC foi exarado exatos dois meses após o Encontro, no dia 11 de novembro de 2003. Segundo esse documento, a SEIF o qual estaria “(...) recebendo propostas de universidades brasileiras que possuam ou tenham interesse em constituir **centros de formação continuada, desenvolvimento de tecnologia e prestação de serviços para as redes públicas de ensino**, visando à integração da Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, constituída no âmbito do Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores da Educação Básica (...)” (grifado no original).

Assim é que, no campo da *formação e profissionalização de professores*, persiste intocada a política de Paulo Renato: aligeirada quanto à duração; reducionista e tecnicista nos conteúdos (focados nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, agora, nas Matrizes de Referência); ministrada predominantemente por meio da metodologia do ensino a distância (o ex-ministro prometia a formação de 700 mil professores, a distância, quando da criação da UNIREDE); deslocada das faculdades e centros de educação para instituições criadas pela LDB, como os institutos superiores de educação e seus similares de nomenclatura distinta, e outros tipos

de IES, como os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, reconhecidamente competentes na formação profissional de alto nível, mas sem qualquer tradição de formação de docentes; e, também, preferencialmente, para o setor privado. A qualidade do ensino, na Educação Básica, corroída por décadas de reformas de inspiração estrangeira, parques investimentos e desvalorização de seus(suas) trabalhadores(as), tende a se deteriorar, mais ainda. E, conseqüentemente, a exigir renovação da resistência dos(as) profissionais que nela atuam.

Com relação à questão da *capacitação docente*, no nível de *pós-graduação*, cabe lembrar que, no início de 2003, já no governo Lula, o ANDES-SN reivindicou, em documento anteriormente citado neste texto, como ação imediata do novo governo, “*a ampliação dos investimentos para o desenvolvimento em ciência e tecnologia, fortalecendo os núcleos de pesquisa e garantindo o reajuste (aos níveis de 1995) das bolsas de iniciação científica, de pesquisa, de pós-graduação, do Programa Especial de Treinamento - PET e do PICDT e a suspensão do PQI*”. Em audiência com o então presidente da CAPES e assessores, o ANDES-SN criticou o Programa de Qualificação Institucional - PQI, indagando qual seria a proposição daquela instituição quando à questão da qualificação docente. Naquele momento, o que se ouviu dos representantes da CAPES foi que ainda estavam inteirando-se da situação, ouvindo vários segmentos das instituições de ensino superior para avaliar de forma mais precisa os programas de capacitação, pois alguns segmentos, diferentemente

do ANDES-SN, afirmavam que o PQI apresentava elementos positivos a mais que o PICDT. A tendência existente na CAPES era a de apresentar um programa intermediário que conciliasse as características positivas do PICDT e do PQI. Sobre a necessidade de reajustar as bolsas, havia um reconhecimento da defasagem de seus valores, mas a CAPES não havia ainda definido uma proposição de reajuste. Em outra audiência com o ministro, os secretários da SESU e da SEMTEC, e o presidente da CAPES, a única novidade, apresentada por esta última, foi o anúncio de revogação da portaria que instituiu o limite da aposentadoria voluntária como critério para a concessão de bolsas de capacitação docente, com o critério passando a ser o da aposentadoria compulsória (70 anos); com isso o limite para a bolsa de pós-graduação passaria a ser a idade de 56 anos. Quanto ao PQI, afirmou-se que o programa estava em marcha e que não poderia ser interrompido de imediato, mas que estava sendo estudada uma nova proposta para a capacitação docente, a ser discutida com a comunidade acadêmica. Essa audiência ocorreu em maio de 2003. De lá para cá, houve poucas mudanças: a saída de Carlos Roberto Jamil Cury, da presidência da CAPES e, em setembro, a nova regulamentação do PQI. O PICDT, cujo restabelecimento era reivindicado pelo ANDES-SN, nos documentos já mencionados, não voltou ao debate e não houve, não há, oficialmente, perspectiva visível de seu restabelecimento no curto prazo. O PQI permanece, até o momento, como o principal programa de qualificação docente, no nível de pós-graduação<sup>9</sup>.

Quanto à *educação superior*, as primeiras grandes preocupações da comunidade acadêmica, em geral, e do ANDES-SN, em particular, se instalam com os anúncios iniciais do Seminário Nacional “Universidade: por que e como reformar?”. E também, mais ou menos na mesma época, com o recebimento, pelo Sindicato, de mensagens eletrônicas de técnicos da organização não-governamental internacional ORUS (Observatório das Reformas Universitárias), cujo comitê científico é presidido pelo senhor Edgar Morin, bastante conhecido nos meios acadêmicos, convidando ao diálogo, com vistas à reforma universitária brasileira, que estavam assessorando no âmbito do MEC. As diretrizes de discussão e a linha política que esse seminário adotaria já estavam anunciadas em pronunciamento e documento do Ministro Cristóvam Buarque, meses antes<sup>10</sup>. O seminário teve lugar nos dias 6 e 7 de agosto, em Brasília, no auge das manifestações de protesto, em todo o país, contra a reforma da Previdência, coincidindo, o primeiro dia do seminário, com a Grande Marcha sobre Brasília. Cada entidade sindical e acadêmica convidada, entre elas o ANDES-SN, disporia de cinco minutos para expor a sua visão política sobre a educação superior e a reforma universitária, e para comentar as falas de três conferencistas – um “inequívoco incentivo” do MEC à participação. Analisados os documentos com que o MEC divulgou o seminário, o GTPE produziu um manifesto intitulado *Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social*, distribuído aos participantes do Seminário, imediatamente enviado às

seções sindicais e amplamente divulgado. Desse seminário surgiram os primeiros indicadores claros de que qualquer reforma universitária que viesse a ser proposta pelo MEC estaria em rota de colisão com os princípios e diretrizes que o 46º CONAD acabara de aprovar<sup>11</sup>. Na verdade, entre agosto e dezembro de 2003, o governo federal indicou, em larga medida e com razoável clareza, os rumos que daria à educação superior.

No dia 20 de outubro de 2003, instalou-se profunda indignação em toda a base social do ANDES-SN, ao ver publicado o decreto presidencial criando o Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de analisar a situação atual das universidades e apresentar plano de ação, desenvolvimento e democratização das instituições federais de ensino superior, para estabelecer medidas que visem à adequação da legislação relativa às IFES, inclusive no que diz respeito a aspectos organizacionais, administrativos e operacionais, à qualidade dos serviços e instrumentos de avaliação de desempenho. A par do autoritarismo do instrumento escolhido – um decreto – para dar início a procedimentos voltados para a reforma das universidades brasileiras, as atribuições ali definidas representavam uma séria ameaça à autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal. Os(as) delegados(as) ao 47º CONAD (Natal (RN), 31 de outubro a 2 de novembro de 2003) discutiram o tema, estimulados pelos textos de apoio e de resolução nº 31 (Reforma Universitária: autoritarismo nos primeiros passos)<sup>12</sup>, subscreveram moção de repúdio a essa iniciativa e colocaram-se, desde então,

em total alerta, na expectativa das orientações que esse GT produziria, nos sessenta dias de que disporia para seu trabalho. Isso indicava total necessidade de grande e permanente mobilização, a ser intensificada em janeiro de 2004. É essencial registrar-se que o GT Interministerial, oficialmente coordenado pelo ministro da Educação, como consta do decreto, na verdade teve seus trabalhos conduzidos pelo chamado “núcleo duro” do governo, constituído pela Casa Civil e pela Secretaria Geral da Presidência da República, além do ministro da Fazenda. Tem-se observado que o MEC, como o MCT e os órgãos de fomento, desempenham papel secundário nas dinâmicas decisórias do governo Lula. Com a criação do Grupo Interministerial, o Ministro Cristóvam foi “forçado” a cancelar a Conferência Nacional de Educação, prevista para novembro de 2003, com as inscrições dos participantes já efetivadas.

Em coerente seqüência lógica, um mês depois, o *Seminário Internacional Universidade XXI* (Brasília (DF), 25 a 27 de novembro de 2003), promovido numa parceria entre o governo brasileiro e agências internacionais [Banco Mundial – BM; Organização dos Estados Americanos – OEA; Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI; UNESCO; Universidade das Nações Unidas – UNU; Conselho Britânico e Rede ORUS], reafirmou os princípios definidos no já citado pronunciamento / documento do ministro Cristóvam Buarque, apresentado à UNESCO, fundado naquelas orientações. E, vale ressaltar, colocou em destaque a participação da ORUS, com seu documento-chave – *O En-*

*sino Superior no Mundo e no Brasil – condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025 – uma abordagem exploratória*<sup>13</sup>. Esse conjunto de atores institucionais se propõe a construir um falso consenso, ao enfatizar um padrão de discurso destinado a legitimar as mudanças que estão por vir, a se cumprirem as indicações daquela ONG. Nesse documento da ORUS, como em vários outros apresentados ao seminário, o *discurso* é o da globalização solidária, enquanto sugerem *ações* voltadas para a adaptação das universidades à globalização econômica e à lógica mercantilista, à internacionalização das instituições e seus programas, à transitoriedade do conhecimento – o qual, visto como outra mercadoria qualquer, tem “prazo de validade” – o que serve de justificativa ao deslocamento e desmembramento dos conteúdos curriculares e de pesquisa, bem como à redução do tempo de formação universitária. Idéia essa, aliás, claramente ilustrada pelo então ministro Cristóvam, na abertura do Seminário: “Para que gastar 4 anos para formar um professor de Geografia, se a geografia, em menos de 10 anos, muda?”.

Ao final do Seminário Universidade XXI, organizado em torno de quatro eixos temáticos – *A Sociedade e a Reinvenção da Universidade; O Estado e a Reinstitutionalização da Universidade; Universidade e Mundo: Globalização solidária do conhecimento; e Produção, Partilha e Apropriação do Conhecimento*, foram assinadas a “Declaração de Brasília”<sup>14</sup> e a “Carta aos Jovens de Todo o Mundo”, ambas convenientemente genéricas e que, colocadas à disposição dos interessados para

contribuições, na página do MEC na Internet, poderão admitir uma variedade de alterações. Cabe **alertar**, todavia, para os sete “pontos fundamentais para a universidade contemporânea”, constantes da “Declaração de Brasília”, que transcrevemos a seguir e que, em suas ambigüidades e contradições, por comparação com o teor substantivo dos documentos do seminário, certamente encontrarão ressonância em orientações governamentais futuras, em particular nos trabalhos do GT Interministerial para a Reforma Universitária ou de seu sucessor.

*“1) Preservação dos princípios de autonomia universitária, gratuidade do ensino público e de educação como bem público;*

*2) Caracterização da universidade como o lugar privilegiado para o exercício da dúvida, da discussão, da rebeldia, da crítica e de liberdade para a definição da cultura de paz e de afirmação dos Direitos Humanos;*

*3) Responsabilidade com a formação não apenas técnica mas também ética e humana;*

*4) Definição clara de um projeto de autonomia para a universidade que fortaleça seu compromisso e sua responsabilidade social e o reconhecimento à diversidade étnica e cultural. Autonomia para o exercício das funções acadêmicas, que possibilite a adequação das funções da universidade às peculiaridades regionais, confirmando o seu papel de agente de desenvolvimento social.*

*5) Caracterização de um Sistema de Educação Superior, organicamente articulado com os demais níveis de ensino, tendo*

*como fundamento a instituição universitária, e que assegure acesso a segmentos que tradicionalmente estiveram fora do ensino superior.*

*6) Introdução na educação superior de “saberes não convencionais”, das novas tecnologias de informação e de comunicação e de busca por novos formatos de sustentabilidade, entendendo-se que cabe ao Estado a maior responsabilidade pelo financiamento, pois a educação, e do mesmo modo a educação superior, não é uma mercadoria mas um bem público e um direito do cidadão.*

*7) Fortalecimento do caráter público das universidades, estatais ou particulares. A educação de qualidade deve ser oferecida igualmente, a todos, sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.”*

Nesse seminário, foram anunciadas a criação do Programa *Universidade Milton Santos* (para que alunos africanos estudem no Brasil, com bolsas de estudos oferecidas pelo governo brasileiro) e a *Universidade de Integração Regional*, com sede no Rio de Janeiro, que terá a finalidade de integrar os povos sul-americanos.

Em relação à **educação profissional, técnica e tecnológica**, em dezembro de 2003, o MEC elaborou a *Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, que incorpora em seu texto fragmentos da concepção do Movimento Docente para a educação pública brasileira, não-ancorados, todavia, nos fundamentos éticos e políticos que sustentam a proposta do ANDES-SN. São muitas as

contradições entre o que se propõe e o modo como se pretende fazer. Ao mesmo tempo em que se considera que a responsabilidade pela educação profissional é da União, estados e municípios, propõe-se “mobilizar esforços para a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (FUNDEP), constituído pelas atuais fontes de financiamento e criação de outras extraídas de fundos e programas já existentes (ex: Setoriais, Exportação, BNDES, etc.)”. Ora, responsabilidade pressupõe financiamento, que depende de um sistema de dotação orçamentária global, como instrumento garantidor da responsabilidade do Estado para com a educação pública e gratuita. Sobram experiências desastrosas na educação, na ciência e tecnologia decorrentes da utilização de fundos como forma de financiamento.

A proposta expõe outra grave contradição, ao fazer a crítica ao Decreto 2.208/97, apontando os impactos negativos que este trouxe para a educação técnica e tecnológica, na medida em que tinha como objetivo adaptar a educação profissional à funcionalidade da produção capitalista: cursos aligeirados, segmentados e de cargas horárias mínimas, insuficientes até para garantir uma aprendizagem restrita a uma tarefa específica, amparada no mito da empregabilidade. Ao mesmo tempo, a nova proposta não rompe com a concepção que fundamentou o decreto, pois, embora permita o retorno do ensino técnico integrado, também admite o ensino profissional desvinculado da educação propedêutica e voltado para o atendimento das exigências imediatas do mercado. A leitura atenta da propos-



ta evidencia o intuito de continuar concebendo a educação a partir da lógica dicotômica, segundo a qual a educação propedêutica e a profissional destinam-se a classes sociais diferentes, pelo que não precisam se integrar: a primeira forma; a outra profissionaliza. Daí a estreita parceria da educação profissional privada com as instituições públicas de educação técnica e tecnológica, a ponto de existirem conselhos empresariais na maioria das instituições da rede federal de ensino profissional, previstos nos estatutos dessas instituições, que são tidos pelo MEC como modelo a ser adotado em todos os centros federais de educação tecnológica.

Cabe lembrar que, em dezembro de 2003, a SEMTEC/MEC apresentou uma proposta de estatuto único para os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, ferindo a autonomia que lhes é conferida pela condição de Autarquia de Regime Especial e desrespeitando o princípio de gestão democrática defendido pelo ANDES-SN. Com isso, ignorase o fato de que cada instituição guarda especificidades, determinadas por sua trajetória histórica, localização geográfica e opção política e acadêmica, e que a estrutura normativa de cada uma delas deve manter profunda identidade com essas especificidades. Essa medida transfere para o Conselho Nacional de Dirigentes dos CEFET - CONCEFET - o poder de formular regimentos e estatutos para os CEFET, o que é atribuição legítima da comunidade acadêmica de cada instituição. Em 4 de dezembro de 2003, o ANDES-SN encaminhou moção à SEMTEC/MEC repudiando a proposta de estatuto único para os CEFET. A seguir

teve audiência com o secretário da SEMTEC/MEC, professor Antônio Ibañez Ruiz, que se comprometeu a rever a medida; porém, até o momento, não foi comunicada qualquer decisão oficial sobre o assunto.

No que se refere aos **centros universitários**, merece registro: depois de meses fazendo a apologia de um modelo de universidade e de educação superior claramente privatista, o ministro Cristóvam conseguiu, no início de dezembro/2003, um acordo para tentar pôr fim à disputa que se instalou, ao longo dos últimos anos, entre as universidades e os centros universitários, ambos do setor privado, estes últimos marcando a vertiginosa expansão da educação superior particular (74 centros foram criados desde 1997, enquanto o número de universidades permaneceu o mesmo – 84 – no período. Em São Paulo, já existem mais centros universitários privados – 31 – do que universidades privadas – 30), com significativo grau de autonomia, sem que lhes sejam exigidas as contrapartidas demandadas às universidades. Essa disputa nitidamente comercial ganhou as manchetes dos principais jornais do país e minutos extras nos noticiários da TV, exatamente depois de o ministro José Dirceu haver “dado o tom” do processo previsto para a reforma universitária – “o pau vai comer” – e de o ministro Cristóvam haver declarado que a “revolução no ensino superior em 2004 será feita com discussão ampla e democrática do governo com a sociedade”. Essa diferença de tom, entre os dois ministros, tinha como objeto central a questão da autonomia universitária, foco, também, do trabalho do GT Interministerial. No bojo das muitas

entrevistas à imprensa, surgiu a seguinte informação: *“Quatro pontos sustentam praticamente a proposta do governo: uma radiografia da situação financeira das universidades públicas, apontando soluções para esse grave e crônico problema; proposta de mais autonomia para as universidades; novas regras de avaliação já divulgadas e, finalmente, o projeto de reforma em si, com um cronograma de mudanças que poderão ser colocadas em prática gradualmente a partir do segundo semestre de 2004.”*<sup>15</sup>.

A grande marca, no final de 2003, do que, efetivamente, poderá ocorrer nos próximos anos, foi a **proposta orçamentária para 2004**, cuja discussão foi iniciada em setembro. Se era até possível entender a parcimônia de recursos para a educação, nos seus diversos níveis e modalidades, e nas três grandes rubricas – pessoal, investimentos e manutenção -, por estar o governo Lula executando uma peça orçamentária de autoria do governo FHC, tal compreensão se dissolve com a constatação de que a política de financiamento da educação permanecerá a mesma, dadas as linhas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as propostas do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007 e, mais especificamente, o Projeto de Lei Orçamentária para 2004 – mantém-se o velho mote: tudo pelo ajuste fiscal. Isso, sem falar das nefastas implicações das reformas tributária, trabalhista e sindical, que, junto com a reforma universitária, freqüentarão os pesadelos da classe trabalhadora brasileira, em geral, e da categoria docente, em particular, a partir de 2004.

Finalmente, vale citar a I Cartei-

ra de Projetos de **Parceria Público-Privada (PPP)**, que na sua página introdutória anuncia: “A *parceria público-privada é instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. Após o estudo minucioso da legislação e experiência internacionais, o Governo Federal preparou e encaminhou ao Congresso projeto de lei que instituiu normas gerais sobre a matéria. A preocupação com a responsabilidade fiscal e com as garantias ao parceiro privado do cumprimento do contrato fará da lei brasileira, após apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional, uma das mais modernas do mundo. Definidos os marcos regulatórios setoriais e reforçado o papel das agências reguladoras, estará completado o ambiente institucional necessário à retomada sustentável do investimento. Esse esforço adicional se soma à estabilidade econômica reconquistada pela sociedade brasileira graças aos sacrifícios feitos para a superação da crise do final de 2002.*”. Em que pese essa I Carteira do PPP estar inteiramente voltada para o setor de infra-estrutura, há que se manter intensa vigilância sobre o assunto que, certamente, afetará a educação superior e o sistema nacional de ciência e tecnologia, a julgar-se pela linha de argumentação em voga para o estabelecimento dessas parcerias, inclusive internacionais, entre instituições de ensino e de pesquisa. Há toda uma sinalização de que as áreas sociais não estarão isentas de assédios, o que, de resto, já vem ocorrendo com a educação superior.

O ano de 2003 encerrou-se, pois, com o aprofundamento da indignação e o recrudescimento da revolta, geradas por todas as medidas de

“lesa cidadania”, em geral, e “lesa educação”, em particular, anunciadas e/ou efetivamente implementadas por um governo que se autodenomina “democrático e popular”, que em seus documentos de campanha anunciava:

“(…) *elaborar uma proposta no campo da Educação, Ciência e Tecnologia, dada a importância das áreas e seus impactos no futuro socioeconômico do país e na qualidade de vida do nosso povo. O objetivo é viabilizar uma proposta que dê conta da superação do atual precário estado desse campo de ação das políticas públicas que, em conjunto com as demais ações públicas, constituam-se em contraponto ao ideário neoliberal vigente e contribuam para a construção de uma nação soberana, sustentavelmente desenvolvida e socialmente justa. (...)*”.<sup>16</sup>

#### 4. 2004 – A LUTA CONTINUA!

Como anunciado desde a introdução deste texto, o ano de 2004 iniciou-se com a reforma ministerial, que, num telefonema internacional, retirou do MEC o professor Cristóvam Buarque, sendo seu substituto Tarso Genro, e com o aprofundamento das medidas já analisadas, que prenunciaram, em 2003, a definição das diretrizes da reforma universitária, constantes do documento do GT Interministerial.

Três linhas de análise, com diferentes graus de profundidade, devem ser aqui colocadas:

1ª) que avaliações podemos fazer, ao final de um ano, da perspectiva de implementação das reivindicações apresentadas ao MEC pelo ANDES-SN, seja como entidade in-

dependente seja como integrante de coletivos políticos mais amplos, em cotejamento com o que efetivamente foi realizado como ação de governo, em 2003, na área de educação?

2ª) que interpretações podemos dar às declarações, atribuídas ao presidente Lula, de que haveria um excesso de acadêmicos na condução do MEC e uma necessidade de se ter uma equipe de ação?

3ª) ante o documento do Grupo de Trabalho Interministerial, com seu diagnóstico e sua proposta para a universidade e a educação superior brasileiras, que avaliações e projeções podemos fazer e que encaminhamentos políticos se mostram necessários?

Considerados os três conjuntos de reivindicações apresentadas ao governo Lula pelo ANDES-SN como entidade sindical autônoma; pela CNESF, tendo o ANDES-SN como um de seus integrantes, em função de sua ampla base social no serviço público federal; e pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no qual o Sindicato, além de compor a Secretaria Executiva Nacional, é uma das três entidades sindicais que congrega trabalhadores de instituições de educação superior – a avaliação que fazemos é de desvio, ou puro e simples abandono, dos compromissos assumidos. As *ações* que dão concretude ao discurso são conservadoras, freqüentemente repressoras, com preocupante potencial de exclusão e de favorecimento do setor privado.

Três frentes que sinalizaram ações com algum potencial de avanço – a avaliação na/da educação superior, a remoção do chamado “entulho autoritário” da legislação educacional e a reconstrução da educa-

ção profissional técnica e tecnológica – foram frustradas.

Todavia, no que tange à **avaliação**, a proposta de gestão do sistema mostrou-se centralista e antidemocrática, ao constituir a CONAES a partir de indicações ministeriais e presidenciais, sem o envolvimento democrático da comunidade universitária. A proposta do SINAES teve vida curta: foi substituída, no dia 2 de dezembro de 2003, pelo IDES – Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior e, logo depois, pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES, instituído pela Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, com caráter centralizador e apresentado em tom altamente ameaçador e punitivo, recuperando o “provão” que o governo Lula se dizia decidido a extinguir.

A **remoção do “entulho autoritário”** da legislação educacional brasileira, que induziu expectativas de gestão democrática e de derrubada dos vetos ao PNE, foi apenas removida do MEC para instalar-se na Casa Civil, onde permanece intocada. As declarações do ministro José Dirceu, nos dois últimos meses, não sinalizam qualquer possibilidade na direção esperada; ao contrário, há pouco a se esperar de alguém que declara à imprensa que “o pau vai comer” por ocasião das disputas futuras sobre a reforma universitária.

Quanto à recuperação e reconstrução da **educação profissional técnica e tecnológica**, o Decreto nº 2208/97 e outros instrumentos legais que o regulamentavam foram incluídos pelo ex-ministro Cristóvam no “entulho autoritário” a ser removido. Esse, pelo menos, saiu do gabinete do ministro para a

SEMTEC; propostas foram elaboradas e discutidas com as partes interessadas. Todavia, no que concerne à educação técnica e tecnológica, defendida pelo ANDES-SN, há áreas de conflito, no cotejamento com a proposta ministerial, como já analisado anteriormente.

Em resumo, três expectativas, três frustrações, três campos para continuidade de diálogo, de negociação e de luta. Nada significativo ocorreu em relação a todos os demais itens apresentados ao governo, sejam os temas específicos da área educacional sejam aqueles que têm interface com assuntos tratados em outros ministérios, na Mesa Nacional de Negociação Permanente, por exemplo. Em janeiro de 2004, o Movimento Docente enfrenta ameaças muito mais concretas de destruição de seu projeto para educação pública brasileira do que em janeiro de 2003.

Que interpretações podemos dar às declarações atribuídas ao presidente Lula, referindo-se à substituição do ministro da Educação, de que haveria um excesso de acadêmicos e teóricos na condução do MEC e uma necessidade de se ter uma equipe de ação?

Na verdade, houve muito mais do que excesso de acadêmicos na mudança do ministro da Educação. Houve excesso de traços de personalidade forte, houve excesso de declarações extemporâneas e conflitantes com a linha do núcleo de governo, houve ... houve ... Nada relevante. Houve e há, na verdade, uma lógica clara no conjunto da reforma ministerial: uma “dança das cadeiras”, de modo a acomodar o PMDB no governo e, em especial, o senador Amir Lando, na Previdência; apro-

veitando o ensejo ou por necessidade estratégica, alguns dos “homens fortes” do governo Lula foram realocados em posições de onde farão implementar mais uma etapa do projeto do governo, agora para as áreas que, no próximo período, serão as “bolas da vez” - reformas trabalhista, sindical e universitária, que precisarão ser conduzidas da forma exemplar verificada na reforma da Previdência (como dizem os militares, em tempos de guerra, sem fazer prisioneiros) e, em alguma medida, na reforma tributária. Fora isso, houve órgão de imprensa afirmando que o presidente Lula teria dito, apenas, que queria colocar no MEC alguém sem vínculos acadêmicos. Colocou – alguém sem vínculos acadêmicos, mas com fortíssimos vínculos partidários.

O foco da atenção do ANDES-SN, neste momento e no próximo período, está obviamente na questão da **reforma universitária**. Diante do documento do Grupo de Trabalho Interministerial, com seu diagnóstico e sua proposta para a universidade e a educação superior brasileiras, que avaliações e projeções podem ser feitas e que encaminhamentos políticos se mostram necessários nessa nova conjuntura?

O novo ministro já deu posse, no dia 6 de fevereiro último, ao grupo executivo que ficará encarregado de apresentar, em 45 dias, um projeto de lei para a reforma da universidade. Ou seja, até 22 de março p.futuro, o grupo executivo apresentará um projeto de lei para a reforma universitária a ser encaminhado ao Congresso Nacional. E o ministro ainda tem a “*coragem*” de afirmar que a reforma da universidade será “**amplamente debatida**” pela so-

cidade. Em 45 dias? Com a maioria das instituições em recesso escolar? Incluindo ainda o feriado do carnaval?

Na prática, a dinâmica será a mesma que Tarso Genro implementou à frente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (o “Conselhão”) - a do *simulacro da democracia*. Entenda-se: personalidades, sem o aval das entidades do setor da educação, serão convidadas a decidir a política para as universidades e a educação superior brasileiras. Aliás, será mais grave, pois o grupo executivo é composto *exclusivamente* pelos novos integrantes da equipe do Ministério da Educação: Fernando Haddad – secretário executivo do MEC; Maria Eunice de Andrade Araújo – assessora especial do ministro; Jairo Jorge da Silva – chefe de gabinete do MEC; Ricardo Henriques – secretário Extraordinário Nacional de Erradicação do Analfabetismo; Nelson Maculan – secretário de Educação Superior; Ronaldo Mota – secretário executivo do Conselho Nacional de Educação; Jorge Almeida Guimarães – presidente da CAPES; Benício Schmidt – coordenador-geral de Cooperação Internacional da CAPES; Antônio Ibañez Ruiz – secretário da Educação Média e Tecnológica.

Não-integrante da equipe do MEC, a professora Wrana Panizzi, reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente da ANDIFES, fará o controle externo dos trabalhos. Aqui cabem alguns questionamentos: qual o significado de controle externo? Como será realizado? Será por meio dos seminários temáticos, já programados pela ANDIFES para discutir a reforma em todas as regiões do país? É

importante que o Movimento Docente esteja alerta e que acompanhe esses seminários, pois não se deve esquecer que a ANDIFES, desde 1999, vem defendendo a regulamentação do art. 207, da Constituição Federal, por meio de um projeto de lei orgânica de autonomia para as IFES cuja finalidade maior é a de liberar as universidades das “amarras legais” para captação de recursos no mercado <sup>17</sup>.

Todos os fatos que marcaram o ano de 2003 evidenciaram que o ritmo de urgência urgentíssima, imprimido pelo MEC para reformar a universidade brasileira, faz parte dos compromissos assumidos pelo governo Lula junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI - e à Organização Mundial do Comércio – OMC. Autonomia universitária, padrões de financiamento, currículo e avaliação compõem a agenda central do debate da reforma.

Em relação à *autonomia universitária*, a pretensão do governo Lula (leia-se: dos Organismos Internacionais), expressa no documento do Grupo de Trabalho Interministerial, é sua “regulamentação”, conjugada ao financiamento, com a finalidade de liberar as universidades das “amarras legais” que ainda são empecilhos para a livre captação de recursos no mercado. Faz sentido: a manutenção do superávit primário de 4,25% do PIB impossibilita a expansão do fornecimento e manutenção da educação pública. As universidades terão autonomia para “administrar seus **serviços, contratar e exonerar seu pessoal e decidir o seu plano de carreira**”. Esse é filme conhecido – o conteúdo é o mesmo da PEC 370/96, de vários projetos de lei encaminhados pelo

governo anterior ao Congresso Nacional e das várias versões do projeto de lei orgânica de autonomia das IFES elaborados pela ANDIFES, todos duramente combatidos pelo ANDES-SN.

Outro eixo estruturante da reforma será a implementação do Sistema Nacional de Avaliação, cujas decisões serão centralizadas por uma Comissão Nacional constituída por sete membros escolhidos pelo governo – já em formação pelo novo ministro. É importante ressaltar que a finalidade da avaliação permanece a mesma do governo anterior – classificar instituições e cursos, para definir o futuro das universidades. Por meio da avaliação os currículos serão reestruturados para que sejam adequados à “flexibilização” exigida pela “sociedade do conhecimento”, com a finalidade de “melhorar a qualidade” e aumentar a “competitividade” para viver num mundo “globalizado sem fronteiras”, baseado na “livre concorrência” e na “competência científica”, ou seja, na competência em “aplicar as tecnologias” desenvolvidas no centro do capitalismo mundial. Como a produção do conhecimento novo não é necessária para os países de capitalismo dependente, o mercado – diga-se as empresas capitalistas - manterá vinculação estreita com as universidades, definindo cursos, currículos e tempo da formação.

Com a reforma universitária, o governo pretende, ainda, expandir a oferta da educação superior - cuja meta é a de atingir 40% do total das matrículas no ensino superior, sem aumentar os recursos financeiros. A expansão dar-se-á pela combinação de: aumento da carga didática dos docentes, aumento do número de es-



tudantes por turma e, principalmente, por meio da educação a distância - EAD (cuja meta é dobrar o número de matrículas). Para tanto, o MEC já elaborou um projeto de lei criando a *Universidade Aberta do Brasil*, que terá seu dirigente máximo e seu estatuto definidos pelo Presidente da República – em mais uma demonstração explícita do caráter não-democrático da gestão da educação. A expansão virtual se constitui numa das condições exigidas pela OMC para a inclusão da educação na sua agenda de serviços, cujo prazo se esgotará em janeiro de 2005. As empresas educacionais estrangeiras estão ávidas para entrar no mercado educacional brasileiro, vendendo seus “pacotes tecnológicos” para a formação ideológica dos “profissionais” necessários para a nova sociedade do conhecimento.

Como se pode observar, o ano de 2004 exigirá muita mobilização para se organizar a resistência em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social, contra a transformação da educação em mercadoria. Para tanto, o ANDES-SN está organizando várias ações em conjunto com outras entidades do setor da educação: a) realização do IV Encontro Unificado das Entidades do Setor Federal de Educação (FASUBRA, SINASEFE, UNE e UBES, além do ANDES); b) realização do 5º Congresso Nacional de Educação – 5º CONED, promovido pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, cujo tema “Educação pública, gratuita e de qualidade social é direito de todos e dever do Estado – educação não é mercadoria”, terá por finalidade avaliar as políticas educacionais implementadas no país, tendo como referência o

*Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira*, que será decisivo para a organização da luta. Além desses eventos, o ANDES-SN vem realizando debates e seminários sobre a reforma universitária com vistas a informar e mobilizar a categoria e a sociedade em geral para o inevitável enfrentamento com o governo.

### Notas

1. *O Globo*, 05/12/2003; grifo nosso.
2. *Jornal da Ciência* (JC E-Mail), de 18 de setembro de 2002.
3. ANDES-SN. II Encontro Nacional sobre Educação Técnica / Tecnológica. Niterói, RJ, 4-7 de dezembro de 2002. *Relatório Final*.
4. ANDES-SN: Carta nº 406/02, de 12 de dezembro de 2002, Anexo 1: *Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo*.
5. FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. *Propostas Emergenciais para Mudanças na Educação Brasileira*. Brasília, DF: Seminário de Trabalho “Reafirmando Propostas para a Educação Brasileira”; 18-21 de fevereiro de 2003.
6. MEC/INEP. *SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES: Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior*. Brasília, DF: agosto/2003.
7. MEC/SEIF. *SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES*. Brasília, DF: setembro/2003. Substituído, em dezembro/2003, por *Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores*, muito possivelmente em função da pesada crítica que a primeira formulação recebeu, pela ênfase na certificação em detrimento da formação.
8. FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. *FORMAR ou CERTIFICAR? Muitas questões para reflexão*. Brasília, DF: Plenária Nacional Ordinária do FNDEP, 6 de setembro de 2003.
9. O PQI foi objeto de discussão durante o Seminário Nacional, organizado pelo GTPE/ANDES, realizado em setembro/2002, na Faculdade de Educação da USP. Textos de análise comparativa entre o PQI, o PICDT e o PNCD/ANDES-SN podem ser

encontrado em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br): *Plano de Qualificação Institucional: ingerência do MEC na autonomia universitária e desqualificação docente na qualificação institucional* (maio/2002), *PICDT, PQI e PNCD/ANDES-SN: nexos e determinações entre capacitação docente e a reforma da educação superior* (20 de setembro de 2002) e *A proposta de capacitação docente do ANDES-SN em tempos de PQI* (22 de setembro de 2002).

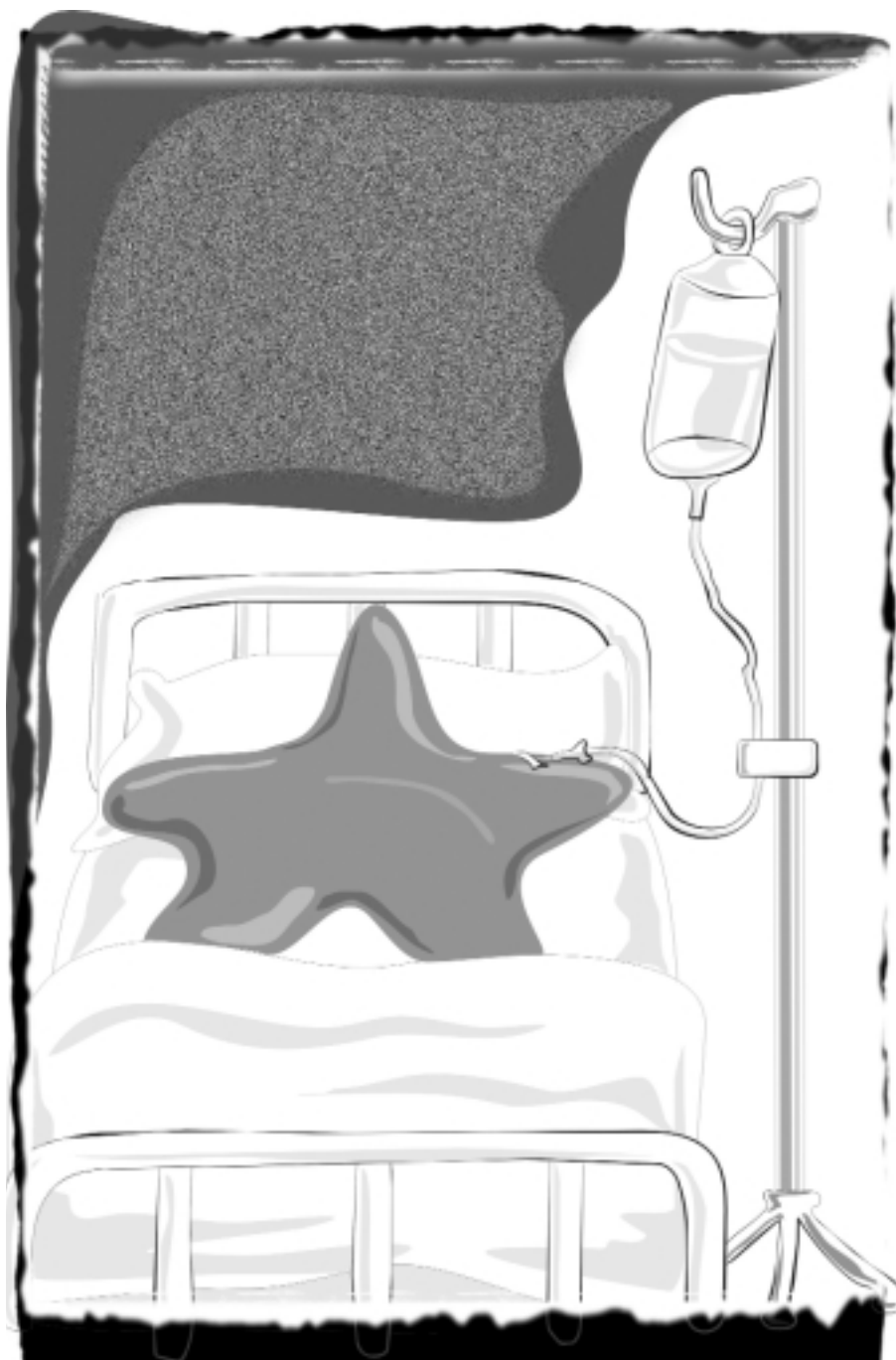
10. CRISTÓVAM BUARQUE. *A Universidade numa Encruzilhada*. Apresentado à Conferência Mundial de Educação Superior + 5. Paris (França), 23 a 25 de junho de 2003.
11. ANDES-SN. *Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira*. Edição revista, atualizada e ampliada, incluindo a *Proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica*. *Cadernos ANDES*, nº 2. Vitória (ES), 2003.
12. ANDES-SN. 47º CONAD – Relatório Final. Brasília, DF: novembro, 2003. Disponível em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br).
13. Disponível, com outros textos e documentos, na página [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).
14. Idem.
15. Diário de São Paulo, 06/12/2003.
16. Partido dos Trabalhadores. *Programa de Governo do PT para o Brasil 2002*. Área: Educação, Ciência & Tecnologia. Seminários Regionais: Caderno de Questões, Apresentação.
17. Sobre a análise da Lei Orgânica da Autonomia das Universidades ver: *Caderno de Textos do 22º CONGRESSO*, do ANDES-SN – Texto da Diretoria sobre Política Educacional. Disponível em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br).

\* Texto produzido, originalmente, para o *Caderno de Textos do 23º Congresso do ANDES-SN* (Salvador, BA – 4 a 9 de março de 2004), disponível em [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br). Revisado e adaptado para a presente publicação.

\*\* Coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN.

# O financiamento da Saúde no governo Lula: à Saúde o que é da Saúde

Fernando Molinos Pires Filho



**O ANDES-SN e a questão da saúde frente a um novo governo**  
Por ocasião do XXII Congresso do ANDES -SN, em março de 2003, no início do atual Governo, apresentamos à consideração desse Evento o Texto “Promover saúde: entre o pragmatismo tecnicista e a opção por um novo projeto societário”.

Nele criticávamos a forma superficial como, durante o processo eleitoral para a presidência da República, a questão da saúde havia sido tratada. Chamávamos, também, à atenção para o fato de que vários e significativos aspectos relacionados a esse tema haviam sido, simplesmente, ignorados pelos candidatos, inclusive pelo eleito.

Incluíamos, entre tais descon siderações, os problemas pendentes sobre financiamento (questão que parecia, na leitura de alguns deles, ter-se esgotado com a aprovação da Emenda Constitucional número 29), as irregularidades na oferta de serviços pelo sistema suplementar de saúde (no entendimento dos candidatos, controladas em função da Lei 9.656/98, que regulamenta os Planos de Saúde) e o problemático funcionamento das chamadas agências reguladoras, criadas a partir de 1997, como é o caso, na área da saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a

Agência de Saúde Suplementar – a ANS)<sup>1</sup>.

Além disso, à época, sensíveis à possibilidade de, em futuro próximo, se vivenciar situações delicadas em relação a esse campo das políticas sociais, sugeríamos, e o Congresso de nosso Sindicato aprovou, entre outras, a seguinte resolução:

*“Que o ANDES SN, na perspectiva de contribuir com o exercício do controle social, paute para análise nas reuniões do GT Seguridade Social a proposta de ação política do Governo Lula para a área da Saúde, acompanhando sua implementação e posicionando-se em relação as medidas que venham a ser desencadeadas.”*

Frente a isso e, sobretudo, considerando os rumos que tomou o governo, onde a preocupação fiscal sobrepujou a preocupação com o social, conforme fartamente se tem denunciado, era de esperar que o Sindicato, em seu conjunto, e não apenas o GT Nacional de Seguridade Social, tivesse desenvolvido um intenso trabalho político de aprofundamento e detalhamento crítico das políticas sociais.

Impunha-se, nessa circunstância, construir o protagonismo e intervir na luta, não apenas de forma geral - estratégia consubstanciada na linha do que temos referido como embate de projetos - mas no específico de cada um dos campos que compõe essas políticas, em especial da que estamos tratando – o da saúde, o que, em nosso entendimento, lamentavelmente, na medida do necessário, não ocorreu.

Evidentemente que não faltam motivos para justificar esse desem-

penho, entre os quais o movimento de greve em que o Sindicato se envolveu. Todavia, também, sobram razões para considerar que, mesmo assim, tal não devesse ter acontecido.

É impossível ignorar, por exemplo, sobretudo frente à divulgação que a mídia vem dando, os problemas e a polêmica que vêm sendo travados em relação às “agências reguladoras”, inclusive com propostas de alterar os dispositivos legais que regem suas formas de atuação<sup>2</sup>. Somma-se a isso o conhecimento que se tem sobre propostas de ampliá-las, na área da Saúde.

Também, não é fora de propósito deixar de reconhecer que a disputa entre o público e o privado se acirra em suas diferentes frentes, uma das quais envolvendo diretamente a questão da oferta e prestação de serviços, e que, como a anterior, tem ocupado o espaço nos noticiários<sup>3</sup>.

Em particular, nos referimos à questão da saúde suplementar, disponibilizada no mercado pelos chamados Planos de Saúde. Estes sob constantes e intermináveis revisões em suas regras de funcionamento, como se a lei fosse capaz de dar solução para um conflito de interesses que tem suas raízes não na imperfeição dos contratos, mas na questão de fundo não resolvida pelos governos que vacilam ao tratar a saúde ora como mercadoria, ora como direito social, portanto de absoluta ambiguidade em relação ao interesse público<sup>4</sup>.

Finalmente, entre as questões levantadas, impõe-se, agora, a do financiamento. Tal polêmica ocupa o Congresso Nacional, é tema de articulistas e ocupa a pauta do Conselho Nacional de Saúde e de eventos e reuniões de técnicos e militan-

tes da área da saúde.

Isto demonstra que nossa tese realmente estava correta, ao considerar que o problema não se esgotava na simples aprovação da Emenda 29 que determina a vinculação constitucional de recursos para a saúde, como comentaremos na seqüência.

É preciso, porém, antes de fazê-lo, dizer que a desatenção do Sindicato, em relação a essas questões, ganhou maior gravidade na medida em que o silêncio em torno do assunto empobreceu a oportunidade de preparo da militância docente para, com outros sujeitos sociais, intervir qualificadamente durante a realização da XXII Conferência Nacional de Saúde. Esta ao assumir o tema central “Saúde: um Direito de Todos e Dever do Estado – A Saúde que Temos, o SUS que Queremos”, definiu, entre outros sub-temas, como prioritários, o da seguridade social e o do financiamento.

Neste sentido, é lamentável que as Conferências Municipais e Estaduais tenham se realizado, até o final de outubro de 2003, e que o silêncio tenha caracterizado nossa postura coletiva, ainda que eventuais participações e encaminhamentos burocráticos possam ter ocorrido.

Esse quadro, de forma alguma, configura e faz jus à luta histórica que o Sindicato já desenvolveu nesse campo, sobretudo em momentos decisivos, como foram os da Reforma Sanitária e da Constituinte de 1988, em que o ANDES SN teve presença marcante.

Afora isso, é conveniente lembrar que, em nossos CONADs e Congressos, nesse campo das políticas sociais, várias deliberações foram tomadas. Elas continuam váli-

das e oportunas, exigindo nossa atenção e nossa ação.

Com esse fim, seria útil fazer uma revisão das aprovadas em nossos últimos eventos, analisando o que implementamos e que resultados colhemos.

Apenas como exemplo, nos permitimos resgatar duas deliberações aprovadas no XXII Congresso do ANDES SN. e outra no 47º CONAD .

A primeira indica que o Sindicato:

*“combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalização, equidade e integralidade, conforme o Art. 196 da Constituição Federal de 1988.”*

A outra, determina que:

*“articuladamente a outras entidades e movimentos sociais preocupados e atuantes em torno ao direito a saúde, desencadeie discussões preparatórias à realização, até setembro de 2003, de uma Oficina de Trabalho sobre políticas de promoção de saúde, na perspectiva de respalda-la como estratégia de operacionalização e qualificação das ações do SUS.”*

A aprovada no 47º CONAD afirma que o ANDES SN deve:

*“ articular-se ao movimento em defesa do financiamento da saúde, posicionando-se favoravelmente `a recomposição da integralidade do Orçamento da seguridade Social”*

Isto posto, registramos alguns elementos que são de ajuda para o entendimento do problema do financiamento da saúde.

## **Os condicionantes da questão do financiamento**

Historicamente, a questão do custeio da saúde tem sido levantada como elemento central para viabilizar a construção de sistemas assistenciais eficazes e de qualidade. Não é de hoje, pois, nem é particular da nossa sociedade, que as restrições para financiamento público da saúde, em decorrência, sobretudo, dos custos de produção de cuidados crescentes em função de um indiscriminado e acrítico processo de incorporação de novas tecnologias e terapêuticas, venham sendo utilizadas para justificar a inviabilidade de garanti-la enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado, de forma universal e integral.<sup>5</sup>

Isto, se em parte é verdadeiro, antes de constituir-se em obstáculo técnico-político a desafiar a capacidade dos governos para superá-lo, tem servido, na maior parte das vezes, para garantir espaço e dar legitimidade ao florescimento de iniciativas privatizantes, tanto sob a forma de um setor filantrópico, quanto de um campo empresarial lucrativo.

O óbvio é que tais alternativas têm-se demonstrado incapazes de subsistir as suas próprias custas, disputando as escassas verbas públicas, que subtraídas pelos mais variados esquemas de subvenção, transferências, contratos e convênios, acabam reforçando, no espaço público, o emprego de estratégias políticas minimizantes e focalistas.

Tal opção política acaba configurando o que se convencionou definir como “universalização excludente”, ou seja, a expulsão do sub-sistema público dos grupos sociais da classe média e fragmentos de trabalhado-

res qualificados que se tornam “clientes” da atenção médica suplementar.<sup>6</sup>

Esta situação se vê agravada quando as sociedades, sobretudo as estruturalmente subdesenvolvidas e dependentes, como a nossa, premiadas por políticas de cunho neoliberal, que acentuam as dificuldades de disponibilização orçamentária, optam por adotar, em função das crises econômicas em que mergulham, políticas de ajuste fiscal, que “honram” compromissos de pagamentos e rolagem de dívidas contraídas em função de “apoio de financiamento”, dos quais se tornam escravas.

Nestas circunstâncias de “escassez persistente”, os recursos dos governos, para administrar tais crises, têm sido a adoção da fórmula clássica de aumentar a receita e diminuir os gastos.

Essa solução de mão dupla assenta-se, de um lado, na elevação astronômica da carga tributária, via aumento de impostos, criação de contribuições e re-tribuições<sup>7</sup>. De outro, manifesta-se, no descarte de gastos considerados “não produtivos”, contenções orçamentárias, contingenciamentos de liberação de recursos, desvinculações de despesas constitucionais entre tantas outras engenhosidades que se abatem sobre os cidadãos, sobretudo os da classe trabalhadora.<sup>8</sup>

Numa demonstração que o “saco de maldades não tem fim” e, sempre dele é possível retirar alguma outra novidade para garantir os chamados “superávits fiscais” - reservas financeiras que se destinam a pagar os juros e minimamente tentar amortizar o principal da chamada “dívida pública”<sup>9</sup>, tranquilizando o mercado e os “investidores” estrangeiros -



vem-se tornando comum, também, a re-interpretação das leis, suas reformas para legalizar as medidas exigidas por tais políticas e as interpretações forçadas das mesmas, mesmo quando se vislumbram as mais remotas e inverossímeis possibilidades de tornar “outra coisa na mesma coisa”, se assim lhes é conveniente, como aconteceu ao final de 2003, com a Emenda 29.

Nesse contexto, vejamos como, mais recentemente em nosso país, esse quadro vem-se conformando.

### Os dispositivos legais sobre o financiamento da saúde

Pela Constituição de 1988, ficou definido que o custeio da Seguridade Social, incluindo solidariamente as áreas da previdência, assistência social e saúde seria financiado por recursos fiscais das três esferas de governo: União, Estados e Municípios e pelos recursos de contribuições sociais dos empregados sobre a folha de pagamento, dos patrões sobre a folha, sobre o faturamento e sobre o lucro. Além disso, sobre o faturamento dos concursos de prognósticos.

Embora as tentativas de vincular, desse orçamento, um percentual especificamente para a saúde, prevaleceu o entendimento de que a cada ano se determinasse, na lei de Diretrizes Orçamentárias, o quanto deveria ser destinado à saúde.

Como para 1989 já se tivesse aprovado a LDO, ficou sacramentado, nas Disposições Transitórias da Constituição, que, em 89, o percentual seria de 30% dos recursos da seguridade Social, excluindo os Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A partir desse marco, a cada ano

saía, na LDO, a mesma determinação desse percentual de 30%, isto até 1993, uma vez que, em 1994, tal definição foi retirada sob o argumento de “interesse nacional”. Afora isso, complementarmente à Lei do Plano Plurianual (1993-1995), além de determinar os mesmos 30%, acrescia um mínimo de 25% dos recursos das contribuições sociais, recolhida sobre a folha dos trabalhadores e patrões.

As análises dessas determinações demonstram que até dezembro de 1995 o garantido foi de 20% dos recursos da Seguridade Social, sendo que, em 1991 e 1992, esse percentual foi de apenas 14%, portanto, menos da metade do que mandava a Lei. Quanto aos 25% das contribuições de empregados e empregadores, até maio de 1993, foram reduzidos a 15%, a partir de quando, em total desrespeito a toda essa legislação, foi reduzido a zero.

Data desta época, as iniciativas de parlamentares para garantir constitucionalmente a vinculação de receitas orçamentárias para a saúde, através de projetos de Leis e Propostas de Emendas Constitucionais.

Entre essas tentativas, registram-se as de autoria de Eduardo Jorge e Waldir Pires – a PEC 169 em 1993, que determinava:

*“A União aplicará anualmente, na implementação do Sistema Único de Saúde, nunca menos de 30% das receitas de contribuições sociais que compõem o orçamento da Seguridade Social e 10% da receita de impostos. Os Estados e Municípios aplicarão anualmente, na implementação do Sistema Único de Saúde, nunca menos de 10% da receita resultante de impostos”.*

Cabe destacar, também, as de autorias do Deputado Carlos Mosconi, PEC 82, em 1995, que destinava a Contribuição sobre o Lucro Líquido e o COFINS, exclusivamente para a saúde, assim como a do Deputado Antônio Kandir que propunha a substituição de três tributos: a COFINS, o PIS/PASEP e a Contribuição Social sobre o Lucro, pela Contribuição Social sobre o Lucro das Empresas.

Em 1966, também o Deputado José Aristodemo Pinotti apresenta Proposta de Emenda Constitucional, fixando 5% do PIB para a área da saúde. Os anais da Câmara registram ainda que, em 1999, houve a apresentação de outra Proposta, esta do Deputado Urcisino Queiroz – PEC 82-A -, modificando as propostas anteriores dos Deputados Mosconi e Eduardo Jorge. Essa versão empobrecida da PEC 169, associada à PEC 82-A, após intensas discussões deu origem à Emenda Constitucional 29, que foi aprovada no Senado, em 13 de setembro de 2000, com diminuição significativa dos recursos federais a serem destinados ao SUS.

No transcorrer de todo esse período as situações referentes à insuficiência de recursos para a saúde foram marcantes, ainda que, entre 1994 e 1996, o gasto público nesta área tenha aumentado em 14,5%, isso à custa de muitas e verdadeiras batalhas.

É emblemático disso, no governo Itamar Franco, a crise que ocorreu entre os Ministérios da área econômica e do da Saúde, quando uma reunião para tratar da suplementação de verbas para o setor redundou num impasse e numa ameaça, por parte dos primeiros, de intervenção

no Ministério da Saúde, ao que o seu Titular, a época Henrique Santillo, teria reagido, afirmando que “a forma do Presidente teria para intervir em algum Ministério seria demitir o ministro e toda a equipe”.

Mesmo assim, dados oficiais demonstram que, de 1994 para 1997, a participação dos orçamentos da área da saúde e do saneamento no Orçamento realizado da União teve redução de 10,2% para 8,7%, ao mesmo tempo em que se repetiam, com maior intensidade, denúncias de que o país, embora com um PIB por habitante superior ao da Argentina, Uruguai, Costa Rica e Panamá, gastava menos em saúde pública (2,76% do PIB) do que esses países, perdendo para o Chile e o México, só sendo superior ao da Venezuela.

Outros estudos davam conta, também, de que, historicamente, a situação vinha-se deteriorando e que o gasto per capita havia, em dólares, entre 1980 e 1993, ainda que com irregularidades em 87,88 e 89, caídos de US\$ 78,58 para US\$ 65,40.

Em 1994, O Brasil encontrava-se na incomoda situação de ser um dos países da América Latina que menos gastava em saúde por habitante: eram apenas US\$ 67, 00, já o Uruguai, a Argentina e a Bolívia, gastavam US\$ 370, 32, US\$ 255,78 e US\$ 150, 00, respectivamente.

No entender do Economista André Médice, Consultor do Banco Mundial, autor da obra “Economia e Financiamento do Setor Saúde no Brasil”, em 1994, a situação era de tal ordem que se tornava possível caracterizar uma “progressiva asfixia do SUS”, caso o Governo Federal não encaminhasse uma solução estrutural. Afirmava ele, referindo-se à necessidade de um pacto social

para aumentar significativamente seus gastos em saúde, como fizeram os países desenvolvidos, entre 1950 e 1970: “O Brasil, que se encontra hoje naquele patamar, deve fazer o mesmo, ou estará condenando mais de dois terços de sua população a ficar sem atendimento médico”.

Em 1995, as dotações para o Orçamento da União para a saúde caíram em 49,5% em relação ao ano anterior, colocando o país ao lado do México e da Botsuana (África), na lista dos países que reduziram seus percentuais de investimentos orçamentários para essa área social. Fora isso, o Plano Plurianual do Governo FHC propunha-se a investir mais em gastos militares do que em educação e saúde. Segundo essa proposta, os investimentos públicos em Defesa Nacional, até 1999, chegariam a R\$ 5,6 bilhões, enquanto saúde ficaria com R\$ 4,5 bilhões e educação R\$ 4,6 bilhões.

Em maio desse ano (1995), realiza-se, promovida pelo CONASEMS, MS, OPAS/OMS, ABRASCO, entre outras entidades, em Macaíó, uma Oficina sobre Financiamento do SUS, onde se denuncia “... o cumprimento apenas parcial, ou o simples descumprimento da Constituição, principalmente quanto ao financiamento e à descentralização, vem distorcendo a implantação do SUS, levando-o em diversas regiões ao colapso ou pré-colapso”.

Apontam os participantes dessa Oficina que as causas da situação decorrem da retenção pelo Tesouro Nacional de recursos que provêm de fontes próprias do Orçamento da Seguridade Social, tais como os Encargos Previdenciários da União e a expropriação de recursos para composição do então Fundo Social de Emergência.

Nestas circunstâncias, não é de estranhar que o Ministro Adib Jatene, em depoimento na Comissão de Saúde da Câmara, tenha enfaticamente reclamado da falta de verbas para tocar obras e programas que considerava indispensável à ação de sua pasta, tendo em seqüência, por ocasião de lançamento da campanha contra a mortalidade infantil, denunciado a existência de 1750 obras paralisadas e de que teria de recorrer à iniciativa privada para levantar recursos necessários à realização da referida campanha.<sup>10</sup>

Desconhecendo o desconforto do governo com suas denúncias públicas, o Ministro, sem conseguir vencer a resistência oferecida pela área econômica para liberar recursos, parte para a busca de outra alternativa representada pela criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - reeditando o polêmico Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que vigorou em 1994.

Tal proposta foi logo assumida pelo governo, que teve de trabalhar politicamente sua base para vencer as resistências que se apresentavam, tendo, inclusive, o Ministro do Planejamento, na época, José Serra, ameaçado que o Congresso só tinha uma alternativa se não quisesse aprová-la: cortar despesas no já minguado Orçamento da União.

Em 1996, o Relatório da Comissão de Acompanhamento do Processo Orçamentário, aprovado pelo Plenário do CNS, em agosto desse ano, informava, entre outras questões, que: “A execução orçamentária e financeira de 1966, do Ministério da Saúde está em valores nominais inferior a de 1995 e que persistindo a situação verificada até

31.07.96 (um bilhão por mês) ficará em valores corrigidos inferior à de 1994 e que, até 30.06.96, foram pagos 11 bilhões de reais em Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa, e quase três bilhões de reais de Amortização, o que totaliza, em seis meses, o dobro da Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde, em sete meses. Apesar disso a dívida cresceu em cinco meses de 86 bilhões (31.01.96) para 101 bilhões de reais (30.06.96).

Outro fato importante a destacar é que, segundo estudos que subsidiaram a discussão do tema na XI CNS, o crescimento de 14,5% nos gastos públicos, no período de 94/96, deu-se fundamentalmente as custas dos Municípios, cuja participação no financiamento cresceu 84,7%, quando historicamente esses gastos foram sustentados por recursos de origem federal, seguidos, em ordem de importância, pelo aporte estadual e municipal. Nesse período, os gastos federais reduziram-se de 60,7% para 53,7%, os estaduais de 22,1% para 18,5%, enquanto os municipais cresceram de 17,2% para 27,8%. Nesse período o percentual dos gastos em relação ao PIB manteve-se em torno dos 3,2%. Hoje, pelos dados do SIOPS de 2000, o financiamento é 58% federal, 18% estadual e 24% municipal.

Paralelamente a essa situação, continuavam ocorrendo as tentativas para corrigir, pelo menos, emergencialmente o problema.

Assim, a fim de vencer as dificuldades que se apresentavam à aprovação da CPMF, o governo foi obrigado a fazer concessões, incluindo isenções que reduziram o valor que se esperava arrecadar com a contribuição (inicialmente de R\$ 6

a 8 bilhões para R\$ 4,5 bilhões). Aprovada em 1966 para vigorar até dezembro de 1997, a nova fonte de recurso para a saúde acabou tendo sua utilização deturpada, o que foi objeto de inúmeras denúncias. De qualquer forma, aportou recursos que aliviaram momentaneamente a situação, sem resolver, entretanto, o problema do financiamento da saúde, à medida que, a entrada desses recursos correspondia, por parte do governo, a cortes em outras fontes. Mesmo assim, a contribuição se manteve com sucessivas prorrogações em sua vigência. Pela legislação vigente até a aprovação da Reforma Tributária, a CPMF deveria ter sua alíquota reduzida para 0,08, em 2004, último ano de vigência do tributo, o que implicaria uma queda de R\$ 16 bilhões na receita. A proposta de Reforma Tributária encaminhada pelo governo Lula previa, inicialmente, torná-la permanente, com uma alíquota máxima de 0,38% e mínima de 0,08%, com uma previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões. Durante a tramitação dessa Reforma no Congresso Nacional, manteve-se em discussão a proposta do imposto como provisório, com alíquota de 0,38% e validade até 2007, vinculando sua utilização à saúde e à educação, submetendo-se o valor total da arrecadação desse tributo aos 20% da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Com grandes dificuldades e polêmicas, em função dos interesses envolvidos, a PEC 74-A do Senado, sobre Reforma Tributária, foi aprovada após uma completa desconfiguração de seu conteúdo original, alterando-se parte dessas possibilidades relacionadas à CPMF, como comentaremos adiante.

#### **A emenda-29 e seus**

#### **problemas de aplicação**

Após longos seis anos de tramitação como PEC 169, a Emenda Constitucional – 29 é aprovada, como já referimos, em 13 de setembro de 2000, tendo sido publicada no Diário Oficial da União, no dia seguinte. Totalmente diferente da versão original, com uma diminuição significativa dos recursos federais a serem destinados ao SUS, previstos originalmente na PEC 169, a Emenda é saudada como marco da solução estrutural para o financiamento da saúde.

Em 1998, quando ainda se discutia as mudanças na PEC original, que acabaram configurando o formato atual da Emenda – 29, as perdas que essas alterações provocariam foram calculadas em 37,23%, considerando que a PEC original implicaria um orçamento de R\$ 42, 68 bilhões e a apoiada e defendida pelo governo, em R\$ 31,1 bilhões.

De qualquer forma, a Emenda aprovada determina a participação orçamentária mínima obrigatória da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no financiamento de ações e serviços públicos de saúde, da seguinte forma: a) para a União, o orçamento do ano anterior serve de base para um acréscimo correspondente à variação nominal do PIB (inflação + aumento real do PIB); b) os Estados a partir de 2000, destinarão 7% de seus orçamentos, dos recursos próprios, crescendo progressivamente até 2004 para 12% da base de cálculo composta pela soma das receitas (ICMS, IPVA, Imposto de transmissão de causa mortis e doação de bens e direitos, Imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos, inclusive por suas autarquias e fun-

dações, transferência de fundo e participação dos Estados e transferência de 10% do IPI sobre exportações) deduzidas das transferências entregues aos municípios (50% do IPVA, 25% do ICMS, 25% do IPI sobre exportações recebido da União; c) os municípios partem, também de 7%, em 2000, e chegam, em 2004, a 15% da soma das seguintes receitas: ISS, IPTU, imposto de transmissão intervivos, imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos inclusive por suas autarquias e fundações, transferência do fundo de participação dos municípios (FPM), transferência do ITR, transferência do IPI sobre exportações, transferência do ICMS e transferência do IPVA.

É importante ressaltar que, entre outras observações, como as referentes à aplicação dos recursos por meio dos fundos de saúde, a Emenda estabelece que, para aferir o quanto está sendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, não devem entrar no computo as despesas com dívida pública, inativos e pensionistas, serviços de limpeza urbana ou rural e tratamento de resíduos sólidos, ações de saneamento financiadas com tarifas, taxas ou contribuições cobradas dos usuários, assistência médica e odontológica a servidores e ações financiadas com transferências voluntárias recebidas da União ou dos Estados (SUS, saneamento e outros).

Até 2004, pelo que está previsto na Emenda, o orçamento fiscal da saúde não é diretamente atingido pela Desvinculação da Receita da União (DRU), devendo, em 2005, ocorrer uma revisão dos critérios nela estabelecidos mediante Lei Complementar.

Previa-se que a Emenda traria

uma série de importantes contribuições que envolviam o funcionamento do SUS, como por exemplo: a) daria condições para um novo ciclo de expansão do SUS, ao trazer mais recursos numa hora decisiva à sua consolidação, calculando-se que se passaria dos atuais R\$ 30 bilhões do orçamento da saúde para cerca de R\$ 40 bilhões, em 2004; b) permitiria uma maior previsibilidade de recursos, permitindo, pela primeira vez efetivamente planejar gastos com pessoal, investimentos e programas, o que se tornava impossível até então pelas oscilações orçamentárias, bruscas, que ocorriam; c) acabaria com a chamada "gangorra orçamentária", em função da prática de os governos aumentarem ou diminuírem seus percentuais de destinação de recursos em função das variações dos demais níveis. Ou seja, quando um aumentava o outro diminuía, mantendo-se, assim, os mesmos níveis globais de gastos; d) acabar-se-ia com a "ambulância terapia" ou a "exportação de pacientes" que se viam encaminhados de um para outro município ou Estado e que, assim, se desobrigavam de seus compromissos com o SUS de suas localidades.

Todavia, em seu Jornal o CONASEMS, em outubro de 2000, já alertava: "O desafio, agora, é a correta aplicação dos recursos". Nesse alerta, não estava explícito que "a correta aplicação dos recursos" era uma questão mais ampla do que se imaginava. Começou cedo com a interpretação das determinações de cálculo para o primeiro ano de vigência da Emenda, o que implicava efeito cascata para os anos que se seguiram, continuou com a correta observância de seu cumprimento por

parte dos três níveis de governo e, finalmente, culminou na interpretação acerca da correta destinação de alocação dos recursos por ela gerados, como trataremos adiante.

Quanto ao primeiro desses aspectos, cabe lembrar que, em função de uma interpretação do texto constitucional, absolutamente restritiva do Ministério da Fazenda, acolhida por parte da Advocacia Geral da União, perpetuou-se uma perda de quatro bilhões e 200 milhões de reais, apenas no orçamento de 2001 e 2002, com evidentes reflexos, em virtude de seu "efeito cascata", para os anos de 2003 e 2004, que jamais serão resgatados. O cálculo do orçamento para 2000 foi feito levando-se em conta os "5% a mais que o montante empenhado em 1999" (R\$ 18.352 bilhões) do que resultou um valor de R\$ 19.269 bilhões, para esse ano (2000), não se estabeleceu perda porque os valores de 1999 já haviam sido empenhados. A partir de 2001 até 2004, o cálculo do orçamento corresponderia ao valor apurado no ano anterior ( para 2001 os R\$ 19.269 bilhões de 2000) corrigido pelo valor nominal do PIB.

De qualquer forma, com sua aplicação, se conseguiu, a partir de 1999, orçamentos crescentes. Em 2002, se atingiu um orçamento nacional recorde de R\$ 42 bilhões, o que dá cerca de R\$ 260 por pessoa ano ou R\$ 0,70 por pessoa diariamente. Em 2003, segundo dados de publicação oficial do Ministério da Saúde, o orçamento para a pasta é de R\$ 30,5 bilhões, reduzidos a R\$ 28,9 bilhões, em função do contingenciamento de R\$ 1,6 bilhões. Mesmo assim, isso significa um aumento de 51%, em cinco anos.

Quanto ao segundo aspecto refe-



rente à “correta aplicação dos recursos”, que comentávamos, ou seja, a observância das determinações da Emenda pelos três níveis do governo, cabe registrar que, num balanço realizado pelo Ministério da Saúde dos três anos de vigência da Emenda – 29, cerca de R\$ 3,4 bilhões deixaram de ser aplicados, em todo o país, em função de que 17 Estados não cumprem o que ela estabelece. Mesmo assim, o global aplicado pelas 27 Unidades Federadas, em 2002 (R\$ 10,2 bilhões), é superior/ou 24%, registrado em 2001. Entre as razões determinantes dessa situação, encontram-se os não aumentos de despesas, em no mínimo 1% ao ano, até 2003, por parte dos Estados que, em 2000, aplicavam 7% das receitas ou menos. Também concorreu para isso o fato de Estados que aplicavam mais de 7% das receitas, em 2000, terem reduzido esse percentual, desconsiderando que deveriam abater a diferença entre o aplicado e a meta de 12% à razão mínima de 1/5 ao ano, até 2003. Finalmente, outra razão diz respeito à inclusão entre esses gastos de aplicações não permitidas. Segundo o estudo do Ministério, a inclusão de inativos, de saneamento, de programas típicos de assistência social e de despesas com “clientela fechada” – como hospitais que atendem servidores – foram os principais problemas de desrespeito à Emenda, em 2002.

É a consideração acerca da correta destinação de alocação dos recursos gerados pela aplicação da Emenda – 29 que nos permite, em continuação, neste texto, tratar de como o governo Lula vem se comportando em relação ao financiamento da Saúde que era nosso pro-

pósito principal.

### **Orçamento da saúde para 2004: como o governo Lula trata a questão**

A formulação da proposta orçamentária para apreciação do Congresso Nacional é prerrogativa do poder executivo, em cada esfera de governo. Na União, ela tem início pela formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias com base na qual posteriormente se define a Lei Orçamentária ou o Orçamento da União, propriamente dito. Para o ano de 2004, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias que foi promulgada pelo Presidente da República, como Lei 10707, de 30 de julho de 2003. Esta lei, entretanto, teve vetos, isto é, partes dela foram retiradas pelo Presidente, o que não significa que isto justo ou certo, mas coloca-se como uma prerrogativa legal do Presidente. Referenciado nela, o Congresso Nacional trabalhou para definir o Orçamento para 2004. O Orçamento uma vez aprovado pelo Congresso Nacional torna-se um documento autorizativo e não determinativo. Ou seja, o Poder Executivo o utiliza como plano de aplicação dos recursos arrecadados, podendo ou não cumpri-lo integralmente, até mesmo porque tanto as receitas como as despesas são estimadas, podendo ser ajustadas em função de diferentes fatores que determinam a realidade e o desempenho do país. Por exemplo, a lei orçamentária de 2003 previa receitas de R\$ 352,7 bilhões, mas esse número foi revisado para R\$ 363,2 bilhões. Para 2004, a proposta Orçamentária foi elaborado com uma previsão de crescimento do PIB de 3,5% e uma inflação de

5,5%, dados absolutamente inseguros, mas que, se confirmados, assegurariam um crescimento de 12,6% em relação ao ano de 2003.

Pela Constituição Federal (Parágrafo Único do Art 198), o Sistema Único de Saúde “será financiado, nos termos do Art. 195, com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes”.

Além disso, a Constituição Federal (Art. 198 e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, 77), combinado com a Lei Orgânica da Saúde 8080, determina que os recursos sejam utilizados exclusivamente em ações e serviços públicos de saúde que, segundo os Art. 3 deste último dispositivo, define que as ações relativas a saneamento e alimentação e várias outras relativas a trabalho, salário, habitação, lazer etc não são típicas de saúde, mas, sim, áreas e ações condicionantes e determinantes de saúde, podendo assim abranger quase todas as demais áreas.

Com base nisso, os recursos financeiros destinados pelos governos para fazer ações e serviços de saúde não podem ser usados para financiar ações referentes aos condicionantes e determinantes de saúde, ainda que digam respeito à preservação e aumento da qualidade de vida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso, em seu Artigo 59 & 2º, previa exatamente isso, ao caracterizar que: “Para efeito do inciso II do caput considera-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida e a par-

cela do Ministério financiada com recursos do Fundo de Combate e erradicação da Pobreza”. Entretanto, o Presidente vetou este parágrafo, argumentando que: “A exclusão das dotações orçamentárias do Ministério da Saúde financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do montante de recursos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde cria dificuldades para o alcance do equilíbrio orçamentário, em face da escassez dos recursos disponíveis, o que contraria o interesse público, motivo pelo qual se propõem oposições de veto a esse dispositivo”.

Qual o significado disso?

Com o veto e a conseqüente retirada do parágrafo 2º, do Art. 59, da LDO, legalizava-se a possibilidade de colocar como despesas de saúde, no Orçamento da área, despesas que não são ações e serviços de saúde, ou seja, produziu-se efeito autorizativo.

Efetivamente, ao enviar a proposta orçamentária ao Congresso, o governo incluiu, nos R\$ 32,481 bilhões que orçou para a saúde, cerca de R\$ 3,5 bilhões que seriam contabilizados para o Fundo de Combate à Pobreza, financiando ações relacionadas ao Programa, inclusive medidas de saneamento, justificando-as como ações preventivas em saúde.

Em razão disso, gerou-se reação em contrário, entendendo-se que com isso escamoteavam-se recursos para aplicar nas ações e serviços de saúde pública, ou seja, medidas específicas da área, como determina a Constituição, a Lei 8080/90 e a Emenda 29. Além disso, pelos critérios de composição do Orçamento para 2004, conforme estabelece a Emenda, o valor do Orçamento deveria ser de R\$ 32,930 bilhões,

configurando uma diferença “a menos” de R\$ 449 milhões, em relação ao valor proposto pelo governo. Nestas circunstâncias, o Orçamento da saúde estaria sendo prejudicado em R\$ 4,020 bilhões.

Essa reação chegou a ser considerada pelo Presidente como uma ação movida pelo “lobby” dos donos de hospitais, o que ofendeu aos deputados que, também, manifestaram contrários a ele.

Todavia, o próprio Ministério da Saúde considera a Emenda auto-aplicável e manteve-se em sintonia com o Conselho Nacional de Saúde que havia aprovado, em maio de 2003, a Decisão 322. Tal Decisão não incluía as despesas com inativos, dívida e financiamento com Recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza como elementos componentes de ações e serviços de saúde pública. Esse entendimento foi reafirmado em agosto, quando, em protesto ao veto presidencial, em reunião extraordinária, aprovou a Deliberação 001 que se manifestava pela manutenção dos percentuais previstos na Emenda 29 e contra a inclusão desse tipo de despesas. O próprio Ministro, em função de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro ao STF, em que questionava essa posição do Conselho, manifestou-se convalidando a Deliberação, num evidente conflito com a forma como o governo, encaminhava a questão.

No desdobrar da polêmica, duas ações no campo legal merecem referência. A primeira refere-se à recomendação assinada em nome do Procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles, pelos procuradores Aldenor Moreira Souza e Mário

Lúcio de Avelar, no dia 16 do corrente, respondendo a questionamento feito pelo deputado Roberto Gouveia e pelo ex-deputado e atual coordenador da XII CNS, Eduardo Jorge, acerca da imprópria conduta do governo. Nela, o procurador sugere, “em tempo hábil” que o Presidente envie uma emenda a proposta de orçamento corrigindo a situação e complementando os R\$ 4,020 bilhões que faltariam para cumprir as determinações constitucionais. A segunda diz respeito à ação protocolada no STF, pelo deputado Juthay Junior, líder do PSDB, chamada “arguição de descumprimento do preceito fundamental”, com base no argumento de que o governo não cumpre a Emenda – 29. Nessa ação, o deputado pede que a Justiça conceda liminar, suspendendo a tramitação da lei orçamentária. Segundo a imprensa que vem tratando dessa questão, cogitam alguns deputados a possibilidade de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão.

Tais fatos, somados às reações do Movimento SOS Saúde, lançado em 1º de outubro pela Frente Parlamentar de Saúde e apoiado por importantes segmentos e Entidades do movimento sanitário e sindical, sobretudo após a mídia passar a dar ampla cobertura aos fatos, o governo esboça reações conciliatórias e recuos à sua posição.

Também aqui dois fatos são emblemáticos, após uma inconseqüente tentativa do governo de desqualificar a ação da Procuradoria Geral, por esta estar se manifestando antes da existência de “fatos concretos”.

Uma delas foi o pronunciamento do deputado Henrique Fontana, quando, mesmo integrando a mani-

festação realizada pela Frente Parlamentar, foi à Tribuna da Câmara e apresentou a posição do governo: “Tenho a dizer que estamos sendo sensíveis, temos tido hoje várias reuniões com os Ministros envolvidos e com o Presidente para encontrar mais rápido possível uma solução que nos tire desse impasse”. A outra refere-se ao pronunciamento do relator do Orçamento deputado governista Jorge Bittar: “Farei um grande esforço para substituir os recursos do Fundo da Pobreza alocados na área da saúde.”, afirmando, na seqüência, desconhecer de onde saíram os recursos, na medida que descarta a revisão para cima da previsão de arrecadação, o que significa que “apertos” ocorrerão em outras áreas, inclusive nas verbas reservadas para as emendas parlamentares, que mesmo assim são insuficientes para cobrir o montante necessário à correção do problema.

Embora tais posicionamentos fossem promissores, não deixavam de existir preocupações adicionais, caso a questão não se resolvesse, isto porque, uma vez configurado como possível, serviria de justificativa para comportamento semelhante de estados e municípios, que como já referimos, estão incorrendo nesta irregularidade. De outra parte, a possibilidade que se apresentava de aprovação, na Reforma Tributária, de inclusão da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a Emenda – 29, abria brecha legal para que estados e municípios criassem esquemas semelhantes, instituindo DRE e DRM, o que significa redução global nos gastos de saúde no país. Além disso, o Art. 96, do Relatório da Reforma Tributária, cogitava da diminuição da base de

aplicação do percentual de 12% dos estados, ao excluir dessa base os 13% de pagamento da dívida. Também congelava a obrigação de vinculação no valor empenhado pelos estados, em 2003, e, pior, já aplicando neste ano a diminuição da base.

### **O desfecho da questão e seus desdobramentos**

O mês de outubro de 2003 foi de grandes apreensões e esforços, no sentido de reverter o quadro anteriormente descrito. Destaque especial precisa ser dado às ações do Conselho Nacional de Saúde, por meio de sua Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS) que, juntamente com a Frente Parlamentar de Saúde, lideraram a reação de outras entidades de saúde e sindicais, no sentido de fazer reverter a posição do governo.

Com efeito, resultou disso o envio pelo Poder Executivo de mensagem ao Congresso Nacional, criando o parágrafo 3, para o Artigo 59, onde, para efeito das ações em saúde, são deduzidos os recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida, as despesas com encargos previdenciários da União (EPU). Entretanto, nenhuma menção ao Fundo da Pobreza.

Como pergunta Rosa Maria Marque, representante da ABRASCO, no Cofins/CNS: “Qual a gravidade dessa omissão?” É ela mesmo quem responde: “No momento em que os R\$ 3.571 milhões referentes ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Fonte 179) são considerados como ações de saúde, não só a Saúde deixa de contar com esse montante de recursos como é dado um duro golpe na construção da definição do que sejam ações típicas

de saúde. A inclusão da alimentação e nutrição e saneamento básico, atividades previstas para serem financiadas com a fonte 179, contrariam o parágrafo 2 do artigo 198 da Constituição, os artigos 5 e 6 da Lei 8.080/90 e a resolução nº 322 do Conselho Nacional de Saúde, homologada pelo Ministério da Saúde, em 8 de maio de 2003.”

Afora isso, diz a representante da ABRASCO, no CNS: “Mas além disso, mesmo se fossem considerados os recursos do Fundo de Combate à Pobreza, o orçamento previsto para 2004 não cumpre com o disposto na EC 29: no lugar de R\$ 36.770 milhões (orçamento de 2003 mais a variação nominal do PIB 2003/2002 de 20,91%, segundo o IBGE) foi encaminhada uma proposta de R\$ 35.803 milhões, ou seja, menor em R\$ 967 milhões. Dessa forma, somando-se esses R\$ 967 milhões aos R\$ 3.571 milhões do Fundo de Pobreza, o Ministério da Saúde está correndo o risco de um verdadeiro “desfinanciamento”, da ordem de R\$ 4.438 milhões.” Conclui afirmando “Em termos comparativos, é como se o orçamento, deste ano, fosse cortado em 14,8%.”

Com base nesse tipo de análise, o governo cada vez mais se viu pressionado, o que levou sua base de sustentação a também apoiar a aprovação, no Congresso Nacional, em 31 de outubro, substitutivo ao Projeto de Lei nº 33/03, que acrescenta parágrafo à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, retirando do Orçamento os recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida, da Previdência Social e o dinheiro do Fundo de Combate à Pobreza.

Segundo informe prestado pelo deputado federal Roberto Gouveia

(PT/SP) em novembro de 2003, a alteração permitiu que o parecer preliminar do deputado Jorge Bittar (PT/RJ), aprovado na Comissão Mista do Orçamento, já previsse as fontes para recompor o Orçamento da Saúde. A verba da área da saúde, pelo parecer aprovado, seria recomposta pelo remanejamento de R\$ 2.678 bilhões de outras fontes do Orçamento, como a Cofins; pelo corte de R\$ 1,2 bilhões dos recursos destinados a investimentos na área de infra-estrutura; e pela destinação de R\$ 800 milhões por meio de emendas de parlamentares, o que equivale à cerca de 30% das emendas. Desta forma, diz ele: “serão acrescidos ao orçamento da saúde R\$ 4.678 bilhões.”

Ainda em dezembro de 2003, antes da aprovação da Lei Orçamentária pelo Congresso, uma segunda polêmica se estabelece em relação ao Orçamento da Saúde.

O fato foi descoberto pelos parlamentares da Comissão Mista do Orçamento, ao votarem o relatório setorial da saúde. Quando examinavam um anexo do Orçamento enviado pelo Ministério da Saúde ao Congresso, nele, perceberam que, na distribuição dos recursos para o Piso de Atenção Básica (PAB) e para procedimentos de Alta Complexidade (MAC), de forma global, as transferências dos dois programas descentralizados cairiam de R\$ 17,8 bilhões para R\$ 16,6 bilhões. Isto porque que o governo havia decidido aumentar de R\$ 171 milhões para R\$ 2,37 bilhões a fatia de recursos gerenciados diretamente pelo Ministério da Saúde, com isso, reduzindo a parte que cabe à gestão descentralizada.

Em função de reclamos dos parlamentares da Frente de Saúde que

alegaram que a medida feria critérios pactuados pela Comissão de Intergestores Tripartite do SUS e referendados pelo Conselho Nacional de Saúde, a situação foi, posteriormente, corrigida.

Com isso, o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional contemplou a área da saúde com um montante de R\$ 36,6 bilhões, uma variação positiva de 18,7%, em relação ao Orçamento de 2003 estabelecido em R\$ 30,1 bilhões.

Tal desfecho é, sem dúvida nenhuma, expressão de vitória do processo de controle social sobre o Governo Federal e traz como consequência maior ânimo à vigilância, ao cumprimento da Emenda 29, por parte dos estados e municípios que continuam tentando e insistindo em desconsiderá-la.

Mesmo com tudo isso, os desafios em relação à questão do financiamento da saúde persistem.

Entre eles, há que se considerar a necessidade de ampliação dos recursos públicos aplicados na área, uma vez que, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, decorrentes de pesquisas realizadas, no Brasil, o dinheiro privado continua compondo a maior parte dos gastos da área, pois somente 41,6% tem origem em recursos públicos.

Além dessa situação, é pertinente a manifestação feita pelo Ministro Humberto Costa quando afirma que: “O gasto público é pequeno, mas o mais grave é que nós não gastamos bem em saúde. Nós temos ainda muitos problemas de gestão que queremos trabalhar no ano que vem. Ampliar o controle sobre os recursos que são gastos para que a gente garanta que cada centavo despendido pelo poder público chegue

até a população”.

Nessa perspectiva, não se poderia deixar de registrar o importante papel que vem sendo desenvolvido pelo Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Mecanismo criado em 1999, por ação conjunta do Ministério da Saúde, Procuradoria Geral da República, Conselho Nacional de Saúde, CONASS e CONASEMS, o SIOPS reúne informações sobre o financiamento e o gasto com saúde pública dos municípios, estados e da União, constituindo-se em banco de dados único, no âmbito das políticas sociais no Brasil, produzindo informações com regularidade e com qualidade crescente.

Também deve-se arrolar entre os desafios futuros o aprimoramento dos parâmetros para o financiamento decorrentes do dispositivo que define, para 2005, a revisão da PEC 29. Algumas propostas já se configuram no cenário legislativo como o Projeto de Lei Complementar 01/2003, de autoria do deputado Roberto Gouveia que atualiza os percentuais mínimos de participação da União, estados e municípios.

Tal PLC propõe a garantia de aplicação mínima de 11,5% do total de receitas de impostos e contribuições pela União, 12% pelos estados e 15% pelos municípios, mais a variação nominal do PIB ou taxa de incremento populacional, a que for maior. Em cada esfera do governo, a distribuição dos recursos ficará a cargo dos respectivos Conselhos de Saúde, considerando o perfil sócio-demográfico e epidemiológico de cada região e as características quantitativas e qualitativas de suas redes de saúde. Pelo Projeto, a não aplicação dos recursos



e/ou a não participação da sociedade civil na definição de suas destinações serão consideradas crime de responsabilidade.

Outro elemento importante a considerar e que confirma que ainda se está frente a uma questão em aberto configura-se no fato de que a XXII Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro de 2003, aprovou a reivindicação de vincular o orçamento da saúde a 10% das receitas correntes da União. Para se ter uma idéia da dimensão dessa linha de proposta, basta citar que caso essa vinculação existisse, em 2004, estima-se que a saúde teria um orçamento da ordem de R\$ 42,4 bilhões, correndo-se, porém, o risco de perdas, caso o “espetáculo do crescimento” prometido pelo governo não ocorra, polêmica central no cenário político/econômico do país.

## Conclusão

A forma discursiva e descritiva, talvez pouco acadêmica, deste texto buscou enfatizar uma trajetória de construção política que, como a história, se faz e se refaz na dinâmica imposta pelos sujeitos sociais que, com suas aspirações, seus interesses, suas convicções e sua determinação, impõem a dinâmica da transformação social. Assim, o que se conclui é que para o ANDES SN, um Sindicato classista, autônomo e democrático, esta questão não pode passar despercebida, exigindo de sua militância estudos, muita reflexão e certamente intensos debates, condições que dão consistência e legitimidade a seus futuros posicionamentos.

## Notas

1. As Agência Reguladoras foram concebi-

das como mecanismos para ampliar o controle do Estado sobre as empresas privadas que prestam serviços considerados essenciais, apaziguando a dualidade de preocupações expressa, de um lado, na garantia de não prejuízo aos usuários e, de outro, na preservação de interesses empresariais, tarefa que não tem sido capazes de executar, conforme largamente denunciado pela mídia nacional. Inicialmente foram criadas a ANATEL (telecomunicações) e a ANEEL (energia elétrica), para regular setores total ou parcialmente privatizados e, em 1988, a ANP (petróleo e gás). Posteriormente, mais seis agências foram criadas, entre as quais a ANVISA (vigilância sanitária) e a ANS (saúde suplementar). O Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), em função de pesquisa realizada em março de 2003, demonstrou que as agências estão longe de cumprir como deveriam as funções fiscalizadoras e de defesa dos consumidores. Segundo essa Entidade, numa escala de zero a dez, elas tiveram um desempenho ruim de 4,2 pontos sendo a ANS a segunda com pior avaliação (2,7 pontos). Em 2003, o governo colocou sob consulta pública dois ante-projetos de lei sobre esse tema. Sua intenção era enviar a matéria para discussão e apreciação no Congresso Nacional.

2. Em fevereiro de 2003 o Presidente Lula afirmou, em relação à atuação das agências, que o Brasil havia sido “terceirizado” e que só ficava sabendo do aumento de tarifas pelos jornais. Em seqüência, colocou sob consulta pública dois ante-projetos de lei sobre esse tema. Sua intenção, entretanto, balança entre a extinção de algumas agências como a ANA (águas) e a ANCINE (cinema), e a criação de outras como a ANAC (aviação).

3. Encontra-se, na pauta da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, como um dos seus itens considerados prioritários, o Projeto de Lei Parceria Público X Privada (PPP), já tendo inclusive uma Comissão Especial para analisá-lo.

4. Segundo o novo Diretor Presidente da ANS, Sr. Fausto Pereira da Silva, a agência, em 2004, trabalhará para converter a Lei 9.656 numa “lei definitiva”, hoje verdadeira “colcha de retalhos”, decorrente de regulamentações via Medida Provisória e normas posteriores. Para tanto, deverá ser enviado ao Congresso um Projeto de Lei que incor-

pore as modificações decorrentes da implantação do Estatuto do Idoso e as modificações propostas pela CPI dos Planos de Saúde e do Fórum que discutiu o Setor de Saúde Complementar.

5. Em seu Relatório Anual, a Organização Mundial da Saúde (OMS), baseada em dados de 2002, definiu que a expectativa de vida no país é de 68,9 anos e que nossa população perde 13,3% de seus anos em condições de saúde não apropriadas, o que nos colocaria apenas na 99ª posição, entre 192 países, caso se fizesse um ranking com base nos anos de vida saudável da população. Acrescenta, ainda, o Relatório que o governo destinou, em 2001, só 8,8% dos gastos públicos à saúde, uma das taxas mais baixas da América Latina.

6. Estima-se que o Setor já recrutou, em suas diversas modalidades de assistência, em um mercado que se mostra crescente, cerca de 38 milhões de brasileiros.

7. Dados expressos em vários estudos econômicos apontam que de 1988 para 2003 a carga tributária passou de 23,4% do PIB para 35,2%. Somente de 1999 para 2002 a carga tributária teve um aumento sem precedentes da ordem de 20%.

8. Enquanto em 2002, segundo a execução oficial do Orçamento da União, publicada em Diário Oficial, o Orçamento teve uma execução de 95,2% e as despesas com investimento chegaram a 55,7% do programado, em 2003 em que o Orçamento foi de R\$ 1,1 trilhão, incluindo o refinanciamento da dívida pública e, nesse caso, a execução foi de 79,6%, tendo o governo realizado apenas 46,25% dos investimentos de R\$ 14 bilhões programados. Esse relatório de gestão fiscal informa ainda que as despesas de 2003 que ficaram para ser pagas em 2004 são de R\$ 22,9 bilhões superior a que restaram em 2002 que foram de R\$ 13,8 bilhões. Ao sancionar o Orçamento de 2004 o governo determinou o primeiro contingenciamento, limitando despesas discricionárias dos ministérios em 6%. Tal bloqueio persiste até que o governo faça o decreto de programação financeira. Assim até que isso ocorra os ministérios só podem gastar R\$ 4,3 bilhões do total de R\$ 67 bilhões para um conjunto de despesas que exclui os pagamentos com pessoal, os benefícios previdenciários e juros da dívida.

9. Em 2003, o superávit primário acordado

com o FMI para pagamento de juros que deveria ser de 3,5% do PIB, foi ajustado pelo governo para R\$ 65 bilhões (4,25% do PIB), tento efetivamente chegado a R\$ 66,17 bilhões (4,32 % do PIB), percentualmente o maior desde 1994, o que não impediu que a dívida pública tenha-se tornado R\$ 32 bilhões maior. Este montante de despesas com juros representa quase cinco vezes o gasto no ano com saúde. O Orçamento da União para 2004, prevê a necessidade de uma economia de R\$ 41,8 bilhões como superávit primário, para pagamento de juros acordado com o FMI, no ano passado. Entretanto, a relação dívida líquida X PIB, que tinha alcançado 41,7% em 1988, fechou 2002 em 55,5%. Em 2003, alcançou o valor de R\$ 913,45 bilhões, ou seja 58,2% do PIB, sendo que só com pagamentos de juros foram gastos R\$ 145 bilhões. Em 2004 segundo estimativas da Consultoria Tendências, o estoque da dívida deverá passar de R\$ 920 bilhões para R\$ 1 trilhão, isso basicamente em razão da desvalorização do câmbio traduzida no aumento do valor do dólar como já vem-se verificando. O fato é que apesar do aumento de gastos com juros (R\$ 78 bi em 2000, 86,4 bi em 2001, R\$ 114 bi em 2002 e R\$ 145 bi em 2003) a dívida não para de crescer (R\$ 563 bi em 2000, R\$ 660 bi em 2001, R\$ 881 bi em 2002 e R\$ 913 bi em 2003)

10. O jornal *Correio Braziliense*, em 1995, edições dos dias 10 e 25 de abril publicou matérias intituladas: Saúde recebeu R\$ 0,00 do Fundo Social e Jatene diz que falta dinheiro, retratando essa situação.

### Referências bibliográficas

- 1 - A EMENDA pior que o soneto?. **Boletim da ABRASCO**, ano XVIII, nº 83, p.2, out/dez. 2001.
- 2 - A SAÚDE do Brasil precisa de mais recursos. *Jornal do CONASEMS*. Ano VIII, nº 94, jun/jul. p.3. 2003.
- 3 -ALTERNATIVAS de financiamento é tema em AL. **Jornal do CONASS**, V.2, nº 2, p.8, jul-ago., 1995.
- 4 - ANDES SN, SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Relatório Final do XII Congresso, Teresina, março, 2003.
- 5 - ANDES SN, SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Relatório Final

do 47º CONAD, Natal, out/nov, 2003.

- 6 - BRASIL 2000. Constituição de 1988. Emenda Constitucional nº 29. Dispõem sobre recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. **Diário Oficial da União nº 178 E**. Brasília, 14 de setembro de 2000, Seção I. p.1
- 7 - BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de emenda da constituição n. 169, de 1993**. Altera o inciso IV do artigo 167 e o artigo 198 da Constituição Federal e prevê recursos orçamentários a nível da União, Estados e Municípios para a manutenção do Sistema Único de Saúde com o financiamento das redes públicas, filantrópicas e conveniadas. Apresentada pelos Srs. Waldir Pires e outros. 7 jul., 1993
- 8 - BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Sinopse da sinopse do SIVIRE-3**. Brasília, abril. 1995.
- 9 - BRASIL. SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à Constituição n. 40, de 1995**. Dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde. Brasília, 1992.
- 10 - CARVALHO, Gilson. **Governo desfigura a PEC-169 diminuindo recursos para a saúde**. Mimeografado, p. 4, São José dos Campos, mar. 1997.
- 11 - CMF passa no Senado e vai para a Câmara. **Jornal de Brasília**, Brasília, 9 de nov. 1995
- 12 - COFIN analisa o impacto do veto presidencial no financiamento da saúde. **Boletim da ABRASCO** n 89, p 17, out. 2003.
- 13 - CONCEITUANDO a PEC da Saúde. O desafio, agora é a correta aplicação dos recursos. *Jornal do CONASEMS*. Ano V, nº 67, out. p.14. 2000.
- 14 - CONGRESSO aprova recomposição do orçamento da saúde. **Boletim do mandato popular do deputado federal Roberto Gouveia** – PT/SP. ano 1, nº 9, nov. 2003.
- 15 - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 316, de 4 de abril de 2002. Aprova diretrizes acerca da aplicação da Emenda Constitucional nº 29/00.
- 16 - FAVERET, Ana Cecília de Sá Campello. A vinculação Constitucional de Recursos para a Saúde: avanços entraves e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*. V 8, nº 2, 2003. ABRASCO Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva.
- 17 - FINANCIAMENTO da Saúde. Emenda

Constitucional 29/2000. Saiba como usa-la. Publicação do Gabinete dos Dep. Eduardo Jorge e Roberto Gouveia. Public. Avulsa. p.14. São Pulo.

- 18 - FINANCIAMENTO: a reforma constitucional que a saúde precisa. **Boletim da ABRASCO**, v. 13, n. 56, p.1, abr./jun. 1995.
- 19 - GOVERNO corta investimentos no setor saúde **Misericórdias: Jornal das misericórdias do Brasil**, Brasília, v. 2, n. 18, p. 3, ago., 1995.
- 20 - JATENE revela verdades do orçamento. **Misericórdias: jornal da confederação das misericórdias do Brasil**, Brasília, v.2, n.18, p. 1, ago., 1995.
- 21 - MARQUE, Rosa Maria & MENDES, Áquilas. **O financiamento da atenção a Saúde no Brasil**. Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde. P. 118-155. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Dez. 2000.
- 22 - SA FATLE, Cláudia. IPMF para ajudar a saúde. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 8 de maio 1995.
- 23 - TEIXEIRA, HV & TEIXEIRA, MG. Financiamento da Saúde Pública no Brasil: a Experiência do SIOPS. *Ciência & Saúde Coletiva*. V 8, n 2, 2003.

\* **Fernando Pires** é professor Titular da Faculdade de Odontologia da UFRGS (Aposentado).

# Leandro Konder



Entrevista e apresentação por  
***Antônio Ponciano Bezerra e Janete Luzia Leite***

**LEANDRO KONDER** é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e um intelectual e militante histórico, no campo da esquerda brasileira. Na história do pensamento filosófico brasileiro, ele se eleva como um estudioso e divulgador competente das idéias estéticas de Luckács que muito contribuíram para o enriquecimento das reflexões no campo das letras e das idéias, no Brasil.

No entanto, como ele mesmo nos confessa, a sua formação política teve influência decisiva do pensador italiano Gramsci.

Nesta entrevista, o professor Leandro Konder nos relata sobre passagens de sua atividade política, no quadro do PCB, sua experiência no exílio, durante a ditadura militar, seu ingresso e saída do Partido dos Trabalhadores (PT).

"Memória é identidade. Só conseguimos ter uma certa idéia de quem somos, se dispusermos de algumas referências a respeito do caminho que percorremos para chegar onde estamos. O desmemoriado é o sujeito que não sabe mais quem é". - Leandro Konder.

**Universidade e Sociedade – Gostaríamos de iniciar pedindo que o senhor fizesse uma breve descrição de sua trajetória de militância intelectual e política junto ao PCB, ressaltando a sua relação, a sua contribuição ao partido, seu trabalho, a sua produção intelectual ainda hoje relevante e presente em bibliografias de cursos superiores.**

**Leandro Konder** – Eu praticamente nasci no meio do Partido Comunista. Meu pai se envolveu no movimento de 35, participou dele e foi avisado que ia ser preso, tentou fugir com minha mãe. Chegou em Petrópolis, eu nasci e, em consequência disso, ele foi preso. Foi preso por causa do meu nascimento. Sempre digo aos meus amigos psicanalistas que os primeiros vinte anos de análise – no dia que eu fizer análise – vão ser dedicados a resolver o problema com o meu pai. Eu nasci causando a prisão dele. Eu desde pequeno procurava entender aquilo; que estranha religião era aquela daquelas pessoas; o meu pai, os amigos dele. Eles eram meio maluquinhos, eu achava. Eles não eram do mal. Então, eu queria entender aquilo e terminei me envolvendo com o comunismo. Com 15 anos, entrei para a Juventude Comunista e depois passei ao partido e fiquei, durante 31 anos, no Partido Comunista. Acho que aprendi muita coisa e depois percebi que a forma do par-

72 a dezembro de 78 – a partir de 79/80, a gente foi vivendo a decepção interna brasileira com o Partido Comunista e, em 81/82, saí do partido.

**US – Professor, como se deu a sua militância de esquerda no Brasil durante a ditadura militar? O sr. foi exilado político neste período? Pode relatar essa experiência?**

**LK** – Nós ficamos muito impressionados, muito surpreendidos com o golpe de 64. Eu me lembro que, em abril de 64, um companheiro disse assim: “companheiros, essa ditadura veio para ficar algum tempo; no mínimo uns dois anos”. Esse era o pessimista. Nós estávamos avaliando mal a situação. Eu era advogado sindical, advogado do Sindicato dos Sapateiros, desde 59/60, e com os interventores nos sindicatos durante a ditadura – perdemos o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Aeronautas – mudei de vida. Foi bom porque eu estava cansado de advogar e então me dediquei a livros. Comecei a trabalhar em ligação com a editora Civilização Brasileira, participando da resistência à ditadura, em contato com o pessoal do teatro, pessoal do cinema. Havia um movimento de oposição bastante amplo e aí a ditadura nos golpeou com o AI-5, em dezembro de 68, ficou difícil atuar politicamente.

**Eu me lembro que, em abril de 64, um companheiro disse assim: “companheiros, essa ditadura veio para ficar algum tempo; no mínimo uns dois anos”. Esse era o pessimista. Nós estávamos avaliando mal a situação.**

tido, a forma leninista, estava meio se esgotando, se exaurindo. Ela foi eficiente durante um certo período – nos anos 30, alguns Partidos Comunistas deram certo -, mas a maioria não deu certo, a maioria ficou marginalizada. Então, fui levado a repensar a experiência leninista. Tive muita esperança com o comunismo italiano, menos com o eurocomunismo. No eurocomunismo, nunca acreditei muito; sempre achei uma coisa meio demagógica. Mas o partido italiano existiu, tinha muitos amigos, era muito interessante, no seu impulso renovador. Retardei a minha saída do PCB, um pouco, em função da esperança que tinha no PCI, o partido italiano. Mas acabou que não houve jeito mais de evitar isso, então quando chegamos aqui, de volta do exílio – fui exilado de agosto de

Prenderam um dos nossos companheiros com material em casa, o material nos incriminava. Mas eles me pegaram por outra coisa, não pelo comitê cultural; me pegaram porque eu era ex-cunhado da mulher do José Salles, Marli Viana. Esqueci que o José Salles era o secretário da organização do PCB. Fui preso, depois eles perceberam que não podiam fazer isso comigo, eu era um militante legal. Então apelei para a experiência deles. Eu disse: “olha, vocês sabem que José Sales é Secretário de um partido clandestino. Como é que ele daria o seu endereço para mim, que sou legal?”. Não sabia mesmo o endereço dele, mesmo que eles me torturassem e eu enlouquesses; não podia nem entregá-lo. Acabaram me soltando e me processando com base nos documentos que



encontraram na casa desse companheiro do Comitê Cultural. Então, os advogados me aconselharam a sair do país. Tinha alguns amigos alemães que me ajudaram a montar um esquema. Saí do país e fui para a Alemanha, onde começou o meu exílio. Mas, no exílio, a gente trabalhava também politicamente. A gente se reunia em Paris – tinha que ser, era a preferência geral – e fazia o jornal *Voz Operária*, um jornalzinho que a gente tentava distribuir no Brasil, através de alguns sistemas precários. Certa vez, tive uma alegria quando estava passeando com uma amiga por aquelas ruelas de Paris e, de repente, quem eu vejo? Delfim Neto. Tive essa alegria de poder dar uma vaia nele no exterior. Ele



priamente original. Fui um bom divulgador, acho que sim.

**US – Alguns intelectuais reputam à influência luckasiana uma sensibilidade maior que alguns comunistas têm, ao contrário dos althusserianos, que são mais duros. O sr. vê isso?**

**LK –** Luckács tem uma visão da arte muito mais convincente do que a do Althusser. Ele vê na arte um papel importantíssimo na construção do conhecimento. Você não conhece uma realidade do movimento histórico, do movimento social, sem arte. A arte desempenha um papel fundamental de revelação da essência significativa desse movimento. Os althusserianos não têm muita sen-

**Você não conhece uma realidade do movimento histórico, do movimento social, sem arte. A arte desempenha um papel fundamental de revelação da essência significativa desse movimento.**

não podia fazer nada contra mim. Gritei: gordo filho de não-sei-o-quê. Ele me olhou, meio espantado, querendo saber quem eram aqueles franceses, parisienses, que o identificavam e gritavam, em português, gordo filho-de-não-sei-o-quê.

**US – O sr. é um dos intelectuais pioneiros no campo da reflexão sobre a arte, na perspectiva marxista. Poderia comentar esse seu trabalho e como essa atividade intelectual se faz hoje, se ainda se faz, no Brasil?**

**LK –** Perdemos há pouco tempo – uns dois anos e meio – uma figura do pensamento estético brasileiro, Fayga Ostrower. Eu acho-a extraordinária, muito interessante, muito original, muito valente. Mas a minha grande influência não foi Fayga, fui influenciado por Luckács. Luckács era um sujeito sólido, mas meio duro na crítica de arte; o combate ao que ele chama de decadência leva-o a cometer algumas injustiças contra alguns autores da vanguarda. Contra Kafka, por exemplo; acho Kafka maravilhoso. Proust, também. Acho-o injusto com Proust. Joyce não gosto, mas Proust e Kafka, não. Então, nessa época, o meu trabalho consistia muito em divulgar as idéias do Luckács, mas eu não desenvolvia a reflexão pro-

sibilidade para a História e não têm muita sensibilidade para a Arte. Eles colocam questões até, às vezes, interessantes. Nós tínhamos uma vantagem sobre eles: Luckács nos punha em contato direto com a grande arte – o que ele chama de grande arte – e isso foi muito bom para nós. Mas hoje é preciso ir além do Luckács. O que a gente percebe, o que a gente entende, o que a gente vê nos desafia a ir além dele, pensar coisas que ele não pensou, resgatar autores que ele desprezou.

**US – Que papel desempenhou Gramsci na sua formação intelectual?**

**LK –** Luckács influenciou mais o raciocínio abstrato, mais filosófico, mais abstratamente teórico, estético, de Teoria do Conhecimento. Gramsci filosoficamente é menos interessante que Luckács, mas politicamente é muito importante. Eu diria que ele tem um uso mais diretamente estimulante que o uso das concepções de Luckács. Gramsci é mais instigante na política, no pensamento político; ele tem libertado minha cabeça de alguns dogmas mais estreitos do legado marxista não desenvolvido.

**US – Como o PCB tratou as questões da cultura**

ao longo da sua experiência política no partido?

**LK** – Eu concordo com o Carlos Néelson quando ele diz que o PCB foi muito hábil e deixou a cultura entregue aos intelectuais. A cultura não alterava nada e eles guardavam a cultura da política. A gente participou pouco das discussões, a gente não foi fundo nas discussões políticas, ao contrário dos gramscianos argentinos. Os argentinos que liam Gramsci discutiam política; a gente aplicava Gramsci na crítica da cultura. Incomodava menos, eu diria assim. Em matéria de incomodar a direção, os argentinos estavam melhor que nós.

**US** – Outra questão seria em relação ao papel da Civilização Brasileira como uma editora de apoio ao PCB. O que se conhece, daquela época, é que ela realmente divulgava as idéias de pensadores como Luckács, o próprio Marx. O sr. pode comentar, um pouco, o papel dessa editora?

**LK** – Ênio Silveira tinha uma característica muito positiva e muito curiosa. Era o dono da editora e era comunista. Ele dizia assim: “a editora é minha, não é do



uma repressão muito braba; estouraram bomba, fizeram o diabo!

**US** – Mudando um pouco de campo, seria interessante que a gente falasse de questões de conjuntura. Do ponto de vista político mais geral, como o sr. está vendo o momento atual?

**LK** – Um momento feio, difícil, com uma desmobilização muito grande. A ideologia dominante conseguiu se enraizar e isso produziu efeitos muito profundos. O capitalismo se tornou realmente muito acentuadamente hegemônico, a lógica do capitalismo prevalece. Existe uma resistência, mas uma resistência difusa, politicamente ainda muito pouco amadurecida, que repete fórmulas já desgastadas e isso não adianta. É um momento que tem gerado desânimo em muitas pessoas; eu tenho visto isso. As contradições estão aí. Nenhuma contradição foi resolvida. Embromação vai até certo ponto, até certo limite. Depois, ela não funciona. Eu estou decepcionado com o governo Lula. O governo Lula foi eleito em função de um grande movimento popular e o principal compromisso dele seria contribuir para a organização e fortale-

**Eu estou decepcionado com o governo Lula. O governo Lula foi eleito em função de um grande movimento popular e o principal compromisso dele seria contribuir para a organização e fortalecimento desse movimento popular do qual ele era líder, mas ele entrou por um terreno de ambigüidades, conchavos, acordos.**

partido”. Então, seguia, na editora, uma linha que era a linha dele, comunista. Mas não deixava que a direção do partido interferisse além da conta. Então, publicou realmente vários autores, mas publicou em função de convicções pessoais. Quando lhe apresentei o primeiro plano de publicar ensaios do Luckács, ele aprovou na hora, concordou plenamente. Quem não aprovou foi o velho Luckács. Mandei para ele o plano e ele disse: “é muito eclético, tem muita coisa diferente, por que não fazer algo mais humilde, em torno de uma questão só: a questão estética, a questão literária. O livro ficou com uma unidade, um ensaísmo literário do Luckács. Teve um grande sucesso, vendeu bem. Mas a editora enfrentou

cimento desse movimento popular do qual ele era líder, mas ele entrou por um terreno de ambigüidades, conchavos, acordos e, nesse terreno, ele consegue algum êxito imediato, mas se condena a um desgaste inevitável com o tempo. Nós também estamos mal, porque não conseguimos propor uma alternativa convincente, clara. Nosso campo está muito confuso, o campo da esquerda.

**US** – Nessas últimas décadas, assistimos à migração de intelectuais conhecidos como intelectuais da esquerda para o campo do poder. Como o sr. avalia essa postura dos intelectuais?

**LK** – Eu sou um marxista da velha guarda, cabeça feita, formado pelo pensamento de Marx.

Então, eu tendo sempre a, nessas horas, recorrer ao que disse o velho Marx. O velho Marx sempre disse muito claramente o seguinte: “o intelectual não é uma classe social”. Então, o comportamento do intelectual depende da inserção dele na luta de classes. Os nossos intelectuais têm, no conjunto, a característica de críticos em função da oposição a

denuncia isso. Isso tem que ser denunciado, mas a gente tem que encaminhar uma política alternativa de superação dessa desigualdade. O caminho não é o do Lula. Lula percebe o problema, mas Lula recorre a paliativos, medidas que vão diminuir um pouquinho – de 19,3 para 19,2 – e isso é muito pouco. Agora, você falar em revolução, as pessoas

**O comportamento do intelectual depende da inserção dele na luta de classes. Os nossos intelectuais têm, no conjunto, a característica de críticos em função da oposição a um governo conservador. Mas eles não são enraizadamente de esquerda.**

um governo conservador. Mas eles não são enraizadamente de esquerda. Um ou outro são pessoas militantes de esquerda, mas a maioria tende a ser simpatizante da esquerda, e como simpatizante se permite uma flutuação de comportamento político que é preocupante. Eu acho que já há algum tempo vem acontecendo este fenômeno. Quero lembrar o Weffort, por exemplo, já era um sinal dos tempos. Hoje se vê isso com mais facilidade porque Lula é mais convincente para estes intelectuais que Fernando Henrique. Era mais fácil para eles desconfiar de Fernando Henrique que de Lula e então eles estão predispostos a aderir. A um sinal de Lula, eles vão em massa para o governo.

**US – Quais são, dentro dessa perspectiva, desse enfoque, os problemas que a conjuntura atual aponta e como situar esses problemas em função da construção de uma verdadeira cidadania?**

**LK** – Eu sempre tenho um certo constrangimento porque, como sempre digo, não sou um cientista político, não sou um sociólogo. Os sociólogos e os cientistas políticos teriam como discutir isso entrando neste campo. Eu como filósofo, tenho aquele álibi maravilhoso de ficar discutindo questões gerais. Eu não sei muito como fazer; eu sei que é necessário que a gente tente. Já o que me preocupa no plano filosófico é o fato de não estarmos tentando mais, de estarmos semi-paralisados pela confusão ideológica. Agora, eu acho que nós temos que rever, por exemplo, a questão da nossa inserção no mercado mundial. A gente tem uma visão crítica da globalização, mas tem que encaminhar uma política de crítica da globalização. A gente tem aqui uma diferença de nível, uma disparidade, uma desigualdade social brutal. A gente

sequer entendem, as pessoas não entendem o que é isso. Mas eu sempre digo: revoluções ocorrem. São raras, mas acontecem. Então, de repente, se a realidade é contraditória e se a contradição é levada aos seus extremos, acaba ocorrendo uma explosão revolucionária. Eu, por mim, preferiria que essa revolução fosse um processo – mais do que uma explosão, a revolução por explosão não é uma boa coisa, mas se não houver jeito... Agora, a revolução como processo é muito difícil, mas corresponde a uma necessidade que é a necessidade da própria estrutura histórica da sociedade. Eu não acredito que os privilegiados na sociedade brasileira vão abrir mão dos privilégios com elegância, com classe e com um sorriso nos lábios. Então, nesse sentido, vai ser necessário um processo revolucionário de mobilização das camadas populares, das classes trabalhadoras – com toda a diversidade delas, mas é muito diferente do quadro da época de Marx, mas ainda existem as classes dos trabalhadores – mas os trabalhadores vão ter que se organizar e brigar muito para poder pressionar o poder e obter resultados significativos, para conseguir alcançar uma mudança real. Agora, como isso vai ser feito, não sou eu quem vai dizer. Não pertence ao nosso terreno análises tão exigentes.

**US – Nas últimas décadas, o que se denomina de neoliberalismo cresceu, se expandiu no Brasil e aumentou o processo de exclusão social e desestruturação da sociedade. Como o sr. avalia esse modelo?**

**LK** – É um horror. De repente o neoliberalismo é o quê? Qual é a relação do neoliberalismo com o antigo liberalismo? Eu acho que é o despuddor, a falta de vergonha. Quando existia a União

Soviética, ela era cheia de defeitos graves. De certa forma, o seu desaparecimento tem um lado que até me aliviou; eu não agüentava mais discutir marxismo e Lênin. Agora, por outro lado, o desaparecimento da União Soviética atrapalha a resistência contra a prepotência norte-americana. Os norte-americanos estão insuportáveis, o governo norte-americano é um horror e falta um contrapeso mais eficaz. O neoliberalismo foi levado à prática por estímulo dos norte-americanos e dos ingleses – basicamente norte-americanos e ingleses – e como ideologia legitimadora de uma lógica

está perpetuando isso com uma outra capa, que é a capa das reformas, da solidariedade, do combate à fome.

**LK** – Eu escrevi, há alguns anos atrás, um romance chamado Bartolomeu. Nele, o personagem narrador é um crápula, um reacionário e ele se orienta de acordo com as idéias de um general – Pantaleão – que é um personagem que eu criei, um reacionário empedernido, mas ao mesmo tempo muito hábil e com muita sensibilidade política. Existe isso. Então, o tempo todo ele dizia: vamos ver quais são as demandas que estão se

**O desaparecimento da União Soviética atrapalha a resistência contra a prepotência norte-americana. Os norte-americanos estão insuportáveis, o governo norte-americano é um horror e falta um contrapeso mais eficaz.**

ca cínica, truculenta mesmo, do mercado. Então, a postura política é de apoiar o que o mercado pede, o que o mercado quer. Isso para nós é um horror. Acho que isso já está em refluxo.

**US** – *As nações desenvolvidas conseguiram elevar significativamente a sua qualidade de vida, investindo em educação, ciência e tecnologia. Isso nem se vislumbra entre nós, brasileiros. Como avalia esse quadro?*

**LK** – Isso por razões históricas. A história da sociedade brasileira é uma história triste, sofrida, na qual os grupos dominantes tiveram sempre um ponto de eficiência reconhecida: manter os dominados, manter os de baixo em estado de desorganização. Isso é sistemático, não é casual. Não é um lapso porque o governo falhou. Não. O governo e as classes dominantes como um todo trabalharam sempre para manter os de baixo desarticulados. Então, nesse sentido, qualquer coisa que tenha a ver com a valorização da cultura, valorização da ciência, pesquisa, organização da educação pode prejudicar esse controle dos de baixo, através da sua desorganização pelos de cima, pelos privilegiados. É aí que a gente poderia entender melhor a natureza desse mundo estranho.

**US** – *O senhor está se referindo ao que Florestan Fernandes chamava de “tara elitista”, que é um traço comum na formação social e econômica do povo brasileiro. Parece que o atual governo*

agravando e vamos procurar dar algum atendimento a essas demandas porque, por um lado, eles vão ficar muito satisfeitos com esse microatendimento – conseguimos alguma coisa – e nós fortalecemos os nossos mecanismos de domínio. O general Pantaleão é um sujeito que tem atitudes moderadas. Se reúne com oficiais fascicizantes e diz: “você estão errados. Tem que fazer o jogo da democracia, tem que saber fazê-los participar do jogo da democracia. Vocês se isolam, vocês põem em risco as nossas conquistas”. Nossas quer dizer a classe dominantes. Com esse personagem eu acertei. O personagem não veio das camadas militares, como eu temia naquela época. Não veio do exército, não veio da direita tradicional, da direita clássica. Veio da nossa área, o que é mais triste. Nisso eu acho que errei, mas no espírito da coisa, eu acertei.

**US** – *Que considerações o sr. faria sobre os rumos que o PT e seu projeto de partido socialista assumiram, após a ancoragem no poder?*

**LK** - O PT vem fazendo uma coisa que já vinha sendo notada, mas que se ampliou que é essa manifestação de habilidade política conciliadora, de conciliação com conservadorismo. Eu sou muito cético quanto a essa linha. Ela obtém resultados imediatos, mas que são precários. Talvez dê alguma alegria a setores das camadas médias, mas vão frustrar o povão. A médio prazo, vão frustrar o povão. Nosso compromisso é com a maioria, nosso



compromisso é com o povo, realmente com a massa dos trabalhadores. E, nesse sentido, eu não encontrei espaço dentro do PT. Eu e meus dois amigos – Milton Temer, Carlos Nelson Coutinho e eu discutimos e resolvemos sair para provocar um pouco, para criar um caso.



Mas o PT absorveu bem. O Chico de Oliveira também, mas nós mantemos contato com ele. Percebemos que está na mesma jogada.

**US – E sobre essa onda de reformas, as acontecidas e as que estão para acontecer?**

**LK –** São muito setoriais e, às vezes, são muito, muito, limitadas. Em todo caso, tem sido criticadas veementemente e eu acho que devem ser observadas com atenção e interesse. Frequentemente, tem pontos que eu acho que são muito lúcidos. Agora, mesmo que elas fossem corrigidas, elas encaminham uma transformação efetiva da sociedade brasileira? Eu acho que não. Eu acho que as transformações são necessárias, mas desde que elas se articulem para formar uma espécie de processo revolucionário. Ou, se a palavra revolucionário assustar muito, um processo revolucionador na sociedade.

**US – O sr. foi um advogado de sindicato. Como o sr. avalia a atualidade do movimento sindical no Brasil?**

**LK –** Eu acho que mudou muito, mudou muito. O movimento sindical, em 64, tinha uma massa de sindicalizados muito menor do que hoje. Houve uma mudança na classe operária, no perfil do trabalhador. Se compararmos com Marx, a Inglaterra do século XIX, havia uma certa homogeneidade na classe operária. A classe trabalhadora hoje é extremamente heterogênea, tem de tudo. Tem o cara que fica o tempo todo diante de um aparelho de computador até o cara que está na rua vendendo, ganhando o salário só de gratificação, sem carteira assinada. Nós estamos com certa

dificuldade de dar conta dessa diversidade, mas vamos ter que ter alternativas.

**US – Como o sr. considera o ensino público no Brasil, sobretudo o universitário?**

**LK –** Eu acho que também é ruim. Estou pensando nas minhas colegas. Eu, apesar da idade, sou homem, e homem é uma raridade no meu departamento, meu departamento é feminino. Então, me tratam muito bem, tem uma paciência... mas eu tenho medo de invadir a área delas dizendo bobagens. Nessa área da Educação, é complicado fazer uma avaliação. Eu sei que está ruim, isso aí não precisa de grandes análises para perceber. É muito visível, demais, é muito evidente a degradação das escolas. A vigarice na área das universidades particulares é muito grande também. As pessoas têm pressa em se formar, em obter um diploma e então fazem economias, pagam essas baiúcas que são deletérias, deletérias. Mas eu não vou citar nomes porque, de repente, as minhas amigas vão reclamar depois: “você deveria ter citado essa. Não, essa daqui...”.

**US – No bojo dessas reformas, há três com as quais não nos temos preocupado muito: a Reforma Universitária – que abre caminho para a privatização do ensino público – e a Reforma Trabalhista, que está acoplada à Reforma Sindical – que joga tudo dentro de uma grande Central Chapa Branca e isso vai operar uma mudança no mundo do trabalho que, em nome da flexibilização, de as pessoas terem emprego, vai acontecer justamente o contrário. Quando observamos o movimento da CUT, da CGT e se o governo consegue fazer a Reforma Sindical nos moldes propostos, aonde poderemos chegar?**

**LK –** Poderemos chegar a uma situação de crise muito grande. Não é por acaso que vem aumentando o número de desempregados e o governo não está sabendo o que fazer para enfrentar

**As transformações são necessárias, mas desde que elas se articulem para formar uma espécie de processo revolucionário. Ou, se a palavra revolucionário assustar muito, um processo revolucionador na sociedade.**

Depois ver o PT, um partido grande, de massa, eu me dizia que o caminho pós-leninista estava dando certo e, de repente, aparece um autoritarismo mais brabo que o do Lênin e decidiu dispensar gente, impor uma unidade de pensamento pior que a do leninismo.

o problema do desemprego. De acordo com os interesses predominantemente do capitalismo, incide na área do trabalho. Eu acho que isso vai dar problema. Agora, a minha experiência de advogado sindical não me ajuda em nada, pois há 40 anos eu não tenho mais nada a ver com o Direito do Trabalho nem com o movimento sindical. Com 40 anos de distância, eu sou um leigo total. Meu filho está mais bem informado que eu. De vez em quando, ele me conta coisas e pergunta: “papai, você tem certeza que estudou Direito?” Eu digo para ele me respeitar.

**US – Qual é o espaço de atuação do militante de esquerda hoje no Brasil?**

**LK –** Acho que cada um tem que procurar o seu espaço. O importante é ter uma postura ativa, uma disponibilidade para tomar a iniciativa para agir, se inserir. As oportunidades são diferentes, caso a caso. Por exemplo, depois que a gente saiu do PT, muita gente me procurou para saber se deveria sair também. Eu disse que cada caso é um caso. Eu perguntava: “você tem possibilidade de entrar, brigar com algum rendimento, algum resultado dentro do partido? Então, não tem porque sair.” Tem que avaliar o conjunto desses movimentos individuais para ver que posições coletivas amadurecem. Criar um novo partido? Depende. Se surgirem condições para isso, por que não? Se não surgirem, também não adianta a gente ficar forçando a barra.

**US – Gostaríamos que o sr. comentasse mais um pouco sobre sua saída do PT.**

**LK –** Foi uma coisa muito dolorosa. Foi uma espécie de, para mim, subjetivamente, relembrar a minha saída do PCB. Trinta e um anos aí, brigando. Eu não acho que foram jogados fora, mas uma certa frustração vem dessa constatação de inutilidade. Lutei tanto para fazer do Partido Comunista Brasileiro algo parecido com o Partido Comunista Italiano e resultou numa panelinha tão inócua, tão oportunista. Depois ver o PT, um partido grande,

de massa, eu me dizia que o caminho pós-leninista estava dando certo e, de repente, aparece um autoritarismo mais brabo que o do Lênin e decidiu dispensar gente, impor uma unidade de pensamento pior que a do leninismo. Então, neste caso, não dava mais. Milton Temer foi Deputado Federal, em duas legislaturas, e quis sair do Parlamento (...). Ele me disse: “eu segui as minhas idéias políticas, a minha posição política até o fim, mas estou preocupado comigo porque eu estou começando a gostar das pessoas”. São todos profissionais da simpatia. São caras da direita e o Milton me disse: “eu estou começando a gostar deles; eu vou sair. Não vou ficar aqui”.

**US – Fechou um ano de governo Lula, que é um dos temas de nossa próxima revista. Como é que o senhor avaliaria politicamente este período?**

**LK –** Eu, como professor, daria nota 3. Talvez 3,5 porque eu tenho uma certa simpatia pelo aluno. Tem gente que eu conheço, e são pessoas de quem eu realmente gosto, sem brincadeira. Mas como um todo, é melancólico.

**US – No último dia 19 [de janeiro], houve uma reunião aqui no Rio de Janeiro, da qual o sr não pôde comparecer, mas foi signatário do documento que emanou dessa reunião. Mas uma das críticas de outros partidos e de outros intelectuais é que este Novo Partido estaria reeditando o PT, uma reedição baseada no intelectualismo, não na consulta às bases, aos movimentos sociais. Neste sentido, reeditar o PT, quando já se teve a experiência de vinte e tantos anos, talvez não seja a melhor saída. Como o sr. avalia isso?**

**LK –** Vocês estão sabendo da minha vida. Eu não tenho muita disponibilidade para a militância política. A minha vida é trabalho e saúde. Mas, ao mesmo tempo, sou muito simpático ao esforço dessas pessoas que estão tentando fazer um novo partido, porque elas estão tentando resolver um problema. Elas não criaram o problema; o proble-

ma foi criado pelos outros. Então, elas estão tentando resolver. A Heloisa Helena está tentando encaminhar alguma coisa e eu simpatizo muito com isso. Eu acho que há um espaço na sociedade, um espectro político. Há um espaço entre o que seria a esquerda do PT e o que seria a direita do PSTU, entidades meio vagas, meio fantasmagóricas. Entre o PSTU e o PT tem um espaço e esse seria o nosso espaço. Agora, a forma como esse partido vai se desenvolver, a gente não pode definir a priori que vai excluir toda e qualquer intervenção da direção de cima para baixo, ouvir as bases. Isso o PT também dizia. O que vai nos distinguir do PT, neste novo partido, será a experiência de vida, será a



**Fomos conversar com o Zé Dirceu, há alguns meses. O Zé Dirceu nos recebeu no Hotel Glória, conversou conosco, de um jeito hostil-cordial, mas, ao mesmo tempo olímpico, deuses do Olimpo. Num dado momento, ele disse: “você não estavam esperando que a gente adotasse medidas de política econômica socialista”.**

própria experiência da luta, da ação, porque programaticamente é muito difícil a gente definir a diferença. A diferença pode ser formulada com boa vontade e não ser traduzida na ação. Então, eu estou pagando para ver. Voltar a fazer parte de um novo partido, dirigindo, nós nunca dirigimos nada, mal consigo me dirigir pessoalmente. Mas eu quero participar dando apoio, até onde der. Evidentemente que se, de repente, a Heloisa Helena se revelar um ditador, eu pulo fora. Mas esse não é o jeito, não é o temperamento dela. É uma doce criatura. Então, eu fico pensando... isso eu posso contar. Eu conheço estas pessoas de longa data. Então, Carlos Nelson e eu e outros companheiros fomos ver, ao todo, éramos quatro, fomos conversar com o Zé Dirceu, há alguns meses. O Zé Dirceu nos recebeu no Hotel Glória, conversou conosco, de um jeito hostil-cordial, mas, ao mesmo tempo olímpico, deuses do Olimpo. Num dado momento, ele disse: “você não estavam esperando que a gente adotasse medidas de política econômica socialista”. Eu disse: “não, claro que não”. O Carlito também disse “não, claro que não, Zé”. Mas nós somos socialistas; o PT até há pouco era socialista, os dirigentes do PT eram socia-

listas” E o Carlos Nelson deu um exemplo baiano: “eu estou me sentindo no interior da Bahia, perdido em algum lugar no interior da Bahia. Eu não estou em terra estrangeira, mas também não estou me sentindo à vontade porque não me situo direito. Então, de repente,

eu vejo uma plaquinha com uma seta, dizendo assim: Salvador, 495 km. Então eu estou sabendo que Salvador está longe como o quê. Mas eu estou sabendo em que direção fica. Vocês não puseram até agora nenhuma plaquinha, Zé.” Sabem o que ele disse? “Nem vamos pôr”. Ele não quer se comprometer com nada que vá além da administração do presente, como se fosse possível você separar o presente – na nossa concepção – separar

o presente de qualquer aposta, qualquer compromisso com o futuro. Não podemos. Então eu fiquei meio chocado na reunião.

**US – O senhor quer deixar alguma mensagem para o movimento docente nacional?**

**LK –** De otimismo. Eu não sei o que dizer. Me sinto meio presunçoso em me dirigir a uma porção de militantes, lutadores e dizer: “avante, companheiros!” Eu acho que eu tenho que acompanhar a experiência de vocês e aprender com ela.

*\*Antônio Ponciano Bezerra é professor da Universidade Federal de Sergipe; 2º Vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II do ANDES-SN e editor da revista **Universidade e Sociedade**.*

*\*\* Janete Luzia Leite é professora na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1ª vice-presidente da Regional RJ do ANDES-SN e editora adjunta da revista **Universidade e Sociedade**.*

# América Latina: anel frágil e contradição: uma estratégia na competição global USA X UE

Luciano Vasapollo\*

## 1. América Latina: continente esquecido

Geograficamente, a América Latina era constituída de uma população indígena antes da chegada dos portugueses e dos espanhóis, da chegada dos africanos traficados e escravizados e, mais tarde, já no século XIX, da chegada dos vários imigrantes europeus e japoneses (principalmente no Brasil e no Peru). Por isso, tem em comum com a Europa uma herança histórica e um patri-

monho e línguas muito similares (a maioria dos seus 500 milhões de habitantes falam o espanhol e o português).

Entre os países em vias de desenvolvimento, os da América Latina são os mais urbanizados: prevê-se que, para o ano 2020, a população urbana deve aumentar de 75% para 79% (com índices mais altos na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Peru e no Uruguai). Neste continente, existe um imenso

patrimônio de recursos naturais, minerais e de fontes energéticas que se compõem em um ambiente extraordinariamente rico. Entretanto, desde a chegada de Cristóvão Colombo, os países que o formam vivem sob uma política de exploração dos seus recursos econômicos, de aniquilamento de seus habitantes, primeiramente dos nativos, por parte dos espanhóis e portugueses e, até hoje, causando o atraso econômico e civil de uma região que é potencial-





mente muito rica. As várias potências européias, segundo o esquema clássico do colonialismo, vêm implantando, nos países, estruturas produtivas secundárias com a intenção de assegurar vantagens próprias e, ao mesmo tempo, de manter as condições de atraso em que vivem os habitantes sul-americanos.

A disponibilidade de mão de obra barata e de enormes recursos agrícolas e minerais é, hoje ainda, a base da exploração do Continente Latino-americano e as tentativas de libertação do jugo econômico, por parte das populações, sempre se deparam com "o gigante USA", Estado imperial que sempre enxergou o território latino-americano como um lugar a ser por ele governado. A Europa, ao seu tempo, também assume um papel imperialista de caráter neocolonial e neomercantilista. E, de fato, sua supremacia industrial, tecnológica, comercial e financeira lhe permite manter, ali, as já antigas condições de dependência econômica.

Do ponto de vista socio-econômico, notadamente, a maioria dos países de América Latina passou por longos períodos de instabilidade política, cuja consequência é a constatação de uma escassez de infra-estruturas básicas, a dependência de vultosos empréstimos tomados no

estrangeiro e de difícil reembolso, acima de tudo causado por um sistema monetário instável, que estruturou nestes "empréstimos" a chave da dominação imperial. É importante recordar que, no final dos anos setenta, a América Latina havia acumulado uma dívida externa em torno de 285 bilhões dólares; que,

*A maioria dos países de América Latina passou por longos períodos de instabilidade política, cuja consequência é a constatação de uma escassez de infra-estruturas básicas, a dependência de vultosos empréstimos tomados no estrangeiro e de difícil reembolso.*

em 1990, a dívida externa tinha chegado a 420 bilhões dólares e, em 1997, já superara os 600 bilhões de dólares. 41,6% das entradas das exportações de bem e consumo foi destinado ao pagamento da dívida<sup>1</sup>.

A crise econômica que a América Latina está vivendo (a Argentina é o recente caso mais extremo), golpeia, particularmente, as camadas mais pobres das sociedades e dos trabalhadores. O desemprego, no Continente inteiro e na Região Caribenha, chegou a 17 milhões de desocupados,

na metade de 2002, com uma taxa de 9,4% de sua população ativa nas áreas urbanas<sup>2</sup>. As previsões de crescimento do PIB não superam 2% e isso fatalmente elevará o número de desempregados para mais de 18 milhões, a pior situação registrada nestes últimos 30 anos. Não obstante seu enorme potencial econômico, a América Latina continua a dever para enfrentar seus problemas que são muito graves. Em 1999, o PIB médio da Região era de 3800 dólares por habitante, com variações de 01 a 15, dependendo de cada país (430 dólares na Nicarágua e 6180 no Uruguai). "Em uma situação similar, se encontra a economia dos países que conformam a América Central que, virtualmente fazem parte do mercado dos Estados Unidos, para quem isto significa a garantia de 315 milhões de consumidores potenciais"<sup>3</sup>.

O Banco Mundial prevê, para este ano de 2003 que a Região Latino-americana e Caribenha terá um crescimento de 1,8% (em 2002, era esperado uma redução de 0,8%), crescimento que deverá chegar, em 2004, a 3,7% e, em 2005, a 3,8%. Esta recuperação, presume-se que seja resultante da ascensão econômica do Brasil e da gradual recuperação econômica da Argentina e do Uruguai (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Previsões para a América Latina e o Caribe

Taxas e coeficiente de crescimento (%)	1991-2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006-2015
Crescimento real do PIB	3,4	0,3	-0,8	1,8	3,7	3,8	3,8
Consumo per capita	2,4	-0,9	-3,5	-0,1	1,8	1,9	2,3
PIB per capita	1,7	-1,2	-2,3	0,4	2,3	2,5	2,5
População	1,7	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3	1,2
Inflação	12,0	5,5	4,7	4,1	4,0	4,0	
Crescimento do Mercado de Exportações	9,4	-1,2	0,5	5,0	8,6	7,2	
Volume de exportações	8,7	1,0	2,2	9,2	11,2	10,2	

Fonte: Previsões sob base de dados do Banco Mundial correspondentes a julho de 2003.

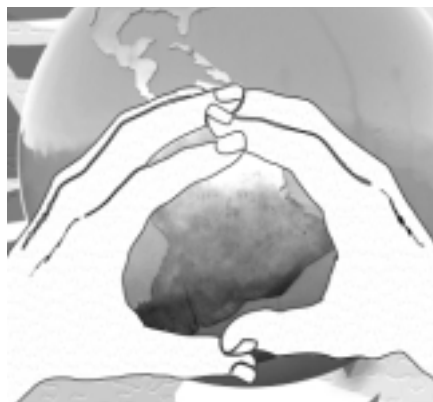
Tabela 2. Projeções do PIB Mundial 2003-2005/1

Variações percentuais	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Mundo</b>	<b>4,0</b>	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>	<b>2,0</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>
Estados Unidos	3,8	0,3	2,4	2,2	3,4	2,8
Japão	2,8	0,4	0,1	0,8	1,3	1,3
Zona do Euro	3,5	1,5	0,8	0,7	1,7	2,1
América Latina e Caribe	3,5	0,3	-0,8	1,8	3,7	3,8

Fonte: Banco Mundial, Grupo de análise das perspectivas de desenvolvimento.

A grande desigualdade na distribuição de riquezas faz com que se vivencie uma situação de extrema pobreza por grande parte dos habitantes dos países latino-americanos. Calcula-se que, dos 500 milhões de habitantes, 200 milhões vivem em situação de indigência (recebendo menos de 2 dólares por dia). Na América Central, cerca de 70% da população é considerada pobre. Esta situação é causada, acima de tudo, pela concentração de enormes latifúndios nas mãos de uma minoria e também pelo empobrecimento da classe média, pelo aumento do desemprego, da falta de serviços sociais principais (saúde, educação). É bastante imaginar que um habitante em cinco não tem a mínima possibilidade de usufruir dos serviços sanitários e menos de um terço tem cobertura previdenciária. E quem mais sofre com essa situação de marginalização e de pobreza extrema são principalmente as mulheres e os jovens e os descendentes de índios e de africanos (eles são ao redor 75 milhões).

A idéia de alguns países de América Latina de se fiarem em tudo o que sugere o Capital Monetário Internacional, para tentar atrair capitais e investimentos estrangeiros através da privatização das indústrias estatais e da liberalização do mercado do trabalho, não trouxe os



resultados esperados. Em 1997, a crise asiática e, em 2001, o ataque terrorista contra os Estados Unidos causaram uma grande queda econômica na Região, piorada pelas fugas de capitais, estacionando a demanda interna e aumentando ainda mais o déficit público.

A conjuntura internacional e a situação econômica particular de América Latina, porém, não são os únicos responsáveis pelos altos índices de desemprego; os novos tipos de trabalho e os empregos precários da economia informal envolvem quase três quartos dos empregos. A isto somam-se o aumento da flexibilização dos empreendimentos e a diminuição das proteções sociais. Entre os Anos 1990 e 2000, registrou-se um aumento anual do salário mediano de 1,8% e isto significa dizer que o salário atual, em reais condições, é equiparável ao registrado em 1980. A disparidade de renda derivada desta situação transforma a

América Latina em uma região com a redistribuição de riqueza a mais desigual, em todo o mundo. O desenvolvimento desigual, nestes países, também fica evidente nas alianças de classe e nas relações entre os trabalhadores. Os trabalhadores, em alguns destes países, empregados em estruturas econômicas produtivas de altíssimos lucros se aliaram aos movimentos rurais, particularmente aos movimentos indígenas.

Setores financeiros e especulativos, superdesenvolvidos e de alta tecnologia, economias produtivas de nível médio (que, ao mesmo tempo, está sendo desindustrializado e empobrecido), modernos centros comerciais vinculados a economias de longa escala e elites da população que fazem uso de computadores com fibras óticas, são vizinhos de outros bairros onde os moradores mal nutridos, sequer têm energia elétrica em casa. Este é o cenário da presença da América Imperial na América Latina, combinando o moderno com o retrógrado, em uma sociedade profundamente polarizada. O embate entre o sistema imperialista e as classes trabalhadoras, a massa de desocupados, a classe trabalhadora rural deslocalizada e a classe média proletarizada são visíveis de um ponto a outro da América Latina.

A crescente sócio-político-econômica da América Latina, cada vez

mais heterogênea, é produto do desenvolvimento desigual derivado da construção contemporânea dos pólos imperialistas USA e UE e também da variável asiática. O “novo imperialismo” não cria que crescentes proletariados industriais e novos sujeitos do trabalho que não se agrupam por etnia, raça ou sexo. O que une estes diferentes setores de classe é o agravamento das suas condições de vida, o deslocamento e a mobilidade, seja física ou profissional, não apenas induzidos pelas políticas norte-americanas, mas também pelos processos de integração do qual a União Européia também é protagonista. Estes são os resultados do neoliberalismo político, no cenário da acumulação do capital internacional.

### 2.1. Os processos de integração e a União Européia

Em 1991, quando foi constituído o MERCOSUL<sup>4</sup>, com a integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai, a idéia oficial era a consti-

*As expectativas para com o Mercosul diminuíram, porém, desde 1999 até então (depois da desvalorização do Real), com a brusca diminuição do intercâmbio comercial com a União Européia.*

tuição de uma área de livre comércio com eliminação das barreiras alfandegárias relativas à circulação de serviços e de produtos. Desde o dia 1º de Novembro de 1996 a adesão ao Mercosul está aberta não apenas à América do Sul, mas também a todos os países da América Central. Esta iniciativa favoreceu um incremento comercial de 200% dentro do Mercosul. Também cresceram os investimentos diretos entre os países do Mercosul e seus associados: aproximadamente 40% dos investimentos externos do Chile passaram a ser feitos diretamente com a Argentina e outro grande volume de investimentos passou a ser feito com o Brasil. Hoje estão sendo iniciadas

reuniões de negociação para uma integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina<sup>5</sup>, ao mesmo tempo que são fortalecidas as relações entre o Mercosul, a Venezuela e o Peru. As relações comerciais entre os países do Mercosul cresceram consideravelmente (entre a Argentina e o Brasil, foram ampliadas em 484% entre os anos 1990 e 1996, chegando a 6,7 milhões de dólares, no primeiro semestre de 1997). 30% do total das exportações Argentina eram feitas diretamente para o Brasil (sobretudo dos setores de máquinas agrícolas, têxteis, automobilísticos e de combustíveis).

Em 1998, os países do Mercosul fizeram um acordo com os países do Pacto Andino (Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia) de reforço às suas posições, no confronto com os Estados Unidos. As expectativas para com o Mercosul diminuíram, porém, desde 1999 até então (depois da desvalorização do Real), com a brusca diminuição do intercâmbio comercial com a União Européia.

Tabela 3. Comércio entre a União Européia (grupo dos 15) e o Mercosul entre 1998 e 2000.

(em Milhões de Euros)

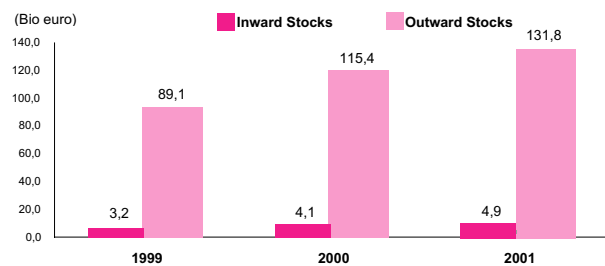
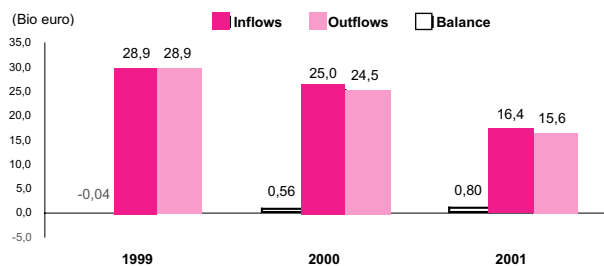
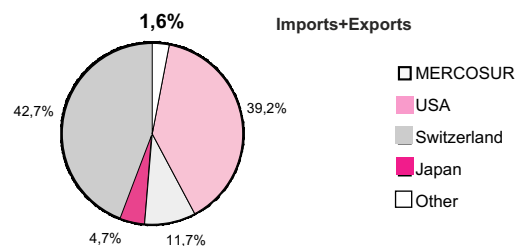
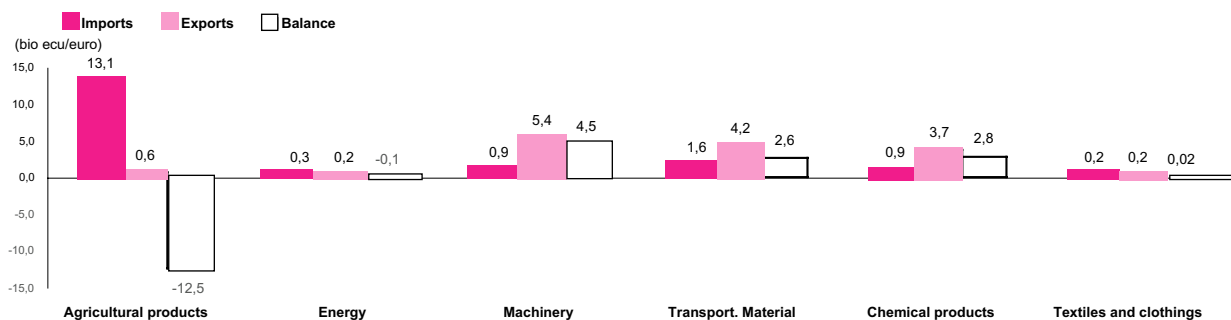
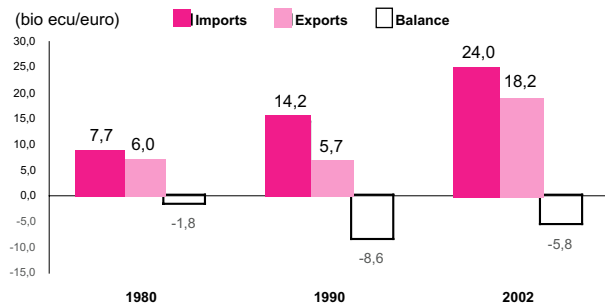
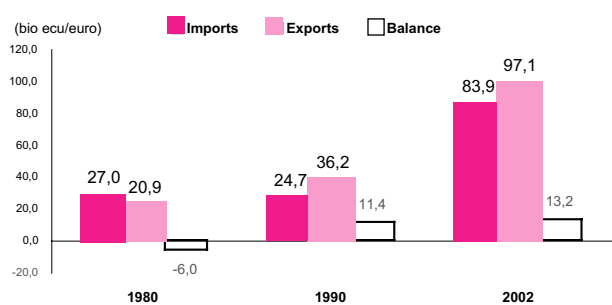
		Comércio Total	Animais & Produtos animais	Gordura Animal ou vegetal	Comida preparada	Produtos Vegetais	Sub-total Produtos agrícolas
Emporções	1998	18.119	1.344	3.964	180	3.816	9.303
	1999	18.726	1.480	3.794	181	4.083	9.539
	2000	23.457	1.823	3.899	118	5.031	10.871
Exportações	1998	24.553	191	182	75	600	1.048
	1999	21.640	126	145	59	507	837
	2000	23.747	153	196	79	532	960
Balanço	1998	6.434	-1.153	-3.782	-104	-3.216	-8.225
	1999	2.915	-1.355	-3.649	-123	-3.576	-8.702
	2000	290	-1.670	-3.703	-39	-4.499	-9.911
Comércio Total	1998	42.672	1.534	4.145	255	4.417	10.352
	1999	40.366	1.606	3.939	240	4.591	10.376
	2000	47.204	1.976	4.095	197	5.563	11.831

Gráfico 1. Dados gerais sobre o Mercosul

**MERCOSUR**



Population:	2002	217 Mio		
Area: (1000qkm)	2002	11.863	External DEBT 2000 (Mio euro) :	356.642
Gross Domestic Product	2002	606 Bn euro	Exports to GDP ratio:	16,0 %
GDP Per Capita	2002	2.799 euro		





Os dados da Tabela 3 mostram claramente o quanto o ativo da balança comercial caiu entre 1998 e 2000, e o Gráfico 1 fornece informações fundamentais e estruturais sobre o intercâmbio do Mercosul.

É necessário destacar que os países do Mercosul estão estruturados em um regime estritamente liberalista, no qual não estão presentes quaisquer políticas de coesão econômica e social que possam fazer frente ao atraso da Região, nem mesmo para uma grande intervenção nos setores econômicos em dificuldade. A evidência é recente: durante a crise econômica da Argentina, nenhum dos países do Mercosul ajudou, de qualquer forma, o país a sair da situação em que se encontrava.

Em antítese às tentativas de integração dos países da América do Sul, vários projetos têm sido feitos de forma explicitamente subalterna, em direção a uma integração com o Norte do Continente. Entre estes, está o Nafta (o Acordo de Livre Comércio da América do Norte), um acordo entre os Estados Unidos e o Canadá que envolveu o México (em 7 de Outubro de 1992) e que entrou em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 1994. Os três países, que contam 400 milhões de habitantes e com um PIB aproximado de 11 trilhões de dólares, controlam fluxos comerciais em torno de 250 bilhões de dólares. Neste acordo, ficou previsto a diminuição das barreiras alfandegárias, as condições de competitividade (salários, impostos, lucros), o investimento estrangeiro direto etc.

Está claro que se trata de um acordo que impõe a lei da economia pelo sistema imperialista dos Estados Unidos, que também enxerga, na ALCA, o alargamento do seu

domínio imperialista, e que foi instituído em Miami, em Dezembro de 1994, quando 34 dirigentes de Estado, de governos ditos democratas de todo o hemisfério americano, assinaram o acordo, se comprometendo a fazê-lo vigorar a partir de 2005. As negociações foram realmente iniciadas em Abril de 2002, e relativamente à agricultura, ao comércio e aos serviços. Evidentemente, os enormes desequilíbrios existentes entre as economias frágeis e o grande poder dos Estados Unidos ocasionarão, seguramente, em relação às regras atuais, uma maior dominação daquele país imperialista. Cuba é o único país que, excluída do primeiro encontro, se encontra em luta aberta contra a ALCA. Na segunda reunião internacional de luta contra a ALCA, os economistas e ativistas do Continente se reuniram em Havana e elaboraram um elenco dos maiores perigos que representa este acordo. Entre eles, a liberalização do comércio e dos serviços, (saúde, educação, serviços social), que significa mais recurso para as privatizações, o fim do controle público de setores-chave das economias dos países envolvidos e também a impossibilidade de ser adotada uma política de proteção para as produções tradicionais e de apoio às exportações, com a conseqüente diminuição da soberania dos mesmos países.

A dolarização da economia de muitos países da América Latina (Panamá, Equador, El Salvador, Guatemala, Argentina) e o projeto ALCA, que busca a consecução de um mercado único submetido aos Estados Unidos, destrói a possibilidade de verdadeiras agregações no Continente. A isto somem-se aspectos

que não são levados em consideração, mas que são fundamentais, como os direitos humanos, o meio-ambiente, o trabalho etc. Países no ar, como se fosse um presságio, que a ALCA, ao invés de ser uma integração, não passa de uma anexação significativa das economias da América Latina à dos Estados Unidos imperial. Mas alguns governos latino-americanos se opõem a este canto enganoso: “*O Presidente Chavez disse à imprensa que seus colegas da Bolívia, Colômbia e Equador, junto com o vice-presidente de Peru, motivados pelas conversações com o Presidente de Brasil, estão realizando encontros visando as suas integrações ao Mercosul. Chavez agradeceu ao Presidente Lula de Silva, do Brasil, a prioridade dada à Integração da América do Sul, com a posta em continuidade, ao mesmo tempo, das negociações com a ALCA.*

*‘Ou nos unimos, ou afundamos! Hoje, mais do que nunca, vejo mais vontade, maior consciência da necessidade de união da Comunidade Andina com o Mercosul, com toda a América do Sul, a possibilidade de fortalecimento para negociarmos, em condições de igualdade, com a América Norte, a Ásia, Europa e qualquer parte do Mundo’.*”<sup>6</sup>

### 3. A União Européia e a América Latina

O Artigo 177, do Tratado que institui a Comunidade Européia está fundamentado em uma política de cooperação, com a América Latina<sup>7</sup>, iniciada em 1970. No Anos 1971, 1973 e 1974, estavam concluídos, de fato, os acordos comerciais com a Argentina, o Uruguai e o Brasil. Tratava-se de um acordo não preferencial de caráter bilateral. A Amé-

rica Latina não tinha, naqueles anos, qualquer tipo de tratamento preferencial. Nos anos 1980 aconteceu o primeiro acordo comercial de cooperação, nos campos tecnológico, energético e industrial.

Em Dezembro de 1995, o Mercosul assinou um acordo com a União Européia, muito criticado pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial, alarmados pelas possíveis consequências negativas deste acordo para o mercado norte-americano, mas, sobretudo, porque eles tiveram a percepção da competição expansionista entre os dois pólos imperialistas. De fato, com o acordo firmado por ocasião do Conselho Europeu de Madri, em 15 e 16 de dezembro de 1995, a União Européia reforçou suas próprias relações com o Mercosul, para se aproveitar das oportunidades comerciais oferecidas por um grande mercado regional em expansão, explicitando, com este ato, a competitividade no confronto com os Estados Unidos. Washington, em resposta, propôs o estabelecimento da zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, a ALCA.

Atualmente, a cooperação da União Européia está centrada em seu programa piloto do início dos anos 90 que foi depois transformado em um plano plurianual. Vale registrar os programas mais importantes deste acordo:

Alfa: programa de formação acadêmica na América Latina (Regulamento 25-02-92) entre universidades. O programa está operando desde 1994, com duração de 6 anos. Desde 2001, entrou em uma segunda fase de consolidação, beneficiado por uma soma de 25 milhões de Euros (reconhecimento de diplomas regionais, novas tecnologias de in-

formação etc.). Com este programa, foram criadas 846 redes universitárias e ele deverá ser reforçado em outras ações complementares, na cooperação universitária e tecnológica de alto nível entre as duas regiões;

AL-INVEST: este programa foi beneficiado com uma dotação orçamentária de 42 milhões de Euros, no período 1995-99, e tem por objetivo promover as relações entre empresas, em particular, as pequenas e médias, das duas regiões. Em 1999, o programa foi substituído pelo AL-INVEST II, recebendo uma dotação orçamentária de mais 43 milhões de Euros. No final de 2001, estava assegurada a quase totalidade do montante previsto. Uma avaliação evidenciou os efeitos multiplicadores deste programa, cuja base equivaliu, para cada 1 Euro aplicado nas atividades das pequenas e médias empresas, um retorno de 10 Euros. A rede teve uma participação de 350 operadoras das duas regiões.

URB-AL: com uma dotação de 14 milhões de euros, entre 1995 e 2000, trata-se de um programa de cooperação descentralizada, onde participam 1200 cidades das duas regiões e cujo objetivo é desenvolver laços doradouros entre incorporadoras locais para aplicação de melhores práticas, em termos de política urbana. Na primeira fase, foram constituídas 8 redes temáticas, com o propósito de individualizar as prioridades e os projetos comuns. Toda a rede inclui entre 50 a 150 cidades das duas regiões. A dotação prevista para a nova fase (2000-2005) é de 50 mil Euros.

ATLAS: é um projeto de sustentação com dotação de 2,4 milhões de Euros e duração de 2001 a 2003,

relacionado às câmaras de comércio das duas regiões, com a finalidade de favorecer a transferência de *know-how* em CCI (duzentas câmaras de comércio e indústria envolvidas);

@LIS, (Aliança para a Sociedade da Informação): aprovado em 2001 e com uma dotação orçamentária de 63,5 milhões de Euros (2001-2005), teve início em 2002. Seu objetivo é a criação de uma associação entre as duas regiões, em nível, seja dos governos, seja da sociedade civil, sobre os aspectos normativos, técnicos (normas, interconexões das redes de pesquisa) e para a realização de ações demonstrativas (20 projetos pilotos em áreas prioritárias dos setores de saúde e educação, dos governos, das cidades etc.).

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APS) para a América Latina representa 10,5% das APS mundiais (dados da OCDE, 1999).

A União Européia e seus estados membros constituem-se na principal fonte de apoio à América Latina. As ajudas não reembolsáveis representam 47% daquelas concedidas por outros financiadores<sup>8</sup>. Entre os vários tipos de integração regional realizados entre os países da América Latina e da União Européia, este é considerado o mais avançado porque se trata de uma união econômica e monetária interligada a uma união política. A América Latina é um parceiro fundamental para a União Européia, seja do ponto de vista do intercâmbio comercial, seja pelo que se refere aos fluxos financeiros privados. A União Européia é, neste momento, o segundo parceiro comercial da América Latina seguido apenas pelos Estados Unidos, mas muito distante do Japão.

A presença da União Européia é

muito intensa no Mercosul (por exemplo, 50% das empresas italianas na América Latina têm sede nos países do Mercosul). Isto porque os países da América Latina oferecem indiscutíveis vantagens às empresas europeias, seja porque lhes permite utilizar mão-de-obra a baixo custo e com bom nível de especialização, seja pela existência de matéria prima e de recursos energéticos. Acima de tudo, se constitui em um filão vital para os processos de acumulação do capital europeu em competição com os Estados Unidos. As relações comerciais entre a América Latina<sup>9</sup> e a União Européia aumentaram significativamente e são, em média, superiores à média mundial.

Em 2000, o comércio da União Européia com a América Latina era de apenas 5% das relações com os países estrangeiros (metade dos quais com o Mercosul) até mesmo porque o comércio era quase completamente dominado pelos Estados Unidos. Note-se que, entre os anos 1980 e 2000, a quota da União Européia no comércio latino-americano passou de 20% para 15%, a quota no Japão passava de 7% para 5%, e com os Estados Unidos teve um crescimento de 35% para 47%.

As políticas de privatização (seja no setor dos serviços, seja no industrial) que acontecem em vários países fizeram com que os Investimentos Diretos Externos (IDE) na América Latina passassem de 31.179 para 73.915 bilhões de dólares, entre 1996 e 1999. A forte expansão dos investimentos diretos europeus resultou do enorme envolvimento da Europa, nos programas de privatização. São, de fato, enormes os empreendimentos europeus, sobretudo espanhóis, envolvidos nos

processos de privatização (setores públicos, bancos, telecomunicações, transporte aéreo e energia), e isto confirma o fato de que a região se constitui em um terreno estratégico para a expansão da nascente estrutura imperialista européia. Isto porque, neste últimos anos, os investimentos dos países da União Européia passaram ao primeiro plano, com um aumento de 13.289 para 42.266 milhões de dólares. O IDE europeu baixou em 22%, no ano 2000, ao término dos maciços programas de aquisições realizados no Brasil<sup>10</sup>.

A diminuição dos IDE na América Latina foi causada, sobretudo, por fatores cíclicos:

*“O IDE, em termos de eficiência, normalmente calculado com base nas exportações do México, América Central e Caribe, foi fortemente contagiado por fatores cíclicos tais como a recessão do mercado estadunidense e a valorização do peso mexicano;*

*O IDE, em termo de novos mercados, como o do Mercosul, sofreu um colapso causado pelas crises locais. A conjuntura desfavorável desestimulou novos investimentos e o IDE teve que redirecionar as próprias vendas para o comércio externo ao Mercosul. Os investidores dos serviços, não podendo recorrer a esta opção, optaram pela retirada de capitais;*

*O IDE, em termos de recursos naturais, com maior frequência relacio-*

*nado à Comunidade Andina, adota em geral a forma de projetos a longo prazo e de maior risco e, um retorno, não reagiu rapidamente aos fatores cíclicos. Isto permitiu uma relativa estabilidade dos investimentos.*

(...)

*A América Latina deve abandonar a estratégia de atração indiscriminada dos investimentos externos, definindo as prioridades nacionais e adotando políticas que indetifiquem os IDE que contribuam para a sua consecução. Em outras palavras, é necessário passar da quantidade para a qualidade”<sup>11</sup>.*

Se observados os regimes comerciais, é possível recordar que, a partir do início dos anos 90, foi a América Latina quem restringiu em muito o comércio bilateral. Naquele momento, cerca de 48% das exportações latino-americanas, em relação ao mercado da União Européia, era feito a uma tarifa muito próxima de zero (regime MFN) e mais de 30% delas era feita através de um regime preferencialmente comunitário (GSP).

No ano 2002, continuaram a diminuir as exportações da UE para os países de América Latina; a crise econômica, a desvalorização da moeda brasileira, os problemas da Argentina, do Uruguai e, em parte venezuelano, tornaram a Região menos “desejável” para os investidores. É interessante notar a tendência das exportações e das importações nesta região, entre 1997 e 2002.

Tabela 4. Exportações e Importações da União Européia com a América Centro-Meridional. (% sobre total UE)

ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2002 Janeiro - Outubro
Exportações	7,0	7,5	6,9	6,7	6,6	5,8
Importações	5,9	5,6	5,4	5,4	5,5	5,7

Fonte: elaboração sobre dados ICE.

Entre os anos 2002 e 2006 (linhas do orçamento B7-310/311), a União Européia previu ajudas, assim repartidas: 37% para a América Central e para o México; 27% para a Região Andina; 17% para o sul do continente; 16% para a América Latina, como um todo.

#### 4. América Latina: o anel frágil da expansão imperialista

O Brasil, desde Janeiro de 2003, está representado, pela primeira vez, por um Presidente de centro-esquerda e de fama mundial, Luis Inácio Lula de Silva, que tem que fazer avançar desafios excepcionais, entre os quais, o programa Fome Zero. Não obstante, o País terá que controlar os compromissos com o FMI, herdados do governo anterior e enfrentar os enormes obstáculos econômicos, políticos e sociais que podem surgir em um espaço de 12 meses.

Se, para o Brasil, a estabilidade da moeda nacional é fundamental, o Equador, ao contrário, desfruta do predomínio interno do dólar, desde que Quito se libertou do açúcar, dando carta branca ao dólar. Lúcio Gutiérrez, o presidente, afirmou, em uma recente entrevista à BBC, "*Nós não pretendemos apenas manter a dolarização, mas fortalecer esta moeda, porque estamos em período eleitoral e é importante que as pessoas apoiem*". Além disto, ele pretende suprimir "o oligopólio e os monopólios", para tornar as empresas governamentais mais competitivas, com investimentos nos setores não petrolíferos como o turismo, a agricultura e a mineração.

Na Venezuela, está prevista a Lei da Terra que permite aos venezuelanos usufruírem de mais direitos sobre a terra, enquanto a Lei sobre os

hidrocarbonetos estabelece que o Estado deve receber 20% a mais do que recebe agora. A Argentina sofreu uma crise econômica sem precedentes na história e viu aumentar a pobreza a níveis incalculáveis. Esta situação é similar no Peru, no Uruguai, no Paraguai, na Nicarágua, em El Salvador e na Costa Rica. O México, por sua vez, procura resolver as controvérsias com os Estados Unidos, mas isso parece muito pouco provável.

Na América Latina, o desenvolvimento desigual tem suas raízes na concentração dos investimentos, no controle e extração das riquezas no centro financeiro imperial, agromineral e na intensificação do trabalho. O resultado é o empobrecimento e o enfraquecimento do meio rural. A ofensiva imperialista, os lucros com as exportações e o orçamento comprometido com o pagamento das dívidas externas têm como efeito o abandono da terra, pelos pequenos proprietários.

A chave para a solução do problema da pobreza e da extrema pobreza destes países é a eliminação da extrema riqueza e da transferência dos recursos financeiros para as camadas mais ricas das populações e para o estrangeiro, que hoje ocorrem através dos circuitos financeiros internacionais e das redes de

*A Argentina sofreu uma crise econômica sem precedentes na história e viu aumentar a pobreza a níveis incalculáveis. Esta situação é similar no Peru, no Uruguai, no Paraguai, na Nicarágua, em El Salvador e na Costa Rica.*

bancos europeus e norte-americanos. Acima da estrutura de classes, estão os multimilionários, donos de grandes empreendimentos, de bancos e de empresas comerciais que representam, no máximo, 1% da população. A sua ascensão não se deu através de operações normais das forças de mercado. Foram injetados bilhões de dólares através de empréstimos estrangeiros, especulações monetárias e diferentes índices de crédito (entre os nacionais e os estrangeiros), privatizações dos fundos de pensões (onde as contas para os *managers* são quase sempre milionárias), e fraudes bancárias de bilhões de dólares, além do papel desenvolvido pelas ditaduras militares sanguinárias e pelas novas administrações que privatizam, governam e sufocam os trabalhadores, através de instituições financeiras nacionais e internacionais.

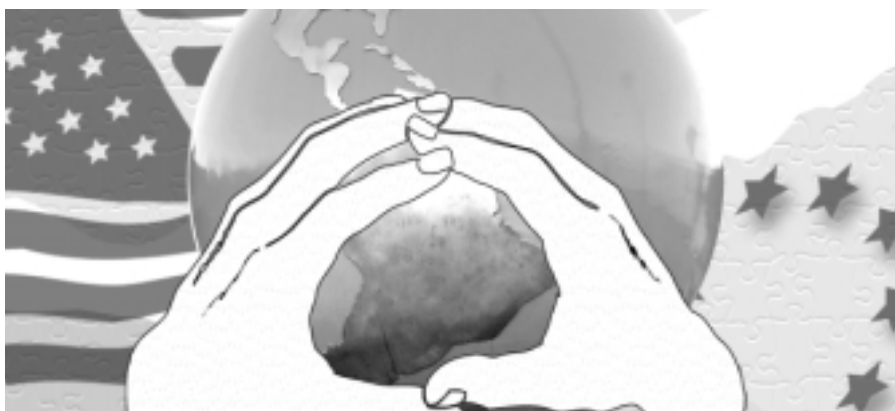
A estratégia neoliberal de construção do pólo imperial da União Européia está contribuindo para a desindustrialização de um número significativo de países na América Latina e os fizeram dependentes de uma gama limitada de produtos agro-minerais. O retorno a uma antiga divisão precedente do trabalho internacional, em alguns países, criou uma imensa reserva de ex-trabalhadores industriais desempregados que sobrevivem às margens da economia produtiva. As zonas novas de exportação introduziram tecnologias também novas que economizam trabalho e que facilitam uma maior integração através da subordinação aos circuitos imperialistas, sejam eles comerciais ou financeiros.

O aumento dos subsídios para as exportações agrícolas e tarifas de proteção para a agricultura e para



produtos industrializados demonstra que, enquanto os pólos imperialistas perseguem o objetivo do livre comércio na América Latina, na verdade, está sendo construído um regime comercial interamericano que mais se assemelha à formação de um império mercantista. E, em setembro de 2002, o Parlamento Europeu aclarou suas regras de competição, no confronto com os Estados Unidos, através do ataque frontal a organismos como o FMI, demonstrando claramente que a América Latina se tornava um campo de grande interesse e de conquista para o Pólo Europeu:

*“O Parlamento Europeu, considerando que os vários países do Mercosul chegaram, em diversos níveis, a uma situação econômica que põe em perigo o projeto de integração econômica; considerando que a maior parte da população destes países vive em estado de pobreza e próximos do estado de extrema pobreza, como é o caso particular da Argentina, país que viveu, nos últimos anos, sob as recomendações do FMI, chegando a dolarizar sua própria economia; (...) considerando que o FMI continua a impor à Argentina as mesmas medidas econômicas neoliberais que levaram o país ao desastre econômico; considerando que a responsabilidade internacional da crise argentina provém, em particular, do apoio que foi dado ao governo corrupto e autoritário que levou ao declínio do País; considerando que esta situação e o tratamento diferenciado que os organismos financeiros internacionais reservaram a vários países da Região ameaçam fortemente a sobrevivência do Mercosul; considerando que numerosas iniciativas*



*de economia solidária são oferecidas às populações, sobretudo a da Argentina, com a intenção de salvar as empresas e superar a grave crise econômica:*

*1. solicita à Comissão e aos Estados Membros a incumbência de adotarem, no plano bilateral e no âmbito dos organismos financeiros internacionais, iniciativas que venham a anular a dívida externa inestimável dos países membros do Mercosul;*

*2. Solicita aos Estados Membros que ajam dentro dos organismos financeiros internacionais de forma a que estes modifiquem suas políticas de relações com os países do Mercosul e que eles mantenham um desenvolvimento e um setor público forte, suscetível de garantir o mínimo conforto às populações e instrumentos econômicos que lhes permitam agir em caso de ameaças;*

*(...)*

*5. Pede à Comissão e ao Conselho que apoiem a integração econômica regional dos países latino-americanos, notadamente o fortalecimento do Mercosul, como alternativa a projetos de livre comércio tais como o da ALCA”<sup>12</sup>.*

Quando deste pronunciamento do Parlamento Europeu, pareceu que a União Européia era um “gigante bom”, pronto a socorrer os países da

América Latina, sem considerar os seus próprios interesses. Contudo, a experiência e o conhecimento do como são implantadas e desenvolvidas as políticas imperialistas, fizeram pensar que tudo isto apenas evidencia a vontade expansionista e dominante do Pólo Europeu, em contraposição direta aos Estados Unidos e em uma competição que transforma a América Latina em uma área de interesse estratégico.

O empobrecimento em massa e a queda das condições de vida das classes médias latino-americanas são fatores que determinam as revoltas contra a ALCA, mesmo que a reação da classe média desencantada e com tendência de queda seja extremamente variada.

A realidade é que a geografia do sistema imperialista polar é construída em torno de catadrais de riqueza (bancos urbanos, minas, companhias elétricas, agro-negócios, plantações, transportes, redes comerciais e “fábricas de reuniões”) e de aparatos militares e policiais que reprimem as populações locais e debilitam a unidade de classe, dirigidas pelos Estados Unidos e pelo FMI, que tentam deixar de fora o novo e aguerrido competidor europeu.

O NAFTA, para o México; o Mercosul, a ALCA, através da qual os Estados Unidos tentam completar sua

hegemonia histórica sobre a América Latina; a dolarização (Panamá, El Salvador, Equador, Guatemala, Argentina) são os modernos instrumentos da guerra econômica e comercial entre os sistemas neocoloniais e neo-mercantilistas, que não representam outra coisa que trajetórias da competição inter-imperialista.

O futuro imediato apresenta para a América Latina situações importantes de desenvolvimento que conformam o anel fraco e a contradição estratégica desta competição global USA x UE. A Venezuela, o Brasil e o Equador iniciaram um novo percurso. A Bolívia, a Argentina e a Região Caribenha prosseguem em suas reivindicações; o México, a América Central, uma parte dos países andinos e sul-americanos avançam por um difícil percurso, mas os protestos e as ações sociais que permitem vislumbram que “uma outra América é possível”, a “Nuestra América de Martí”, poderão alcançar efeitos positivos.

## Notas

1. Dados do Banco Mundial na relação PNUD 2001.
2. Dados da Organização Internacional do Trabalho “Labor Oil”.
3. Cfr. [http://web.tiscali.it/no-redirect-tiscali/americuba\\_2/nuestraamerica/altri.htm#L'America%20Latina%20in%20ordua%20marcia](http://web.tiscali.it/no-redirect-tiscali/americuba_2/nuestraamerica/altri.htm#L'America%20Latina%20in%20ordua%20marcia)
4. Mercado Comum do Sul. Hoje a composição geo-econômica da América Latina está organizada em: América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá); Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela); Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai); Outros (Chile e México).
5. A União Européia é o segundo associado, do ponto de vista econômico, aos países da Comunidade Andina, depois dos Estados Unidos. A comunidade Andina está constituída de uma população de mais de 100 milhões de habitantes, com o PIB de aproximadamente 300 milhões de dólares.

6. <http://www.granma.cu/italiano/2003/junio/lun30/andina.html>.

7. Artigo 177 (antigo artigo 130):

7.1. A política da Comunidade, nos setores da cooperação e do desenvolvimento, que integram os estados membros favorece:

- o desenvolvimento econômico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em particular, daqueles mais prejudicados; a integração harmoniosa e progressiva dos países em desenvolvimento na economia mundial;

- a luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento;

- a política da Comunidade naqueles setores que contribuem, objetivamente, para o desenvolvimento e a consolidação da democracia e do Estado de Direito, tais como o respeito ao direito dos homens e às liberdades fundamentais;

- a comunidade e os Estados Membros respeitam os compromissos e mantem os objetivos acordados nas Nações Unidas e em outras organizações competentes

7.2. A política da Comunidade neste setor contribui para o objetivo geral do desenvolvimento e consolidação da democracia e do estado de direito, além do respeito às leis do homem e às liberdades fundamentais.

7.3. A Comunidade e os Estados Membros respeitam o empenho e considera os objetivos reconhecidos pelas Nações Unidas e por outras organizações internacionais competentes.

8. Cfr. DOCUMENTO ESTRATÉGIA REGIONAL PARA A AMERICA LATINA, Programação 2002-2006 RELEX G/1; 25 de Janeiro de 2002.

9. Idem.

10. Dados OCDE/CAS.

11. GEFTER WONDRICH (2003). Página 63.

12. <http://www.europarl.eu.int/gue/tree/news/en/resol/020925-5it.htm>

## Referências Bibliográficas

- AA.VV.(1996). *L'America e Noi*, in “LIMES”, n. 4, Apr.
- AGLIETTA, M.(1982). *World Capitalism in the 1980s*, New Left Review 136 (Nov-Dec): 5-41.
- BELLO, W.(1994). *Dark Victory: United States, Structural Adjustment and Global Poverty*, London.
- BORA, B.(1998). *The role of multinational corporations in globalizing the world economy: evidence from affiliates of US multinational companies*, Handbook of the

Globalization in the World Economy, Edited by Amnon Levy-Livermore.

ECLAC.(1991). *Internacionalizacion y Regionalizacion de la economia mundial: sus consecuencias para America Latina*, Santiago de Chile:CEPAL.

EUROSTAT, *Annuari*, vari anni.

INKELES, A (1990). *The Effect of Democracy on Economic Growth and Inequality: a Review*, Studies in Comparative International Development 25.

LAFAY, G.(1996). *Comprendre la mondialisation*, Parigi, Economica.

MARTUFI, R. VASAPOLLO, L.(1999). *Profit State, redistribuzione dell'accumulazione e reddito sociale minimo*, La città del Sole, Napoli.

PETRAS, J. HOWARD, B.(1985). *The Tyranny of Globalism, IDS Workingpaper* n. 85, Halifax, Saint Mary's University.

PETRAS, J. VELTMEYER, H.(2002). *La globalizzazione smascherata. L'imperialismo nel XXI secolo*, Jaca Book, Milano.

VASAPOLLO, L.(2002). *Nueva globalización polarizada y Europa financiera*, Revista Desafio, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Gennaio.

.....(2003). *Paradoxos do presente e Lições de Marx*, Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.8.

.....(2002). *Richiami all'idea economica di Josè Martí nell'analisi degli assetti geoeconomici attuali*, Nuestra America, Bollettino di informazione sull'America Latina, 3.

VASAPOLLO, L. (Editor) (2003). *Eurobang 1,2,3 . An Inquiry into Labour and Capital*, Mediaprint ediz., Roma, Aprile.

.....(2003). *Eurobang 1,2,3. Encuesta sobre el Trabajo y el Capital*, Mediaprint ediz., Roma, Aprile.

VASAPOLLO, L. (Org.) (2003). *Il piano inclinato del capitale Crisi, competizione globale e guerre*, Jaca Book.

VELTMEYER, H.(1999). *Labour and the World Economy*, Canadian Journal of Development Studies 20, numero speciale.

GEFTER WONDRICH , R. (2003). “*I corridoi del Sud*”, Panamerica Latina, Roma: LIMES, 43.

*Luciano Vasapollo é professor da Faculdade de Ciências Estatísticas da Universidade de Roma La Sapienza e diretor científico do CESTES e da Revista Proteo, em Roma. Tradução de Maria de Jesus de Brito Leite.*

# Descentralização, gestão compartilhada: democratização ou corporativismo totalitário?



José Eudes Baima Bezerra\*

## 1. Introdução

Dentre os problemas que se impuseram a partir da crise econômico-financeira internacional (cuja manifestação foi a crise da dívida externa), nos anos 80, o da reforma do Estado (com suas implicações administrativas e fiscais e a geração de um novo paradigma da organização estatal) se colocou no centro. Nele, a reconfiguração da gestão pública ocupa lugar decisivo, visto que concentra todos os problemas da racionalização, da eficiência e da

produtividade da atividade do Estado, bem como a questão crucial da construção do consenso social necessário à aplicação das medidas ajustadoras derivadas da citada crise.

De fato, o que se coloca em xeque é a permanência do Estado Nacional tal como se constituiu num contexto de séculos de luta de classes, no seu movimento contraditório, como forma de organização estatal necessária da burguesia emergente, mas também como quadro jurídico

no qual se inscreveram os elementos da ordem democrática e um conjunto significativo de direitos das classes trabalhadoras.

BRUNO (1999:39) resgata, numa citação, a forma como o jornal norte-americano *The New York Times* (23/07/1988) situa o problema:

*“As estruturas políticas mundiais estão completamente obsoletas. Não mudaram nos últimos cem anos e estão tremendamente descompassadas com o progresso tecnológico. O problema crítico*



*co de nossa época reside no conflito conceitual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados Nacionais”* (Os grifos são meus).

É neste clima internacional que se dará a intervenção das agências multilaterais no Brasil, intensificada nos anos 80 e 90, sobretudo em matéria educacional, no momento mesmo da retomada das liberdades democráticas, recolocando na ordem-dia a ampliação dos direitos, a democratização da vida política e da administração pública.

A efetivação de mecanismos de escolha de dirigentes, de deslocamento do planejamento para o plano local e de incorporação das comunidades à gestão se deu, todavia, no contexto da reforma do estado operada ao longo dos governos que se sucederam nos anos 90.

Ainda que presentes ao longo da história da educação brasileira, os problemas da descentralização e da democratização da gestão educacional assumiram novos significados quando situados na política educacional derivada das diretrizes do Banco Mundial, ao longo dos anos 90.

Assim, as políticas e legislações construídas nesse último período, na educação, se fundaram amplamente no binômio descentralização-democratização da gestão. A Constituição de 1988, no seu Art. 206, e a LDB, Lei 9394/1996, no seu Art. 3º, VIII, consagraram a descentralização e a gestão democrática, na forma da lei, como princípios da administração pública.

## 2. Uma nuvem de consenso sobre o tema

Ao longo da história da educação brasileira, o tema da descentralização administrativa e a sua articula-

*Os problemas da descentralização e da democratização da gestão educacional assumiram novos significados quando situados na política educacional derivada das diretrizes do Banco Mundial*

ção mais recente com o da gestão democrática e compartilhada têm emergido sempre em íntima relação com as noções de democracia, em oposição ao autoritarismo, de autonomia, em oposição à subordinação, e de emancipação, em oposição à submissão (VIEIRA, 2000:28-31).

É notório, na leitura dos textos acadêmicos, das diretrizes das agências multilaterais, da legislação educacional e dos documentos de política e planejamento educacional de diferentes governos, o caráter consensual desta assertiva. Com efeito, SPÓSITO (1999:50) afirma que “*a efetiva descentralização e autonomia para as unidades escolares são condições mínimas para a ampliação da perspectiva de democratização da gestão escolar*”.

O documento “*Prioridades y Estrategias para la educación: estudio setorial*”, do Banco Mundial (BM)<sup>1</sup>, afirma, ao tratar da reforma da organização da educação nos países em desenvolvimento,

*“Melhorar o acesso, a equidade e a qualidade implica mudanças no financiamento e na gestão do sistema educativo no país(...)a maior parte dos sistemas educativos são diretamente dirigidos por governos federais e estaduais(...)Este tipo de gestão centralizada deixa pouco espaço para tomada de decisões flexí-*

*veis sobre os insumos instrucionais e as condições de aprendizagem que conduzem a um aprendizado mais efetivo na sala de aula”*(BM, 1995,<sup>13</sup>, os grifos são meus)<sup>2</sup>

No mesmo documento, o BM recomenda a convocação dos pais e da comunidade para uma maior participação nos assuntos escolares (TORRES, 1996:136).

Ao mesmo tempo, Luís Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Administração e da Reforma do Estado, considera que a Constituição de 1988 recuou da Carta de 1967, na qual a ênfase recaía sobre a descentralização, consagrando a autonomia e flexibilidade da administração indireta (OLIVEIRA, 2001:99-100). Para o ex-ministro, a recuperação da legitimidade da burocracia estatal só poderia ser encontrada na adoção de uma administração de tipo gerencial, caracterizada pela:

*“a) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais; b) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade aos administradores públicos, transformados em gerentes cada vez mais autônomos...”* (BRESSER PEREIRA *apud* OLIVEIRA, *idem*:.99-100)”.<sup>3</sup>

A existência de um consenso sobre a necessidade da descentralização e da gestão local, mesmo que alguns coloquem o acento tônico na eficiência e na flexibilidade, enquanto outros o coloquem na democratização, tem obscurecido o seu sentido concreto no âmbito da reforma do estado e do ajuste econômico e fiscal que marcaram os últimos anos.

Ora, uma questão imediatamente



se insinua ao observador atento: admitindo a hipótese de que o binômio descentralização-compartilhamento da gestão se articulam necessariamente com ampliação da democracia, como entender o papel nuclear que este binômio desempenha nas diretrizes do Banco Mundial, cujo sentido tem sido o de remover ou restringir direitos históricos, de esvaziar o Estado Nacional e de questionar a sua própria existência?

### **3. Um olhar sobre nossa história: gestão democrática e descentralização**

#### **3.1 Sobre um incontornável entrelaçamento de conceitos**

Embora nenhum estudioso sustente a existência de um vínculo conceitual entre descentralização, gestão democrática, participação e compartilhamento gestor, a observação das políticas e legislações que tratam deste tema mostra que estes conceitos têm sido permanentemente entrelaçados.

O discurso oficial, mas, igualmente, a fala de segmentos não vinculados organicamente ao Estado têm reafirmado a idéia de que quanto mais descentralização, mais democracia. Ainda que estes últimos oponham ao discurso oficial a idéia de que às políticas de descentralização falte o componente do controle democrático. Donde, sobretudo nos anos mais recentes, se deduz que a gestão compartilhada seria o corolário da desconcentração de poder (BASTOS, 1999:20).

Mais recentemente, as instituições multilaterais financiadoras de projetos educacionais, como o Banco, têm insistido na descentralização da administração pública como elemento que vertebra a reforma admi-

nistrativa aplicada no Brasil. Os documentos destas instituições indicam a instauração de regimes de gestão compartilhada (TOMMASI, WARDE e HADDAD, 1996).

Vê-se que o tema da democratização e compartilhamento da gestão educacional se encontra e se confunde com o da descentralização. Verifica-se que a ligação entre eles aparece não apenas como argumento tanto dos apologetas e críticos da descentralização-participação, mas como item pragmático das diretrizes do BM e das políticas adotadas sob sua inspiração.

#### **3.2 O binômio descentralização-democratização atravessa dois séculos de educação brasileira**

Já se tornou lugar comum nos estudos históricos e políticos sobre educação localizar o Ato Adicional à Constituição Imperial de 1824, como marco zero dos processos de descentralização da educação no país. Através deste estatuto legal, a Coroa repassava às províncias a responsabilidade de legislar sobre o ensino básico, ficando apenas a legislação concernente ao ensino superior como privativa do poder central.

Chama atenção aqui o fato de que, conforme RIBEIRO (1998:48), o Ato concretizava uma vontade de desoneração do poder central do encargo educativo, na medida em que a Constituição de 1824, em seu Art. 83, vedava às províncias legislar sobre assuntos de interesse nacional. Donde se conclui que o Ato de 1834 retirava a educação da esfera do “interesse nacional”.

A Constituição republicana, de 1891, manterá a orientação descentralizadora, consagrando uma dualidade na organização escolar da

Primeira República. RIBEIRO chama atenção para o texto constitucional, semelhante ao prescrito no Ato Adicional de 1834:

“a) à União competia privadamente legislar sobre o ensino superior na Capital da República;

b) aos Estados se permitia organizar os sistemas escolares” (AZEVEDO apud RIBEIRO, *idem*:71).

Coube aos pioneiros da educação, durante os embates educacionais dos anos 30, em particular em torno do capítulo da educação na Constituição de 1934, ressuscitar o tema da descentralização do ensino, já aqui articulado com o tema da democracia e da participação. As teses reformistas que emergiram nesse momento advogavam a abertura da escola à participação da “comunidade”, entendida como os pais e as famílias. Uma tal perspectiva estava vinculada, no período, ao lugar central que estes pensadores liberais atribuíam à educação, no projeto geral de modernização do país cuja promessa alimentara a Revolução de 30.

Esta visão que relacionava participação dos pais e eficiência educacional com vistas ao progresso industrial se estenderá aos anos 60, depois de percorrer os embates que marcarão a tramitação da LDB de 1961.

Curiosamente, os temas da descentralização e da democratização/participação voltarão a se entrelaçar em pleno Regime Militar. Em 1967, a noção de descentralização administrativa estará presente no Decreto-Lei nº 200, de 1967 “que dispõe sobre a organização da administração federal e as diretrizes para a reforma administrativa, definindo que estas deveriam obedecer aos princípios fundamentais do planejamento, descentralização, delegação

de competência e controle” (OLIVEIRA, 1997:87).

A Lei 5692/1971, ao lado disso, incorporará o princípio da participação, tornada compulsória por meio da regulamentação das Associações de Pais e Mestre (APM), obviamente tuteladas por mecanismos autoritários (SPÓSITO, *op.cit.*:48).

Ao longo dos anos 70, a Ditadura ensaiou processos de descentralização da gestão da educação que incorporaram as noções previstas no Decreto-Lei 200/1967 de planejamento participativo e descentralizados. O primeiro destes ensaios foi o projeto acordado com BM, entre 1971 e 1978, que previa a expansão do ensino profissional no âmbito do 2º grau (ALBUQUERQUE, 1997).

O segundo, desenvolvido entre 1974 e 1979, foi o Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO) e tinha como fim a implantação de sistema de cooperação entre secretarias estaduais de educação das Regiões Norte e Nordeste. Também implantado sob os auspícios do BM, já trazia a ênfase nos anos iniciais de instrução, foco em zonas de pobreza, gestão local e cooperação técnica (FONSECA, 1997:50).

O PROMUNICÍPIO dará corpo ao aparato legal que entregava o ensino de 1º grau aos municípios e o de 2º grau aos estados, na via da desresponsabilização do Governo da União para com os níveis iniciais de ensino<sup>3</sup>.

Com o degelo gradual do regime, um certo número de municípios, governados por políticos de diferentes colorações ideológicas, adotou providências de viés participacionista e democratizante (CUNHA, 1991: 110-119).

Esta estratégia de arrocho fiscal

*Com o degelo gradual do regime, um certo número de municípios, governados por políticos de diferentes colorações ideológicas, adotou providências de viés participacionista e democratizante*

contemplava dispositivos de participação e de gestão local. O Projeto Nordeste, de 1991, que se produziu sob inspiração e financiamento também do Banco Mundial, pretendia que houvesse “participação das comunidades na programação, a nível micro, de ações educativas e em todas as fases de sua operacionalização” (FELIX ROSAR, 1997:127-128).

A Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>, bem como as constituições estaduais adotadas em seguida e a legislação especificamente educacional, em particular a Lei 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>5</sup>, consagrarão a gestão democrática. Com efeito, não só as esferas inferiores de poder regulamentarão no seu âmbito formas de gestão compartilhada da educação, fundada na noção de “participação popular”<sup>6</sup>, como, articuladamente, a legislação infraconstitucional induzirá a uma dinâmica descentralizadora, como se nota na Lei do FUNDEF<sup>7</sup> (OLIVEIRA, 2002:70-72).

### 3.3 Um quadro de crise: a intervenção instituições multilaterais

Os 30 anos do pós-guerra, chamados “gloriosos”, pelo intenso escoamento de capitais proporcionado pela extensa destruição das forças produtivas européias e japonesas, e posterior reconstrução destas regiões, bem como pelo desenvolvimen-

to sem precedentes da indústria armamentista proporcionado pela Guerra Fria, esbarraram, no fim dos anos 70, numa crise econômica sem precedentes.

A chamada crise da dívida, focada nos países ditos em desenvolvimento, se ampliou em ondas concêntricas até o coração financeiro do sistema. Durante anos, a intensa produtividade, fruto do “boom” tecnológico do pós-guerra, se convertera, face ao desenvolvimento inverso das camadas consumidoras, em capitais imobilizados, perigosamente suspensos sobre as cabeças do sistema, gerando uma ciranda especulativa cada vez mais carente de correspondência no nível da produção material.

A falência de países devedores, como o Brasil, que em 1987, sob Sarney, decreta moratória técnica<sup>8</sup>, sinalizava a necessidade, de um lado, de uma ampla reestruturação da produção, com vistas à redução do valor da força de trabalho e, de outro, de uma reforma radical do Estado, em particular, nos países devedores. Reforma de conteúdo fiscal, implicaria, porém, uma mutação administrativa de largo porte, como condição para a normalização das relações destes países com as instituições financiadoras internacionais, ou seja, a retomada do pagamento da dívida.

Nesse contexto, as agências multilaterais foram chamadas a ocupar um lugar novo. Em particular, o BM modifica o padrão de sua atuação, passando a integrar, em suas propostas de políticas setoriais, diretrizes para as políticas sociais, inclusive, educacionais. Os anos 90 assistiram ao alargamento progressivo da influência do BM nas formulações de política interna dos países devedores, e mesmo na formulação de

reformas legislativas de cunho desregulamentador.

### **3.4 A reforma educacional do BM para o Brasil e suas pedras de toque: descentralização, gestão compartilhada e participação**

A reforma da educação no Brasil, bem como nos demais países em desenvolvimento, foi encarada pelas instituições multilaterais como urgente. Tal urgência dizia respeito, por um lado, à necessidade de acelerar o ajuste fiscal e a reforma do Estado e, por outro, ao reconhecimento dos recuos sociais ocasionados pelo ajuste, o que colocava a necessidade de ampliar as políticas sociais compensatórias, opostas àquelas que geraram direitos inscritos nas legislações nacionais.

É assim que o viés de intervenção do BM será o atendimento “aos mais pobres”, ao custo do abandono do viés universalista que marcou, como maior ou menor correspondência na realidade, a construção do Estado Nacional. Esta abordagem se traduziu: (a) na redução das políticas sociais e (b) no confisco dos direitos, como via para liberar recursos para as políticas compensatórias e os compromissos com a dívida pública.

A reforma educacional prescrita para o Brasil, de resto, semelhante àquelas que se impôs aos países nas mesmas condições econômicas que o nosso<sup>9</sup>, tinha as seguintes linhas gerais (BM, 1995: X, XI, XXII, CORRAGGIO, 1996:100-101 e TORRES, *op. cit.*:134-138):

a) focalização nos mais pobres: o Banco pressupõe que, com recursos limitados, todo país deve realocar recursos dos níveis mais elevados de ensino para a educação básica;

b) melhoria da qualidade, da eficiência e promoção da equidade: es-

te tripé, do ponto de vista do BM, concentra os obstáculos ao desenvolvimento do ensino básico no Brasil;

c) privatização do ensino superior, técnico e tecnológico;

d) descentralização administrativa e quebra da capacidade de reivindicação das organizações de trabalhadores cuja força reside na unidade estadual ou nacional e na defesa de direitos universais;

e) autonomia da unidade escolar e colaboração com a chamada sociedade civil, com a iniciativa privada e com organizações do terceiro setor (parcerias);

f) participação popular onde a comunidade escolar é chamada a integrar formas variadas de planejamento participativo, constituir organismos consultivos e deliberativos, a se envolver na gestão escolar e a participar na sustentação da escola.

### **4. Democracia ou corporativismo totalitário?**

Para o Banco Mundial, a implementação do ajuste fiscal e financeiro no Brasil integra plenamente a reforma do Estado. Tal reforma se funda na supressão do seu aspecto social. Dessa forma, é possível dizer que a estratégia descentralizadora, articulada ao “participacionismo”, na gestão local, emerge como elemento essencial para viabilizar, do ponto de vista administrativo, a eficiência da gestão e a racionalização dos meios e, do ponto de vista político, a construção do consenso no seio dos organismos gestores descentralizados. Consenso que se baseia na aceitação prévia dos limites orçamentários e do modelo administrativo estabelecido.

A matriz da idéia encerrada no

conceito de “núcleo de gestão” se radica nas formas organizativas da empresa privada, em particular a Gerência de Qualidade Total (GQT). O chamado ao planejamento participativo, à elaboração de cartas escolares, projetos político-pedagógicos e assemelhados, à organização de conselhos de pais, professores e comunitários está ligado ao que FREITAS (*apud* SOUZA, *op. cit.*:47) chama de gerenciamento do cotidiano, em oposição ao gerenciamento interfuncional, ou seja, a alta administração onde se decidem as diretrizes a seguir.

Para OLIVEIRA (*op. cit.*:95-96), as antigas bandeiras democratizantes do movimento dos trabalhadores são incorporadas, ressignificadas e combinadas com os pressupostos da gestão privada.

Assim, SPÓSITO (*op. cit.*:50-53) defende que a descentralização é condição da democratização da gestão: “o consenso não é o ponto de partida para a interação dos protagonistas, pois apenas obscurece a diversidade. Ele deve ser buscado numa trajetória que comporte a discussão e o conflito; enfim, o consenso e as decisões devem ser construídos coletivamente”. Não por acaso, nessa visão, há protagonistas, atores e não classes em luta. GENRO (*op. cit.*:84-85) estende esta perspectiva à gestão do Estado. Aqui, as organizações de classe são valorizadas e incentivadas apenas como instrumento de participação nas instâncias da gestão compartilhada.

Com efeito, o problema da gestão compartilhada, abordada aqui no âmbito da política educacional, não é uma questão singular nem pontual. Ele se inscreve numa ofensiva de largo porte contra as organizações re-

representativas das classes sociais em luta na sociedade e contra o sistema político representativo em geral.

#### 4.1 A cereja social e democrática do recheio totalitário

Como alternativa, se propõe a chamada “democracia participativa” (poder-se-ia dizer “compartilhada”?), cujo exemplo máximo é o Orçamento Participativo (OP) que, inaugurado em Porto Alegre, se estendeu por administrações de variados matizes, constituindo o coração do que se convencionou chamar “modo petista de governar”.

Laureado como exemplo de “boa governança”<sup>10</sup>, o OP se constitui como mecanismo de aplicação de orçamentos públicos cada vez mais estreitos. A participação popular consiste, no caso, em decidir como repartir as verbas públicas progressivamente mais curtas, opondo o povo ao povo, nivelando como iguais as organizações representativas e aquelas, como as ONGs, que ninguém elegeu (e cuja representatividade é medida conforme o montante de dólares que são capazes de captar), dissolvendo as fronteiras entre os representantes das diferentes classes e, finalmente, integrando todos à gestão do Estado. Trata-se de dissolver, no âmbito de uma nebulosa “sociedade civil”, a principal conquista da classe operária, no quadro do Estado burguês, a possibilidade de se fazer representar através de suas organizações, na base de seus próprios interesses.

Com efeito, veja-se o que os empresários cearenses, reunidos numa organização da “sociedade civil”, o Pacto de Cooperação<sup>11</sup>, dizem:

*“As raízes para o desenvolvimento das organizações, movi-*

*mentos e países residem na definição de uma missão clara (para que existimos), uma visão compartilhada (para onde queremos ir e em que tempo podemos chegar) e valores pactuados (como nos relacionamos para a ação em prol dos interesses comuns e para a negociação das nossas diferenças)”*(LIMA, MONTEIRO, PAIVA e REBOUÇAS, 1995:39).

O que ressalta, aqui, é a emergência de um tipo de colaboração de classes que ultrapassa o que poderíamos classificar como colaboração clássica. Trata-se aqui da gestão comum dos interesses comuns. Para tanto, é necessário romper com a idéia de representação política própria das forças sociais em presença na sociedade e, inclusive, de relativizar os órgãos burgueses da democracia representativa, tais como o parlamento e a justiça, em favor da intervenção direta do que se chamam atores sociais.

É extremamente interessante como esta perspectiva se encontra com o pensamento de esquerda que se referencia na política dos fóruns sociais. A ONG ATTAC, inventora, por assim dizer, do Fórum Social Mundial, afirma que o Fórum seria a busca de um consenso entre *“a sociedade civil de baixo (Porto Alegre) e a sociedade civil de cima, presente no Fórum Econômico Mundial de Davos”*<sup>12</sup>.

Edgar Morin, um dos entusiastas dos fóruns e representante do que se chama pensamento complexo, vai mais longe: *“o mito de ‘du passé faisons table rase’<sup>13</sup> conduz à barbárie. É necessário ligar revolução e conservadorismo*<sup>14</sup>. A complexidade, no caso, consiste em dissolver os antagonismos de classe e introduzir a fusão entre “revolução e conservado-

rismo”. Isto tem nome e história: corporativismo, ou seja, a submissão dos interesses operários e populares aos do capital em nome do “interesse comum” (RAFFI, 2001).

De outra parte, o Banco Mundial considera necessário, para o bom êxito das políticas que prescreve, que alternativas políticas “novas”, diferentes das organizações tradicionais, se desenvolvam: *“As organizações internacionais devem apoiar as coalizões mundiais de pobres para que elas possam ser ouvidas no debate mundial”*(BANCO MUNDIAL, 2000).

Ao longo dos últimos anos, portanto, a ação do Banco e demais instituições multilaterais, no redesenho da administração pública no Brasil, enfatizando a descentralização e o compartilhamento, se completa com o estímulo a organizações políticas que correspondam aos fundamentos administrativos que recomendam.

Entre os anseios de democracia da população e as estratégias de integração corporativa desses segmentos ao gerenciamento das políticas do BM de descentralização, se ergue o enigma da gestão participativa e compartilhada, o que tem sido objeto de uma discussão ainda lateral e incipiente. É preciso avançar num entendimento do problema como elemento fundante das políticas aplicadas no Brasil e na América Latina na virada do milênio.

#### Notas

1. O Banco Mundial (BM) se compõe do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e de 4 agências: Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), Corporação Financeira Internacional (IFC), Centro Internacional de Disputas sobre Investimento (Icsid) e a Agência de Garantias de Investimento Multilateral (Mi-



ga) (SOARES, 1998, p. 15-16)

2. A tradução para o português foi feita pelo autor deste projeto, cotejada com a tradução contida em TORRES (1996, p. 130).

3. FELIX ROSAR (*op. cit.*:116) cita uma fala de 1980 do então Ministro da Educação, Eduardo Portela, que revela sua opinião sobre o assunto: “*O aparato legal que entregou o ensino de 1º grau aos municípios e o 2º grau aos estados não percebeu, ou não quis perceber, que estava empacotando o maior presente de grego de toda a história da educação brasileira. Principalmente porque esta delegação coincidia, no plano tributário, com providências altamente centralizadoras.*”

4. CF, Art. 206.

5. LDB, art. 3º, VIII

6. O uso de aspas para a expressão “participação popular” indica que seu sentido não é evidente e, como se verá, variará conforme os interesses políticos de que a utiliza.

7. Cf. Lei 9424/1996 e o Art. 211 da CF, § 1º e 2º, alterados pela Emenda Constitucional nº14/96.

8. Depois, nos anos 90, será a vez do México, outro dos grandes devedores, decretar moratória, provocando a suspensão dos empréstimos privados aos países em desenvolvimento e ampliando o lugar dos financiadores multilaterais, como o BM.

9. O que faz com que TORRES (1996, *op. Cit.*:126) caracterize estas medidas como um “pacote” do BM.

10. No linguajar das instituições multilaterais, “governança” não é sinônimo de governo. Isto porque “governança” vem sendo usado pela ONU e seus organismos para se referirem a uma espécie de autoridade global a ser erguida para gerir os negócios públicos e privados, acima das formas de Estados Nacionais.

11. O Pacto de Cooperação foi formado por empresários e elementos egressos do mundo acadêmico, inclusive os reitores das 5 universidades cearenses, em 1992, com o fim de realizar uma “revolução na gestão”, fundada no “encontro” de interesses comuns” entre capitalistas, trabalhadores e os poderes públicos.

12. Cf. Courrier de Information, nº 217, de sexta-feira, 9.03.01, editado por ATTAC.

13. Referência ao verso de A Internacional que em português seria, aproximadamente “cortai o mal bem pelo fundo”.

14. Cf. Libération, 5.02.01

## Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M.G.M.T. **Políticas de Ensino Médio: tendências no Brasil e no Ceará – 1987/1998**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y Estrategias para la educación: estudio setorial**, Washington, 1995.

\_\_\_\_\_. **The World Bank and Civil Society**, Washington, 2000.

BASTOS, João Batista. **Gestão Democrática da Educação**. In BASTOS, João Batista (Org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

BRUNO, Lúcia. **Reestruturação capitalista e Estado Nacional**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade & DUARTE, Marisa R.T. **Política e Trabalho na Escola – Administração dos Sistemas Públicos de Educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

CORAGGIO, José Luís. **Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: TOMMASI, Livia De, WARDE, Miriam J. & HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 1991.

FELIX ROSAR, Maria de Fátima. **A municipalização como estratégia de descentralização e de desconstrução do sistema brasileiro**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação – Desafios Contemporâneos**. Petrópolis, 1997.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação – Desafios Contemporâneos**. Petrópolis, 1997.

GENRO, Tarso. **Orçamento Participativo e Democracia**. In: GENRO, Tarso & SOUZA, Ubiratan. **Orçamento Participativo – A Experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

LIMA, Cláudio F; MONTEIRO, João de Paula; PAIVA, Flávio e REBOUÇAS, Os mundo. **Gestão Compartilhada: O Pacto do Ceará**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação e planejamento: A escola como núcleo da ges-**

tão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação – Desafios Contemporâneos**. Petrópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. **A gestão democrática no contexto da reforma do estado**. In: FERREIRA, Naura S.C. & AGUIAR, Márcia Ângela S. **Gestão da Educação – Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez Editora, 2ª Edição, 2001.

OLIVEIRA, R. P. **O Financiamento da Educação**. In: OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, Theresa. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

RAFFI, Jean-Pierre. **Depois do Fórum Social Mundial de Porto Alegre (25-30 de janeiro de 2001)**. In: **A Verdade – Revista Teórica da IV Internacional nº 28**. São Paulo: Edições O Trabalho, 2001.

RIBEIRO, Maria Luíza S. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Gestão Compartilhada da Educação – Democracia ou Descompromisso?** São Paulo: Xamã, 2001.

SPÓSITO, Marília P. **Educação, Gestão Democrática e Participação Popular**. In: BASTOS, João Batista (Org.). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

TOMMASI, Livia De, WARDE, Miriam J. & HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

TORRES, Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial**. In: TOMMASI, Livia De, WARDE, Miriam J. & HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, PUC-SP, Ação Educativa, 1996.

VIEIRA, Sofia L. **Política Educacional em Tempo de Transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

\* José Eudes Baima Bezerra é professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará e diretor do ANDES-SN.

# A mídia e os serviços públicos no Brasil

Eduardo Alves\*

## Apresentação

Talvez o maior ícone da mídia, tratando-se de serviço público, seja hoje a Grande Família. A série da Rede Globo de Televisão apresenta dois modelos de servidores em destaque e um terceiro em segundo plano. O protagonista, Lineu, é um servidor público “exemplar”, segundo o senso comum da população brasileira. Não aceita propinas; não chega atrasado; não falta ao trabalho. Muito pelo contrário: vive o seu trabalho diariamente e, quem sabe, todas as horas do dia. De outro lado, o seu chefe é o “modelo comumente apresentado” de servidor público. É o próprio armador das “maracutaias”; o exemplo de como se utilizar do Estado para lucrar e tirar algum; o estereotipado “esperto” que mora em um luxuoso apartamento com banheira de hidromassagem. Não é apenas o suborno e a politicagem; é também o assédio e o poder que determina a lógica desse servidor.

Mas não esqueçamos, que na repartição de Lineu não há apenas ele e o chefe. Há ainda secretárias que, geralmente, são atraentes, pois são assediadas e chamam atenção pelos seus “dignos dotes femininos”. Existe também uma série de pessoas que não sabem muito bem o que fazem. A seção tem apenas um trabalhador que conhece do serviço e esse é o Lineu, um conjunto de figurantes incompetentes que não “fedem nem cheiram” e finalmente um chefe que é “bandido”, mas que depende do melhor servidor para manter a ilusão do funcionamento da seção.

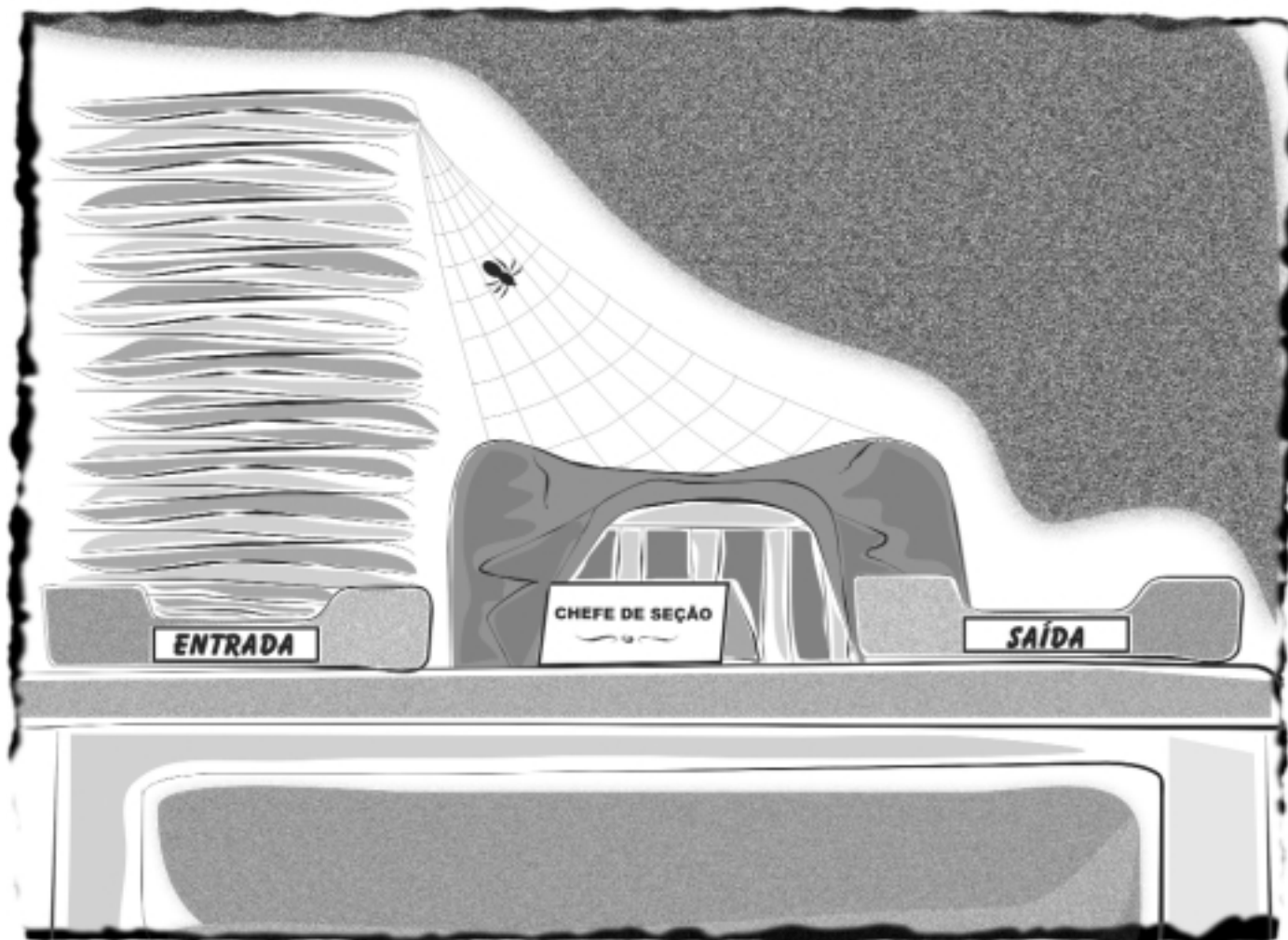
Neste caso, quem diria, o “melhor servidor” é a peça principal para que a corrupção se desenvolva e se instale na seção. Com a manutenção de sua competência e com a intransigência de sua honestidade,

acompanha tudo o que acontece e deixa que tudo aconteça. Melhor, não apenas deixa que aconteça como dá sustentação, com a sua função de “profunda competência” para criar uma película que esconda o centro da corrupção. Lineu, o ideal servidor, é absolutamente conivente com tudo o que acontece. Nunca aceita um convite para participar das “malandragens” cariocas do chefe, mas finge-se de “morto” frente a todas. Nunca denuncia o seu chefe e é o funcionário com mais prestígio, respeito e ascendência sobre o mesmo. Que triste, no entanto, o exemplo de servidor público é estratégico para que o serviço público apareça como algo desnecessário que só serve para “lesar a pátria”.

Ao fim e ao cabo nenhum servidor “presta”, visto que, a condenação é dada ao próprio serviço públi-

co. Firma-se assim uma ideologia de que o Estado, quase que por “natureza”, é corruptível. A corrupção, segundo esse ponto de vista, não aparece como efeito do modo de produção de exploração, mas sim do Estado. Deduz-se assim que quanto maior for o Estado maior a tendência de corrupção. Esta visão que se pretende difundir parte do princípio de que as bases reais para o surgimento da corrupção residem na superestrutura e não nas relações sociais pelas quais homens e mulheres produzem e reproduzem sua vida. Nesse sentido o Estado vive sua própria natureza corruptível, em qualquer sistema, em qualquer regime e, por isso, a única alternativa a ser oferecida é a privatização (velada ou aberta). O que não dizem, com tanta ênfase, é que a corrupção não é uma propriedade dos aparelhos estatais, já que, existe com todos os requisitos nos aparelhos privados<sup>1</sup> (do capital ou não).

Certamente, alguns podem pensar: isso é obra do neoliberalismo! Triste equívoco, pois, isso é produto da formação social brasileira. Podemos até sustentar a tese de que o modelo neoliberal aprofunda as chagas da formação social e da composição do Estado de gerência patrimonialista no Brasil. Mas, nada além disso. A marca que se busca



“carimbar” ao serviço público já aparece na indústria cultural (na mídia, no imaginário, na literatura, etc) antes mesmo que se vivesse um vigoroso Estado capitalista no país. O que falar então, da sua etapa neoliberal?

Lancemos mão do excepcional Lima Barreto. Negro, pobre, audaz nas letras, cortante nas críticas, não poupou o servidor público de suas radicais e irreverentes crônicas. Em *“O Trem de Subúrbios”*, de 1921, Lima escreve: “O tal cidadão, que fala tão imponentemente de importantes questões administrativas, é quase um analfabeto. O que fez ele? Arranjou servir adido à repartição que cobiçava, deixando o lugar obscuro que ocupava, numa repartição

---

*Não precisa ser corrupto;  
contudo, se for,  
tem que fazer algo  
para equivaler  
à corrupção herdada  
pela própria sociedade.  
“Rouba, mas faz!”.*

---

obscura do mesmo ministério. Tinha fortes pistolões e obteve. O diretor, que possuía também um candidato, para a mesma causa, aproveitou a vaza e colocou de igual forma o seu. Há um fim de ano de complacências parlamentares e todos eles arrancam do Congresso uma autorização, na cauda do orçamento, aumentando os lugares, na tal repartição cobiçada, e

mandando também aproveitar os ‘adidos’. Está aí a importância do homenzinho que não cessa de falar como um orador”.

Lima parece nos falar de hoje. A imponência do cidadão, um burocrata que não respeita os outros trabalhadores e se aproveita do cargo que possui em repartições públicas para “se dar bem”. Não precisa ser corrupto; contudo, se for, tem que fazer algo para equivaler à corrupção herdada pela própria sociedade. “Rouba, mas faz!”. Porém, este não é nem o caso do “homenzinho” de Lima Barreto. É apenas um “burocrata”, que beira a imbecilidade que, não por meio do mérito, mas sim por meio das relações pessoais (amizade, família ou sexo) ou do “jogo

sujo da politicagem”, conseguiu galgar um espaço no serviço público. Aproveita-se assim do seu “importante cargo” para impor respeitabilidade sobre os outros homens.

Todavia, isso dito em pleno mandato presidencial de Epitácio Pessoa, antes mesmo que o “Estado brasileiro” pudesse “bater no peito” e se orgulhar de ser plenamente capitalista, às vésperas de iniciar um processo de desenvolvimento para o capital, ou seja, nas portas da década de 30, não tem o mesmo peso que uma famosa marchinha de carnaval no último mandato de Getúlio Vargas.

Foi em 1951/52 que Armando Cavalcanti e Klécios Caldas escreveram *Maria Candelária* que obteve um sucesso notável graças o embalo desse “hit carnavalesco” e por sua letra que atingia, em cheio, o imaginário do povo da capital:

*Maria Candelária / É alta  
funcionária*

*Saltou de pára-quebras / Caiu na  
letra “O”, oh, oh, oh, oh*

*Começa ao meio-dia / Coitada  
da Maria*

*Trabalha, trabalha, trabalha de  
fazer dó oh, oh, oh, oh*

*A uma vai ao dentista / As  
duas vai ao café / Às três vai à  
modista*

*Às quatro assina o ponto e dá  
no pé / Que grande vigarista  
que ela é.*

Crítica, “zombeteira”, “malandragem”, irônica, a letra mostra a funcionária pública “padrão”, uma funcionária que nunca trabalha, vigarista, que está sempre nos “trinques” da moda para, provavelmente, manter seu trabalho que não exige competência. Ela “saltou de pára-quebras” e caiu na letra “O”. Provavelmente deve ser sua competência de

“cair na letra o” que dá a garantia do seu trabalho. Faz tudo menos trabalhar e somente quem faz isso é servidor porque não é trabalhador. Um trabalhador que agisse desta forma seria demitido. Mais que isso: um trabalhador não poderia agir assim. Ou expressando uma visão ingênua; ou mesmo uma visão do desenvolvimento da criação de parque industrial e de um operariado moderno que começa a se formar; ou mesmo, quem sabe, todo o ressentimento em relação aos “lesa-pátria”, a marchinha só pode valer porque correspondia, por sua vez, a um “senso comum” existente. Havia e sempre houvera bases reais para esse tipo de pensamento.

Quem diria, uma década antes de entrar na ditadura militar, os brasileiros criticam os serviços públicos e os servidores como se os problemas fossem todos frutos de uma propriedade nacional. Quem sabe até de uma “característica carioca”. É claro: a malandragem, a cordialidade, a camaradagem carioca pesa, e bastante, nessa hora. Uma “característica” que se busca anexar ao brasileiro, mas que tem no “povo da capital” a marca fundamental. O povo da capital, na época, estava no Rio de Janeiro. Por esta razão continua sendo o Rio o lugar com maior número de servidores públicos federais, o local por excelência dos serviços e também das bem humoradas armações que utilizam o espaço público a favor do indivíduo. Não esqueçamos: é no Rio de Janeiro, no subúrbio carioca, que fica a casa da *Grande Família*.

É claro que na era de Collor, Itamar e FHC a mídia avançou no ataque aos servidores. Como poderíamos ver já havia uma base ideológica

que permitia essa investida. Mais à frente veremos que havia também condições objetivas, determinadas pela própria formação social do capitalismo no Brasil, que permitiram esse tratamento. Lineu não é o marajá de Collor, mas seu chefe é. Lineu também não é o barnabé de nível intermediário ou auxiliar do Plano de Classificação de Cargos, pois é um veterinário. Ainda assim trabalha em uma área do serviço público que FHC, por exemplo, pretendia destinar às Organizações Sociais ou, com muita sorte, às Agências Executivas (ou reguladoras). Saúde, educação, cultura, saneamento, etc, devem ser destinados, segundo o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, texto guia publicado pelo Extinto MARE em 1995, a uma transformação na forma de propriedade. Deixariam de ser propriedade estatal para passar a ser propriedade privada. Alterar-se-ia assim o conteúdo dos contratos de trabalho e das “mercadorias”, afinal, se estaria alterando a forma de propriedade: pedra angular que determina as relações que sobre ela se erguem.

Muito disso foi feito e o serviço público, hoje, está às portas da extinção. Entre 1995 e 2002 os servidores viveram as grandes mudanças dos aparelhos do Estado, em todos os aspectos: foram mais de 56 direitos retirados; foi desconstituída a idéia de Regime Jurídico Único; se introduziu a modalidade de empregos públicos; substituíram a recomposição salarial pelas gratificações produtivistas; ampliaram as terceirizações; deturparam o significado dos estágios; a proporção entre ativos e aposentados atingiu índices inadmissíveis (60% aposentados e pensionistas; 40% de ativos); os servido-



res alcançaram perdas volumosas, que já chegam a 55% e necessitam de um reajuste de 122% para recompor os salários a partir de 1995; há mais de 20 categorias com modelos e critérios de gratificações distintas; acabaram com a estabilidade. E como se isso não bastasse se corre o risco de praticamente extinguir os serviços públicos por meio da PEC 54-A ou por meio da ADI 2968<sup>2</sup>.

Neste sentido, não poderia ser diferente, nos governo da década de 90 para frente, a mídia investiu com “estatura de gente grande” contra os servidores. É claro que os governo de Paschoal R. Mazzilli, Castello Branco, Costa e Silva, Aurélio Lyra, Augusto Rademaker, Márcio Melo, Emílio G. Médici, Ernesto Geisel e João B. Figueiredo ajudaram muito para que isso ocorresse. Nunca se colocou tanta gente pela janela dos aparelhos de estado em nível federal, estadual e municipal do que nos governos da ditadura militar. Foi uma festa em que o concurso público, presente desde a Lei 1.711 (estatuto de 30 dos servidores), era apenas uma peça de enfeite na lei. Quando a Constituição de 1988 criou as condições para a mudança da lei e a criação do RJU (Regime Jurídico Único) que surgirá em 1990, buscava-se de alguma forma, mesmo com todos os equívocos, superar uma página da história. Mas o fato é que tal passagem ficou marcada até hoje, pois, o Estado, responsável por todas essas mazelas buscou responsabilizar o servidor e se desviar da verdadeira responsabilidade.

Novamente entra a mídia, como uma das principais aliadas da classe dominante para que esta mantenha o controle do Estado. Com o poder se constituem as condições para repro-

---

*O Estado é lugar de excelência dos ladrões que roubam o que é público, da população, com um gosto incomparável. São ladrões só do Estado, tendo em vista que não teriam nem “coragem de roubar uma galinha”.*

---

duzir a hegemonia do capital. Entre todas as manipulações operadas pela superestrutura, destaca-se a inversão do papel do Estado que é a base ideológica que sustenta os ataques aos servidores e aos serviços públicos. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o povo deve entender o Estado como algo abstrato, neutro, promotor do “bem estar social” e, portanto, necessário; deve também se convencer de que “toda a corrupção emana dos servidores” que passam a ser uma força dispensável em momentos da história do capital. Estaríamos, então, diante de uma conclusão surpreendente: os servidores seriam dispensáveis, mas o Estado nunca!

As críticas de Arnaldo Jabor são exemplares para isso. Quem não lembra, na época das reformas administrativa e da previdência, ainda no governo de FHC, a famosa apresentação na televisão em que esse senhor deixa o terno na cadeira, retirando-se de sena, e fica apenas o áudio com sua voz insinuando que servidor público não trabalha. A mesma lógica foi seguida nos consecutivos anos que se passaram e uma delas é perfeita para a discussão que estamos hora fazendo: “*Existe todo o tipo de ladrão, no mundo todo. Mas aqui o ladrão da hora é o la-*

*drão do estado. Às vezes, o sujeito não tem nem coragem de roubar uma galinha, mas roubar o estado não lhe dá sentimento de culpa. Dá até um certo orgulho. Há um certo toque de vingança no ladrão da coisa pública.*”<sup>3</sup> Ou seja, o Estado é lugar de excelência dos ladrões que roubam o que é público, da população, com um gosto incomparável. São ladrões só do Estado, tendo em vista que não teriam nem “coragem de roubar uma galinha”, muito menos um banco, mas o Estado roubam com coragem, tranqüilidade, facilidade, pois a impunidade que paira sobre esses larápios é absurda. Sem contar que se profissionalizaram como tais, ou seja, servidor público é sinônimo não apenas de marajá, mas também de ladrão.

Entretanto, tais comentários possuem um objetivo certo: fazer aprovar as reformas neoliberais. Foi assim durante todo o governo de FHC e, por mais obtuso que pareça, assim continua no governo de Lula. Em uma de suas disparadas anti-servidor, Jabor sustenta as razões pelas quais se deve ter a continuidade da reforma da previdência. Continuidade porque a Reforma apresentada por meio da PEC 40 de Lula é apenas continuação daquilo que não se conseguiu fazer, por falta de acúmulo de forças, na era FHC. Eis suas providenciais palavras:

*“Quem tem medo da Reforma da Previdência? A velha esquerda em nome de um mito do estado defende a quebra do estado. Radicais do PT em nome do estado lutam pela falência do estado. Marajás com pensão de 30 mil e deputados medrosos são contra. Mesmo que quebre o estado. O executivo com medo de ser cha-*

*mado de autoritário ou vaselina recua, se arrepende, e agora parece mais firme.*

*É espantosa a força do interesse privado contra o bem de todos. Para defender 5 milhões de privilegiados, vão contra 160 milhões de brasileiros, mesmo que depois não haja mais dinheiro para pagar ninguém. Se essa reforma não passar, a legitimidade do governo dança para sempre. Porque direito adquirido é uma coisa; privilégio é outra. Se Lula der os anéis para não perder os dedos, perde os dedos, as mãos, a cabeça e morre na praia da história”<sup>4</sup>.*

Ou seja, chega-se a inverter a verdade. A reforma da previdência leva à privatização da mesma e, isso sim, atende aos interesses dos setores privados. Cita, impunemente, 5 milhões de privilegiados – os servidores das três esferas – sem dizer que a média da previdência desses servidores não passa dos míseros 800 reais. No entanto, não interessa falar que os privilegiados são, justamente, um pequeno setor que, em sua quase totalidade, foi parido antes da Constituição de 1988 e estão concentrados entre os juizes, deputados, etc. Mas a “mídia” não deve satisfação a ninguém, apenas aos seus donos: os detentores da propriedade privada do capital que produz mercadorias muito “especiais” e “custosas”, com valores sempre mais elevados do que o tempo socialmente necessário para ser produzida; ou muito aquém do tempo socialmente necessário quando não interessa.

É certo que não se fala o significado que tiveram as privatizações dos “leilões donativos” do Estado

brasileiro. Até dezembro de 1998 o governo dizia que havia “lucrado”, entre dinheiro que entrou e dívida que repassou, 85,2 bilhões de dólares. No entanto, escondeu que deixaram de entrar ou saíram dos cofres públicos 87,6 bilhões de dólares<sup>5</sup>. Ou seja, mesmo no processo de privatização já houve um prejuízo de, no mínimo, 2,4 bilhões de dólares.

Depois das privatizações, vimos uma realidade em que o governo gastou para privatizar e, de alguma forma, gastou para manter o que foi privatizado. Essa é uma realidade muito própria inclusive do que aconteceu nos lugares em que existiu a previdência privada, como no Chile, onde o Governo teve que arcar com cerca de 95% do custo das previdências privadas falidas. Nesse país, das 21 Administradoras privadas de fundos 14 já faliram. As sete que restaram acumulam 50% do PIB chileno e apenas uma obteve um lucro de mais de 200%.

O Estado chileno arcou com o processo de privatização e, com isso, teve de contribuir duplamente: constituir um processo de privatização, o que gera financiamento, conseqüentemente custos para o Estado e depois, quando as administradoras privadas quebraram, foi obrigado a “herdar” os “clientes” para que as



pessoas não ficassem abandonadas, “sem pai nem mãe”. Na Argentina a privatização fez com que o Estado deixasse de arrecadar, em cinco anos, 70 bilhões de dólares. A dívida pública no país subiu de 66 bilhões para 144 bilhões de dólares entre 1994 e 2001. O que predomina são “contratos lixos” – como os argentinos chamam o que aqui é conhecido como trabalho informal ou precarizado – e vários trabalhadores descobertos pela previdência social.

Esse processo de privatização em todas as escalas, em todos os aspectos ocorre dessa forma. Seria muito fácil, portanto, imaginar que sairia mais caro para o governo, que institui, por exemplo, fundos fechados de previdência. Fundos fechados são administrados por entidades privadas, mesmo que não tenham, legalmente, fins lucrativos. Gastam cerca de 35% do que arrecadam, com as contribuições, com administração dos fundos e cerca de 65% com especulação no sistema financeiro. É assim que já ocorre hoje com o PREVI – um dos maiores fundos fechados de previdência complementar já existente no Brasil.

O que justificaria constituir um fundo fechado público? Do ponto de vista do cálculo, isso é uma anomalia. Um fundo público não pode ser “complementar fechado”, pois, para ser complementar, fechado ou aberto, é necessário que seja privado. O fundo é chamado de fechado porque atende a um grupo específico de contribuintes sem carteiras abertas de venda para o mercado e não pode dar lucro que seja apropriado individualmente por uma pessoa. Por outro lado, pode pagar quanto quiser de salário para os seus diretores e gerentes.

Como se chega a essa equação de

constituir um fundo fechado público, com o governo se comprometendo com uma parte da Previdência e a outra indo para esse fundo fechado público? É dizer que, no futuro, você terá que arcar também com essa parte. Isso é uma loucura, não tem cabimento. O governo teria que criar duas instâncias do próprio Estado. Uma para administrar uma parte; outra para administrar o que estiver acima do teto. Com isso teria que contratar mais funcionários. Gastar mais. Investir mais. E o próprio Estado investiria no mercado financeiro? Isso não se sustenta. Não existe em lugar nenhum do mundo, uma vez que, todo fundo complementar, fechado ou aberto, é privado e não estatal. Contudo, toda esta discussão fica absolutamente mascarada sob fraseologias caso não se tenha nenhum critério de objetividade ou responsabilidade.

Deve-se entender que, quando a mídia investe nessa confusão apresentando construções de “mentiras” sem, necessariamente, falar a mentira diretamente para não cair em descrédito (o que tenderia a diminuir sua margem de lucro), está apenas cumprindo o seu papel. A chamada “mídia” não é outra coisa senão um aparelho privado de hegemonia da classe dominante. Ops... Estamos falando da mídia oficial e não do conjunto da mídia que existe no país que, mesmo ainda dispersa, representa aparelhos privados tanto das classes dominantes quanto dos setores explorados. Como podemos ver, mesmo na mídia, que nada de neutra possui, existe um certo “encanto” de “independência” que faz em um “passo de mágica” desaparecer o seu objetivo principal enquanto propriedade do capital: o lucro<sup>6</sup>.

---

*Temos um capitalismo tardio fundado nas bases corruptíveis e fisiológicas das Capitânicas Hereditárias. Para entender isso, será necessário entender a formação do Estado em suas diversas fases.*

---

Pode-se se achar, no entanto, que tenhamos uma crença, quase religiosa, de que o Estado brasileiro não é corrupto e que os servidores não participam de processos de corrupção. Claro que não! É claro que há corrupção no Estado brasileiro! E isso ocorre por dois motivos fundamentais: a) o Estado, enquanto existir, indicará a persistência de uma sociedade de exploração e será usado para o domínio da mesma por uma classe dominante e b) o Estado capitalista, o que temos em geral no mundo, necessita da corrupção para poder ser agenciador dos negócios da burguesia. No caso do Brasil tais problemas são ainda mais profundos, pois, temos um capitalismo tardio fundado nas bases corruptíveis e fisiológicas das Capitânicas Hereditárias. Para entender isso, será necessário entender a formação do Estado em suas diversas fases. E é necessário tratar bem esse tema para que não se fique restrito à superficialidade da questão.

O fato é que, durante os oito anos de FHC, o Estado brasileiro foi desmantelado: destruíram redes de proteção social, reduziram a aposentadoria de milhões de trabalhadores, arrojaram o salário do funcionalismo público, facilitaram a privatização do ensino e da saúde, cortaram gastos sociais elementares para ga-

rantir o pagamento sempre pontual dos banqueiros nacionais e estrangeiros, afundaram o país numa onda de violência generalizada ao permitirem o florescimento do crime organizado, enriqueceram a história da corrupção brasileira com um vasto rol de escândalos (do Proer ao Sivam, da privatização das telefônicas ao seguro-apagão).

O fato é que o Estado hoje não é mais o que tínhamos há 10 anos e, sem dúvida, a mídia “formal” ajudou e continua ajudando para que as alterações privatistas continuem. São mudanças superficiais que reforçam as características gerais do Estado (repressor e agencializador dos negócios da burguesia) e específicas da formação social brasileira (patrimonialismo, por exemplo). Enquanto o neoliberalismo seguir o seu curso, continuarão as “maquiagens” no Estado, necessárias para manter o ciclo de desregulamentação que, por sua vez, mantém seu rumo, mesmo no Governo Lula.

### **Algumas considerações sobre o Estado: um pouco de teoria e história**

No Brasil, particularmente, o processo de estatização dos setores produtivos, envolvendo a transformação de matéria bruta, a prestação de serviços em energia, água, produção siderúrgica e outras, foi o próprio caminho de desenvolvimento e formação de uma sociedade capitalista. Ou seja, isso foi um investimento dos setores dominantes e era necessário criar um Estado com capacidade de dirigir o processo de formação capitalista da sociedade brasileira.

Nesse sentido, é inverossímil que os próprios capitalistas hoje façam

críticas sobre esse processo, como se não tivessem responsabilidade nenhuma sobre ele. Assim parece que as coisas ocorreram por escolha, por uma simples vontade humana de alguns dirigentes, ou mesmo por dádiva sobrenatural. Mas sabemos que não foi deste modo que ocorreu o movimento de construção do Estado e da Sociedade brasileira. Foi feita a política necessária, sob a lógica burguesa, para o desenvolvimento.

Esse era o caminho possível frente às condições reais do Brasil. Os governos de Getúlio, Dutra, (de novo) o de Getúlio e depois de JK (Café filho, Carlos Luz e Nereu Ramos não contam) apostaram, com todas as diferenças constitucionais, políticas e sociais, no mesmo caminho de desenvolvimento econômico, encontrando maior ou menor êxito em suas táticas por conta do acúmulo de forças existente na sociedade. Assim podemos afirmar que a reforma que foi feita até agora no Estado brasileiro não é ponto indispensável para o desenvolvimento, mas sim para o aprofundamento do subdesenvolvimento, da dependência e da inserção do Brasil na ordem mundial hegemônica.

Novamente insistem no absurdo. Esse não é um movimento entre sociedade e governo, pois, colocados dessa forma, não são nada, são caóticos, não explicam as condições reais e as contradições existentes. A sociedade é uma abstração, “se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”<sup>7</sup>. Uma sociedade dividida em classes possui idéias distintas, representações distintas e governos de diferentes posições políticas. Cada governo tem uma ligação orgânica a uma ou outra classe, ou

mesmo a outras que não são fundamentais, como é o caso em uma situação bonapartista<sup>8</sup>.

O que ocorre é que o Estado, através dos aparelhos repressivos e ideológicos, busca transformar em universal aquilo que é particular, fazendo parecer que as idéias da burguesia são idéias de toda a sociedade. Mas os donos do capital sabem bem que não estão falando da sociedade real, com suas diversas determinações, múltipla em idéias e representações. Falam de uma socie-

---

*Não é possível disputar política de comunicação, de grande vulto, hoje, com possibilidade de uma disputa hegemônica real em nível nacional, que possa alterar a correlação de forças, sem quebrar o monopólio privado dos meios de comunicação.*

---

dade invertida que deve aparecer como imagem e semelhança do setor hegemônico, mesmo que não seja esse o setor da maioria dos homens e mulheres desta sociedade.

Todo discurso feito é para justificar a importância da economia de mercado e de marcá-la como a forma mais desenvolvida para fazer avançar o país. “O grande desafio histórico é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor”, ou seja, “o fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado”. Essa afirmação retirada do

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado demonstra claramente a superação de um modelo desenvolvimentista implementado no Brasil e a adoção do projeto de ampliação da margem de lucro e diminuição da capacidade de ação social do Estado. A ação reguladora é a marca da desconstrução progressiva dos serviços públicos e é parte integrante do processo de privatização, contratualização e terceirização. Tais marcas são determinantes na Reforma Administrativa de 1998.

É por isso que qualquer análise mais profunda deve se deter na pedra angular do sistema e mesmo das mudanças: a alteração das formas de propriedade. A mudança para um modelo gerencial de funcionamento do Estado não é uma mudança apenas de cunho administrativo. Essa é a superficialidade da mudança e não seu conteúdo fundamental. Do ponto de vista administrativo, continua-se longe do “tipo ideal weberiano” e na “esteira rolante do patrimonialismo”. O elemento central, portanto, encontra-se na alteração da propriedade e na relação entre propriedade privada e propriedade estatal.

Do ponto de vista da propriedade, o que está em jogo é repassar o patrimônio público acumulado para os setores privados, aumentando assim a concentração do lucro, ao mesmo tempo em que se desobstruem as barreiras que impossibilitam o aumento da margem do lucro. A diminuição dos aparelhos de Estado com funções sociais só pode levar ao aprofundamento dos problemas sociais. Muitas das vezes a esquerda (seja de que matiz for) se equivoca ao tratar tal assunto. Há uma idéia, aparentemente predomi-



nante, de que o processo imposto diminui o Estado e, como qualquer socialista defende o fim do Estado ou pelo menos o fim de seu cunho autoritário ou mesmo ainda de seu poder determinante<sup>9</sup> (quase absoluto) sobre a individualidade, tal movimento não é tido como “tão ruim” para a política desejada por esses setores da esquerda.

Ledo engano, pois isso nos levaria a um processo de ampliação desordenada da concentração do poder e do lucro, repassando para os aparelhos privados (ou seja, para a propriedade privada do capital) a arena central de disputa política. Por exemplo: não é possível disputar política de comunicação, de grande vulto, hoje, com possibilidade de uma disputa hegemônica real em nível nacional, que possa alterar a correlação de forças, sem quebrar o monopólio privado dos meios de comunicação. Na esfera do Estado, entretanto, temos maiores condições, pela própria característica do Estado de Direito, criado pela burguesia, de operar a disputa hegemônica. Certamente que, para a classe trabalhadora, isso só pode ter consequência se estiver calcado em uma organização classista, com capacidade de mobilização e organização, que trave na sociedade a disputa ideológica e sirva como base real para a construção de mudanças. Sem isso, ficamos no administrativismo e não conseguimos alterar as condições reais que exigem mudança na forma de propriedade.

Para pensar melhor tais questões, é necessário caracterizar o Estado e tratar da sua formação específica.

O Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Isso serve tanto para o mode-

lo restrito analisado por Marx quanto para o modelo amplo analisado por Gramsci. Em nenhum dos casos, frutos de momentos históricos e formações sociais distintas, o Estado perde sua principal característica que, por sua vez, não é determinada por ele mesmo, mas pelas relações sociais de produção, isto é, pelos diferentes papéis desempenhados pelas classes fundamentais do capitalismo. Todavia, o governo<sup>10</sup> não pode admitir isso, visto que tal posição o levaria a dar organicidade ao seu propósito, ligando-o a uma das classes fundamentais, coisa que o discurso em defesa da neutralidade não permite.

A totalidade das relações de produção forma “*a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual*”<sup>11</sup>.

Mesmo que as mudanças sejam, no Estado (na superestrutura), apresentadas como elementos fundamentais, elas não são a saída para a superação da crise atual do capital ou de qualquer uma outra. Isto porque tais mudanças decorrem, necessariamente, de uma alteração nas formas de propriedade. Na verdade, as alterações que foram feitas até agora se justificam porque, para as classes dominantes, é necessário aumentar o arco de poder econômico da burguesia, ampliar a margem de lucro, incrementar a ocupação de espaço na propriedade privada do capital, de forma a expandir a participação dos capitalistas nos setores de serviços ou mesmo de produção de

matéria-prima. Isso é o que está por trás das privatizações. No entanto, identificar o movimento real operado pelo neoliberalismo é, necessariamente, superar epistemologicamente o conceito de Estado comumente divulgado e assumir um conceito histórico e materialista, que dê conta da análise das condições atuais. Se isso não for feito, a tendência de qualquer governo é seguir propondo reformas administrativas mais ou menos profundas que, por sua própria natureza, não atingem o centro da questão e ficam oscilando entre a diminuição ou ampliação dos aparelhos de Estado (e todas as consequências que disto decorre) ou apenas fechando, abrindo e renomeando instituições.

O problema é que o grau de ideologização e politização que tem uma reforma administrativa, mesmo que escondido pela retórica escrita, torna inverossímil tal proposição. O Estado nunca está acima da sociedade, mesmo quando bonapartista, pois é sempre fruto da luta de classes, da correlação real entre as duas classes fundamentais (trabalhadores e burgueses), das disputas entre agentes e representações fundamentais das classes sociais fundamentais.

A afirmação acima (bem trabalhada por Marx em o 18 Brumário) cria uma aparência maior de autonomia estatal, porque há uma condição na luta de classes, entre os setores fundamentais, que permite a elevação de uma classe intermediária ao governo ou à parte do poder político. Abstraem dessa forma o papel do governo, do Imperialismo, dos proprietários da propriedade privada do capital, dos trabalhadores, dos partidos, dos movimentos, e apresentam uma visão típica do “contra-

to social', que facilmente pode oscilar entre fascista e liberal.

É claro que o centro do contrato, aquilo que o representa, principalmente na sociedade moderna, é a Constituição. E o é também para os governistas, ou seja, uma Constituição que - querem nos fazer acreditar - está acima do bem e do mal e não impregnada de conflitos, ideologias, visões de classes distintas (e antagônicas). Parece que esquecem que cada Carta Magna é determinada de acordo com a correlação de forças em que é produzida socialmente. Ou seja, antes de um instrumento legal ou jurídico, a Constituição é, fundamentalmente, um instrumento político que dá o *corpus* legal, necessário para um processo de dominação.

FHC e Bresser afirmaram, no PDRAE, que “a desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra”. Como se a ordem ou a desordem econômica, existente nas várias flutuações ou momentos históricos do capitalismo, fosse decorrente de ações naturais (ou quem sabe sobrenaturais). Além do mais, ao afirmarem isso, incorporam outro problema que é o de dizer que nesse momento devem-se destituir as políticas de bem-estar, e junto com elas destruir os direitos conquistados. É certo que isso não é dito, mas fica bem entendido na afirmação colocada, pois o momento do pós-guerra, foi, sem sombra de dúvidas, um período de conquistas de direitos sociais, tanto para os países desenvolvidos, como para os não desenvolvidos. A margem desses direitos foi determinada pela forma-

ção social de cada um deles, com elevações maiores ou menores. É certo que nem todos os países viveram o modelo de bem-estar, como é o caso do Brasil, em que o modelo desenvolvimentista não poderia dar essa qualidade às políticas executadas. Porém, o mundo não se dividia entre desenvolvidos e não desenvolvidos, mas entre socialistas<sup>12</sup> e capitalistas, o que foi marcante após a segunda guerra mundial – em 1945 – com o início de uma guerra fria, que só acaba com a derrota final do

---

*Não são ajustes necessários a um desequilíbrio casual que força a superação da política promovida pelo capital, mas sim a necessidade de responder às exigências da burguesia e das grandes corporações monopolistas e oligopolistas em nível internacional*

---

socialismo nos países do leste e na União Soviética.

No mesmo texto continuam a viagem discursiva, ora racionalista, ora positivista: “Não obstante, nos últimos 20 anos esse modelo” - de bem-estar social – “mostrou-se superado, vítima de distorções decorrentes... de empresários e de funcionários que buscaram utilizar o Estado em seu próprio benefício... também do desenvolvimento tecnológico e da globalização, que tornaram a competição entre as nações muito mais aguçada”. Sobre os argumentos baseados no desenvolvimento tecnológico e na globalização, Petras nos mostra os seus pés

de barro, ao afirmar que nada tem a ver desenvolvimento tecnológico e globalização, pois a política de “globalização vem ocorrendo há vários séculos”<sup>13</sup>. Além disso, corrobora a visão aqui expressa, pois afirma que “a política estatal é uma função da correlação de forças sociais: a capacidade de diferentes classes mobilizarem recursos para influenciar a política econômica do Estado”<sup>14</sup>. Ou seja, “não são forças econômicas globais impessoais que estão operando aqui, mas uma estratégia econômica enraizada nos interesses da classe alta e das corporações”<sup>15</sup>.

Portanto, não são ajustes necessários a um desequilíbrio casual que força a superação da política promovida pelo capital, mas sim a necessidade de responder às exigências da burguesia e das grandes corporações monopolistas e oligopolistas em nível internacional e não apenas de problemas localizados nacionalmente. Por conseguinte, podemos afirmar que para gerar um outro modelo nos aparelhos de Estado é necessário que se faça uma ruptura conceitual e epistemológica às posições do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Não se pode ficar apenas nas críticas às implementações, por mais que sejam importantes e necessárias. É imprescindível uma crítica global ao conjunto teórico que leve a superação do modelo. Isso, no entanto, está longe de ocorrer no governo atual. Decerto que sabemos que a prática é a mãe de todas as mudanças; longe de uma ruptura teórica, mais distantes ainda ficamos de uma ruptura real, prática, concreta, tendo em vista que a práxis que é mantida segue a mesma linha articulada pelo governo anterior.

## Digam que sociedade; diremos que servidor

Se o serviço público assumir uma posição de trabalho essencial, rompendo com as chamadas carreiras típicas e abraçando como de sua responsabilidade as grandes mudanças estruturais, será possível iniciar a reordenação dos Aparelhos do Estado. Neste caso a ação dos servidores concentrar-se-ia nas funções sociais e não ideológicas e repressivas (por mais que essas nunca desapareçam do Estado). Por sua vez, isso tenderia a gerar uma necessária massa crítica diferenciada que forçaria a mídia hegemônica (ou oficial) a assumir outro papel (com o tempo, é claro) ou a sofrer o desgaste natural desse conflito. Assim seria possível disputar hegemonia, já que tal disputa não se dá apenas no campo das idéias, mas principalmente na criação de condições objetivas para se construírem novas relações sociais. A “mercadoria” produzida pelo serviço público privatizado – concentrada no seu valor de troca – não é a mesma produzida em outra realidade de serviço público – no qual se pode concentrar o valor de uso. Poder-se-iam assim forjar condições, por meio do Estado, que acumulassem forças para o conjunto de alterações pelas quais precisa passar a estrutura (infra-estrutura e superestrutura) da sociedade brasileira.

Por sua vez, tais mudanças tenderiam a forçar o fim de programas do tipo “amigos da escola” para se concentrar na profissionalização, qualificação e na elevação das condições de trabalho (o que exige remuneração digna). Não é de filantropia e caridade que precisa o Brasil e sim de mudanças, consciência e organização das massas. Para



tanto, é necessário a imediata melhoria das condições de vida dos brasileiros; afinal, não há imaginário que suplante as condições objetivas dos nervos e músculos.

Infelizmente há indicadores que identificam a ampliação das mazelas sociais. O primeiro desses indicadores é o rebaixamento violento das condições de vida; o segundo é o aprofundamento da ideologia conservadora, autoritária, tardia e dependente que impregnou a formação social brasileira em toda sua história. Busca-se, diante disso, demonstrar que o neoliberalismo não criou idéias novas e muito menos inovou frente à formação social. Pelo contrário, foi peça fundamental de um retrocesso, tanto no campo ideológico, quanto no campo econômico/estrutural. A novidade fica por conta desse retrocesso, chegando ao ponto, inclusive, de permitir o retorno de epidemias e endemias já eliminadas.

O IPEA, por exemplo, órgão do próprio governo, nos apresenta números assustadores: a quantidade de brasileiros abaixo da linha de pobreza passou de 33,91% em 1995 para 34,09% em 2000 (cerca de 57 milhões). Outro indicador importante é a vultuosa e progressiva concentração de renda que existe no país. A

pesquisa de professores da UNICAMP, divulgada pela Folha de São Paulo (07/10/2001), nos mostra que a base da pirâmide, os setores mais pobres, que representavam 25,7% da população e 8,4% da renda em 1992, em 1998 passaram a representar, respectivamente, 24,3% e 6,9%. Do outro lado, no pico da pirâmide, há os setores mais ricos que passaram a representar 15,3 da população e 45,1% da renda em 1998 (representavam em 1992 15,2% e 41,1% respectivamente). De um modo geral, se juntarmos as duas camadas mais ricas e as duas mais pobres veremos que: 69,1% da população concentram 36,9% da renda, enquanto 30,9% concentram 63,1%.

Se isso não bastasse, ainda temos que conviver com as cifras exasperadoras do Orçamento da União, que representa um problema crônico para a sociedade brasileira. Uma breve passagem pelo orçamento já demonstra várias de suas influências no aprofundamento das mazelas sociais e na destruição dos serviços públicos. Numa comparação dos 5 últimos orçamentos (contando com o ainda provisório de 2002), podemos constatar o seguinte:

1. Cresce a dependência frente ao Imperialismo, principalmente, Norte-Americano. O percentual destinado para a dívida ultrapassou, entre 1998 e 2002, a casa dos 50%<sup>16</sup>.

2. Também em relação ao impacto no orçamento com os gastos de pessoal e encargos sociais, se levado em consideração o valor total, notaremos uma representação insignificante, que nem consegue alcançar o índice de 11%. O orçamento de 2002 que apresenta, aparentemente, o maior percentual – 10,83% - não foge da regra. Se notarmos o impac-

to com a folha de pessoal, em relação às despesas correntes, teremos a seguinte surpresa: 98 – 24,47%, 99 – 22,59%, 00 – 23,31%, 01 – 20,90% e 02 – 21,33%. Essa distorção ocorre porque o orçamento de 2002 é 319 bilhões menor que o de 2001, no entanto toda subtração concentra-se nas despesas de capital, pois nas despesas correntes ele soma 11 bilhões a mais que o anterior. Já na proposição orçamentária para 2004 as despesas com pessoal e serviços públicos não ultrapassam de 23,33% de todo o orçamento que passa a corresponder a 84% do PIB – segundo estimativas do próprio Ministério da Fazenda – o que corresponde a um aumento real de 19% em relação ao orçamento de 2001.

3. Torna-se óbvio que não seria necessário aprovar em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal sob o argumento de sanear as despesas com pessoal (argumento absurdo e ainda mentiroso); reafirma-se assim que a principal tarefa da LRF é impor os ajustes neoliberais<sup>17</sup> aos governos estaduais e municipais.

4. O baixo investimento nos serviços públicos é facilmente constatado em todos os orçamentos (98-02). O percentual do item “outras despesas correntes”, no qual está agrupado, entre outras coisas, o investimento em políticas sociais, em nenhum dos anos, alcançou o percentual de 31%, ou seja, foi sempre inferior a 1/3 do orçamento<sup>18</sup>. Isso nos leva a concluir que, no lugar de haver uma Lei de Responsabilidade Fiscal deveria haver uma Lei de Responsabilidade Social, forçando a aplicação prioritária, não nas dívidas, mas sim nos serviços sociais do Estado e nos salários dos profissionais que os executam.

---

*Não vivemos e não vivíamos  
em uma democracia,  
no entanto, o processo pelo  
qual transitávamos na  
penúltima década do século  
passado foi brutalmente  
interrompido; no seu lugar  
iniciou um processo de  
desconstituição da formação  
social brasileira*

---

Esse quadro de horror que marca a situação estrutural do país é proporcionalmente acompanhado pelo quadro ideológico e cultural. Há, impulsionado pela alteração da forma de propriedade e pela ampliação da miséria, um processo de enriquecimento da ideologia dominante, acompanhado de um retrocesso do processo de democratização. Na verdade, arriscamos dizer que a combinação entre as privatizações, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a ampliação da dependência e a destruição dos serviços públicos, acaba forçando uma interrupção do processo de democratização aberto da década de 80. Não vivemos e não vivíamos em uma democracia, no entanto, o processo pelo qual transitávamos na penúltima década do século passado foi brutalmente interrompido; no seu lugar iniciou um processo de desconstituição da formação social brasileira que acaba resgatando e fortalecendo as chagas do capitalismo.

O peso dos serviços públicos para o desenvolvimento é e será determinante. Hoje temos as seguintes condições:

a) o número dos servidores em relação à população caiu de 0,72%

para 0,57% de 1995 para 2002.

b) O número de servidores civis ativos caiu de 1.141.993 em 1995 para 999.625 em 2002, com o agravante de que consideramos que, destes, cerca de 40% possuem contratos precarizados (terceirizados, convênios, contrato temporário, etc).

c) A despesa com pessoal caiu de 56,21% da receita corrente líquida em 1995 para 37,38% em 2002, ou seja, 12,62% a menos que o limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101 de 04/05/2000).

d) Foram extintos 45 órgãos e 21 empresas públicas na década de 90.

e) Os aposentados e pensionistas, juntos, representam cerca de 70% dos servidores regidos pela lei 8.112. O número total é aproximadamente de 50.

f) Foram retirados mais de 56 direitos dos servidores.

g) A Lei 8.112 perdeu a estatura de Regime Jurídico Único, por meio da Emenda Constitucional número 19/98, e sofreu 213 alterações impostas por 15 instrumentos de lei distintos (2 MP e 13 leis).

h) Em um único ano foram aprovadas três emendas constitucionais que atacam os servidores (18, 19 e 20) e hoje está em curso uma emenda constitucional da previdência que aprofunda as desregulamentações impostas em 1998.

i) As perdas salariais estão acumuladas em 55,05% e o reajuste necessário já chegou às casas de 122%.

j) Não existe mais reposição salarial, o reajuste passou a ser uma peça burocrática para fazer valer as exigências da Carta Magna e foram impostas dezenas de gratificações diferenciadas que criaram as maiores distorções salariais da história do



serviço público no Brasil acabando, na prática, com a isonomia e com a paridade.

### Conclusão

A mídia formal pode continuar seu curso de ataques e ajudar a aprofundar o senso comum em relação aos serviços públicos, pois, como aparelho privado de hegemonia isso interessa a sua reprodução. Para que isso seja barrado é necessário alterar o curso do que foi implementado no Brasil pelas classes dominantes e superar a tradição patrimonialista (fruto do capitalismo tardio brasileiro). Para tanto é necessário que os trabalhadores do Estado adotem uma política que possa trazer o conjunto dos trabalhadores da iniciativa privada abracem esta bandeira. Não se poderá esperar do governo Lula tal mudança por várias razões: a) não existe correlação de forças na sociedade para isso; b) o governo é uma composição que envolve a burguesia, com prioridade para o setor financeiro; c) a política do governo atual parece ser idêntica a do passado, pois, a política econômica neoliberal continua o seu curso. Sabemos bem que sem alteração na política econômica não haverá alteração nas políticas sociais. Para tratar tal alteração que aprofunda as contradições nos aparelhos do Estado colocando em xeque o papel do Estado, ao disputar a hegemonia com políticas sociais que alterem as condições objetivas da sociedade. Para isso só com a classe em movimento, com grandes ações de massas, com unidade entre as entidades e com a composição de um arco de alianças que supere os limites dos servidores e do próprio movimento sindical.

### Notas

1. Estamos chamando de aparelhos privados qualquer instituição que não seja estatal. Igrejas, sindicatos, empresas, escolas, família, ONG. Todos são aparelhos privados. Uns pela natureza da relação com o capital são aparelhos privados da burguesia. Outros, por sua vez, podem ser usados como aparelhos privados dos trabalhadores (ou explorados). Seja como for são privados e não estatais.
2. A ADI 2968 (do senhor Cláudio Fonteles, Procurador Geral da República) propõe o retorno de todos os servidores que em 1990 foram repassados da CLT para o RJU (mesmo que sofreram o repasse posteriormente com peso retroativo) e deixam no limbo os servidores que eram regidos pela lei 1.711. Já a PEC 54-A (do Deputado Federal Celso Giglio) propõe a extinção do cargo de todos os servidores que foram repassados, em 1990, para a lei 8.112.
3. Arnaldo Jabor no Jornal Nacional de 03 de outubro de 2003.
4. Arnaldo Jabor, no Jornal Nacional, de 11 de julho de 2003.
5. BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado*. Edição Especial. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
6. É claro que isso serve para as escolas, hospitais e outros aparelhos de propriedade privada, mas que não trataremos aqui por não ser o objetivo principal do texto.
7. Marx, Karl. “O método da Economia Política”. *Marx* (coleção Os pensadores).
8. Estado Bonapartista é um conceito marxista para explicar situações em que o Estado assume a aparência de estar acima das classes, muitas vezes motivado por um golpe ou mesmo por um governo que não representa as classes fundamentais, que no capitalismo ainda são trabalhadores e burguesia.
9. Não entraremos aqui neste debate, mas é necessário frisar que com o Estado não é possível ter a democracia e tal individualidade que alguns setores utópicos da esquerda esperam.
10. Para um governo admitir as características reais do Estado ele precisaria ser um governo de transição para superar o capitalismo (dentro ou fora de um período revolucionário).
11. Marx, Karl. “Prefácio” *Para a Crítica da Economia Política – Os Pensadores*.
12. Não entraremos no mérito se os modelos existentes na antiga União Soviética, ou nos países do Leste Europeu, eram ou não socia-

listas. Isso não cabe nesse texto. Entretanto, a existência da polarização precisa, baseada em dois modelos distintos, apresentava uma ordem econômica que não permitia o avanço do modelo neoliberal, que se alastrou na década de 80, com o apodrecimento das nações tidas como socialistas e se consolidou, mesmo já com as crises aparentes, no início da década de 90 com a definitiva queda “dos muros”.

13. Petras, James. *Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina*. Editora Xamã.

14. Idem.

15. Ibidem.

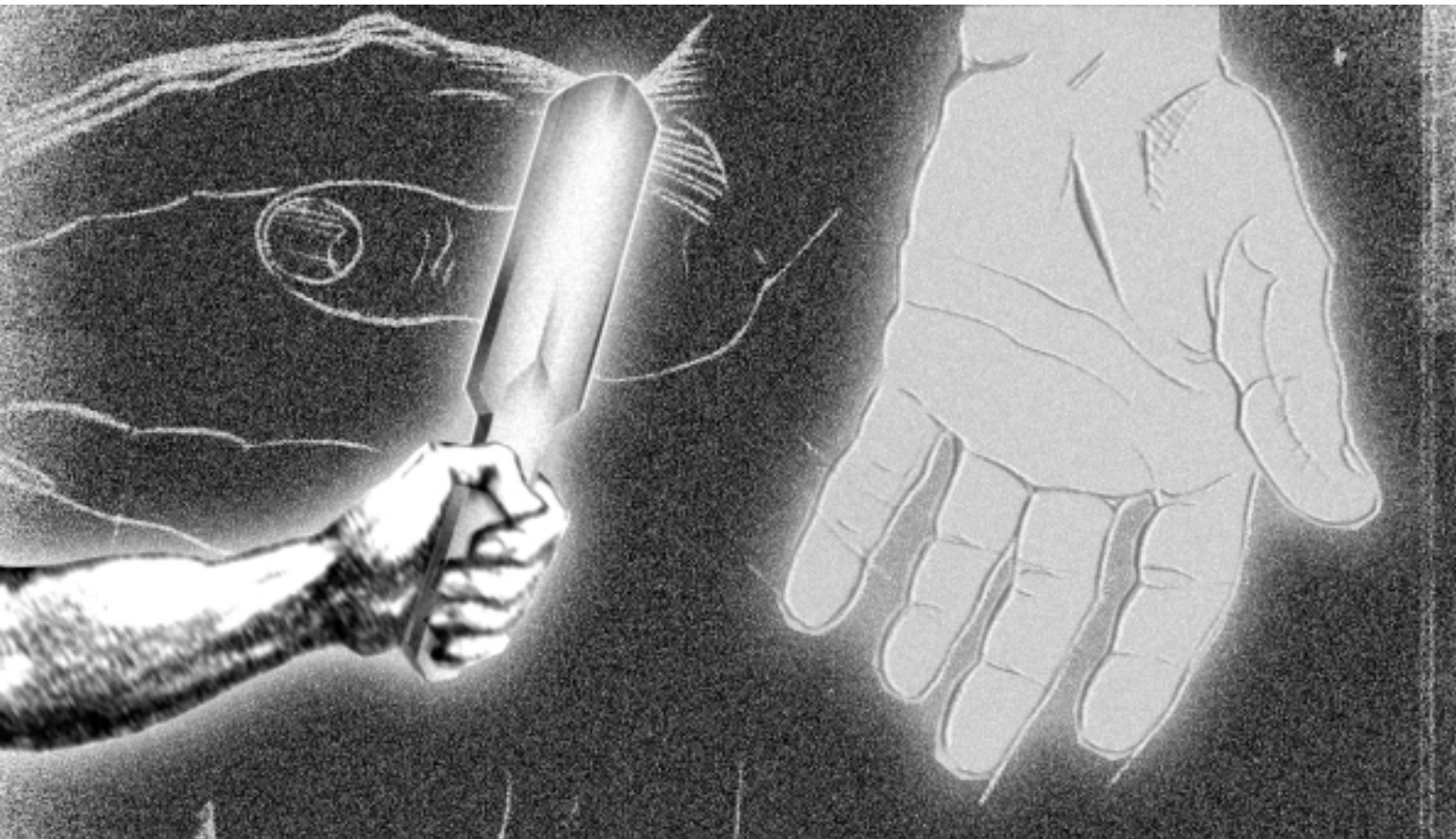
16. Em 1998 representou 51% do orçamento; em 1999: 58,56%; em 2000: 62,83%; em 2001: 71,61%; em 2002: 53,29%; em 2003 representa 65% e na proposta de orçamento para 2004 estima-se cerca de 75%.

17. Entre os quais destaca-se: a obrigatoriedade de priorizar o pagamento da dívida; a imposição de reproduzir a reforma administrativa (nos moldes do Governo Federal) e a indução da destruição dos serviços públicos, fazendo com que os mesmos rebaixem o investimento em políticas sociais, reproduzam políticas compensatórias e invistam em privatizações. É claro que para isso acontecer deve haver, por outro lado, uma adaptação do Governo local às políticas neoliberais; um governo de resistência não segue essa receita.

18. O percentual das outras despesas correntes: 1998 = 23,47%; 1999 = 22,10%; 2000 = 24,60%; 2001 = 18,20% e 2002 = 30,69%. É fácil identificar notar um super achatamento em 2001 e elementar constatar que o relativo alargamento dos números em 2002, se dá por conta da redução das despesas de capital e, principalmente, por conta do período eleitoral. Mesmo assim não são valores que façam diferença real ao combate da profunda crise social ao qual estamos submersos.

\* *Eduardo Alves* é assessor da CONDSEF e Cientista Social.

# As práticas disciplinares na Escola Agrícola Benjamin Constant: a pedagogia do castigo



Jorge Carvalho do Nascimento \*

As opiniões a respeito da escola são uma importante ferramenta que ajuda a compreender tal instituição, o que ela significa para a sociedade que a cria e na qual ela sobrevive. Segundo Carlota Boto, “conhecer a escola e sua história requer o reconhecimento de um universo, a portas fechadas, escondido, fugaz e travesso” (BOTO, 1998, p. 162). É pretensão deste trabalho, apreender não apenas o que a Escola Agrícola

Benjamin Constant dizia que fazia do ponto de vista das práticas disciplinares, mas aquilo que ela efetivamente realizava. Buscar entendê-la a partir de algumas práticas dos seus agentes, “apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano” (CARVALHO, 1998, p. 32), evidenciando a perspectiva dos seus agentes educacionais, de modo a recortar alguns dos procedimentos disciplinadores ali praticados. A

fim de cumprir os objetivos aos quais se propõe, este estudo lança mão de uma *Queixa crime e maltratos funcionais* que tramitou na Comarca de São Cristóvão, no ano de 1953, em face de denúncias apresentadas pelos estudantes José Cledisvaldo Malta e Rivaldo Moura Barros contra o seu diretor, professor João Fernandes de Sousa.

Os processos judiciais são uma fonte fundamental para a compreen-

são da história das práticas escolares. Eles revelam muito dos atores da vida escolar e as contradições entre o discurso político e intelectual sobre o temário educacional, bem como a respeito das ações efetivamente implementadas na escola, principalmente num contexto sob o qual “o ato pedagógico era tido como um gesto de educação da vontade” (BOTO, 1998, p. 164).

### A escola agrícola

A Escola Agrícola Benjamin Constant teve sua origem no Patronato São Maurício, em 1924. Oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional. Dez anos após a sua instalação, o Patronato foi transformado em Aprendizado Agrícola de Sergipe recebendo, cinco anos depois, em 1939, a denominação de Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Em agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil. O Aprendizado recebeu nova denominação: Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant. Ministrava o curso de Iniciação Agrícola, qualificando em dois anos operários agrícolas e oferecendo também o curso de Mestria Agrícola. O nome de Escola Agrícola Benjamin Constant foi atribuído no ano de 1952, quando a instituição passou a ministrar os ensinamentos primário e ginásial. Em 1957, a Escola Agrícola foi transformada em Escola Agrotécnica Benjamin Constant e começou a formar técnicos agrícolas em nível médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61) fez com que, em 1964, outra vez fosse mudada a denominação para Colégio Agrícola

Benjamin Constant. A última alteração no nome da instituição aconteceu em 1979, quando passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

Único estabelecimento escolar do Estado de Sergipe a oferecer cursos técnicos de nível médio para a formação de técnicos para o setor primário da economia, a Escola Agrícola adota, desde o ano de 1924, o regime de internato, uma vez que se situa na zona rural do município de São Cristóvão (antiga capital do Estado de Sergipe), distante 16 quilômetros da cidade de Aracaju. Além disso, também fundamental para a manutenção do regime de internato é o fato de que a Escola desde o início das suas atividades foi destinada para receber alunos oriundos do meio rural, os filhos de famílias pobres, meninos de rua e também aqueles que não conseguiam se ajustar socialmente. Ela recebia, principalmente, alunos pobres de Aracaju e de municípios do interior dos Estados de Sergipe, Bahia e Alagoas. O regime disciplinar da instituição era bastante rígido, inspirado em corporações militares e adotava práticas, como a de identificar os seus alunos através de números que lhes eram atribuídos e não pelos nomes civis.

Em agosto de 1953, o diretor da Escola Agrícola Benjamin Constant expulsou os alunos Cledisvaldo e Rivaldo, alegando insubordinação. Os dois estudantes encaminharam uma carta ao juiz de menores informando que foram excluídos dos quadros da escola porque não suportavam mais os maus tratos do diretor João Fernandes. O clímax do conflito foi um castigo imposto pelo diretor aos dois estudantes, no dia dez

do mesmo mês: permanecerem em pé no pátio da escola, das nove horas da noite as cinco da manhã do dia seguinte. Os alunos afirmam que depois do castigo, que consideraram injusto e cruel, foram expulsos da escola porque não quiseram “trabalhar 8 horas no dia do estudante, dia 11 de agosto”. Além disso, denunciavam outras práticas de imposição de castigos cruéis por parte do diretor da escola: “...castiga os alunos de um modo desumano. Sairemos daqui amanhã mais ficará [sic] aqui muitos colegas que são vítimas das brutalidades do diretor.” Dentre as acusações que fazem, afirmam que o diretor utiliza as oficinas de madeira da escola para a produção de palmatórias.

No conjunto de práticas escolares, as disciplinares, ainda pouco estudadas entre nós, certamente ocupam uma posição destacada, à medida que definem condutas a inculcar através da incorporação de comportamentos. Para Dominique Julia,

“normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação”. (JULIA, 2001, p. 10-11).

No caso da Escola Agrícola Benjamin Constant, o corpo profissional que cumpria as determinações do diretor era constituído por professores, quase todos com formação de engenheiros agrônomos e por bedéis e outros funcionários subalternos responsáveis pelas atividades da fazenda experimental. Os estudantes que sofriam a ação disciplinar da escola eram, predominantemente



mente, órfãos e filhos das camadas médias inferiores das cidades e de pequenos proprietários rurais. Todos esperançosos de que a formação como técnicos agrícolas pudesse oferecer a possibilidade de acesso aos estudos para uma futura e promissora carreira de engenheiro-agrônomo.

O diretor da Escola, João Fernandes de Souza revela no processo aqui analisado, com muita propriedade, o caráter da instituição, ao afirmar que os alunos eram matriculados por pedido de seus pais. A seleção não se baseava

“na qualidade dos seus princípios de educação e de moral. Com essa falha recebe a escola alunos de vários tipos moral e mesmo de falhas de criação doméstica. No decorrer do ano surgem as revelações e a direção da casa tendo por princípio bem servir a população lança meios de todos os princípios educacionais que conhece afim de poder melhor integrar à sociedade um homem capaz de lhe ser útil, quer em seus conhecimentos técnicos, quer em seus conhecimentos gerais, quer como cidadão.”

Os principais coadjuvantes do diretor da Escola na tarefa de aplicação das penas disciplinares eram o professor José Luiz de Mesquita e os funcionários Antônio Leite Ramalho, Octaciano Correia da Silva e José Eliodoro Correia. Na sua defesa, o diretor da escola responsabiliza o despreparo pedagógico dos seus auxiliares e acusa, especialmente, o professor de português José Luiz de Mesquita, eximindo-se da responsabilidade e fazendo um veemente discurso de enaltecimento da pedagogia moderna:

“Difícil a um diretor, poder ver e corrigir tudo, no devido

tempo, daí muitas vezes haver carência ou excesso, em vários casos, não devido a má fé dos servidores, pois grande número destes, embuidos [sic] no cumprimento de uma ordem, dão a esta um caráter inflexível, quando não podemos aplicar princípios rígidos a um corpo social. Daí não podermos ser inflexíveis àqueles que, pela falta de conhecimento psico-pedagógico, erraram. Trabalhamos numa comunidade de Educação Rural, onde todo elemento é um educador, quer pelos seus atos particulares (indo até a esfera doméstica) quer, por seus atos públicos. A escola já mantém um grande número de servidores com capacidade para a função, mas há outros que não receberam os princípios indispensáveis a um educador.”

A fim de demonstrar que efetivamente a responsabilidade pela exacerbação do exercício da autoridade pedagógica não lhe cabia, mas, sim, ao professor José Luiz de Mesquita, o diretor João Fernandes de Sousa faz acusações que desqualificam o seu funcionário, mas, ao mesmo tempo, revela os padrões de coisa privada sob os quais funcionava a instituição pública e também alguns mecanismos que possibilitavam a admissão na docência do ensino agrícola:

“O professor José Luiz de Mesquita é um ex-aluno de Seminário, por que não continuou o curso ? É um estudante de filosofia em Pernambuco, sua terra natal, por que não conseguiu por lá, um emprego? Por que aceitou um lugar sem estabilidade funcional e financeira, em Sergipe ? Por que necessitou do célebre

pistolão para conseguir este emprego com a pequena remuneração de Cr\$ 30,00 por hora de aula dada e a critério do Diretor da Escola? Por que o professor José Luiz de Mesquita mandou fazer a palmatória? Creio que somente ele e Deus poderão responder! Entretanto, diz Augusto Comte: ‘Induzir para deduzir afim de construir’, talvez a nós homens seja também possível chegarmos a uma conclusão.”

Ao definir, no seu discurso de defesa, o homem que imaginava devesse ser aquele formado pela escola que dirigia, o professor João Fernandes de Sousa revelou os fundamentos filosóficos do seu projeto pedagógico:

“Seria, sem dúvida, o ideal conseguirmos ‘*The right man in the right place*’, porém a nossa é feita em bases bem diversas. Diz a pedagogia moderna que necessitamos do *homo-utilissimus*, a sociedade não precisa do *homo sapiens* nem do *homo faber*. Êstes princípios estão contidos na expressão ‘*men sana in corpore sano*’. Pouco útil, ou talvez nocivo a uma sociedade que possui um homem de um Q.I. elevado, mas cheio de complexos consigo mesmo ou com a própria comunidade que, por força, o agasalha”.

Quando depôs perante o juiz de direito, o professor José Luiz de Mesquita retrucou as acusações que recebe do diretor, reafirmando ser aquele o responsável pela aplicação dos castigos:

“Foi dito pelo senhor José Luiz de Mesquita o seguinte: ‘que, como professor da Escola, vinha fazendo chamada diariamente nas minhas aulas de português e nota-



va falta de vários alunos. Procurou se informar do bedel, ou melhor, um aluno eleito, o qual lhe respondia que os alunos que não se achavam em aula estavam de castigo no pátio, entre quinze a trinta de julho deste ano”.

Segundo as acusações do professor José Luiz contra o diretor João Fernandes de Sousa, somente durante quinze dias do mês de junho do ano de 1953, nada menos do que dezoito dos seus alunos estavam cumprindo castigo no pátio da Escola, por determinação do seu dirigente. Dos punidos, nove abandonaram a instituição de ensino, por não suportarem as penalidades aplicadas. “Era de 7 horas da manhã até 23 da noite, de pé no pátio interno da Escola e os guardas estavam em obrigação de vigiá-los.” Quanto aos dois alunos que fizeram a denúncia ao juiz,

“após ter sido castigado juntamente com os outros entre quinze e trinta de julho, no dia do estudante 11 de agosto de 1953 foram ao trabalho juntamente com os colegas de 7 horas da manhã às 11 e à tarde de 13 horas as 17. Os 2 dois alunos 54 e 70 vendo que no dia do estudante sendo feriado seus gasearam o 2º expediente, isto é, de 13 as 17 e o diretor vendo-os fora do serviço colocou-os na caminhonete e trouxe-os para a Escola, colocando-os de castigo a carregar pedras, em frente as oficinas das 14 horas as 17 e a noite ainda não satisfeito colocou-os de pé no pátio interno da Escola até as 5 horas da manhã, hora em que a corneta tocava para despertar dos seus colegas.”

Dentre as pessoas que depuseram em juízo, algumas testemunhas

### *Ainda são poucas as pesquisas realizadas no país para analisar as relações entre os processos de violência e a instituição escolar.*

fizeram acusações ainda mais graves contra o diretor João Fernandes de Sousa, a exemplo de Antônio de Aguiar Menezes, funcionário da instituição e pai de dois outros alunos: João de Melo Menezes e Oscar de Melo Menezes. Os dois estudantes fugiram da escola no dia 29 de julho e o diretor João Fernandes de Sousa foi até a residência destes, buscá-los de volta. O pai autorizou que ele levasse a ambos e afirmou:

“Quando chegava o depoente de uma fiscalização encontrou o Dr. João Fernandes de Souza, na porta de sua casa, sendo recebido; que ele disse que vinha buscar seus filhos que fugiram da Escola, contou com seu apóio, levando os meus filhos e ele espancou barbaramente no caminho de São Cristóvão; que logo prendeu os mesmos no colégio, com fome; que fugiram no outro dia, levando ao médico – dr. Alencar”.

#### **Epílogo: a violência escolar**

Os estudos que se dedicam a discutir o problema da violência escolar no Brasil têm crescido muito, porém privilegiando sempre os problemas que dizem respeito à “disseminação das várias formas de criminalidade, delinquência e práticas de justiça extra-legal nas regiões urbanas” (SPOSITO, 2001: 85). Não obstante, ainda são poucas as pesquisas realizadas no país para analisar as relações entre os processos de violência e a instituição escolar. Os poucos investigadores que se lançaram sobre este assunto não privilegiaram as contribuições que pode-

riam ser dadas ao campo pela História da Educação. Dentre os raros estudos a respeito do tema da violência e indisciplina nas escolas, sobressai a contribuição de Glauco Mattoso<sup>1</sup>, que analisa a violência dos trotes estudantis aplicados durante o século XIX nos calouros do ensino superior brasileiro. Certamente algumas das dificuldades para estudar o fenômeno da violência escolar do ponto de vista histórico dizem respeito à escassez de registros sobre o assunto. A pequena quantidade de informações sobre o problema pode ter uma possibilidade de explicação no fato de até o final da década de 1960 a disciplina era uma das mais importantes dentre as práticas escolares. Fazer anotações nos livros e documentos escolares a respeito da indisciplina dos estudantes poderia denotar uma reduzida eficácia no exercício da autoridade pedagógica por parte de bedéis, professores e diretores das instituições de ensino.

Os primeiros estudos brasileiros a respeito desse tema, buscaram em Bourdieu<sup>2</sup> e Foucault<sup>3</sup> as ferramentas teóricas necessárias à construção do discurso interpretativo. No balanço que fez acerca da pesquisa sobre violência escolar no Brasil<sup>4</sup>, a professora Marília Pontes Sposito identificou dois grupos de estudos: um primeiro investiga o problema no âmbito local, apresentando informações importantes

“sobre a ocorrência desses episódios em várias cidades brasileiras. Essas investigações são empreendidas, sobretudo, por or-

ganismos públicos da educação, associações de classe e, de modo menos freqüente, por institutos privados de pesquisa ou por pesquisadores ligados às universidades” (Idem: 89);

já o segundo grupo reúne os estudos realizados nos programas de pós-graduação e por investigadores de universidades. Os números que apresenta são contundentes.

“Somando-se o conjunto de teses e dissertações produzidas entre 1980 e 1998 em toda a pós-graduação em Educação no Brasil verificamos que, de um total de 8.667 trabalhos, somente nove investigaram o tema da violência escolar. (...) Em Ciências Sociais... (...) nenhuma dissertação ou tese de doutorado foi defendida sobre o tema em relação a um total de 2.495 títulos objetos de exame” (Ibidem).

A violência corrente na vida social contemporânea é também uma das práticas sociais presente no interior da escola. O fenômeno aflige vários países do mundo ocidental e “exprime, em grande parte, aspectos da crise e da mutação das formas como se desenvolve a sociabilidade e os processos de socialização no mundo contemporâneo” (SPOSITO, 2001: 86). São agressões e ameaças que cotidianamente envolvem alunos e professores. São expressões dos mecanismos sociais de transgressão e indisciplina. Mecanismos que, ao longo da segunda metade do século XX, propiciaram uma mudança do perfil das práticas de violência no interior das instituições de ensino. Se, ao longo da primeira metade do século passado, do mesmo modo que naqueles que o antecederam, eram vistas como naturais as

formas de violência física das quais se revestia o exercício da autoridade pedagógica, ao longo dos dois últimos quartéis do século XX, as teorias herdeiras do pensamento pedagógico científico que marcou o pensamento educacional, a partir do final do século XIX, condenaram com muita veemência as posturas docentes autoritárias, ao mesmo tempo em que a instituição escolar foi invadida pela violência que chegava a partir das ruas. Cada vez mais, o exercício da violência física no interior da escola transformou-se quase em monopólio dos estudantes contra a instituição e os seus professores.

Um estudo sobre violência escolar publicado em 1998 revelou três situações predominantes: lesões ao patrimônio (depredações e furtos ou roubos), agressões físicas entre os alunos e agressões de alunos contra professores. As práticas de agressões contra os professores são comuns nos grandes estabelecimentos escolares brasileiros e nas capitais dos Estados (Idem: 94)

Não é preocupação deste estudo analisar as causas desse tipo de inversão como também estabelecer em relação a tal processo qualquer juízo de valor. O fato é que estudos especializados a respeito de tal problema demonstram que essas práticas de violência nos dias atuais atemorizam “educadores, pais e demais profissionais da área da educação” (SPOSITO, 2001: 85).

### Notas

1. Cf. MATTOSO, Glauco. 1985. *Calvário dos carecas*. História do trote estudantil. São Paulo, EMW Editores.
2. Cf. BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. 1975. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

3. Cf. FOUCAULT, Michel. 1987. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes.

4. Cf. SPOSITO, Marília Pontes. 2001. “Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.” In: *Educação e pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103.

### Referências bibliográficas

BOTO, Carlota. 1998. “Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português”. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo, Editora Escrituras. P. 161-169.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. 1975. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1998. “Por uma história cultural dos saberes pedagógicos”. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo, Editora Escrituras. P. 31-40.

FORTES Neto, José Bonifácio. *Queixa crime e maltratos funcionais*. São Cristóvão, 29 set. 1953. Arquivo Geral de Poder Judiciário do Estado de Sergipe, Cx. 48.

FOUCAULT, Michel. 1987. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes.

JULIA, Dominique. 2001. “A cultura escolar como objeto histórico”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, Editores Associados, nº 1, jan/jun. P. 9-43.

MATTOSO, Glauco. 1985. *Calvário dos carecas*. História do trote estudantil. São Paulo, EMW Editores.

SPOSITO, Marília Pontes. 2001. “Em foco: violência e escola”. In: *Educação e pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 27, nº 1, p. 85-86.

..... “Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil.” In: *Educação e pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, v. 27, nº 1, p. 87-103.

\* *Jorge Carvalho do Nascimento é professor Adjunto do Departamento de História e do Núcleo de Pós-Graduação em educação na Universidade Federal de Sergipe.*

# Um só coração: de Hollywood à Cinecittà.

Paulo B. C. Schettino •

Enquanto o seriado caracterizou a produção televisiva de Hollywood, desde seus primórdios no imediato segundo pós-guerra, por outro lado, as séries curtas, também chamadas de minisséries – de 4 a 15 episódios (o suficiente para conter a adaptação da totalidade de um grande romance) – ficaram sendo a grande característica das televisões públicas da Inglaterra (BBC) e Itália (RAI). Os seriados da televisão americana, de variados gêneros (western, drama familiar, comédia, etc.), contavam/contam uma história fechada a cada episódio, com começo-meio-fim, mantendo personagens/atores fixos e personagens esporádicos para as tramas paralelas. Os atores e atrizes que desempenham estes papéis entram e desaparecem, às vezes em um único episódio, na categoria de atores convidados. Esses primeiros produtos televisivos, principalmente aqueles de gênero humorístico, nada mais eram que reproduções de velhos programas radiofônicos modificados para atender a exigência das características próprias do novo meio de comunicação de massa – a TV. Recebiam dois novos acréscimos: em primeiro lugar, obviamente, a imagem e, em segundo, o som enlatado das risadas, sucedâneo do riso do público rádio-ouvinte. É importante parar um pouco para pensar agora na natureza dos dois tipos de risada: o do



público do rádio era espontaneamente dele, do público, enquanto o enlatamento do riso na Televisão possui a característica, semioticamente falando, de um indicador do momento em que o telespectador deve reagir, a configurar um dirigismo de emoções. É como se dissessem para o telespectador: “- Agora, é para rir.” Para perceber a veracidade disto, basta rever as velhas “feiticeiras” e os episódios de “*I Love Lucy*” que ainda pululam nas telinhas brasileiras (e mundo a fora), ou os “modernos e de humor dito inteligente e inovador” *Will & Grace* e/ou *Seinfeld*. Tudou mudou, para não mudar – como diria o personagem de Burt

Lancaster, em *O Leopardo*, de Lampedusa/Visconti.

A diferença grande e bem marcada, entre as séries americanas e as minisséries europeias, encontra explicações na própria natureza dos dois tipos de televisão: a privada/comercial americana financiada por anunciantes patrocinadores de programas e as televisões públicas da Europa pagas pelos usuários através de taxa, à semelhança de contas de luz ou água.

A televisão Globo, como de resto as outras emissoras brasileiras, a começar pela pioneira TV TUPI, não apenas seguiram o modelo comercial americano como foram implantadas aqui praticamente como subsidiárias

*A profissão de teledramaturgo, no Brasil, passou para a característica de trabalho a exigir o bom artesão capaz de efetuar um trabalho de bricolage, ou em se considerando um texto televisivo como um autêntico TEXTO.*

de emissoras americanas, para veículo de propaganda, o verdadeiro motor da televisão comercial e do comércio do país, de modo geral.

A roda do tempo girou e através de diferentes fases a TV GLOBO constitui-se hoje na única emissora de televisão brasileira capaz de inserir-se no novo modelo internacionalizado de Televisão que, como diz o italiano Leandro Castellani, podemos chamar de Neo-TV. Seus produtos suprem não só o mercado interno mas também percorrem o mundo inteiro, pois tornaram-se produtos de exportação

A TV GLOBO provou, em um passado recente, ser capaz de produzir as séries televisivas nos mesmos moldes e com igual qualidade da televisão americana. As *sitcoms* americanas (comédias de situação) estão espelhadas no nosso *A grande família* e nas intermináveis telenovelas (soap opera).

As telenovelas brasileiras tiveram, nas décadas de 60 e 70, um período de glória internacional, apoiando-se, a princípio, nas radionovelas no estilo cubano/mexicano, porém, com a sofisticação do produto, aos poucos, foram incorporando o já requeitado melodrama americano, erigindo, como modelo, as obras cinematográficas do alemão/americano Douglas Sirk. E, posteriormente, *Dallas*, um verdadeiro tornado americano que avassalou o mundo inteiro. Este e outros produtos televisivos assemelhados foram os precur-

sores do novo modelo globalizado de televisão, verdadeiros embriões da Neo-TV da atualidade.

De lá para cá, a profissão de teledramaturgo, no Brasil, passou para a característica de trabalho a exigir o bom artesão capaz de efetuar um trabalho de *bricolage*, ou em se considerando um texto televisivo como um autêntico TEXTO, a capacidade de tecer um produto com a textura de um *patch-work*. Um capítulo de uma minissérie ou de uma telenovela está sempre a reproduzir cenas inteiras de velhos filmes cinematográficos. A novela *Anjo Mau*, recentemente re-exibida, apropriava-se não somente de seqüências inteiras dos filmes americanos de Douglas Sirk, *Palavras ao Vento* e *Imitação da Vida*, como também reproduzia as características que constroem seus personagens. E, de quebra, ainda trazia a atriz Lavinia Vlasak travestida de uma jovem e fresca Audrey Hepburn. A novela anterior de Gilberto Braga, *Força de um desejo*, obrigou o ator Reginaldo Farias a emular o Burt Lancaster de *O Leopardo/Il Gattopardo*, de Luchino Visconti, até mesmo em uma cena famosa de banho na tina interrompido pelo padre. A minissérie *A Muralha*, de Maria Adelaide Amaral, reproduzia integralmente as mais belas cenas de um filme ícone da década de 70, *Um homem chamado cavalo/A man called horse*, de Elliot Silverstein, obrigando o ator André Gonçalves a incorporar o ator inglês

Richard Harris. Mas, disputando com Douglas Sirk e Luchino Visconti, parece que a *Carrie/Sissy Spacek*, de Brian de Palma, fornece um belo e único ponto de partida para a vingança premeditada de uma heroína ressentida de telenovela. Talvez mais até do que aquela velha senhora injustiçada que retorna vingativa à terra natal – criação do teatrólogo Dürrenmatt, motivo de catarse de legiões de telespectadores, em suas muitas apropriações televisivas. Sabe-se, em Semiótica, que um signo repetidamente utilizado acaba transformando-se em clichê no imaginário do receptor perdendo, deste modo, sua eficácia. Os telespectadores, exatamente pelo seu repetido uso, já não suportam mais a saga dos irmãos gêmeos, o bom e o mau, exagerados em um maniqueísmo primário. Hoje, Reynaldo Gianecchini, antes Tony Ramos. Mas parece que, em termos de comunicação dirigida, o público-alvo a ser atingido, como no atual cinema americano, seria o que os produtores/criadores costumam chamar de público “teen”. Para este público, em tese, tudo seria novidade. O que não estaria muito fora da realidade.

As minisséries brasileiras, nos moldes europeus, aos poucos, foram se firmando como a parte nobre da televisão brasileira: os roteiristas e diretores disputam acirradamente estas produções. Porém, não é só na forma que o modelo foi incorporado, mas também na linguagem, que se aproxima cada vez mais daquela cinematográfica.

Eis aí a explicação para a notável semelhança de algumas telenovelas (*Terra Nostra*, *Esperança*, etc), ou minisséries (*A Muralha*, *Os Maias*, etc), com os *sceneggiati* italianos



(adaptações de obras literárias para a Televisão).

Em todas estas produções brasileiras, paira, em primeiríssimo lugar, o espírito do grande diretor do Cinema italiano Luchino Visconti. É principalmente o barroco e suntuoso cinema de Visconti – notadamente os filmes *Sedução da Carne* (*Senso*), *O Leopardo* (*Il Gattopardo*) e *Os Deuses Malditos* (*La Caduta degli Dei*), entre as demais obras de sua vasta filmografia, que se tornam paradigmas. Não se trata apenas de uma influência temática – o decadentismo, ou o foco em um mundo que se estiola – que seduz os nossos profissionais de televisão. É a própria linguagem cinematográfica italiana que é emulada. E isto se traduz em uma imitação/*mimesis* muito mais profunda, que açambarca a luz, ou como a cena é iluminada, bem como no figurino e demais adereços de cena que compõem o quadro.

Depois de Visconti, as maiores influências que podem ser notadas são dos diretores Mauro Bolognini e, em menor escala, Valerio Zurlini, de quem foi possível rever, recentemente nos cinemas brasileiros, em cópias restauradas, o seu principal filme e que é usado como referência máxima: *Dois Destinos* (*Cronaca Familiare*).

Não poderia ser diferente, nesta nova minissérie, exibição iniciada na terça-feira, dia 6 de janeiro, antecipando estrategicamente o dia 25, com que a TV GLOBO pretende comemorar o aniversário dos 450 anos de fundação da cidade de São Paulo. Existe uma visível continuidade no trabalho da autora, Maria Adelaide do Amaral. O épico dos primeiros habitantes da capital do Estado de São Paulo e sua fundação, já fora feito, em Literatura, pela escritora Dinah Silveira de Quei-

róz em seu romance *A Muralha*, escrito para as comemorações do IV Centenário da Cidade em 1954. E também já servira de fonte inspiradora para a teledramaturgia, em trabalho anterior, em minissérie homônima. Perdida a ocasião, restou avançar o diacronismo histórico, esquecer a fundação – o que é duvidoso, pois abandona-se o motivo principal da festa, como se uma só obra fosse capaz de exaurir um tema. E, viajando, pousar em tempos futuros. A escolha foi o entorno do ano de 1922, tão caro aos paulistas em virtude da mitificação existente sobre os autores/atores da Semana de Arte Moderna. Neste ponto, deve-se louvar o primeiro episódio exibido na estréia da minissérie com uma duração próxima de um longa-metragem cinematográfico. Funciona como uma ilustração do Movimento Modernista perfeita para distribuição em escolas de ensino médio: primoroso material paradidático, premiando o conteúdo programático das escolas de segundo grau sobre o tema. Na escolha e caracterização dos atores, buscou e conseguiu, com muita felicidade, a verossimilhança como reprodução iconográfica do material existente nos livros escolares.

O enfrentamento dos grevistas e/ou anarquistas de *Os Companheiros* (*I Compagni*), de Mario Monicelli, e de *Metello* (*Metello*), de Mauro Bolognini, estão ali revisitados. O ator Celso Frateschi, com seu visual e composição de personagem, poderia, sem problemas, migrar para qualquer um dos dois filmes citados que sua presença não causaria estranhamento. Também se vê a suntuosidade dos interiores das residências de políticos e barões do café, reproduzida através de um minucioso detalhismo e, ao mesmo tempo, com um grandilo-

quente fausto. Até mesmo a escolha adequada dos rostos – matéria prima da linguagem televisiva, e a adequação dos atores numa clara busca do perfeito *physique du rôle* objetivando a perfeita tradução do modelo italiano. Isto pode ser verificado nos primeiríssimos planos dos atores, principalmente em Ana Paula Arósio, Erik Marmo etc. E, no reaproveitamento da semelhança de Maria Fernanda Cândido/Sophia Loren e Marcello Antony/Alain Delon.

A Claudia Cardinale, de Bolognini; a Silvana Mangano, de Visconti; o Marcello Mastroianni, de Mario Monicelli (*I Compagni*): todos revividos e repaginados pela teledramaturgia brasileira. Em suma, deste modo, comprova-se que estamos capacitados, tecnicamente, para fazer tão bem, e talvez até melhor que os modelos estrangeiros. O diretor geral da minissérie, o veterano de Cinema e Televisão, Carlos Manga, foi muito feliz em suas escolhas, pois consegue em seu produto utilizar todo o seu vastíssimo repertório de imagens e colocá-lo a serviço de um produto artesanal e tecnicamente bem executado. Com certeza, os futuros pesquisadores de Cinema e Televisão e das relações entre os dois meios de comunicação, no Brasil, terão a obra cinematográfica e televisiva de Carlos Manga, como parada obrigatória de referência.

\* **Paulo B. C. Schettino** é cineasta e professor titular da Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado – FACOM / FAAP.

# América Latina: uma esquerda sem rumo. Revolução ou reformismo? \*

Luis Arceborja \*\*

- I -

Este artigo, dividido em três partes, aborda questões fundamentais do contexto político e programático da esquerda latino-americana. Analisamos, em especial, sua prática e sua equivocada concepção sobre as eleições, o Estado, as classes sociais, as forças armadas, a frente de luta e outros tópicos políticos que, entrelaçados, configuram a temática principal da revolução social, na América Latina. Essa esquerda, e boa parte dela que prossegue se chamando marxista-leninista, não deve ser procurada nas barricadas de luta. Isso é passado. Agora encontra-se nas macias poltronas dos parlamentos e nos luxuosos palanques eleitorais que a burguesia organiza periodicamente para legalizar seu poder.

Deduzir e esclarecer a verdadeira natureza e a essência política dessa esquerda resulta numa tarefa de primeira ordem para avançar na luta de libertação socialista e antiimperialista. Enquanto vai deixando o terreno livre para uma esquerda que há meio século perdeu o rumo da história, as potências mundiais e os grupos de poder locais seguirão afundando os nossos povos na fome e na miséria; e a luta pelo socialismo estará cada vez mais distante.

Cada coisa que faz ou diz a esquerda latino-americana serve somente para mostrar sua inépcia frente ao desenvolvimento da luta social. Se explode uma rebelião popular, monta-se na onda rebelde, não para dar-lhe orientação revolucionária, mas sim para obrigar as massas a tomar o caminho da legalidade e para incentivá-las a participar de processos eleitorais que as classes políticas dirigentes organizam, a

partir do Estado, com o propósito de controlar a explosão social. A Argentina (que adiante analisaremos em detalhe) representa um exemplo clássico de como uma rebelião popular (dezembro de 2001), que tinha todos os ingredientes objetivos (miséria generalizada, crise política, rebeliões nas ruas etc.) para desenvolver-se como uma força estratégica em direção à revolução, afastou a fraude eleitoral, e a maioria desse movimento assim como a esquerda desse país terminaram sustentando o projeto político do peronista Néstor Kirchner.

Se estoura uma aguda crise nas linhas das próprias classes opressoras, com conseqüências imprevisíveis para a estabilidade do Estado e da sociedade, a esquerda corre para colocar-se na primeira fileira, não para lutar pelo poder, mas para contribuir para que a burguesia resolva suas confusões internas e saia airosa

do problema. Nesse caso, novamente a esquerda pega a sua pomada milagrosa das eleições gerais, ou qualquer outro tipo de processo eleitoral que acomode a crise, “dentro das leis”, à altura de seus governantes.

O Peru é um bom exemplo desse tipo de fenômeno político. No ano 2000, o regime de Fujimori alcançou o ponto mais alto de uma crise que se havia incubado e desenvolvido durante 10 anos de governo mafioso. Dois ingredientes se mesclaram para atizar a crise. De um lado, a extrema pobreza dos peruanos e a repressão que sofria o povo vislumbravam uma explosão social generalizada que bem podia ser fonte de energia de uma guerrilha (maoísta) debilitada, mas que, em um caso extraordinário de explosão social, talvez tivesse tomado a iniciativa de pôr-se à frente de uma luta revolucionária. De outro lado, o fujimorismo havia acumulado sérios conflitos internos devido à repartição dos roubos, das propinas, do tráfico de armas, do negócio das drogas, e outros problemas relacionados ao manejo lumpenescos do Estado. O desgaste do governo era um fato objetivo e até seus aliados da direita e da “esquerda” haviam começado a abandonar o barco que ia a pique. Não era visto com bons olhos nem por algum setor das classes ricas do

Peru, nem por algum setor dos governantes norte-americanos. Até no interior das forças armadas as opiniões estavam divididas. Sua forma mafiosa de administrar o Estado o havia conduzido a um beco sem saída e sua permanência no governo colocava em perigo a integridade do Estado. Para salvar essa situação, a “esquerda” e os partidos da burgue-

sia convocaram eleições gerais. Fujimori saiu fugido e Alejandro Toledo, candidato de “todas as castas” (leia-se, todas as classes), assumiu o poder. Agora, em plena crise do governo Toledo, novamente um setor da burguesia, assim como parte da esquerda (Patria Roja e outros) <sup>1</sup> vislumbram uma antecipação das eleições gerais para evitar a derrocada do

Estado, que prossegue rapidamente.

As eleições, como pomada milagrosa, têm mil usos e são um remédio para qualquer tipo de problema político. Se há um golpe militar, a ninguém ocorre chamar uma insurreição popular para defender “a ordem constitucional”, como especifica a Constituição de qualquer país do chamado Terceiro Mundo. Imediatamente as “forças democráticas” fazem genuflexões e pedem eleições gerais. A esquerda é a primeira a sair às ruas a reclamar eleições gerais para “retornar à democracia”. As ditaduras militares, na América Latina, em sua maioria, permaneceram o tempo que quiseram e finalmente foram sacramentadas por eleições gerais, plebiscitos ou referendos. Dentro de um círculo vicioso, os grupos de poder usam as forças armadas para dar golpes militares (quando necessitam reprimir abertamente) e usam esses mesmos militares para convocar eleições que, segundo seus promotores, possuem o propósito de “voltar à democracia”.

No Chile, por exemplo, a ditadura militar (1973), imposta pela América do Norte, foi substituída (1990) pelo “Governo de Conciliação”, que surgiu de eleições propiciadas e controladas pelo próprio Augusto Pinochet. O personagem que substituiu Pinochet no governo foi Patricio Aylwin, líder da Democracia Cristã, um dos partidos que colabo-



rou com o golpe militar de 11 de setembro de 1973. O triunfo eleitoral de Aylwin se deveu ao voto da direita e do conjunto da esquerda chilena. Como disse o “presidenciável” dos comunistas desse país: “Ele foi presidente do Chile não só pelos votos da Conciliação, mas também com os votos dos comunistas, dos miristas, de muita gente que é de esquerda.”<sup>2</sup>

### Apologia das eleições

A esquerda, convertida nos últimos 50 anos em apologista das eleições burguesas, atua como cúmplice dos grupos de poder, e sua predileção pelo sistema legal burguês tolera os problemas de fundo. Por um lado, sua errônea concepção sobre as eleições burguesas contribui para encobrir o caráter antidemocrático e reacionário das eleições. Nega, ao mesmo tempo, que as eleições são, antes de mais nada, instrumentos de dominação das classes que detêm o poder do Estado. De outro lado, o “eleitoreirismo” dessa esquerda e sua forma de atuar em cada período eleitoral, não só entrega grandes vantagens aos grupos de poder e ao imperialismo como também, sem nenhum princípio mediador, propaga a ilusão entre os trabalhadores de que as reformas e a “paz social” são possíveis sob o sistema de exploração.

Essa esquerda, por engano ou por astúcia política, é atraída pelo discurso populista e demagógico dos candidatos da burguesia, e é aqui que expressa sua disponibilidade para induzir as massas a sustentar qualquer velhaco que se apresente como candidato presidencial (casos recentes no Peru, Equador, Argentina, Brasil etc.). Essa esquerda, que tem feito do caminho eleitoral sua

---

*A esquerda, convertida nos últimos 50 anos em apologista das eleições burguesas, atua como cúmplice dos grupos de poder, e sua predileção pelo sistema legal burguês tolera os problemas de fundo.*

---

doutrina política, se move sem nenhum princípio político. Situa-se, oportunisticamente, no flanco de tal ou qual facção da burguesia. Nesse terreno, seu objetivo político se reduz a obter alguma cadeira no parlamento ou a ser sócia de menor categoria de algum grupo eleitoral burguês. Com o propósito de ganhar pontos nos processos eleitorais, fomenta alianças pluriclassistas (frentes amplas, coordenações eleitorais etc.), cujo objetivo não é a revolução, mas sim salvar e proteger o sistema e o Estado explorador.

Essa esquerda, tomada de um ecletismo sem limites, entorpece a ação revolucionária da classe trabalhadora e das massas populares. Aproveita-se das mobilizações populares, não para reivindicar a ação classista dos trabalhadores, mas para fazer dessa luta um movimento amorfo, continuísta e sem nenhuma perspectiva de luta. Seu papel no seio do proletariado é desastroso, e grande parte da quebra sindical e popular nos países pobres se deve à conduta oportunista e manipuladora dessa esquerda. Usa a luta sindical, não como um movimento reivindicativo classista dos assalariados, mas sim como instrumento político de pressão partidária ou como sustentação das mobilizações e campanhas eleitorais. Em qualquer parte da América Latina, pode-se observar como as greves trabalhistas ou as mobilizações campesinas têm sido transformadas em movimentos

sem nenhum conteúdo de classe, cujas ações servem somente para carregar faixas de campanhas eleitorais, da esquerda e da direita. É fácil constatar que os períodos de maior atividade grevista coincidem com os preparativos da contenda eleitoral e com a confecção dessas faixas dos candidatos. Na Argentina, no Peru, Brasil, Equador, na Bolívia etc. foram registradas extraordinárias mobilizações populares espontâneas, mas que lamentavelmente terminaram como animadoras do circo eleitoral, segurando algumas faixas eleitorais do momento.

Os “quadros” dessa esquerda, introduzidos nos sindicatos, não são os militantes abnegados de meados do século XIX e primeira metade do século passado, que iam às fábricas como organizadores políticos dos trabalhadores e cujo objetivo estratégico era ganhar o proletariado para o partido da revolução. Os de agora são burocratas e mercadores de anúncios comerciais, que vão ao sindicato para corromper os trabalhadores e formá-los na arte da manipulação, da mentira e da chantagem. A tarefa desses dirigentes é cindir e quebrar a luta independente do proletariado e substituí-la por um sindicalismo reformista e colaborador. Esse sindicalismo, inculcado na escola do reformismo, tem como propósito sustentar o aparato de dominação dos grupos de poder e do imperialismo. Lula, no Brasil, não é o único caso onde se utilizou a cen-



tral trabalhista para escalar posições no Estado. Também no Equador assistiu-se a esse mesmo fenômeno, onde importantes organizações populares (Movimento Pachakutic, CONAIE etc.) se puseram na cola do coronel Lucio Gutiérrez (atual presidente equatoriano) e, com o triunfo eleitoral deste, ganharam alguns ministérios e outros altos postos no Estado. No Peru não é diferente e, há pelo menos 20 anos, os dirigentes sindicais combinam a direção burocrática da central trabalhadora ou camponesa com candidaturas ao parlamento e aos municípios.

## - II -

Na primeira parte deste artigo, assinalamos que a esquerda latino-americana, há várias décadas, não tem melhor destino que ser o último vagão do trem eleitoral da burguesia ou aproveitar-se das mobilizações populares para manipulá-las e utilizá-las como simples valor de troca em seus jogos de pressão e acomodação com os grupos do poder. Assinalamos também que essa esquerda, convertida em apologista das eleições burguesas, atua, na prática, como cúmplice dos grupos do poder e que sua predileção pelo sistema legal burguês reduziu seu objetivo político a obter alguma cadeira no parlamento, algum posto no Estado, ou a ser sócia menor de algum grupo eleitoral do momento.

Nossa crítica à conduta dessa esquerda tem o propósito de abrir o debate em torno de um problema que pesa sobre os acontecimentos

sociais e políticos da atualidade. Esconder esse problema, ou simplesmente não levá-lo em consideração, é um grave erro histórico que ajuda, entre outras coisas, a deixar que as massas continuem sendo enganadas e manipuladas por uma esquerda que há décadas perdeu o rumo da história social. Deixar esse problema sem discussão e não dizer nada é, em qualquer caso, permitir que os pobres permaneçam à deriva e que suas grandes lutas, com todo o heroísmo com que podem desenvolvê-las, sigam de derrota em derrota.

Nossa crítica aos processos eleitorais e à esquerda legal da América Latina não provém de uma posição absolutista (dogmática) e menos abstrata, que rechaça as formas mais variadas da luta de classes. Nossa posição sobre as eleições burguesas se sustenta na prática e na teoria marxista que assinala que o partido do proletariado, dependendo das condições históricas concretas, pode utilizar as mais variadas formas de luta, incluída a parlamentar, sempre e quando contribuam para a luta pela emancipação dos trabalhadores. Qualquer forma de luta, “pacífica ou armada, aberta ou secreta, legal ou ilegal, parlamentar e de massas, nacional e internacional”, como ensina a ciência da revolução<sup>3</sup>, deve ser parte do objetivo estratégico da revolução proletária. Não se pode limitar a luta de classes à contenda no parlamento ou a subsumir todas as demais formas de luta à atividade eleitoral, como ocorre atualmente na maioria dos países latino-america-

nos. Isto, como dizia Lênin, é “passar-se para o lado da burguesia e colocar-se contra o proletariado”<sup>4</sup>. Por outro lado, e assim o confirma a experiência da luta social, principalmente a revolução russa, em 1917, e a revolução chinesa, em 1949, cada forma de luta deve estar referendada pela realidade objetiva (o que é bom para hoje pode ser mau para amanhã) e por uma rigorosa análise que determine o movimento exato da sociedade, das classes e do Estado.

Quais são os argumentos da esquerda para navegar na onda eleitoral?

São duas as idéias principias que a esquerda propaga para justificar sua predileção pelas eleições burguesas. Primeiro, refere-se a que participar nas eleições programadas a partir do Estado serve para “acumular forças para a revolução”. A partir deste aforismo, os grupos de esquerda se vinculam sem qualquer limite a todo tipo de conglomerado eleitoral e fazem alianças com centristas e direitistas de todo calibre. Em alguns casos, nem os representantes da igreja nem os militares escapam das convocatórias eleitorais unificadas dessa esquerda. Assim, em diferentes momentos e em repetidas ocasiões, a esquerda teve como fantoche eleitoral padres, generais do exército e exóticos caudilhos, que, na América Latina, surgem em abundância em meio à crise da sociedade. Segundo, diz que sua participação nas eleições lhe outorga vantagens para “defender os interesses dos pobres”, lutar contra o neoliberalismo e fazer respeitar o “estado de direito”.

Para verificar se os argumentos dessa esquerda são legítimos ou falsos, não há necessidade de recorrer à Ciência Social ou às formas mais

---

*Não se pode limitar a luta de classes à contenda no parlamento ou a subsumir todas as demais formas de luta à atividade eleitoral, como ocorre atualmente na maioria dos países latino-americanos.*

---

complicadas da teoria marxista. Para isso, basta remeter-se à história e aos fatos concretos no campo da política. Que forças acumulou essa esquerda com sua atividade eleitoral? E de que maneira a participação eleitoral dessa esquerda serviu para defender os interesses dos pobres e sustentar a democracia de um país?

Se a aplicação de algumas formas e métodos de luta poderia estar determinada por uma transição a formas superiores de organização e

vindicações não foram além dos programas sociais da burguesia, da igreja e das organizações “humanitárias” manejadas pelas potências imperialistas (leia-se ONGs). Segue se autoproclamando marxista-leninista, mas revisou completamente teses fundamentais do marxismo (violência armada, partido revolucionário, ditadura do proletariado etc.) e assumiu os encaminhamentos políticos dos partidos liberais e populistas burgueses, no que diz res-

monia celestial, com paz, democracia e bem-estar social.

Essas organizações que, há aproximadamente 50 anos, vêm “acumulando forças” tornaram-se, por sua prática e por sua visão teórica da sociedade, organizações de reformas sociais completamente distanciadas das massas populares. Sua existência não tem qualquer incidência política fora dos processos eleitorais. A crise interna dessa esquerda é paralela à crise do Estado e dos partidos da grande burguesia. A esquerda não escapou ao fenômeno da decomposição da sociedade capitalista e suas conseqüências para a bancarrota das organizações políticas do meio oficial. A idéia de “acumular forças” por meio de eleições resultou numa ficção longe da realidade.

Matematicamente podemos mostrar que a curva gráfica da trajetória eleitoral dessa esquerda é sempre para baixo. Tomemos alguns exemplos significativos para ilustrar este fenômeno. Em setembro de 1970, a Unidade Popular do Chile (conglomerado que unificou todos os partidos de esquerda) <sup>5</sup> obteve 36,6% da votação e isto valeu para fazer de Allende presidente desse país. Nas eleições (para deputados e senadores) de 2001, o Partido Comunista do Chile, bastante representativo da crise da esquerda “candidatável” chilena, só obteve 3,90% dos votos, enquanto a soma total de abstenções, votos nulos e em branco, foi de 24,3% dos votos emitidos <sup>6</sup>.

Se o Chile é um desastre (falando da esquerda), no Peru, é quase igual ou pior. Em 1978, depois de uma longa ditadura militar (1968), os militares peruanos convocaram eleições para a Assembléia Constituinte. A esquerda se apresentou em

---

### *A esquerda não escapou ao fenômeno da decomposição da sociedade capitalista e suas conseqüências para a bancarrota das organizações políticas do meio oficial.*

---

a uma verdadeira estratégia para acumular forças, não é o caso dessa esquerda que agora analisamos. Aqui não há uma mudança para formas superiores de luta, e sim um retrocesso que tem conduzido essa esquerda a uma quebra interna (crise de organização, atomização, repetidas divisões e, em alguns casos, desintegração) e marginalização em relação aos movimentos sociais. Uma das causas da crise dessa esquerda é que ela se move ambigualmente na concepção de um duplo discurso, cujo conteúdo reflete sua convivência com a burguesia e sua distância da luta pelo socialismo. Essa esquerda se diz revolucionária e partidária do socialismo, como sistema contrário ao capitalismo.

Todavia, toda a sua atividade está dirigida a configurar e sustentar um Estado explorador, adequado para os fins dos grupos do poder e do imperialismo. A maior parte dessa esquerda assume, teórica e praticamente, os postulados políticos de burgueses e latifundiários. Suas rei-

peito a “humanizar a sociedade”, “reformatar o Estado”, “democracia participativa”, “existência do Estado com uma função reguladora do Estado” e outras idéias que a burguesia pôs na moda, depois da Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, há muitos exemplos negativos que ilustram esse fenômeno. Assim, em 1970, Allende e toda a esquerda chilena puseram em prática a equivocada tese sobre a via pacífica (mediante eleições) para chegar ao socialismo. Há que se notar que a esquerda chilena não inventou a controvertida “via pacífica” para o socialismo. As esperanças de desenvolvimento pacífico da revolução provieram, mais precisamente, do “renegado” Kautsky, em 1917, e depois, no início da década de 60, se propagou devido a Krushov e demais dirigentes da ex-União Soviética. O Chile não foi o único caso. Na Guatemala, em El Salvador e na Nicarágua, a esquerda pretendeu que, mediante eleições, poder-se-ia chegar a construir a sociedade da har-

vários grupos e conseguiu, em conjunto, 1.054.450 votos, o que significou, em porcentagem, 30% do total dos votos válidos<sup>7</sup>. Dessa maneira, a esquerda foi a terceira força eleitoral e contou com 26, dos 100 parlamentares. Em 1980, o governo militar, antes de “regressar aos quartéis”, convocou eleições gerais. A esquerda legal, em conjunto, obteve 571.229 votos (quase a metade de 78), o que significou 13,9% dos votos válidos e só conseguiu 10 deputados. Daí para adiante, a esquerda peruana jamais obterá a votação de 1978. Em 1985, o conglomerado esquerdista vai às eleições presidenciais sob a sigla da Esquerda Unida (EU) e alcança 24.7%



terreno eleitoral, a coisa é pior no campo das organizações populares. É historicamente documentável que o “eleitoreirismo” dessa esquerda

*A fome e a miséria têm crescido paralelamente aos falsos oferecimentos da esquerda e da direita que, em cada processo eleitoral, têm enchido a cabeça dos eleitores com ilusões de bem-estar social.*

dos votos válidos. Nas eleições gerais de 1990, a EU só consegue 8.2% dos votos válidos. Em 1993, obteve 4,0% dos votos e, em 1995, apenas 0,6% dos votos válidos (42.686 mil votos). Posteriormente, e sem nenhuma explicação para o caso, os dirigentes mais conhecidos da EU concluíram que essa frente eleitoral havia fracassado e gritaram “salve-se quem puder”. A esquerda unida se desintegrou e seus diversos grupos e dirigentes buscaram acomodar-se nos partidos e frentes eleitorais da burguesia. Assim, no ano de 2000, a maior parte dos esquerdistas peruanos, por falta de organização eleitoral própria, passaram a integrar a lista de candidatos a deputados do grupo eleitoral “Peru Possível”, que foi liderado por Alejandro Toledo.

Se essa esquerda fracassou no

(que constitui uma expressão de suas veleidades ideológicas e políticas) já a conduziu a colocar-se de costas para o processo social. As sublevações de massas e as grandes mobilizações populares dos últimos anos, na América Latina (atiradas pela crescente crise, repressão, fome e pobreza), não podem ser identificadas com a ação política e programática da esquerda eleitoral. Como se constata a cada dia, os levantes populares e as rebeliões dos trabalhadores se realizam à margem e até contrariamente à ação eclética da maior parte da esquerda que, em caso de rebeliões e luta popular, só consegue pedir a convocação de eleições gerais. O desprestígio dessa esquerda frente aos trabalhadores contribuiu para que as massas trabalhadoras se

afastem e sintam desconfiança dos grupos chamados de esquerda. Na Argentina, por exemplo, em plena efervescência da rebelião popular espontânea de 2001, os dirigentes das massas envolvidas na luta trouxeram a público um pronunciamento no qual manifestavam sua distância e desconfiança da esquerda argentina<sup>8</sup>. Igual fenômeno ocorre no Peru, Chile, Equador e outros países, onde o “desgaste” dessa esquerda foi convertido em uma força inepta para assumir a luta de classes da atualidade.

### - III -

De que maneira a participação eleitoral da esquerda latino-americana serviu para defender os interesses dos pobres e sustentar a democracia de um país?

Não há absolutamente qualquer prova que mostre que a atividade eleitoral da esquerda tenha sido em benefício dos oprimidos do continente americano. A esquerda pretende fazer crer que é necessário participar nas eleições e votar em tal ou qual de seus candidatos é necessário para avançar na luta contra a fome, a miséria, o desemprego e outras cicatrizes sociais. A realidade é diferente e isto se pode ver em 180 anos de parlamentarismo e processos eleitorais na América Latina. Ao contrário do que diz a esquerda, a fome e a miséria têm crescido paralelamente aos falsos oferecimentos da esquerda e da direita que, em cada processo eleitoral, têm enchido a cabeça dos eleitores com ilusões de bem-estar social e outras reivindicações históricas dos pobres. Se os processos eleitorais construídos em picadeiros de circo serviram para algo, foi para enganar as massas e aprofundar a desigualdade entre pobres e

---

*Na América Latina, são algumas das provas que mostram que as eleições não servem para “defender os interesses dos pobres” e a democracia, como propaga falsamente a esquerda ou a direita em cada processo eleitoral.*

---

ricos. Como já indicam alguns anaristas, pode-se suspeitar de que manter e ampliar a pobreza convém aos governantes, e uma das razões seria que os pobres são facilmente manipuláveis na hora das eleições.

Se tomarmos como ponto de referência as duas últimas décadas (1980-2003), poderemos observar que os discursos e as propostas de campanha, tanto da esquerda quanto da direita, não tiveram outro objetivo que enganar os eleitores e, de concreto, não contribuíram em nada para resolver os graves problemas como a fome e a miséria no seio da maioria da população. Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), em 1980, os extremamente pobres da América Latina eram 112 milhões. Esta cifra aumentou para 164 milhões, em 1986. Esse drama cresceu, em 1989, e o número de famintos chegou a cerca de 200 milhões e agora, em 2003, contam-se nada menos que 220 milhões de pessoas (43,4% da população latino-americana) que, como diz a CEPAL, “vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, que não contam com recursos para adquirir uma cesta básica de bens e serviços”. (CEPAL, Informe 2002-2003). De sua parte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento afirma que, em 2003, são 150 milhões (mais da metade de 1980) de pessoas, na América Latina, que têm uma renda de somente dois dólares por dia e que 95 milhões das pessoas

consideradas nas cifras da pobreza são indigentes, isto é, gente que não tem nada, cotidianamente.

A curva ascendente da fome e da miséria, na América Latina, são algumas das provas que mostram que as eleições não servem para “defender os interesses dos pobres” e a democracia, como propaga falsamente a esquerda ou a direita em cada processo eleitoral. Se a cada dia há mais fome, como mostra a realidade, haveria que se perguntar: para que, então, serve a participação da esquerda nas eleições? Repetimos agora o que creio que dissemos, em algum momento, a respeito de que as elites decadentes da América Latina não poderiam governar com tanta tranqüilidade, se não contassem com a cumplicidade política da esquerda. Como dizem alguns, se não existisse essa esquerda, ter-se-ia que inventá-la ou fabricá-la. Ela se introduz nas organizações populares e leva ao seio das massas a ilusão de que tal ou qual processo eleitoral, ou tal ou qual candidato da burguesia servirá para resolver os graves problemas econômicos e sociais da população. Por meio das eleições, a esquerda legal é cúmplice dos grupos do poder e do imperialismo. Sua participação em cada um dos processos eleitorais ou sua atuação no parlamento ou nos conselhos municipais não serve para contribuir para a luta de libertação, mas para reforçar o poder das classes que se revezam no manejo do Estado.

Para mencionar um exemplo, em 1983, Alfonso Barrantes Lingán, líder da Esquerda Unida (EU), do Peru, ganhou as eleições municipais de Lima. O município de Lima (o mais importante do Peru) aglutina 40% da população peruana (sete milhões de habitantes, dos quais seis vivem na miséria). Sua propaganda eleitoral teve como slogan estabelecer um governo socialista no Município e dar início à “ERA DA ALEGRIA”. Ofereceu, também, um milhão de copos de leite diários para as crianças pobres de Lima. A “era da alegria” de Barrantes se converteu em um pesadelo para os trabalhadores do município (operários e funcionários), que durante os três anos de governo “esquerdista” tiveram que enfrentar a mais dura repressão policial e um permanente corte nos salários, que nem os prefeitos de direita se atreveram a fazer. O mesmo ocorreu com os milhares de vendedores ambulantes, que não só sofreram perseguição e confisco de suas mercadorias, mas também julgamentos e prisões. O milhão de copos de leite só existiu nos sonhos das crianças pobres da capital, que até agora estão esperando o leite prometido pelo “primeiro prefeito socialista, marxista-leninista do Peru”. Barrantes Lingán foi repudiado pela população e, ao final de sua gestão, estava obrigado a sair à rua com uma dezena de guarda-costas para protegê-lo da ira dos pobres de Lima. O mesmo exemplo de Barrantes aconteceu em outros municípios peruanos que, no período 1983-1986, foram administrados por militantes da EU. Os prefeitos esquerdanistas foram desprezados pelas massas e muitos deles acusados judicialmente por roubos, recebi-



mento de propinas e outros atos de corrupção. O caso peruano que acabamos de narrar se repete em série em quase todos os países latino-americanos onde a esquerda galgou os sonhados degraus de poder, onde adotou a mesma conduta mafiosa daqueles que dirigem o Estado.

Avanço ou retrocesso no desenvolvimento do processo social?

Equivocadamente se interpreta que a participação da esquerda nas eleições, ou simplesmente nos processos eleitorais, tem sido e segue sendo uma expressão do avanço político das forças sociais que lutam pela transformação social e pela democracia. Acredita-se ingenuamente que os grupos de poder, que manejam ferreamente o Estado, podem deixar as eleições fora de seu controle e permitir que qualquer grupo ou indivíduo adquira o direito, via eleições, de administrar o Estado como melhor lhe pareça. Nem nos países desenvolvidos, onde se pensa equivocadamente que os processos eleitorais são puros e democráticos, a eleição de tal ou qual presidente, ou tal ou qual parlamento, é deixada ao livre arbítrio da “vontade popular”. Nesses países, tudo está sob controle e as supostas sociedades demoliberais já não são tão democráticas como diz a propaganda ocidental.

Basta ver a Itália, a Espanha e outros países para compreender que os Estados democráticos burgueses começam a ceder o terreno aos Estados fascistas, policiais, corporativos e corrompidos. Sob o errado critério de relacionar eleições burguesas à democracia, grandes castelos foram construídos no ar, quando algum candidato burguês com um discurso atraente ou algum conglomerado de esquerda (frentes amplas, coordena-

ções de campanha etc.) conseguiram percentagens importantes nas eleições. Faz pouco tempo, revistas, jornais diários e páginas da ‘Web’, ligados à esquerda latino-americana, não pouparam espaços nem adulações para referir-se aos “triumfos históricos” de Lucio Gutiérrez, no Equador, ou Lula, no Brasil, e até Néstor Kirchner, um peronista e representante de um setor da grande burguesia argentina que conseguiu ganhar os favores de uma esquerda sem rumo e pronta para colaborar.

Sem dúvida, Equador e Argentina são exemplos da atualidade que mostram, por si sós, quão distante está essa esquerda de uma posição de classe e de verdadeiras posições antiimperialistas. Seu subjetivismo político e sua forma abstrata de situar-se na luta cotidiana das massas, as empurram, cada vez mais, para uma crise total e definitiva. Em novembro de 2002, Lucio Gutiérrez, um ex-coronel do exército, ganhou as eleições presidenciais no Equador. Esse êxito eleitoral se deveu ao apoio que recebeu das mais importantes organizações populares desse país, e mesmo das organizações mais radicais da esquerda do Equador. Na primeira fila, apoiando Gutiérrez, ficou o Partido Comunista Marxista Leninista do Equador (PCMLE), o Movimento Popular Democrático (MPD), a Juventude Revolucionária do Equador, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que se declara “a voz e o pensamento dos povos indígenas” do Equador, o Movimento de Unidade Plurinacional, conhecido com o nome de Pachakutik e outras organizações. A promoção que fez a esquerda equatoriana do triunfo eleitoral de Lucio

Gutiérrez se resume no que foi dito pelo periódico *Em Marcha*, portavoz do PCMLE que, em um discurso que bem poderia ser parte de uma ópera dedicada à fantasia política, assinalou o seguinte:

“Abre-se uma nova página na história do Equador. O triunfo de Lucio Gutiérrez nas eleições do domingo 24 abre a possibilidade certa do início de um período de transformações positivas para os povos do Equador. As oligarquias e o imperialismo foram derrotados e os trabalhadores e povos do Equador obtiveram uma transcendente vitória política, sem comparação no passado... Nosso Partido, juntamente com as organizações integrantes da Unidade Popular, trabalhamos desde a primeira hora a favor da candidatura de Lucio Gutiérrez e Alfredo Palácio, porque esta se gestou em meio à luta das organizações populares com as quais combatemos o neoliberalismo e a corrupção, e porque o programa por eles levado para enfrentar a atual crise do país contém elementos de conteúdo popular e de resistência à ingerência estrangeira, aspectos que, para sua cabal execução, demandam a constituição de um governo do povo”<sup>9</sup>.

Em nível internacional, principalmente na América Latina, a esquerda se contagiou com o subjetivismo da esquerda equatoriana e disse que Gutiérrez “era símbolo da esperança popular” e que se “abria uma nova etapa na luta contra o imperialismo na América Latina”. E quais foram os resultados? Assim que Gutiérrez pôs os pés no palácio do governo, esqueceu-se de seus aliados de campanha oriundos dos setores populares e buscou reconhecimento perante o governo americano e os grupos de poder deste país.

Aliou-se aos banqueiros e à cúpula das forças armadas. Lucio Gutiérrez não cumpriu nenhuma de suas promessas. Firmou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mediante o qual aplicará a receita americana na economia deste país (privatização das principais riquezas do Equador, incluindo o petróleo, austeridade nos gastos do Estado, continuar com a dolarização e outras medidas antipopulares). Ofereceu inclusive a participação das forças armadas deste país para combater a guerrilha colombiana.

### **A esquerda argentina como parte do ‘show’ da moda Kirchner**

O simplismo na análise da situação social é atualmente uma particularidade da esquerda latino-americana. A Argentina é outro caso, e a esquerda mais radical caiu também no feitiço do novo presidente ao qual, como no Equador, bastaram algumas semanas para mostrar que seus discursos eram “contos do vigário” encobrendo uma linha reacionária e pró-imperialista. A esquerda argentina, mais próxima dos simbolismos arcaicos do que da realidade, acreditou que, porque Néstor Kirchner convidou Fidel Castro e Hugo Chávez para a cerimônia de posse (maio de 2003), tinha-se garantido um governo “anti-imperialista” e “terceiro-mundista”. A maior parte da esquerda argentina não fez qualquer esforço para opor-se ao ‘show’ midiático de Kirchner; ao contrário, contribuiu para que o atual governo confundisse as massas que, em seu desespero, vislumbram milagrosas soluções para seus problemas sociais. A esquerda não teve nenhum cuidado em resvalar para a idéia de que, com Kirchner, seria possível

---

*O simplismo na análise da situação social é atualmente uma particularidade da esquerda latino-americana. A Argentina é outro caso, e a esquerda mais radical caiu também no feitiço do novo presidente.*

---

alcançar algumas mudanças favoráveis ao país e enfrentar o imperialismo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e corrigir os males crônicos do Estado argentino. Assim, a esquerda, sem remorso algum, afirmou que com a eleição de Kirchner o “imperialismo havia sido duramente golpeado”. Outros enxergaram, na reforma dos 52 chefes das forças armadas e em uma reunião entre o presidente e as “Mães da Praça de Maio”<sup>10</sup>, provas de que algo bom estava ocorrendo nas cúpulas políticas desse país. Tampouco faltou quem propusesse materializar uma “frente comum” (no estilo leninista) com o governante argentino para “golpear a oligarquia e o imperialismo e o neoliberalismo”. E, na continuidade, um grupo de esquerda acreditou que havia chegado o momento de inflar as expectativas populares e, em uma “carta aberta ao presidente Kirchner”, pedia-lhe aumento salarial, um milhão de postos de trabalho, reestatização do petróleo, do gás, suspensão do pagamento da dívida externa, rompimento com o Fundo Monetário Internacional, liberdade para os presos políticos etc.<sup>11</sup>

Como todos já sabem, o presidente argentino firmou um acordo com o FMI pelo qual se compromete a sangrar os pobres da Argentina para pagar a dívida externa; os presos políticos continuam presos e a mudança de comando nas forças armadas não modificou em nada o caráter de guarda pretoriana dos militares. A fome e a miséria seguem

de vento em popa. Nem os grupos de poder locais nem o imperialismo foram golpeados. A coisa é tão desastrosa que mesmo o Partido Comunista da Argentina, de início bastante entusiasmado com Kirchner, se viu obrigado a mudar de rumo. O desgosto dos comunistas argentinos se expressa pela voz de Patrício Echegaray, o mais alto dirigente desse partido. A versão de Echegaray é um valioso testemunho do drama de uma esquerda ziguezagueante e à deriva: “De um dia para o outro se passa de um tom violentamente anti-FMI para a assinatura de um acordo que é o mais terrível que se firmou com o Fundo. Depois de uma série de chamadas patrióticas contra o Águila 3, se fala da aprovação da imunidade, “de menor categoria”, às tropas ianques. Muito abraço com Fidel e depois designam um embaixador em Havana que faz declarações terríveis contra Cuba. As manobras diversionistas sobre a realidade da crise Argentina não podem funcionar eternamente. E os ‘shows’ midiáticos com os quais se pretende mostrar como vitórias as derrotas para a nação argentina, quando já se anuncia que não haverá, durante 2004, aumentos para os funcionários públicos nem para os aposentados são manobras de vôo curto”<sup>12</sup>.

Os fatos que acabamos de assinalar bastam para deixar claro que a conduta e as ações desse tipo de esquerda, tanto nas eleições ou fomentando alianças nas medonhas trevas da reação, não significam de modo algum um passo adiante no processo

da revolução. Por isso, dizer que o êxito eleitoral dessa esquerda reflete um avanço no processo da luta de libertação é uma falta de compreensão da realidade latino-americana e da natureza das grandes rebeliões populares dos últimos anos, que, como se sabe, se desenvolveram à margem dos critérios políticos da esquerda oficial. Essa forma de ver o processo social e político é uma leitura às avessas da história e da luta de classes. Esta simplicidade na análise está falida e passa por cima de elementos fundamentais que qualquer critério mais simples da realidade política e social latino-americana está obrigado a levar em conta.

Um destes elementos é perceber com objetividade a essência e a natureza de classe do sistema eleitoral implantado na América Latina. So-



obscurantismo feudal se dá no terreno militar e no campo das idéias, da filosofia, do direito, da ética, da moral e de tudo o que envolvia o pensamento humano. Como assinalam Marx, Camilo Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just e outros, cumpriram a missão de seu tempo,

---

*Na América Latina, as idéias liberais chegam fragmentadas e são importadas juntamente com as milícias que vieram do velho continente para lutar contra o domínio espanhol.*

---

bre esse tema fundamental somos contrários a uma visão superficial das eleições controladas pelos grupos de poder. Há que assinalar que o sistema eleitoral na América Latina (eleições presidenciais e parlamentares, eleições para prefeitos e vereadores, plebiscitos, referendos e outros) é uma caricatura do sistema eleitoral estabelecido pelo liberalismo na Europa, quando este ainda era uma força política doutrinária e coerente. Na Europa, o liberalismo impõe seu sistema de governo em meio a um amplo processo de luta e revoluções contra o absolutismo feudal e os poderes eclesiásticos. A contenda entre o liberalismo e o

junto com os partidos e a massa da antiga Revolução Francesa: fazer “em pedaços as instituições feudais e instaurar a sociedade burguesa moderna”<sup>13</sup>.

Na América Latina, as idéias liberais chegam fragmentadas e são importadas juntamente com as milícias que vieram do velho continente para lutar contra o domínio espanhol. Se, na Europa, liquidam-se as instituições feudais para estabelecer a sociedade burguesa, na América Latina é diferente e se unificam os interesses de senhores feudais e oligarcas com os interesses de uma burguesia ignorante e completamente dependente das potências estran-

geiras. A versão latino-americana do liberalismo, que desde a instalação das primeiras repúblicas (1820) deixa a descoberto sua grotesca imitação do liberalismo europeu dos séculos XVIII e XIX, se amalgama com as idéias absolutistas e com as intenções de oligarcas, representantes da igreja católica, caudilhos inescrupulosos, ditadores militares e toda sorte de aventureiros políticos. Dessa mescla surge uma “doutrina” para o saque, o roubo, a fraude, a propina e a corrupção generalizada nos assuntos de Estado. É este o quadro no qual se fundam os delineamentos do sistema eleitoral que funciona até hoje na América Latina.

Assim mesmo, para adotar uma posição correta frente ao sistema eleitoral e seus mecanismos, é bom lembrar a natureza do Estado que controla e impulsiona os processos eleitorais. Há, pelo menos, duas características principais que cercam esse tipo de Estado. A principal se refere a que esse Estado (supraestrutura política) se ergue sobre um sistema econômico dependente, em crise e em bancarrota. Desde suas origens (primeiros anos de 1800), atravessa um processo de decomposição e jamais pôde administrar completamente um país. Seu afã foi o roubo e o saque. Outra característica é que esses Estados, em poder duas classes decadentes e parasitárias (burgueses e proprietários de terras), servem exclusivamente aos grupos de poder e ao imperialismo. Essas classes jamais se importaram com o desenvolvimento econômico e social do país, e menos ainda em sustentar ao menos um incipiente sistema democrático burguês. Sua dependência das potências estrangeiras é absoluta. Essas classes, ideolo-

gicamente e pelo manejo mafioso do Estado, estão fundidas em um acelerado fenômeno de lumpenização política. Essa lumpenização se expressa na qualidade dos governantes e no uso que fazem do Estado.

Em quase todos os países latino-americanos, os grupos que se revezam no poder tomam e usam o Estado como se fosse suas botinas. A crise da sociedade e do Estado oficial é tão profunda na América Latina que ladrões, criminosos, palhaços e toda sorte de malandro tem o caminho livre para aspirar a presidência de um país. No Peru, por exemplo, Alberto Fujimori, ou Alejandro Toledo, ou Alan García Pérez, são algumas das últimas mostras do fenômeno de lumpenização nas elites dirigentes e no Estado.

Partindo desta verdade objetiva e dos acontecimentos históricos cotidianos, por que se haveria de pensar que o sistema parlamentar nesta parte do continente americano é expressão de liberdade e democracia? Por que se há de pensar que uma elite lumpesinada, que atua corruptamente e sem nenhum escrúpulo na condução do Estado, vá ser partidária da democracia e capaz de respeitar a vontade do povo, como foi um dos princípios teóricos do liberalismo em seu nascimento?

## Notas

1. 'Patria Roja' (Pátria Vermelha) se denomina também Partido Comunista do Peru (PC do P) e, desde a década de 80, é um dos animadores dos processos eleitorais do Peru. Algumas vezes obteve algum assento no parlamento. Em 1985, lançou a consígnia de votar por Alan García Pérez, líder do direitista e anticomunista Partido Aprista (APRA). Em 1990, novamente, lançou a consígnia de votar por Fujimori que, como todos recordam, ficou mafiosamente 10 anos no governo. Em 2000, novamente lan-

çou a consígnia de votar e apoiar Alejandro Toledo, a quem qualificou de "candidato do povo". Recentemente, em agosto passado, o secretário geral desse partido apoiou as conclusões da "Comissão da Verdade e da Reconciliação" que, como se conhece, foi organizada exclusivamente para encobrir os crimes maciços contra a população peruana.

2. Sacerdote Eugenio Pizarro (Revista *Pluma y Pincel*, janeiro de 1993). Esse sacerdote foi o candidato a presidente pelo Partido Comunista do Chile, para as eleições gerais de 1993. Falando sobre redimir Pinochet, o sacerdote candidato disse, em plena campanha eleitoral, que o "perdão é algo muito evangélico e muito cristão e eu estou disposto a perdoar, inclusive a Pinochet".

3. LENIN. La Revolución Proletaria y el renegado Kautsky. Novembro, 1918.

4. LENIN, Las Elecciones a la Asamblea Constituyente y la dictadura del proletariado. Dezembro, 1919.

5. Em setembro de 1970, a Unidade Popular liderada por Salvador Allende estava conformada pelo Partido Socialista, o Partido Comunista do Chile, radicais, Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), o Partido Democrático Nacional, e outros.

6. Nas eleições de 2001 (para deputados e senadores), o Partido Comunista do Chile alcançou 318.638 votos (3,90%). As abstenções foram de 1.083.942 votos (13,40%). Os votos nulos foram 648.231 votos (8,0%) e os votos em branco foram 236.132 que, em porcentagem, significou 2,90%.

7. O grande vitorioso dessa jornada eleitoral da esquerda peruana foi Hugo Blanco, que encabeçou o 'Frente Obrero Campesino Estudiantil y Popular' (FOCEP), conseguindo 433.413 votos (12,3% da votação). Blanco, embriagado por seu êxito eleitoral, postulou as eleições gerais de 1980, com seu próprio partido (o Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT), e só obteve 160.713 votos (3,9% de la votación). Posteriormente, Hugo Blanco caiu em desgraça e desapareceu do cenário político. Blanco chamou o voto para Alan Garcia Pérez (1985) e apoiou a disputa eleitoral de Alberto Fujimori (1990). E no ano 2000 publicou uma carta, apoiando a campanha eleitoral do "cholo" Alejandro Toledo.

8. 'Não te deixes manipular, panelaço em paz'. (2001). Página Web "Cacerolazo".

9. *En Marcha* (Porta-voz do Partido Comunista do Equador). 27 de novembro de 2002.

10. "Carta aberta às mães da Plaza Mayo" (Argentina) é uma excelente crítica política do Grupo de Propaganda Marxista (GPM), publicado em setembro de 2003, no qual se assinala a forma pela qual as valorosas Mães da Praça de Maio foram objeto de uma grosseira manipulação pelo atual governo desse país. O grupo GPM dá conta das declarações da senhora Antokoletz (dirigente em 1982 das Mães da Praça de Maio), onde afirma com coragem o uso político e demagógico dos desaparecidos e o problema das eleições. O texto de suas declarações é o seguinte: "o problema mais importante do país não é o dos desaparecidos. O problema mais importante é o problema econômico. E eu não creio que tenha solução, vendo a maneira como foi e continua sendo encarado. Eu não creio que os partidos que prometem fazer algo o façam. Agora se está falando muito das eleições junto a outras Mães e tive a oportunidade de encontrar-me com muitos políticos de diversos partidos; ouvi o que dizem e vi o que fazem. E se agora me perguntam em quem vou votar, eu lhes digo que não sei em quem votar".

11. "Partido de la Liberación de Argentina - PL: táctica flexible y ofensiva". *Liberación* (porta-voz do PL). Junho, 2003.

12. Entrevista de Patricio Echegaray, Secretário General do Partido Comunista. *Nuestra Propuesta*, nº 521.

13. K. MARX. El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte. 1885.

\* *O original América Latina - una izquierda sin rumbo: revolución o reformismo? foi publicado no periódico Globalización, de novembro de 2003. (<http://rcci.rtc/globalizacion>). Tradução e publicação autorizadas pelo autor. Tradução: Janete Luzia Leite (professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Revisão da tradução: Marília Leite Washington (professora aposentada da Universidade Federal de São Carlos).*

\*\* *Luis Arceborja é jornalista peruano, condenado à prisão perpétua em seu país. Vive exilado na Bélgica, de onde edita o 'El Diário Internacional'.*



# Agamenon Tavares de Almeida

*Entrevista e apresentação por Antônio Ponciano Bezerra\**

*Professor da Universidade Federal do Ceará, Agamenon Tavares de Almeida, o Agá, como os companheiros de luta sindical melhor o identificam, não poderia estar ausente, no espaço Memória Docente, da revista Universidade e Sociedade. Ao longo de sua fala, pautada na coerência política, na lucidez das idéias e precisão histórica, o professor Agamenon (o Agá, de sempre) nos impressiona quando, com detalhes, nos informa sobre a sua formação intelectual, seus primeiros passos na luta política e, depois, sindical, no Nordeste brasileiro e ao nível nacional. Pela força de seu relato, pelo poder decisivo de suas palavras, pelo humor sincero de seu estilo, o Agá brinda o Movimento Docente Nacional com uma inconfundível página de sua história de luta. Resta-nos neste momento, um veemente e franco apelo ao Agá: o seu retorno, premente, ao campo de luta de nosso Sindicato.*



*“É necessário definir, com clareza, uma estratégia política de enfrentamento. Não podemos, no entanto, nos restringir a um posicionamento defensivo. É necessário ousar.”*

**US (Universidade e Sociedade):** *Gostaria que o senhor se apresentasse à revista **Universidade e Sociedade**, focalizando o início de sua militância sindical no Movimento Docente local, regional e nacional.*

**Agamenon:** Sou oriundo de uma geração universitária do início dos anos sessenta. Entrei na Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (à época, pertencente ao Governo do Estado), em 1961. Éramos um grupo de 11 estudantes que realmente desejava estudar economia, pois a Faculdade era apenas um espaço para abrigar funcionários públicos, comerciários, bancários e alguns jovens de famílias abastadas

que desejavam obter um diploma de nível superior, da forma mais simples possível. Quase todos conseguimos estágios no Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Ceará e nos dedicamos imediatamente ao movimento estudantil. Um rico momento: do Acordo MEC-USAID, Aliança para o Progresso, Reformas de Base, UNE forte, Reforma Universitária, UNE – Volante e seu Centro Popular de Cultura (CPC) etc. No movimento estudantil, a existência de uma “direita organizada” e de uma “esquerda” que trabalhava em termos da “Frente Única”, que unificava, na ação política, as 2 grandes “forças”

de esquerda do ME: o PCB e a JUC (Juventude Universitária Católica, da qual fiz parte, chegando a participar da Equipe de Direção Estadual). Iniciei, quase de imediato, a minha carreira universitária (após a graduação) como Pesquisador Auxiliar do IPE-UFC (em 1962, a Faculdade foi federalizada – fruto de uma ação política do Centro Acadêmico, após uma espera de mais de 10 anos, integrando-se à UFC), em 1965 (entre 1965 e 1966, fiz um curso de especialização num programa da OEA, num Centro de Desenvolvimento Econômico, criado em convênio com a UFC, para treinar profissionais latino-americanos, como ponta

de lança contrária ao pensamento da CEPAL). Em 1967, fiz concurso para a Faculdade de Economia da UFC, meu percurso de vida acadêmica passou pela participação na criação do CAEN – Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste, transformado em curso de Mestrado, em 1972. Em 1970, como bolsista da USAID e Fundação Ford, fui para a Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, USA, onde cursei o doutorado em economia. Lá

a deduragem, etc. Acompanhámos, por outro lado, os primeiros movimentos de ação política de oposição, como os movimentos pela anistia, as tentativas de criação ou retomada das entidades profissionais, alguns movimentos organização de bairros, a criação de órgãos de imprensa alternativa etc. Neste último aspecto, participamos da criação e execução de um projeto de jornal alternativo (“Mutirão”, criado em 1979/80 e que nos levou todos à

ADs. A semente foi ali lançada, com a criação de uma Comissão Pró-AD, a qual coordenamos e, em abril de 1980, foi criada a ADUFC, da qual fui o primeiro presidente. Desde início, participamos dos Encontros Nacionais de ADs (ENADs) e participamos ativamente (com um grupo bem representativo de companheiros da UFC, cumpre lembrar, para evitar a personalização da ação política) do processo de organização e formação da ANDES. Creio que todos têm uma idéia clara da importância desse processo que representou uma dos mais importantes passos na vida do sindicalismo brasileiro. Vale ressaltar, aqui, uma verdadeira epopéia, que foi a greve das autarquias em 1980, realizada antes da criação da entidade nacional, ainda na ditadura militar e com o agravante de se ter, logo no início da greve, a renúncia de um ministro-professor e a assunção de um ministro-general (se não estou enganado, ex-diretor do SNI). Em 1981, participamos da organização do Congresso que deu origem à ANDES, como estatuto aprovado em Congresso, diretoria provisória também eleita, cargo a cargo, em virtude de divergências de ordem política. Na ocasião, fomos eleitos 1.º Vice-Presidente (só para “massagear o próprio ego”) como candidato único. Logo depois, participamos como candidato a Vice-Regional Nordeste I, da primeira diretoria eleita por votação direta, participando de um embrião de “corrente” dentro do movimento: a corrente dos “azuis” (as correntes se diferenciavam, de forma material, pelos manifestos “mimeografados” em tinta preta, pelos companheiros que tinham, na nossa opinião, um visão mais tradicional do movimen-



**Os Encontros da SBPC haviam se tornado em um amplo fórum de protesto contra a ditadura e de luta pela democratização do país, apesar da ação articulada de impedir a sua realização.**

cumpri todos os créditos e exames, mas tive que retornar à Universidade, antes de defender a tese de doutorado. Tive problemas com os dados de minha tese (pertencentes a PAHO – Pan American Health Association) e não completei minha titulação. Ao voltar, assumi a Coordenação do Mestrado e, posteriormente, a Coordenação do Curso de Graduação, Chefia de Departamento e, finalmente, em 1987, fui eleito, por votação da comunidade da faculdade, diretor da FEAC (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). Por que essa história de vida? Apenas para destacar o quadro de envolvimento e participação na vida que já existiu na Universidade Pública Brasileira. Voltando ao que importa para a nossa revista. Vivenciamos os “anos obscuros” da ditadura militar dentro da universidade, com as Assessorias de Informação, o AI-5, o decreto 477, os controles,

Polícia Federal para depoimentos). Sentíamos falta, no entanto, de uma ação político-organizativa no interior das Universidades que congregasse os professores. Nesse período, os Encontros da SBPC haviam se tornado em um amplo fórum de protesto contra a ditadura e de luta pela democratização do país, apesar da ação articulada de impedir a sua realização (em 1976, seria em Fortaleza, mas o MEC, praticamente, proibiu a sua realização, que terminou se efetivando na PUC-SP – um dos grandes momentos da vida da SBPC e da luta política contra a ditadura militar, em nosso país). Em 1979, o Encontro realizou-se em Fortaleza e foi possível um grupo grande de professores e estudantes no processo de organização e realização do Encontro. Nele, tomamos conhecimento do embrião do MD, no Brasil, e junto com outros companheiros participamos de alguns reuniões de

to sindical, da universidade, e outros aspectos da luta política mais geral. Em tinta azul, pelo grupo que lutava pela construção de uma universidade pública, gratuita, democrática, voltada para as questões populares, por um movimento sindical autônomo, independente, combativo, com participação efetiva da base e visceralmente democrático, chegando, às vezes, às raias do basismo).

**US- O senhor é um militante pioneiro no Movimento Docente, pediria que fizesse um relato das principais dificuldades enfrentadas pela ANDES, durante o período de sua implementação.**

**Agamenon-** Creio que parte da resposta já estaria contemplada na pergunta anterior. Destacaria, porém, os seguintes aspectos:

1. A repressão política da ditadura militar que, apesar de estar à época se tornando mais frágil, até certo ponto menos violenta, ainda era um grande fantasma para a maioria dos professores. Em um plebiscito realizado em 1980, na UFC (infelizmente, essa “mancha” se mantém até hoje), para decidir sobre a greve (na época não se usava essa palavra, mas “paralisação”), alguns professores se recusavam a “votar”, porque a greve era ilegal. (Na Faculdade de Direito, por exemplo, vários deles somente votaram, depois que um professor que era Procurador Geral da República, no Ceará, votou). Imaginem essa situação, companheiros!

2. A fragilidade da base docente, em termos de concepção política, a inexperiência organizacional (as poucas entidades docentes existentes, na sua quase totalidade, tinham caráter assistencial, ou de lazer, organizavam consórcios para aquisi-

ção de automóveis, ligação estreita com a estrutura de poder da universidade, etc.), Aqui se poderia adendar as dificuldades financeiras para sustentação da luta, em virtude das dificuldades de caráter organizativo das ADs e também pelos obstáculos criados por muitas administrações universitárias para deduzir as contribuições dos filiados diretamente para as entidades. Por outro lado, nos primeiros momentos, o movimento foi fortemente marcado pela solidariedade interna: um exemplo, para as reuniões nacionais das ADs e, após a criação da ANDES, nas reuniões de diretoria, nos hospedávamos nas residências dos companheiros locais. No caso do Congresso de criação da ANDES, em Campinas, SP, a grande maioria dos congressistas hospedou-se em residências de pessoas da cidade, que ofereceram espaço para hospedagem.



**Uma importante dificuldade nos primeiros momentos de nossa luta estava ligada à incapacidade política de os professores se assumirem como trabalhadores. Na greve de 80, por exemplo, havia “pruridos de vergonha” para definir a luta também como luta salarial.**

3. Um terceiro, que muitos companheiros questionam, diz respeito às características sociológicas de nossa base. Usando uma expressão, hoje em desuso, e correndo o risco de fazer uma análise superficial, diria que trabalhamos com uma base de característica “petit-bourgeois”. Uma importante dificuldade nos primeiros momentos de nossa luta estava ligada à incapacidade política de os professores se assumirem como trabalhadores. Na greve de 80, por exemplo, havia “pruridos de ver-

gonha” para definir a luta também como luta salarial. Ou, as tentativas de levar a luta em defesa da universidade pública, com o extremo cuidado de não “baixar o nível”, nas críticas ao governo.

**US- De modo geral, que avaliação faria da atuação do sindicato nos anos 80?**

**Agamenon-** Consideramos esse período um dos mais ricos e importantes, do ponto de vista político, para o movimento docente. Em primeiro lugar, porque o processo de final de construção de nossa entidade e de sua consolidação se dá no interior de um processo de luta e de ampla ação política. A luta pela manutenção da Universidade Pública e Gratuita, por sua democratização interna, pela sua abertura ao povo, pela definição de sua opção, em termos da população carente etc., tudo

isso se dava, teve como pano de fundo, a luta maior pela derrubada da ditadura e pela democratização do país. Isso permitiu, por exemplo, que nossas análises e, conseqüentemente, as nossas ações políticas fossem mais abrangentes, mais profundas e, até certo ponto, direcionassem o processo de construção da ANDES, no sentido de um novo sindicalismo, que viesse colocar as lutas sindicais convencionais articuladas com um luta maior na construção de um novo tipo de sociedade.

Isto é tanto verdade que, até a Constituição de 1988, quando a sindicalização dos servidores públicos era proibida, essa proibição, em nenhum momento, impediu que o movimento se mobilizasse, mantivesse a luta, realizasse greves etc.

**US-** Basicamente, que diferença se pode apontar entre a prática sindical dos anos 80 em relação aos anos 90?

**Agamenon-** Infelizmente, não há espaço, nem tempo, para uma resposta profunda a essa questão. Essas duas décadas representam um momento político extremamente importante para o Brasil, sob vários aspectos. O movimento docente, na década de 80, jogou um relevante papel no processo de democratização do país, na construção de nossa primeira central sindical, no avanço do processo de democratização interna das IFES, na formulação e concretização de um “experimento” de sindicalismo “doentamente” democrático (e, por isso, tão fortemente criticado pelo governo, pelo sindicalismo “tradicional”, pelo elitismo acadêmico e por forças políticas internas ao movimento e outras mais gerais, especialmente aquelas usuárias do “aparelhamento” sindical, mais tarde, será também alvo de críticas de segmentos da chamada “esquerda”). Enquanto isso, o país vai, gradativamente, experimentando transformações profundas. O primeiro recuo se dá como resultante da luta das “Diretas Já”, com a eleição indireta para presidente. Ali, o movimento docente deixou clara a sua posição contrária àquele acordo. O resultado vai demonstrar quão difícil é a construção da democracia, em um sistema econômico capitalista. E já no primeiro governo “civil”



E já no primeiro governo “civil” são dados os primeiros passos para a “integração passiva à ‘nova-velha’ ordem capitalista internacional”. O processo se aprofunda com Collor.

são dados os primeiros passos para a “integração passiva à ‘nova-velha’ ordem capitalista internacional”. O processo se aprofunda com Collor (apesar de sua conhecida incompetência e corrupção). Uma vez mais, agora como sindicato, o ANDES-SN, no XXIII CONAD, em Maceió, apontou a direção certa, ou seja, o “impeachment” de Collor (esse evento deveria ser considerado com um marco político histórico do movimento docente). A seguir, caminhamos, após a curta “era Itamar”, que preparou o terreno para o aprofundamento do processo de integração passiva ao capitalismo “globalizado”, para a consolidação do processo. Desde os primeiros momentos do primeiro governo de FHC, o ANDES-SN, em diferentes momentos, em diferentes eventos, em diferentes análises políticas (vale a pena reler os documentos de conjuntura de nossos eventos do período) definiu politicamente o que estava por vir. A luta pela manutenção da Universidade Pública e Gratuita se acirra, em alguns momentos, as tentativas dos governos são variadas, mas cercaram a coisa das mais distintas maneiras, há intentos de cooptação dos dirigentes (a ANDIFES embarca, várias vezes, na canoa furada da “regulamentação da autonomia”, da regulamentação (leia-se limitação) do financiamento, da reforma administrativa das IFES, etc. No entanto,

de evento em evento, de luta em luta, o sindicato mantém a sua posição. A cada novo ministro, o ANDES-SN encaminha cópia de sua proposta para a Universidade Brasileira, um dos primeiros documentos de política de educação superior gerados pelo Sindicato, nos idos de 1984, e já atualizado em outros momentos. Não se pode esquecer uma outra luta memorável desse período, no qual por mais de seis ou oito anos, quotidianamente, um dos nossos GTs (Política Educacional), em conjunto com outras entidades representativas do setor educação do país, discutiram, elaboraram, reformularam, trouxeram à discussão democrática de suas bases propostas de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vitoriosa junto à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A luta tem continuidade no Senado e, aí, num golpe digno de mestre-capoeirista, é aprovado o substituto de um ex-educador. Os garrotes são cada vez mais apertados, como aquele que procurava inviabilizar um pequeno passo dado na democratização interna, com a eleição dos dirigentes, dando aos docentes um peso privilegiado nas consultas para escolha de dirigentes. Em nenhum desses momentos, porém, houve fraqueza na luta. A tática do governo teve que mudar. Era importante para a aprovação das mudanças estruturais que um dos



centros privilegiados do pensar político do país (as IES) fosse cooptado. As divergências internas se acirram, a direção do sindicato passa a ser exercida por um grupo político que, procurando manter as aparências de postura política histórica do sindicato, gradativamente vai minando nossa ação política, negociando sem as bases, “cooperando” com o governo, no processo disfarçado de privatização da educação superior pública, jogando no lixo os princípios políticos que sempre foram o alicerce da ação política. Como seria de esperar, a ação de reconquista foi rápida e o sindicato retoma seu curso histórico. No entanto, o processo de privatização da educação superior, ao longo dos oito anos de FHC, se aprofundara. O garrote financeiro limitava a ação das instituições públicas, reduzia as atividades de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo, desqualificava o ensino. Paralelo a isso, se facilitava o crescimento das instituições privadas e, no interior das públicas, se favorecia à criação de “fundações privadas”, enquanto se congelavam os salários dos docentes, o corpo docente se reduzia e era precariamente “preenchido” pelos “bóias-frias” da educação superior – os substitutos. Especificamente sobre a prática sindical dos anos 90, podemos lembrar alguns aspectos que me parecem importantes, além da ampliação do número de centrais sindicais, destacaria a mudança de postura política da CUT. Há, objetivamente, um processo de controle político da central. Princípios políticos são, no mínimo, esquecidos. Há uma certa “profissionalização” de dirigentes sindicais, a criação de uma burocracia sindical que se perpetua. O ANDES-SN, por

um histórico artigo aprovado quando da criação da Associação Nacional dos Docentes, que ficou conhecido como o “artigo anti-pelego”, manteve sua posição de tentar garantir a renovação de quadros dirigentes. O resultante disso foi, em vários momentos, a existência de posicionamentos conflitantes entre a direção da Central e o nosso sindicato. A questão se acirra a partir do momento em que, ainda no primeiro mandato do FHC, quando das primeiras discussões da reforma previdenciária, a direção CUT começou a vacilar com respeito às conquistas dos servidores públicos, como a aposentadoria integral, por exemplo. Finalizando, por considerar que esses eram, em última ins-

rias, grupos “elitistas” internos (que chamavam os dirigentes sindicais do movimento de “baixo clero” e outros epítetos) procuraram caracterizar as entidades como braços políticos de partidos ou grupamentos de esquerda (se variava, nos estados). Logicamente, como um “braço sindical” do PT. Destacaria um aspecto importante: desde os primeiros momentos, houve uma preocupação enorme de se construir um movimento e, posteriormente, uma entidade nacional que colocava como princípio fundamental a sua independência e autonomia frente ao Estado, aos patrões, aos partidos e forças políticas, a crenças religiosas etc. Isso colocado e defendido com



**Apesar de crer que, em dados momentos, deveríamos ter mais ímpeto na luta e mais força nas críticas, não aceitaria pôr a carapuça de que o movimento docente está partidarizado.**

tância, conforme afirmado e reafirmado, por membros do governo atual, verdadeiros “privilegiados” e grandes responsáveis pelo “déficit da previdência social”.

**US-** Há um certo clima de polêmica, a partir dos anos 90, mas que se acentua na atualidade, e que diz respeito à partidarização do Sindicato. Como o senhor analisa esta situação?

**Agamenon-** Essa é uma questão antiga dentro do movimento docente. Desde a sua construção e, principalmente após a criação da entidade nacional, o governo militar (posteriormente, os outros que se seguiram), as administrações universitá-

unhas e dentes, a sangue e fogo, em toda a história do sindicato. No recente contexto político nacional, quando se delineava a possibilidade de um governo do Partido dos Trabalhadores, essa questão retornou. E mais, após a eleição de Lula e, principalmente, com o delineamento das prioridades do governo Lula, a questão foi retomada. Qual seria o posicionamento do sindicato frente às reformas propostas? Assinaria um cheque em branco? Iria para o enfrentamento? Recuaria? Daria um voto de confiança? Contribuiria, apresentando propostas? (Essa, por exemplo, é a questão colocada a todo momento pela atual oposição à direção do sindicato.) Aliás, essa foi

e é uma questão que se coloca a cada momento, para o movimento sindical como um todo (vem aí a reforma sindical, a trabalhista, a reforma política etc.) e para diferentes forças políticas. Numa análise rápida, diria que, apesar de tudo, o sindicato manteve seus princípios de independência e, de certa maneira, afirmaria até que, politicamente, estamos pagando por isso, também em nível interno, quanto no relacionamento político externo. Apesar de crer que, em dados momentos, deveríamos ter mais ímpeto na luta e mais força nas críticas, não aceitaria pôr a carapuça de que o movimento docente está partidarizado.

**US-** *Se tivesse que expor algumas críticas de estratégia política ao Sindicato ANDES, nesses últimos 10 anos, quais as mais reparáveis na atualidade?*

**Agamenon-** Essa pergunta, na minha maneira de ver, deveria ser objeto de um Congresso Extraordinário. Questionamentos acerca de estratégia e tática políticas têm se acumulado ao longo da história política de nosso sindicato, sem que tenhamos dedicado tempo, músculos, cérebros, sangue e tutano, para discuti-las. No início da ANDES (e não me chamem de “dinossauro” por lembrar isso), os conflitos dessa ordem já surgiam e se acumulavam. Num dado momento, a palavra de ordem era “explicitar as divergências”. Não seria esse, novamente, o momento para isso? Logicamente, não iremos adiante se tentarmos a tradicional fórmula das “esquerdas brasileiras”: reunamos os corpos dirigentes e cheguemos a um acordo. Após isso, “baixamos as palavras de ordem” para a base cum-

prir. Felizmente, acho que isso nunca chegou a acontecer plenamente em nosso sindicato. Mas não podemos negar que houve tentativas. Mas, voltando à questão de estratégias políticas, táticas e “que-tais”. Diria que alguns momentos, com base numa maioria de participantes num evento, chegou-se a impedir a discussão de questões polêmicas, remetendo-as às bases para discussão, mas não assumindo concretizar o processo democrático de discussão. Um exemplo: a discussão da proporcionalidade nas eleições do sindicato. Eu, por exemplo, tenho cá as minhas dúvidas se esse mecanismo garante efetivamente maior democratização. O certo é que não discutimos isso nas bases. O que está acontecendo? Como está o nível de discussão de questões cruciais da Universidade Pública Brasileira em nossas bases? Ela está existindo? Ou apenas as lideranças estão se posi-



*Desde o final dos anos 80, com a derrocada do “socialismo irreal” (recuso-me a chamá-lo de “socialismo real”), a esquerda, em nível mundial, e, em especial, no Brasil, ficou perplexa.*

cionando? E nossa proposta para a Universidade Brasileira? A nossa base a conhece, mesmo? Veste-a como camisa, levanta-a como bandeira de luta? E nosso projeto de carreira? Será que conseguiremos romper o caminho de luta política que, majoritariamente, marcou o nosso desempenho até agora (não esquecendo as exceções à regra), de estar mobilizando somente quando temos que nos defender?

**US-** *Como vem acontecendo, atu-*

*almente, a sua militância sindical?*

**Agamenon-** Após vários anos de militância em nível nacional, as últimas na segunda metade dos anos 90, voltei-me um pouco mais à militância local, sem, no entanto, assumir cargos de direção. Estou dedicando algum tempo a um aprofundamento teórico, na perspectiva de um entendimento mais profundo do caráter real da crise atual do capitalismo. Isso porque, parece-me, desde o final dos anos 80, com a derrocada do “socialismo irreal” (recuso-me a chamá-lo de “socialismo real”), a esquerda, em nível mundial, e, em especial, no Brasil, ficou perplexa. Com raríssimas exceções, vamos encontrar intelectuais e militantes tentando explicar o mundo capitalista hoje. E esta não é uma questão de deleite teórico. É uma questão fundamental para a retomada da luta maior para a superação do capitalismo. Quais as propostas existentes?

Que capitalismo é esse? É possível explicar sua expansão pela financeirização do capital? E a mais-valia? O que é ela hoje? E a classe trabalhadora? O seu papel? A sua força? E o crescimento do “lumpen”? E a acumulação do capital com seu processo de internacionalização e financeirização? Bem, desculpem, o viés professoral, mas são questões de discussão, cuja resposta é fundamental para que se possa delinear um caminho mais objetivo, ainda

que mais longo. Se nos analisarmos, veremos que, com respeito às transformações mais recentes do mundo capitalista, ainda estamos na fase dos “chavões”. Se não temos profundidade de entendimento, nem bases claras e propostas alternativas, ficaremos no que se coloca na resposta à pergunta que se segue.

**US- Como o senhor avalia o PT, no poder, e o governo Lula, neste primeiro ano de exercício?**

**Agamenon-**Uma questão fundamental hoje. Não me atreveria agora a desenvolver uma análise profunda da questão. Espero que nosso Congresso (é óbvio que me refiro ao Congresso do ANDES-SN) chegue a fazê-lo. Deve ser ressaltado, em primeiro lugar (e para que não se levantem dúvidas), que o contexto nacional e internacional, no qual o PT assumiu o poder, era e é extremamente complexo. Por outro lado, o PT, desde a campanha eleitoral, assumiu uma postura política pela qual a eleição de Lula deveria ser garantida a qualquer preço. Portanto, quem acompanhou a reviravolta da proposta política para o governo do PT, explicitada pelo documento “Carta aos Brasileiros”, de julho de 2002, constata, com muita clareza, as pressões do capitalismo financeiro e sua ingerência no processo eleitoral brasileiro, levando o futuro governo a reformular radicalmente sua proposta original, democraticamente aprovada pelas instâncias decisórias maiores. Cabe lembrar que desta vez apenas a cúpula do partido tomou a decisão de redefinir uma proposta “light”, tão bem explicitada pela expressão “Agora é Lula paz e amor”. O processo se avoluma à medida que se vão definindo as alianças que irão

garantir a ascensão ao “pseudo-poder”. O “endireitamento” se consolidou melhor, após a vitória, quando vai ser composta a equipe de trabalho do novo governo. No governo FHC, quando Armínio Fraga foi escolhido



**O “novo” governo assina uma carta de intenções com o FMI, não só reiterando os compromissos anteriormente firmados por FHC e sua turma, mas indo além, tornando-os ainda mais deletérios para a sociedade brasileira.**

para presidente do Banco Central, a oposição falava em entregar a gestão do galinheiro à raposa. Que dizer, da indicação de Meireles pelo governo que se cria, seria uma tentativa de governo “democrático e popular”. Poder-se-ia desfiar um rosário de exemplos para ilustrar esse processo. Apenas dois outros aspectos são necessários destacar para dar os parâmetros para uma avaliação do atual governo. O primeiro (não por ordem de importância) procurando viabilizar a “confiança” desse “novo” ente político na história sócio-econômica do Brasil (também do mundo) - o mercado. Aquele ente aparentemente indefinido, impessoal, abstrato, que tem “humores”, “crises nervosas”, “stress” etc., mas que não deixa de criar as condições para dirigir a política econômica interna em seu benefício. Isto fica muito claro quando já, em fevereiro de 2003, o “novo” governo assina uma carta de intenções com o FMI, não só reiterando os compromissos anteriormente firmados por FHC e sua turma, mas indo além, tornando-os ainda mais deletérios para a sociedade brasileira, como exemplificado pelo aumento da taxa básica de juros e do compromisso de

um superávit primário escorchante e sufocador. Poder-se-ia sintetizar, mesmo incorrendo no risco de reducionismo analítico, dizendo que esse primeiro ano aponta para uma continuidade do processo de integração

passiva do Brasil à nova-velha ordem do capital internacional (desculpem, a repetição). E, finalmente, a definição nos primeiros dias do governo da pauta prioritária de ações. Que vamos encontrar? A reforma da previdência social, que já tem sido exaustivamente discutida, analisada e criticada pelo movimento; a reforma tributária que, desde seus primeiros momentos, já era apresentada como sendo apenas um remendo “ultra-light”. Ainda bem que, nesse caso, não se pode utilizar a imagem do evangelho, pois terminou sendo um remendo com pano velho, num tecido velho. Vale ressaltar que houve um cuidado de incluir, nas prioridades, algo “popular”, ou utilizando a própria terminologia de governo, a preocupação com o “social”, através da proposta do “Fome Zero”. Esta também não carece (êta, expressão nordestina!) de maiores comentários.

**US- Como economista, qual a sua avaliação da política econômica do governo Lula?**

**Agamenon-** Não estou querendo tirar da seringa, mas não creio que haja espaço para discutir, com seriedade, essa questão, nesta entrevista.

De qualquer forma, tocamos nas respostas anteriores de alguns aspectos básicos. Uma sugestão para a editoria da revista: pautar uma matéria futura com companheiros do movimento da área de economia e das ciências sociais em geral, para uma discussão profunda da questão da política econômica do governo Lula. Mesmo assim, lembraria apenas um ponto das discussões dentro do “núcleo-duro” do poder petista, a questão do crescimento econômico como possível solução para a problemática geral da sociedade. Mito maior não existe dentro da análise econômica. Mesmo considerando as diferentes escolas de pensamento, quase nenhuma aceita tal assertiva. Desde já, coloco-me à disposição para esse debate.

**US- Gostaria que se posicionasse, como economista e como professor, sobre as reformas do governo Lula, em especial, a da Universidade, em curso, promovidas por um governo dito de esquerda?**

**Agamenon-** As reformas já discutidas e aprovadas, as que estão em andamento e as perspectivas que se vêm colocando (como é o caso da Universidade) são exemplos patentes do rumo político do governo, na direção de administrar da melhor forma possível (o que significa dizer, atendendo aos interesses do grande capital) a crise do sistema. E isto não se resume ao campo das reformas. O jornal *Valor Econômico*, de 12/fev/04, traz uma longa entrevista do futuro embaixador do Brasil, nos Estados Unidos, sr. Roberto Abdenur, na qual são apontadas as linhas gerais de redefinição de nosso relacionamento como aquele país. Sem mais demora, parece que

agora se definirá a plena aceitação da ALCA, pelo Brasil.

**US- Como o senhor vê (ou prevê) os enfrentamentos do Movimento Docente Nacional, seus rumos e suas possibilidades, neste governo, “endireitado”, de Lula?**

**Agamenon-** Considero que o 23º Congresso do ANDES-SN acontece num momento histórico de fundamental importância política para o movimento docente, em particular, e para o movimento sindical e político, em geral. É patente a dificuldade das diferentes forças políticas em analisar o atual governo. Algumas reais, outras apenas superficiais. A própria postura do PT tem alimentado essas dificuldades. E não só para aqueles que lá militam. As tentativas de desqualificação de qualquer tipo de crítica mais profunda é clara. A conclusão é óbvia, nesse momento, é politicamente muito importante para o governo encontrar mecanismos de integração do nosso sindicato às suas propostas. Esta é uma questão crucial, no que tange à eleição da nova direção do sindicato. Não creio que seja fácil redirecionar nosso mecanismo e instrumentos de decisão e ação política. Mas tenhamos certeza de que isso será tentado. As tentativas de “segurar” o ANDES-SN já ficaram patentes na última greve. Agora, isso se torna premente, pois existe um interesse imediato de priorizar, em 2004, a adequação da universidade pública ao modelo de mercado. Os desafios, portanto, serão muitos. É necessário definir, com muita clareza, uma estratégia política de enfrentamento. Não podemos, no entanto, nos restringir a um posicionamento defensivo. É necessário ousar. Abrir os caminhos para dar-

mos passos concretos na construção da Universidade que precisamos e que queremos. Mas temos dificuldades internas muito sérias. A nossa base tem se reduzido, ao longo do tempo. Por outro lado, estamos em processo de renovação com a entrada de novos docentes. Urge, por conseguinte, definir uma ação imediata de integração desses companheiros ao sindicato e, o que é mais importante, trazê-los à luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Recolocar no centro das discussões políticas uma das nossas grandes armas, a nossa proposta de Universidade que, em minha opinião, precisa não só ser divulgada, rediscutida. Outra questão fundamental, a questão da Avaliação Institucional. Não dá mais para se manter o discurso de criticar os modelos existentes, sem assumirmos, de verdade, a necessidade dessa avaliação. Creio, por outro lado, que o sindicato tem que discutir como trabalhar a questão de nossa real inserção na CUT. Há que resgatar o papel de frente que já tivemos lá. Todos esses desafios não são fáceis de enfrentar. Tal dificuldade, no entanto, coloca, para todos nós, a necessidade de definir e executar, o mais urgentemente possível, uma política efetiva de mobilização e ampliação de nossa base sindical. Gostaríamos de reiterar, mais uma vez, acreditamos que o movimento é capaz, como já fez em outros momentos, de responder, de forma positiva, a tais desafios.

*\*Antônio Ponciano Bezerra é professor da Universidade Federal de Sergipe; 2º Vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II do ANDES-SN e editor da revista **Universidade e Sociedade**.*



# LULA

## no pelourinho



ENSAIO FOTOGRÁFICO



# *Lula no pelourinho*

Apresentação: **Antônio Ponciano Bezerra\***

Seleção de fotos e legendas: **Marília Leite Washington\*\***

Textos: excertos do "Programa do PT" publicado em [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)



Nada mais oportuno do que o velho adágio popular: “um dia é da caça, outro, do caçador”. Quem não sabe caçar, caçado é ou pode estar. Um ano depois, o governo Lula retorna, ironicamente, a ocupar o solo de origem, na condição de réu a ser julgado, avaliado, questionado pela massa popular que o elegeu.

É melancólico constatar que o governo Lula se exhibe como a continuação (piorada), como a ampliação cínica do governo anterior. É triste para a nação brasileira a escandalosa opção de um governo identificado como de esquerda, de base popular, resvalar para o lugar comum de seus antecessores: a total subserviência ao capital financeiro internacional, num gesto inequívoco de denegação absoluta (ou mesmo ódio) às suas origens, o berço mesmo, que o fez governo.

A inversão (ou versão, de fato) de pauta escancara a sua meta prioritária de governo: privilegiar o que se denomina de “racionalidade fiscalista e financeira” para gerar inéditos superávits comerciais e fiscais necessários para apaziguar os credores do país e condenar a classe trabalhadora à infinita exclusão social. Essa “honra” vem agudizando a situação social do Brasil: a renda do trabalhador caiu; o desemprego avança desenfreado; o setor produtivo está paralisado; os rumos da reforma agrária pairam silenciosos, o governo está comprometido, até a goela, com as elites agro-exportadoras e com os latifundiários; a reforma da previdência e as outras já anunciadas e em curso (a trabalhista e a universitária) são golpes certos da “generosidade” do poder petista, em prol da felicidade do mundo financeiro, empresarial e especulativo. No calor da hora, o insólito do ineditismo, em grande estilo - sinais de degenerescência ética no imperial “núcleo duro” do pudor petista a macular o messianismo oculto, do presidente Lula. Quem diria!...Um enviado de Deus mergulha na vala comum da corrupção e se revela lavado e banhado na “caridade” do jogo do bicho.

Todos esses atentados à confiança popular depositada nas urnas, em outubro de 2002, desencadearam uma maciça reação popular manifestada nas ruas das principais cidades brasileiras.

As imagens deste Ensaio Fotográfico espelham a reação do povo, em praça pública, à traição do governo petista.

\* **Antônio Ponciano Bezerra** é professor na Universidade Federal de Sergipe, 2º Vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II do ANDES-SN e editor da revista *Universidade e Sociedade*.

\*\* **Marília Leite Washington** é professora da Universidade Federal de São Carlos-SP (aposentada), 1ª Vice-presidente da Secretaria Regional São Paulo do ANDES-SN e editora adjunta da revista *Universidade e Sociedade*.



1º de janeiro de 2003: Posse de Lula- desfile em carro aberto.



1º de janeiro de.2003: representantes de nações indígenas na posse de Lula.

*“Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios.”*





10 de junho de 2003: ato público contra a Reforma da Previdência, na USP.

*“Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo.”*



Marcha contra a Reforma da Previdência, na Avenida Paulista.





11 de junho de 2003: Primeira grande marcha, em Brasília, contra a reforma da Previdência.

*“Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu.”*



11 de junho de 2003:  
Primeira grande marcha,  
em Brasília, contra  
a Reforma da Previdência.





21 de julho de 2003: ato contra a Reforma da Previdência, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



Passeata no centro do Rio de Janeiro contra a Reforma da Previdência.



6 de agosto de 2003: Segunda grande marcha, em Brasília, contra a Reforma da Previdência.

*“Nosso governo atuará no sentido da ampliação da oferta e do acesso da população aos serviços públicos e à infra-estrutura social. De um lado, é necessário ampliar a disponibilidade da infra-estrutura social - saneamento, transporte coletivo, habitação popular. De outro, é imprescindível assegurar o acesso universal aos serviços que constituam direitos inalienáveis do cidadão contemporâneo, como educação, saúde de qualidade e previdência pública.”*

6 de agosto de 2003:  
Segunda grande  
marcha, em Brasília,  
contra a Reforma da  
Previdência.



19 de agosto de 2003:  
Terceira grande marcha,  
em Brasília, contra a Reforma  
da Previdência.

19 de agosto de 2003: Terceira grande marcha,  
em Brasília, contra a Reforma da Previdência.





10 de setembro de 2003: marcha dos prefeitos, em Brasília, contra a Reforma Tributária.



*“O contrato social que desejamos promoverá não só a independência entre os três poderes da República como também uma relação mais equilibrada e respeitosa entre União, estados e municípios. Somente um novo pacto federativo poderá corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos...”*



Agência Radiobrás

10 de setembro de 2003: manifestação dos índios Pataxós, em Brasília.

*“Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros.”*



*“Em grande parte do seu mandato, o atual governo voltou as costas para questões de primeira importância, como o investimento na educação. É preciso investir eficientemente no ensino, ampliando o acesso das crianças à escola.”*



18 de novembro de 2003: acampamento, durante manifestação de trabalhadores rurais, em Brasília.



13 de novembro de 2003: manifestação, em Brasília, de alunos de universidades privadas, contra a autorização de aumento das mensalidades.

Agência Radiobrás

13 de novembro de 2003: manifestação, em Brasília, de alunos de universidades privadas, contra a autorização de aumento das mensalidades.



*“...apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos freqüentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.”*



Abril-novembro: Dois momentos de glória do ministro Berzoini.



11 de novembro de 2003: manifestações contra o recadastramento dos idosos.



11 de novembro de 2003: "velhinhos na fila".





6 de agosto de 2003: Segunda marcha sobre Brasília, contra a Reforma da Previdência.

*“Fala-se muito em lisura e honestidade, mas a corrupção continua corroendo os recursos públicos. Nosso governo não vai prometer respostas mágicas. Mas pode, sim, prometer uma postura ética e uma luta incansável para o País avançar.”*

**pt. saudações.**